

**DANIEL SCHIOCHETT**

**A SUBDETERMINAÇÃO SEMÂNTICA DA METÁFORA**

Tese submetida ao Programa de Pós-graduação em Filosofia da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial à obtenção do Grau de Doutor em Filosofia.

Orientador Professor Dr. Celso Reni Braidá

Florianópolis  
2017

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,  
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Schiochett, Daniel

A subdeterminação semântica da metáfora / Daniel  
Schiochett ; orientador, Celso Reni Braidá - SC,  
2017.

239 p.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa  
Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas,  
Programa de Pós-Graduação em Filosofia, Florianópolis,  
2017.

Inclui referências.

1. Filosofia. 2. Metáfora. 3. Contextualismo. 4.  
Semântica. 5. Minimalismo semântico. I. Braidá, Celso  
Reni. II. Universidade Federal de Santa Catarina.  
Programa de Pós-Graduação em Filosofia. III. Título.

Daniel Schiochett

## “A SUBDETERMINAÇÃO SEMÂNTICA DA METÁFORA”

Esta tese foi julgada adequada para obtenção do Título de “Doutor em Filosofia”, e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em Filosofia.

Florianópolis, 13 de março de 2017.



Prof. Roberto Wu, Dr.  
Coordenador do Curso

### Banca Examinadora:



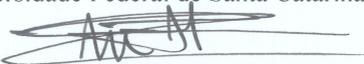
---

Prof. Celso Reni Braida, Dr.  
Orientador

Universidade Federal de Santa Catarina



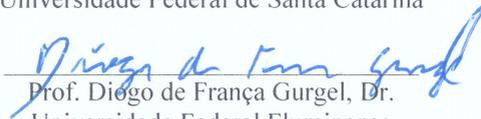
Prof. Luiz Henrique de Araújo Dutra, Dr.  
Universidade Federal de Santa Catarina



Prof. Nazareno Eduardo de Almeida, Dr.  
Universidade Federal de Santa Catarina



Prof. Heronides Maurilio de Melo Moura, Dr.  
Universidade Federal de Santa Catarina



---

Prof. Diogo de França Gurgel, Dr.  
Universidade Federal Fluminense



---

Prof.<sup>a</sup> Noéli Ramme, Dr.<sup>a</sup>  
Universidade do Estado do Rio de Janeiro



## **Agradecimentos**

Ao programa de Pós-graduação em Filosofia da UFSC, pessoas e estrutura;

À CAPES;

Ao meu orientador, Celso Reni Braidá;

Aos amigos, às amigas e aos companheiros de vida e de pensamento;

E a todos os que disponibilizaram, apesar das restrições, livros e textos na grande rede.



*Mas, para mim, o que vale é o que está por baixo ou por cima – o que parece longe e está perto, ou o que está perto e parece longe. Conto ao senhor é o que eu sei e o senhor não sabe; mas principal quero contar é o que eu não sei se sei, e que pode ser que o senhor saiba.*

João Guimarães Rosa  
*Grande sertão: veredas*



## RESUMO

A tese deste trabalho consiste em sustentar que o melhor conceito para tratar da relação entre metáfora e linguagem é o da subdeterminação semântica. Entretanto, o modo mais comum de tratar o fenômeno das metáforas, denominado no texto de quadro semântica-pragmática, relega à pragmática (e não à semântica, como era de se esperar) a função de explicar como o significado metafórico de uma frase é um acarretamento gerado pelo contexto. Segundo este quadro, uma metáfora não diz respeito diretamente à semântica da frase mas às intenções dos falantes contextualmente disponíveis. Neste quadro, metáforas seriam indeterminadas semanticamente pois acarretamentos pragmáticos são virtualmente infinitos e não precisam remeter à proposição semanticamente expressa. Argumentamos, entretanto, que essa não é uma boa solução pois metáforas parecem depender do que é dito por meio do código linguístico, o que sugere algum tipo de determinação semântica, mesmo que parcial. Os dados das ciências cognitivas também não corroboram a tese do quadro semântica-pragmática apesar de oferecerem indícios importantes acerca do modo como percebemos semelhanças e extrapolamos domínios de experiência. Contudo não são ainda felizes em apresentar algum tipo de alternativa que vincule diretamente o fenômeno das metáforas à existência do código linguístico. As melhores alternativas para o tratamento da questão nascem do debate entre contextualismo e minimalismo semânticos. Metáforas seriam casos de flexibilidade semântica também presentes em outros fenômenos linguísticos. Para o minimalismo, metáforas podem ser tratadas através da introdução de um operador lexical que garantiria a flexibilidade contextual necessária a termos semânticos contextualmente dependentes. Para o contextualismo, metáforas acontecem quando termos em uma frase funcionam como conceitos *ad hoc* e são passíveis de enriquecimentos pragmáticos fortes. Apesar de não chegarem a uma única solução, o debate entre minimalismo e contextualismo oferece explicações do fenômeno que corroboram a hipótese da subdeterminação semântica defendida nesta tese.

**Palavras-chave:** Metáfora. Subdeterminação semântica. Código linguístico. Cognitivismo. Minimalismo. Contextualismo.



## ABSTRACT

The thesis of this work intends to sustain that the best concept to deal with the relationship between metaphor and language is the one of semantic underdetermination. However the most common way of dealing with the phenomenon of metaphors, referred in the text as semantic-pragmatic picture, relegates to pragmatic (not to semantics as expected) the function of explaining how the metaphorical meaning of a phrase is a context-generated entailment. According to this picture, a metaphor is not directly related to the phrase semantics but to the speaker intentions in the context available. It shows that metaphors would be indeterminate semantically because pragmatic entailments are virtually infinite and do not need to refer to the semantically expressed proposition. We argue, however, that this is not a good solution because metaphors seem to depend on the linguistic code, suggesting some sort of semantic determination, even if partial. Cognitive sciences data do not corroborate the thesis of the semantic-pragmatic picture too, despite providing significant evidence about how we perceive similarities and extrapolate experiences domain. Yet they still can not produce an alternative which directly links the phenomenon of metaphors to the existence of the linguistic code. The best alternatives to handle with matter come from the debate between contextualism and semantic minimalism. Metaphors would be cases of semantic flexibility also present in other linguistic phenomena. For minimalism, metaphors can be addressed through the introduction of a lexical operator that would guarantee the necessary contextual flexibility to contextually dependent semantic terms. For contextualism, metaphors occur when terms within a phrase function as *ad hoc* concepts and are amenable to strong pragmatic enrichments. Although they do not reach a single solution, the debate between minimalism and contextualism offers explanations of the phenomenon that corroborate the hypothesis of the semantic underdetermination presented in this thesis.

**Key words:** Metaphor. Underdetermination semantics. Linguistic code. Cognitivism. Minimalism. Contextualism.



# SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>Introdução .....</b>	<b>15</b>
<b>2</b>	<b>A noção de metáfora e o fenômeno das metáforas .....</b>	<b>23</b>
2.1	O código linguístico .....	27
2.2	A subdeterminação semântica da metáfora (1).....	31
2.3	A <i>epifora</i> do nome.....	35
2.4	A relação entre significado literal e metáfora .....	40
2.5	A noção de metáfora como protótipo.....	45
2.6	Graus de literalidade, ambiguidade, metáforas frasais e metáforas na língua oral e escrita.....	51
2.7	A função teórica do fenômeno das metáforas.....	56
<b>3</b>	<b>Delineando fronteiras .....</b>	<b>61</b>
3.1	O quadro semântica-pragmática .....	61
3.2	Formalismo estrito e cognitivismo .....	67
<b>4</b>	<b>O quadro semântica-pragmática e a solução pragmática .....</b>	<b>75</b>
4.1	A crítica à teoria da comparação.....	76
4.1.1	Semelhança, ambiguidade, aprendizagem e símbolos segundo Davidson .....	77
4.1.2	Davidson e a impossibilidade de significados metafóricos	85
4.1.3	Searle: sobre as condições de verdade de uma frase metafórica .....	88
4.2	A crítica à teoria da interação semântica .....	92
4.2.1	Uso ou significado do falante .....	97
4.3	A solução pragmática e as máximas griceanas .....	102
4.4	Lacunas da solução semântica-pragmática .....	111
4.4.1	Um problema pragmático .....	111
4.4.2	Questões cognitivas .....	114
<b>5</b>	<b>Minimalismo e contextualismo semânticos .....</b>	<b>123</b>
5.1	Competência semântica e contexto.....	125
5.2	O debate entre minimalismo e contextualismo .....	128
5.2.1	Mudança de contexto.....	133
5.2.2	Incompletude .....	134
5.2.3	Inadequação.....	135
5.2.4	Indeterminação .....	135

5.2.5	Proposições semanticamente expressas <i>versus</i> expressão semântica de proposições .....	136
5.3	O fenômeno das metáforas como casos de pluralismo dos atos de fala .....	143
5.3.1	Os testes de sensibilidade contextual .....	144
5.3.2	Aplicando os testes de sensibilidade a frases ditas metafóricas .....	152
5.4	A crítica contextualista à solução minimalista ao fenômeno das metáforas.....	160
5.5	Se significado literal, por que não significado metafórico? .....	168
5.5.1	Primeiros e segundos significados .....	171
5.5.2	Indexicais, demonstrativos e o operador metafórico.....	177
5.6	A metáfora como expressão direta de um conteúdo.....	192
5.7	O fenômeno das metáforas como casos de flexibilidade semântica: entre minimalismo e contextualismo.....	202
5.8	A subdeterminação semântica da metáfora (2).....	209
<b>6</b>	<b>Conclusão .....</b>	<b>225</b>
	<b>Referências.....</b>	<b>233</b>

## 1 Introdução

Ao que tudo indica, não há língua natural sem metáforas. Atrás desta afirmação se esconde uma intuição menos radical: a de que as palavras podem ter significados diferentes daqueles estabelecidos pela sua história. É certo que as próprias noções de língua natural (ou linguagem), significado e metáfora não são livres de controvérsia. Nem poderíamos ser tão enfáticos, apesar de indicações da ciência empírica sobre a possível universalidade de processos cognitivos relacionados às metáforas, ao afirmar a universalidade delas quando muito pouco conhecemos sobre certas línguas de povos como aqueles da Amazônia profunda. Mesmo assim, à parte as dificuldades inerentes ao tratamento de qualquer questão abrangente sobre a linguagem, assumimos o seguinte fenômeno: quando ouvimos alguém dizer que “os bosques estão *sorrindo*” ou quando lemos que “a equipe deseja *calorosas* boas-vindas ao novo professor” dificilmente aceitamos sem mais que nosso interlocutor esteja se expressando literalmente. Para que tais frases façam sentido, diríamos, é fundamental que os termos “sorrindo” e “calorosas” sejam interpretados metaforicamente. Desse modo, dentre as várias possíveis frases que aparecem em uma ação em curso, seja escrita ou falada, identificamos algumas frases e as denominamos de metáforas. Este é o tipo de fenômeno que temos em vista e que acreditamos poder ser extrapolado para um grupo razoavelmente grande de línguas naturais. Se é verdade que não há língua natural sem metáforas, o que estas frases poderiam revelar sobre a própria linguagem? Qual seria a dependência dessas frases em relação ao código linguístico? Que teoria ou teorias seriam mais adequadas para tratá-las? Seria necessário ou possível sustentar a especificidade desse fenômeno ou ele é apenas um nome para um fenômeno bastante comum na própria língua?

Neste texto procuramos responder a estas questões. A primeira hipótese que sustentamos consiste na defesa de que a existência de frases ditas metafóricas indica que a linguagem não pode ser resumida à mera coordenação entre falantes ou à mera superfície de processos cognitivos. Aparentemente, somente no registro de um fenômeno que supõe um *código* instituído, seja ele falado ou escrito (quicá gesticulado como acontece na LIBRAS) que existem metáforas. Se metáforas fossem decorrência apenas da necessidade pragmática de coordenação entre falantes ou das competências cognitivas dos seres humanos

conseguiríamos explicar a virtual dependência do significado metafórico do significado literal de uma frase?

A segunda hipótese, em decorrência da primeira, diz respeito às teorias mais adequadas para tratar do fenômeno. De fato, três grupos de teorias são geralmente movimentadas atualmente para tratar das metáforas: a semântica, a pragmática e o cognitivismo. Se é verdade que metáforas dizem respeito a qualquer especificidade do código linguístico, é de se esperar que teorias semânticas, em sentido mais estrito, devessem apresentar respostas satisfatórias sobre como metáforas são produzidas e interpretadas e qual é sua relação com as frases ditas literais. Entretanto, ainda não há unanimidade acerca do tratamento da questão. Na carência dessas teorias, cumpre verificar se o tratamento que recorre a outras competências humanas não conseguiriam nos brindar com respostas mais satisfatórias. Nesse sentido a solução do cognitivismo e principalmente da pragmática poderiam, no mínimo, ajudar a esclarecer um pouco melhor o fenômeno, senão dar uma resposta melhor à questão, a despeito da nossa suspeita da necessidade do código linguístico para a produção e interpretação de uma frase dita metafórica.

A terceira hipótese consiste na resposta à questão da especificidade do fenômeno da metáfora frente a outros fenômenos da linguagem. Seria o caso de que tal especificidade pudesse não ser de ordem ontológica, isto é, poderia não haver um fenômeno único e exclusivo que devêssemos chamar de metáfora? De fato, aparentemente existem alguns fenômenos na língua que, quando analisados sob a lupa da diferenciação metáfora-literabilidade, se tornam mais claros e nos mostram como informações dadas além do código linguístico podem ajudar a compor o significado do que é dito em uma frase. Este é o caso dos fenômenos pragmáticos das implicaturas conversacionais, justamente soluções que questionam o próprio papel do código linguístico na determinação do significado de uma palavra ou frase. Quando confrontada com a noção de contexto de proferimento ou da ação em curso, a noção de metáfora pode ainda ser mantida?

Outras questões se abrem quando tratamos desse fenômeno. A questão fundamental, entretanto, diz respeito à discussão acerca da dependência de metáforas em relação ao código linguístico ou a seu contexto de proferimento. Uma metáfora é determinada, indeterminada ou subdeterminada semanticamente? Quando o significado que atribuímos a um lance linguístico é determinado diretamente pelo que é dito via código linguístico diríamos que ele é determinado semanticamente. Assim, quando afirmo que “o gato está sobre o tapete”, o conteúdo e as condições de verdade avaliáveis em decorrência das

informações contidas na frase, a saber, que o gato está sobre o tapete, indicam que o significado dessa frase, quando assim compreendida, é determinado semanticamente. Por outro lado, quando um conteúdo não é determinado diretamente pelo que é dito via código linguístico diríamos que ele é indeterminado semanticamente. Esse é o caso, por exemplo, das informações que só podem ser inferidas a partir de frases contextualizadas, quando, por exemplo, acarreto o conteúdo de que não preciso me preocupar com o sumiço do gato já que meu interlocutor me disse que ele está sobre o tapete. Entretanto, há conteúdos que parecem não ser nem totalmente determinados nem totalmente indeterminados pela letra da frase e que sugerem algum tipo de subdeterminação semântica. Nossa principal hipótese é que o significado de frases ditas metafóricas fazem parte justamente dessa categoria. Metáforas seriam casos de subdeterminação semântica: o conteúdo metafórico da frase “os bosques estão sorrindo”, por exemplo, só poderia ser alcançado na medida em que aspectos semânticos da frase fossem levados em conta sem que isso significasse, por outro lado, a aceitação irrestrita das determinações semânticas da frase.

A fim de atingir estes objetivos, dividimos a discussão em seções. Passemos, pois, agora a oferecer uma breve consideração sobre as próximas seções procurando tecer também um panorama do argumento geral do texto. Na próxima seção discutimos o que entendemos por código linguístico e por metáfora. Por código linguístico entendemos aquela parte do fenômeno linguístico que é explicitamente humana e sobre a qual recaem considerações eminentemente semânticas. Apesar de ação em curso e as competências cognitivas terem um papel fundamental na produção e interpretação de uma metáfora, existe sempre um resto não explicitado que supõe isso que chamamos de código. A existência de fenômenos como as metáforas parece justamente corroborar esta hipótese. Entretanto, a noção de metáfora em si mesma não é clara. Buscamos, com a ajuda de Aristóteles, em uma ponta, e com a contribuição de teorias contemporâneas, em outra, delimitar melhor o fenômeno. Tal delimitação ajudará a defender que a noção de metáfora, apesar de ambígua, mantém relevância quanto tratamos de frases que destoam do significado literal que pode ser atribuído a elas.

Na terceira seção procuramos pontuar dois modos (ou métodos) de tratar o fenômeno e que se entrelaçam nas discussões sobre a metáfora. De um lado temos as propostas que partem da distinção mais comum entre semântica e pragmática. Os trabalhos de Davidson (1978) e Searle (1979) são fundamentais para entender o primeiro modo. Eles pontuam muito bem como o tratamento das metáforas é relegado a aspectos pragmáticos

da língua. Paralelamente a esse tratamento padrão, propostas que bebem em fontes mais coladas às ciências cognitivas propõem levar em conta, quer na explicitação do fenômeno das metáforas quer na própria delimitação da linguagem, aspectos da linguística cognitivista e da psicologia. Os trabalhos de Lakoff (1987) e Lakoff & Johnson (1999, 1980) são seminais para entender esse paradigma que atravessa os trabalhos relacionados às metáforas.

Na quarta seção discorreremos, então, acerca do tratamento padrão à questão das metáforas. Assumindo que um dos principais aspectos da linguagem é coordenar a ação em curso dos falantes, questionamos até que ponto o arcabouço griceano é eficaz para explicar as metáforas. Nesse quadro, metáforas são explicadas basicamente como explorações de máximas conversacionais. A vantagem de tal abordagem é conseguir mostrar que uma frase pode adquirir, conforme a ação em curso, um novo significado para garantir a sua relevância e, portanto, permitir a coordenação dos falantes. Uma metáfora, nesse modelo, não é uma propriedade explicitamente semântica da frase mas um resultado pragmático. Diante de um frase ambígua ou sem sentido, o ouvinte deve procurar outros aspectos salientes do contexto de fala para que a ação continue seu fluxo. No que tange às próprias frases metafóricas e seu significado, é adotada a distinção entre significado ou intenção do falante e significado da sentença e, portanto, desde um ponto de vista sentencial, significados metafóricos não existem. Davidson (1978), Searle (1979) e o desenvolvimento pragmático da teoria das implicaturas de Grice são fundamentais para entender como o fenômeno das metáforas é explicitado dentro do quadro semântica-pragmática padrão.

Na quinta seção tratamos da metáfora dentro de um quadro eminentemente semântico. Justamente a crítica operada pelos trabalhos ligados ao cognitivismo, bem como a insuficiência do tratamento padrão das metáforas pelo quadro semântica-pragmática, enseja um retorno explícito à semântica. Do debate entre minimalismo semântico e contextualismo nasce a principal alternativa para tratar o fenômeno das metáforas e para entender a função do código linguístico na determinação do significado de uma frase. Nesta seção procuramos mostrar como a distinção entre significado da sentença e significado ou intenção do falante que pauta a explicação da metáfora no quadro semântica-pragmática cede lugar para considerações acerca da influência do contexto da ação em curso. O quadro padrão de tratamento já indica que frases ditas metafóricas são amplamente dependentes do contexto de proferimento. Entretanto, seria o contexto de proferimento algo exterior ao contexto imanente da frase e à sua semântica? Para o minimalismo

semântico, apenas o Conjunto Básico de indexicais e demonstrativos (e algumas outras expressões da língua) são sensíveis ao contexto da ação em curso. Se metáforas não possuem expressões desse conjunto, a variação do seu significado frente à frase literal e semanticamente expressa é, para o minimalismo canônico, apenas uma questão de ato de fala. Por outro lado, para o contextualismo, não apenas os termos do Conjunto Básico são saturados por informações contextuais, mas, no limite, qualquer termo do código linguístico pode sofrer efeitos de enriquecimentos pragmáticos livres. Metáforas seriam, para o contextualismo mais radical, apenas um nome para processos amplamente presentes na língua. Entre o minimalismo canônico e o contextualismo radical, entretanto, há algumas possibilidades de tratamento das metáforas que não elimina de partida o problema e são estas que mais nos interessam.

Para desenvolver a resposta semântica à questão, tratamos do papel do contexto de proferimento segundo minimalistas e contextualistas trazendo o debate estabelecido entre Cappelen & Lepore (2005), Borg (2004, 2013) e Recanati (2010). Em meio a este debate procuramos estabelecer quais devem ser os critérios para afirmar se uma frase dita metafórica deve ou não ser tratada como uma questão de ato de fala, como propõe o minimalismo, ou como uma questão de enriquecimento pragmático livre. Reimer (2013) e Bezuidenhout (2001) apresentam o que seria uma resposta contextualista para a questão de como metáforas dependem ou não do código linguístico. Stern (2009, 2000), por outro lado, apresenta uma proposta que, ao mesmo tempo em que não nega os pressupostos básicos do minimalismo semântico, permite, em tese, a flexibilização contextual que vemos acontecer em frases ditas metafóricas. Em outra ponta, há ainda a proposta de Wearing (2013) que aparece como tentativa de equacionar a questão sem abdicar das teses principais do contextualismo.

Cabe ainda dizer que outros dois pontos atravessam esta tese. O primeiro diz respeito às influências que o paradigma cognitivista traz ao tema. Na década de 1980 os trabalhos de Lakoff & Johnson sedimentam um campo de investigação do fenômeno das metáforas que não pode mais ser negligenciado pelos pesquisadores da área. Lakoff & Johnson são responsáveis por apresentar um quadro teórico bastante convincente e empiricamente embasado segundo o qual alguns fenômenos linguísticos encontrariam suas raízes em processos cognitivos pré-linguísticos. Esse quadro teórico implica, senão o aceite de suas teses, pelo menos a sua depuração e crítica. No que tange ao nosso trabalho, procuraremos mostrar o alcance da tese cognitivista e até que ponto ela toca ou não a

questão central de como a produção e interpretação de metáforas depende do código linguístico. Nossa aposta é que as teses de Lakoff & Johnson são fundamentais para compreender como pensamos analogicamente, questão posta pela própria pragmática, mas são insuficientes para tratar do fenômeno das metáforas quando levamos em conta especificamente o papel do código linguístico.

A segunda questão que atravessa o texto é impulsionada pela tensão em não dispormos de uma noção suficiente de linguagem. Aliás, atravessando o objetivo de definir o papel do código linguístico na produção e interpretação de metáforas, há um desejo de alcançar uma definição de linguagem que satisfaça tal objetivo. Por ingenuidade quase enveredamos por esse caminho na tentativa de limpar terreno para definir qual é o nível de determinação semântica da metáfora. Entretanto, não queríamos correr o risco de ter o prólogo maior que a história. Mesmo assim, a tensão permanece, apesar de optarmos em restringir um pouco o escopo disso que chamamos de linguagem ao atentar para a sua parte mais material dada na escrita e na fala. Por isso, a opção em falar geralmente em código linguístico e não em linguagem que poderia remeter àquela entidade metafísica quase onipresente e escorregadia.

Por fim, concluímos que o melhor conceito para tratar da relação entre metáfora e código linguístico é o da subdeterminação semântica. É certo que isso não esgota a questão. Em primeiro lugar porque não há uma teoria amplamente aceita que é capaz de fazer a própria ligação entre o conteúdo expresso por uma frase e os conteúdos comunicados/compreendidos por meio dela. Em outras palavras, simplesmente é muito pouco o que sabemos acerca da relação do próprio código com os significados extraídos deles, mesmo quando estão em questão frases literais ou mais simples. Essa insuficiência tem duas principais causas. A primeira diz respeito aos dados provindos das pesquisas empíricas que estão longe de ter alguma unanimidade. A segunda, talvez causa da primeira, é justamente a dificuldade de sedimentar alguns conceitos chave para a própria pesquisa, tarefa essa mais teórica, por sinal. Assim, quando a questão é a própria metáfora, o problema é potencializado pois há, por um lado, um tratamento bastante comum ao fenômeno, provindo basicamente da matriz pragmática griceana que não pode mais ser sustentado sem ressalvas diante das perspectivas mais contemporâneas e, por outro lado, uma disputa entre dois campos de discussão, minimalismo e contextualismo, que, por ora, são, em suas raízes, irreconciliáveis.

Nossa discussão, portanto, ataca essas frentes. Não há como resolver uma porção de questões ligadas diretamente à relação entre

código linguístico e o que é feito, pensado e comunicado por meio dele. Algumas delas, entretanto, podem ser clarificadas entendendo a metáfora como um caso de subdeterminação semântica. A principal vantagem a nosso ver consiste em demonstrar que a solução pragmática é insuficiente para responder a questão pois frases ditas metafóricas parecem expressar diretamente seu conteúdo, ao contrário do que se poderia esperar de outros atos de fala ou implicaturas. Um segundo ponto diz respeito à solução cognitivista. A solução que utiliza dados das ciências cognitivas é promissora, mas ainda é insuficiente por não dispor de uma teoria adequada que trate da relação entre código e competências cognitivas. Por fim, tratar as metáforas como casos de subdeterminação semântica ajudam a esclarecer a própria discussão entre minimalismo semântico e contextualismo. Ambos apresentam boas soluções, ainda em elaboração, que embora teoricamente incompatíveis, justificam sustentar a tese da subdeterminação semântica da metáfora.



## 2 A noção de metáfora e o fenômeno das metáforas

Consideremos os grupos<sup>1</sup> de frases abaixo:

Grupo 1

- (I) Julieta é o sol.<sup>2</sup>
- (II) As planuras atacamenhas tinham uma atmosfera marciana.
- (III) Os bosques estão sorrindo.<sup>3</sup>

Grupo 2

- (IV) João está morto de fome.
- (V) Quebrei o pé da mesa.
- (VI) Rafael é um jundiá.
- (VII) A economia vai ladeira abaixo.
- (VIII) O palestrante foi aplaudido calorosamente.

Grupo 3

- (IX) Pensar uma flor é vê-la e cheirá-la  
E comer um fruto é saber-lhe o sentido.<sup>4</sup>
- (X) Tuas defesas são torres intransponíveis!<sup>5</sup>

---

<sup>1</sup> Fizemos a opção de escolher alguns grupos de frases que servirão de exemplo de frases ditas metafóricas. Outras frases serão apresentadas no decorrer do texto. White (1996) acusa as discussões teóricas sobre o fenômeno de serem muito pobres em exemplos e de elegerem sempre as mesmas frases. A solução dele é recorrer a uma gama de metáforas literárias que, supostamente, também seriam menos artificiais do que as sugeridas pelos filósofos. Quanto ao nosso texto, a fixação de um grupo de exemplos visa evitar, dada a proliferação de teorias apresentadas, o excesso de exemplos (o que nem sempre é fácil). E, assim como Bezuidenhout (2000), sustentamos que as metáforas do discurso ordinário, mesmo que não diretamente oferecidas por um corpus linguístico criteriosamente selecionado, são tão adequadas quanto as metáforas literárias por apresentarem o que, teoricamente, é o mais importante em uma metáfora, a saber, o desvio do significado literal que, desde Aristóteles, é tido como característica chave para compreender o fenômeno.

<sup>2</sup> SHAKESPEARE, **Romeu e Julieta**, Ato II, Cena II. Esse exemplo é recorrentemente usado por Stern (2013) e seus interlocutores no debate entre contextualismo e minimalismo semânticos.

<sup>3</sup> WEARING, 2013, p. 503.

<sup>4</sup> PESSOA, 2001, p. 44.

<sup>5</sup> LEVINSON, 1983, p. 151. No original: “*Your defence is an impregnable*”

(XI) Nenhum homem é uma ilha.<sup>6</sup>

(XII) Guerra é guerra.

#### Grupo 4

(XIII) A – Em que estado de espírito você encontrou o chefe?

B – O leão rugiu.<sup>7</sup>

Se há alguma característica em comum entre estas frases, diríamos que é a percepção de que elas expressam algum tipo de ideia diferente daquele expresso diretamente pela letra da própria frase. Diríamos que elas são *metáforas* pois o significado literal da frase não corresponde exatamente ao sentido expresso ou que se pretende ao se pronunciar ou escrever cada uma delas. De partida, alguns problemas podem ser suscitados e dizem respeito às próprias noções de literalidade, significado e sentido. No decorrer do texto procuraremos elucidar o que temos em mente ao recorrer a tais noções para definir de modo geral a noção de metáfora. De qualquer forma, estas frases podem nos dar a impressão de que nelas há um deslocamento no sentido de algumas palavras ou na frase como um todo frente ao que se esperaria do significado mais comum da própria frase, o significado que geralmente dizemos ser o literal. Outra forma de dizer isso, desde Aristóteles, é afirmar que nestas frases ocorreu uma transferência de um nome que passou a ocupar o lugar de outro de outra espécie ou gênero e, por isso, passaria a significar algo diverso do que costuma significar. Chamamos de metáforas as frases em que esse tipo de fenômeno ocorre.

Mas esse deslocamento não aparece sempre da mesma forma. A percepção de diferença entre os sentidos que uma expressão pode adquirir em uma metáfora e os seus significados ditos literais é geralmente mais saliente quando retomamos cada frase e nos detemos por mais alguns segundos questionando o significado de cada palavra que as compõem. Este é o caso, por exemplo, das frases do Grupo 2. No desenrolar de uma conversa, o sentido metafórico destas frases muitas vezes é ignorado. Afirmar que a economia vai ladeira a baixo ou que o palestrante foi aplaudido calorosamente quase sempre não causa qualquer efeito pronunciado. E quando tais expressões não são de imediato compreendidas, virtuais imprecisões e ambiguidades são rapidamente

---

*castle*”.

<sup>6</sup> DONNE, J. **Meditation XVII**. Do original: *No man is an island, entire of itself; every man is a piece of the continent, a part of the main*. Disponível em < <http://www.online-literature.com/donne/409/>> Acesso em 08/04/2017

<sup>7</sup> LEVINSON, 2007, p. 188.

resolvidas no desenrolar da conversa. Nestas metáforas mais comuns ou mortas, como a literatura também as chama, a própria construção metáfora tem um papel secundário frente à função comunicativa e cooperativa nas quais ela é empregada. De forma um pouco mais precisa, diríamos que o *contexto de proferimento* ou o *contexto da ação em curso*<sup>8</sup> desempenha um papel fundamental na determinação dos significados destas expressões a fim de evitar mal entendidos e garantir a precisão da linguagem e a cooperação do ato de fala. Em alguns casos, inclusive, o próprio uso reiterado garante a ampliação do próprio significado de palavras e expressões a ponto de ninguém costumar chamar de metafóricas, por exemplo, as expressões “pé da mesa” ou “morto de fome”.

Já as frases do Grupo 1 parecem manter algum tipo de estranhamento quase independentemente do contexto da ação em curso. De fato, é muito raro atribuir a pessoas o predicado “ser o sol” ou, a paisagens, o predicado “atmosfera marciana” ou, ainda, afirmar que entidades não humanas estão sorrindo. Quase sempre frases desse tipo são ditas metafóricas pois a própria frase parece impor algum significado que apenas tenuamente remete ao significado dito literal das palavras e expressões que compõem a frase. Prova disso é que apenas um contexto de proferimento muito específico poderia anular a interpretação metafórica em favor de uma interpretação literal. Exemplos desses contextos específicos seriam, por exemplo, fábulas infantis em que frases como (I) e (III) poderiam compor alguma narrativa em que objetos não

---

<sup>8</sup> A utilização do conceito de *ação em curso* remete a uma noção de contexto de proferimento um pouco mais fina do que a simples palavra contexto pode sugerir. Estamos nos referindo explicitamente a algo que acontece em um tempo e em um espaço e que segue um curso que depende da cooperação entre os falantes. Em outras palavras, não estamos nos referindo meramente à percepção de características salientes em um dado contexto, mas à própria interação (ação) entre os falantes que pode dirigir e fazer aparecer fatos salientes e relevantes para a interação linguística que acontece. Braida apresenta uma noção bastante próxima quando afirma, sobre a função que papéis temáticos desempenham na significatividade linguística, que “o ponto principal é a questão da categorização e da estruturação do significado linguístico. A hipótese aqui defendida é que o conteúdo semântico enraíza-se nas atividades sensorio-motoras, sendo as categorias e estruturas efeitos *a posteriori*, emergentes das práticas de interação cooperativa. É em função do acoplamento vital do organismo em seu meio, que articula o sensorio e o motor, que os traços mentais e linguísticos, bem como os atos e percepções, ganham sentido e significado” (BRAIDA, 2014, p. 555)

humanos são animados por características humanas. Entretanto, exceto nesses contextos fabulosos, tais expressões suscitam a intuição de que o significado da frase não é o mesmo do significado literal de cada palavra empregada.

Apesar de a cisão entre o que se esperaria do significado literal daquelas frases e os possíveis significados metafóricos que elas adquirem ser mais saliente em frases como as do Grupo 1, tal cisão também aparece em maior ou menor grau em frases dos outros grupos. Acabamos de falar sobre isso nas frases do Grupo 2. O mesmo vale para as frases do Grupo 3 e do Grupo 4. Nas frases do Grupo 3, dada a ambiguidade das frases e modo como são utilizadas, o deslocamento não parece recair apenas sobre uma palavra em específico, mas sobre o todo da composição. No verso de Caieiro em (IX) as palavras não parecem estar sendo usadas com significado desviante, mas a composição total é perceptivelmente insólita. O mesmo acontece com a frase (X) se consideramos que o jogador de xadrez que a pronuncia está se referindo às torres especificamente do adversário ou a toda a sua defesa ou, ainda, às duas coisas ao mesmo tempo. Por fim, frases como as do Grupo 4 também suscitam interpretações metafóricas mesmo que não sejam internamente desviantes. A resposta de B na frase (XIII) só pode fazer algum sentido no diálogo se ela for interpretada como possuindo um significado diferente do seu significado literal. Nesse caso, a percepção desse deslocamento acontece quando tomamos a totalidade do diálogo e não as palavras ou a frase individualmente.

Assim, tanto no Grupo 3 quanto no Grupo 4, a indicação de que estamos presenciando casos de metáforas está ligada novamente à percepção de que palavras e sua composição em frases remetem a um significado literal diferente do metafórico emergente da frase no seu atual contexto. A delimitação do fenômeno das metáforas parte, portanto, dessa intuição de deslocamento de uma palavra para um contexto de uso alheio ao campo semântico dado no léxico e nas suas regras de composição ou, dito outra forma, tal delimitação parte da percepção de que metáforas são casos em que o significado do código linguístico (estrutura, léxico, regras de composição e materialidade do signo) esteja sendo, de algum modo, subvertido ou negligenciado. A percepção desse deslocamento e estranheza fornece a base intuitiva da própria noção de metáfora.

Não é claro, entretanto, até que ponto esse deslocamento de uma expressão para um contexto de uso insólito é responsável pelo conteúdo comunicado pela frase dita metafórica. Dito de outro modo: é o contexto de proferimento que obriga uma nova interpretação ou a nova interpretação é uma possibilidade da própria letra da frase? Afirmar que

Julieta é o sol pode significar *qualquer coisa* a depender do contexto, ou pode significar *apenas um certo conjunto* de possibilidades previstas, de algum modo, pelo código linguístico? Estaria o viajante, quando diz que os bosques estão sorrindo, afirmando coisas que já estariam previstas, de algum modo, no significado das palavras que compõem a sentença ou qualquer coisa poderia ser dita, a depender do contexto da ação em curso? A questão é, então, determinar até que ponto os significados atribuídos a frases ditas metafóricas são dependentes dos significados codificados pelas palavras que compõem tais construções. *Dito de forma direta: até que ponto o significado metafórico é determinado pelo significado dito literal da frase? Qual é o papel do código linguístico na determinação de uma metáfora?*

## 2.1 O código linguístico

Falávamos que a questão que motiva nosso trabalho diz respeito à compreensão do papel do código linguístico na determinação do significado de uma metáfora. A utilização da noção de *código linguístico*, em vez de simplesmente *linguagem*, não é gratuita. Apesar de o fenômeno linguístico ser evidente, muitos fenômenos são chamados de linguagem. Nesta seção discutiremos a nossa opção em falar de código linguístico, suas principais características e o que estamos querendo dizer quando questionamos qual é o papel do código linguístico na determinação do conteúdo de uma metáfora.

Não dispomos de uma definição clara e uniforme de linguagem. Chierchia, ao tratar do papel de sua semântica, por exemplo, afirma que “a semântica, tal como a entendemos neste livro, é o estudo do significado das expressões das *línguas naturais*” (CHIERCHIA, 2008, p. VII, destaque nosso). Para definir o papel da semântica, o linguista recorre à noção de línguas naturais. Línguas naturais são entendidas, por sua vez, como as expressões faladas e escritas do português, inglês, chinês, etc. Entretanto, quais são as características das línguas naturais, tais como entendidas por Chierchia, que as diferenciam, por exemplo, das línguas artificiais, formais ou da língua dos animais? O próprio estudo desenvolvido pelo autor oferece indicações do que podemos esperar de uma língua natural, mas não permite distinguir por que e se apenas as línguas naturais devem ser chamadas propriamente de linguagem e se prestarem ao estudo da semântica. A troca de informação entre abelhas ou entre computadores poderia ser compreendida como linguagem?

Além disso, Chierchia supõe que as estruturas que garantem significatividade linguística aos enunciados da língua natural são estruturas válidas para todos os seres humanos pois a linguagem é “um componente biológico da espécie humana” (CHIERCHIA, 2008, p. 28). A princípio, não vemos problema em defender que a linguagem possua um componente biológico fundamental. Mas esta tese tem sido cada vez mais questionada. Novaes (2013), por exemplo, defende que a linguagem é muito mais um instrumento artificial de ampliação de capacidades cognitivas do que um dado biológico da espécie. Tanto Chierchia quanto Novaes, entretanto, compreendem linguagem como linguagem verbal (falada e escrita). Além dessa possibilidade de compreender a linguagem existe aquela de Lakoff e Johnson (1999) que nega que exista uma entidade específica que devesse ser chamada de linguagem apartada das capacidades cognitivas humanas que, segundo o cognitivismo, é bom que se frise, não são apenas verbais. Ou seja, segundo estes autores, compreender por linguagem apenas a superfície dos processos significativos seria apenas uma forma simplificada de tratar a questão que demandaria levar em conta muitos outros processos cognitivos. Por outro lado, estes autores cognitivistas não explicam o lapso que existe entre nossas capacidades cognitivas e o próprio mundo da linguagem.

Justamente devido a essa dificuldade, usar a noção de linguagem sem atentar para a arbitrariedade da separação entre linguagem verbal e outros tipos de linguagem e até mesmo sem atentar a seu estatuto ontológico (biológico ou artificial) parece levar mais a mal entendidos do que contribuir com a discussão. Justamente por isso falamos, justamente, em código linguístico. Com isso não nos comprometemos diretamente com uma teoria específica da linguagem. Mas o que compreendemos por código linguístico?

Novaes (2013) elenca algumas propriedades prototípicas que estariam presentes em quase todos os fenômenos que chamamos de linguagem. Enquanto propriedades prototípicas, como veremos mais abaixo, elas não esgotariam as propriedades de algo que pode ser chamado de linguagem e, por outro lado, não exigiriam que tudo que chamamos de linguagem as possua integralmente. De modo geral, o que chamamos de linguagem, segundo Novaes, possui como características: ser falada ou emitir/emular sons, possuir uma sintaxe, possuir uma semântica ou ser signo para alguma coisa ou evento e, por último ser usada para comunicação. Como se pode notar, nem tudo o que chamamos de linguagem possui todas essas propriedades: a própria linguagem escrita não possuiria todas as características prototípicas elencadas por Novaes pois prescindimos da fala quando escrevemos e é até mesmo

questionável se um texto expositivo ou explicativo tem a função de comunicar; a linguagem de alguns animais possuiria quase todas essas propriedades: são usadas para comunicar, utilizam vocalização e servem para significar algo, mas prescindem de uma sintaxe plena; linguagens matemáticas, por último, não teriam as funções comunicativa, semântica ou de ser falada para serem chamadas de linguagem, mas possuiriam uma sintaxe.

Se isso é verdade, a noção de linguagem pode designar vários fenômenos que não mantêm algum tipo de identidade. Dito isso, questionar a relação entre metáfora e linguagem parece um pouco trivial. Ninguém nega que a metáfora seja um fenômeno linguístico. Até mesmo as teorias cognitivistas de Lakoff & Johnson não negam a existência das metáforas da linguagem embora as interpretem a partir do que chamam de metáforas cognitivas ou metáforas conceituais, se usarmos a terminologia dos autores. É trivial afirmar, então, que a metáfora enquanto fenômeno que aparece em frases e palavras é dependente da linguagem. Todavia, é necessário focar no aspecto da linguagem que realmente torna uma metáfora algo que acontece com palavras e frases. Com essa finalidade acreditamos que é necessário invocar algum tipo de aspecto específico da linguagem humana. Esse aspecto é posto em relevo quando recorremos à noção de código linguístico.

Em primeiro lugar, o código linguístico, diferente da noção de linguagem, é algo palpável. Podemos apontar para o código. Podemos nos referir ao código dizendo: estes sons que acabei de emitir fazem parte do código linguístico. Ora, mas podemos também apontar para estas letras e dizer que isso é a linguagem, diria o primeiro crítico. Seria este mesmo o caso? Se pensamos que a linguagem é um componente biológico da espécie humana, onde estaria isso que chamamos de linguagem? Se acreditamos que não há pensamento sem linguagem, onde estaria essa linguagem que sustenta o pensamento? Com isso não afirmamos, de modo algum, que não há linguagem. Tão somente estamos chamando a atenção para a materialidade que temos em mente quando tratamos de linguagem. Estamos falando disso que aparece em uma folha escrita ou que se ouve quando conversamos com alguém e que pode ser chamado de código linguístico.

Por óbvio, a linguagem quando entendida a partir da noção de código, não é qualquer signo apartado do resto do código. A linguagem possui, segundo Novaes, “um alto nível de sistematicidade no modo como as palavras são combinadas para formar expressões complexas” (2013, p. 34). Utilizamos regras de sistematização e combinação a fim de garantir tanto a própria fala quanto o significado e comunicação das expressões.

É difícil imaginar uma linguagem falada, significativa e comunicativa que não seja regida por regras de formação e combinação de palavras e frases. Essas regras de combinação dão à linguagem natural o poder de gerar um conjunto ilimitado de expressões a partir de um conjunto limitado de unidades fonéticas, do menos complexo ao mais complexo. Para Fitch, essa propriedade é justamente a sintaxe ou a gramática: “sintaxe ou gramática é o sistema gerativo que permite a decomposição e a produção de estruturas hierárquicas na linguagem” (FITCH, 2005, p 195).

Essa propriedade é exclusiva das linguagens humanas? É importante que se diga que há teóricos que defendem que não. Eles afirmam que existe algum tipo de sistematicidade e hierarquização em vocalização de alguns pássaros e baleias, por exemplo (Cf.: NOVAES, 2013, p. 36 e FITCH, 2005, p. 195). Entretanto, falta às linguagens de animais não humanos o princípio gerativo que permitiria gerar *recursivamente* novas expressões a partir das velhas. Fitch afirma, por exemplo, que nossos parentes próximos, os chipanzés, não possuem um sistema sintático capaz de codificar e comunicar significados mais complexos apesar de certamente terem conhecimento sobre leopardos, frutas, cavernas e muitas coisas ao seu redor (cf. 2005, p. 195). Novaes, na mesma direção afirma que

While other animals are apparently able to produce and understand short sequences of discrete signs (Fitch 2005: 206), and while there has been increasing interest in the sophisticated ‘syntax’ of songbirds’ vocalizations, to date no similar level of complexity to that of even fairly simple human oral linguistic exchanges has been observed in non-human animals. (NOVAES, 2013, p. 36)

Para teóricos de viés chomskyano, aliás, a capacidade de recursão da linguagem é uma propriedade exclusiva e diferenciadora das linguagens humanas quando comparadas às linguagens dos outros animais: “We hypothesize that FLN [faculty of language in the narrow sense] only includes recursion and is the only uniquely human component of the faculty of language.” (HAUSER, CHOMSKY e FITCH, 2002, p. 1569). Essa suposição está também em sintonia com o pressuposto chomskyano da habilidade inata para a recursão que seria marca das linguagens humanas.

Apesar de invocarmos o paradigma dominante bastante lexicalista, não nos comprometemos diretamente com todos os seus postulados. Borer (2013), por exemplo, questiona o modelo lexicalista por dar

importância apenas aos aspectos sintáticos-semânticos do código linguístico. Para a autora, os aspectos fonológicos das palavras são também fundamentais nos processos que envolvem a produção e interpretação de frases. Além disso, para Borer, estes aspectos cognitivos ligados diretamente à fonologia se sobressairiam aos aspectos eminentemente semânticos da própria linguagem. Seja como for, a opção por utilizar a noção de código linguístico visa deixar mais claro o tipo de entidade a que estamos nos referindo quando falamos de linguagem e sua função na produção e interpretação de metáforas. Estamos nos referindo àquela parte da linguagem que guarda algum tipo de convencionalidade, recuperabilidade pela memória ou pela leitura, um certo número finito de unidades (atômicas ou não) de sentido, regras de geração e interpretação, que tem sua materialidade garantida na escrita e na fala, e, fundamentalmente: aparece como unidades gráficas ou fonéticas relativamente estáveis, identificáveis e reidentificáveis.

## **2.2 A subdeterminação semântica da metáfora (1)**

Se o que dizemos até aqui está correto, podemos dar um passo além e questionar quais seriam as especificidades do código frente ao seu uso. Isso ajuda a esclarecer um pouco mais o que temos em mente quando invocamos a noção de código linguístico. De fato, a linguagem pensada enquanto código linguístico aparece o tempo todo sendo usada para comunicação, para exposição de ideias ou, até mesmo, para a realização de obras de arte. De um lado, temos o código e, de outro, o que fazemos com o código a depender da ação em curso. Não se trata de artificialmente separar esses dois domínios. Não há dúvida que usamos a linguagem para performar ações. Reiteradamente estamos usando a linguagem para nos comunicarmos e nos coordenar. Entretanto, também nos coordenamos e nos comunicamos prescindindo da linguagem. Um abraço é expressão de afeto e comunica muito a quem abraçamos. Um olhar de reprovação pode ser mais eficaz do que um discurso elaborado. Um bebê, pelo choro, deixa claro à mãe que está com fome. Por outro lado, o leitor pode decifrar as palavras utilizadas na escritura deste texto sem necessariamente entender minhas intenções ou mesmo possuindo poucos dados relativos ao meu contexto de proferimento. Ou no caso da frase (I), alguém que jamais tenha lido Shakespeare e seja um falante minimamente competente de português entenderá o significado literal da frase mesmo não tendo acesso ao contexto da obra a fim de interpretá-la metaforicamente.

Parece, então, ser possível sustentar que há algum tipo de cisão entre o código linguístico e aquilo para que o código é usado ou entre o código e a própria ação em curso. Mas a que tipo de cisão estamos nos referindo? Considere, por exemplo, a seguinte frase:

(1) O gato está sobre o tapete.

Apenas com o que foi dito não podemos saber a que gato a frase se refere ou se o gato está dormindo ou arranhando o tapete ou se devo me preocupar com a saúde do gato. Em outras palavras, a mera afirmação de (1) não permite inferir todas as intenções com que usamos essa frase. Por outro lado, não podemos dizer que essa frase é desprovida de significado. O simples fato de sermos competentes em língua portuguesa nos permite entender o significado de cada termo e, inferir (no mínimo algumas) das condições de verdade dessa frase. Esse tipo de fenômeno está na base dos questionamentos acerca da possibilidade de se resumir o código linguístico à mera função pragmática de coordenação entre indivíduos. O exemplo mostra que usamos a linguagem para nos comunicar e nos coordenar, mas, como já indicamos acima, também nos comunicamos sem código linguístico ou usamos o código quando a sua função não é fundamentalmente comunicativa.

Entretanto, esta cisão tênue entre o que é diretamente dito pelo código linguístico (a *proposição semanticamente expressa* (CAPPELEN & LEPORE, 2005)) e o que é efetivamente comunicado (*intenções do falante* (SEARLE, 2013) e *implicaturas conversacionais* (LEVINSON, 2007)) torna-se mais complexa quando tratamos do fenômeno das metáforas. Em frases literais do tipo de (1) é possível estabelecer claramente qual é a proposição semanticamente expressa, a saber que “o gato está sobre o tapete” e, a partir do contexto de proferimento, inferir as intenções do falante que podem ser as mais diferentes implicaturas (“devo ficar preocupado com o tapete”, “o gato está com fome”, “o gato é desagradável”...). Por outro lado, em uma frase como a (III) parece que, de partida é exigido de nós algum tipo de interpretação metafórica: de que modo bosques podem sorrir senão metaforicamente? Isso significa, entretanto, que em tal frase haveria alguma mudança de significado motivada já no nível semântico? Estes pontos ensejam as questões relativas ao código e ao contexto de proferimento em que aparecem metáforas: até que ponto precisamos recorrer a informações exteriores ao código linguístico para determinar o significado metafórico de uma frase? Até que ponto o significado literal é relevante para a interpretação de uma metáfora? O fenômeno das metáforas borra as fronteiras disso que chamamos de semântica (por se referir ao código) e da pragmática (por

se referir à ação em curso) ou é apenas uma questão que deve ser resolvida em um dos lados dessa discussão? Assim, retornamos à questão: *até que ponto o significado de uma frase dita metafórica depende do significado literal da frase?*

Além disso, a noção de metáfora, supõe a noção de significado próprio, este identificado como o significado literal. Uma frase dita metafórica é pensada como a contraparte de uma frase dita literal. É certo que definir uma metáfora negativamente como aquilo que não é literal pouco elucida acerca do problema pois resta a questão sobre o que querem dizer as próprias noções de significado e de literalidade. Assim, para falar acerca do fenômeno que aparece naquelas frases iniciais e que chamamos genericamente de metáforas, é relevante tratar também da própria noção de literalidade. Isso, aparentemente é resolvido recorrendo novamente à intuição de que as palavras e frases de uma língua possuem significados relativamente estáveis e determináveis e, nesse sentido, literais. A favor disso, existe novamente a crença de que a relativa estabilidade dos significados de uma língua parece ser condição da própria comunicação. Este é, aliás, um dos pilares da compreensão da significatividade linguística desde Platão. Mas uma metáfora novamente parece romper com essa estabilidade. Justamente por isso que questionamos o papel do código linguístico na determinação do possível significado metafórico de uma palavra ou frase.

A relação entre significado metafórico e literal pode ser compreendida de três modos: significados literais não determinam o significado da frase dita metafórica; significados literais determinam apenas em parte o significado da frase dita metafórica; ou significados literais determinam totalmente o significado da frase dita metafórica. No primeiro caso, o significado metafórico é causado por efeitos alheios à semântica da própria palavra ou frase. São efeitos exclusivamente pragmáticos ou cognitivos. Podemos chamar essa posição de tese da indeterminação semântica da metáfora. Nesse caso, os significados lexicais ou morfológicos não influenciariam o significado alcançado ou pretendido pela expressão dita metafórica. No segundo caso, o significado metafórico é dirigido pelo significado lexical ou morfológico das palavras, mas não é determinado por eles. Uma metáfora depende, se esta tese é verdadeira, de efeitos semânticos sem que, todavia, estes sejam suficientes para preencher o significado da metáfora. Essa posição pode ser chamada de tese da subdeterminação semântica das metáforas. No terceiro caso, o significado metafórico é determinado pelo sentido literal das próprias expressões. Chamamos de tese da determinação semântica completa das metáforas. Neste caso, as próprias noções de metáfora e

literalidade podem ser negligenciadas pois ou bem todos os termos significam aquilo que o contexto lhes determina a cada caso, num extremo em que a semântica da palavra ou frase é determinada totalmente pelo contexto da ação em curso, ou bem todos os termos significam aquilo que foi introduzido implícita ou explicitamente como significado de um termo, no outro extremo em que a semântica da palavra ou frase é determinada totalmente pela lexicalização.

A hipótese que perseguiremos nesta tese é de que o significado metafórico de uma metáfora é subdeterminado pelo significado literal da palavra ou frase utilizada, portanto o segundo caso indicado acima. Esse posicionamento fica entre aquele que postula que a metáfora é indeterminada linguisticamente pelo significado literal e aquele que defende que ela é determinada totalmente por tal significado. A hipótese da subdeterminação semântica das metáforas não pensa as metáforas como meras decorrências cognitivas ou pragmáticas do uso do signo em que não importa o código estabelecido, tese essa da indeterminação semântica; nem como totalmente determinada pelo significado literal do código, caso este em que estaríamos simplesmente diante da introdução de um novo significado para uma palavra.

É certo que poderíamos abdicar da questão ao assumir uma atitude radical de pluralidade semântica absoluta, isto é, poderíamos assumir que o significado de cada palavra e de cada frase é totalmente determinado pelo seu uso e, portanto, seu significado seria sempre próprio ou literal. Esta tese, aliás, possui as mesmas consequências da tese da determinação semântica da metáfora. Um bom exemplo desse modo de entender a significatividade linguística está presente na noção de jogos de linguagem do segundo Wittgenstein, na qual o jogo pragmático estabelecido entre os falantes determina o significado total dos signos linguísticos. Nesse caso, o uso desviante de um termo qualquer quando não suportado pragmaticamente não geraria, segundo essa perspectiva, uma metáfora, mas um mal entendido. De modo inverso, garantida a comunicação e o entendimento entre os falantes, estaríamos diante de frases e palavras empregadas em sentido próprio (não-desviante) e, portanto, recorrer à noção de metáforas seria irrelevante e inútil.

A nossa proposta, entretanto, se contrapõe a essa última alternativa pois defendemos não dissolver as próprias noções de metáfora e literalidade. Sustentamos que há um domínio próprio do código linguístico que não pode ser diluído na mera cooperação entre os falantes. Dito de forma explícita, defendemos, e acreditamos poder deixar isso claro no desenvolvimento desse texto, que usamos o código linguístico para nos coordenar, mas as propriedades do código não se resumem a essa

função pragmática. Frases ditas metafóricas figurariam justamente nesse liame em que o código é posto ele mesmo em relevo para produzir efeitos linguísticos relevantes.

Se isso não for suficiente para justificar essa tomada de posição em manter a diferença, ao menos metodológica, entre metáfora e literalidade, basta lembrar que a noção de metáfora aparece recorrentemente na literatura como possuindo um valor teórico importante. Por meio dela se pretende entender como uma mesma palavra pode não apenas mudar de significado mas como os falantes parecem jogar intencionalmente com o significado das palavras para produzir efeitos interessantes. Tais efeitos são amplamente utilizados na linguagem literária, mas não se restringem a ela. Isso causa a suspeita de que as palavras da língua natural podem suportar esse tipo de tensionamento em seus significados sem que elas caiam no sem sentido ou absurdo. A tese da subdeterminação semântica das metáforas aposta justamente que uma metáfora deve algo ao significado literal das palavras justamente por supor a possibilidade da retomada dos significados literais mesmo subvertendo-os.

### 2.3 A *epifora* do nome

Aristóteles, na *Poética*, define a metáfora como a *epifora* ou transferência do nome. Para o Estagirita, “a metáfora é a transferência para uma coisa do nome de outra, ou do gênero para espécie ou da espécie para o gênero, ou da espécie de uma para o gênero de outra, ou por analogia” (*Poética*, 1457b 6-9). A partir dessa definição, a sorte da metáfora foi ligada à ideia de *transferência (epifora)* de nome. Por isso, a *epifora* do nome é o traço que a retórica retém ao compreender a metáfora como transposição de um termo de seu sentido próprio para outro sentido em que se torna figurado. Toda uma variedade de leitores de Aristóteles, desde Quintiliano até a retórica francesa e a Nova Retórica do século XX, encontra na *epifora* do nome a chave para compreender a metáfora (Cf.: MARCUSCHI, 2000). A finalidade da metáfora, entretanto, é eminentemente retórica e não propriamente linguística ou cognitiva. Isto porque se assume, em dada medida, que uma palavra figurada vem apenas preencher uma lacuna semântica ou ornar a frase.

Interessante notar que se, por um lado, o tratamento e finalidade eminentemente retóricos de expressões ditas metafóricas possuem em Aristóteles o ponto de inspiração, por outro, o filósofo grego também deixa aberta a possibilidade de tratá-la a partir de outro registro. Para o Estagirita, a metáfora como *epifora* do nome (que serve de inspiração à

retórica) também se presta à instrução<sup>9</sup> (Cf.: Retórica III, 10 1410b 13). De fato, se retomamos as quatro espécies de metáfora enumeradas por Aristóteles, “do gênero para espécie ou da espécie para o gênero, ou da espécie de uma para o gênero de outra, ou por analogia”, já podemos encontrar no próprio Aristóteles, principalmente a partir das duas últimas, duas das teses que fundamentam o tratamento da metáfora nos dias atuais. São elas: a relação da palavra transferida com o local ou campo semântico do qual ela é deslocada e a capacidade de provocar algum abalo cognitivo ou *insight*. Vejamos os quatro casos de transferência para compreender a delimitação feita por Aristóteles acerca do fenômeno.

As duas primeiras espécies de metáfora consistem, segundo a classificação aristotélica, na transferência de um nome de uma coisa para outra coisa em que a primeira é uma espécie e a segunda é um gênero e vice versa. Exemplo do primeiro tipo de metáfora, para Aristóteles, é

(2) “Aqui minha nave se deteve” (Poética, 1457 b).

“Estar ancorado” é, para Aristóteles, parte do gênero “deter-se”. Assim, essa frase significa algo como “Aqui minha nave está ancorada”. O nome do gênero, portanto, substitui o nome da espécie. O inverso também pode acontecer, ou seja, a transferência do gênero para a espécie, como no exemplo:

(3) “Milhares e milhares de gloriosos Ulisses levou a cabo”  
(Poética, 1457 b).

Em que “milhares e milhares” está para “muitos”, isto é, uma espécie está a substituir um gênero. Notemos que estes casos são muito próximos do que, atualmente, chamaríamos de hipérboles e metonímias. Mas isso não é relevante para o Estagirita pois a transferência do nome é o traço essencial que o filósofo retém ao tratar do fenômeno a ponto, inclusive, de eleger a metáfora como a mãe de todas as figuras. Além disso, ambos os casos remetem aos caminhos comuns da língua, isto é,

---

<sup>9</sup> Para Aristóteles, em uma metáfora, o poeta, “nos instrui e nos dá um conhecimento por meio do gênero”. Ricoeur em *A metáfora viva* (2005) dedica o primeiro de seus oito estudos para defender esta tese. A retórica clássica reteve da definição aristotélica de metáfora apenas o seu caráter de transposição como está indicado na *Poética*. Todavia, o Estagirita também destacara o seu caráter instrutivo na *Retórica*. Ao expor essa tese, Ricoeur questiona tanto os postulados da retórica tradicional, quanto a leitura que a retórica fez de Aristóteles acerca da metáfora. Ricoeur desloca a interpretação do fenômeno das metáforas do caráter superficialmente estilístico para a profundidade de uma discussão linguística.

nos referimos a homens como mortais, a plantas e animais como seres vivos, etc., sem que isso seja tomado necessariamente como uma metáfora.<sup>10</sup>

Se as duas primeiras espécies de metáforas são bastante comuns e hoje nem chamaríamos de metáforas propriamente ditas, a terceira e a quarta espécie são mais interessantes. A terceira espécie acontece quando se dá o nome de uma espécie a outra espécie. Neste tipo de metáfora dizemos atualmente que acontece uma transgressão categorial. É exemplo desse tipo de metáfora, segundo Aristóteles, a frase:

(4) “Tendo-lhe esgotado a vida com seu bronze”

na qual “esgotado” está para “tirar a vida”. Nesse caso, “tirar a vida” e “esgotar” não podem ser tratados como gênero e espécie um do outro pois eles estariam num mesmo nível categorial, num mesmo nível de uma árvore de classificações como a de Porfírio<sup>11</sup>. Nessa metáfora, o ouvinte não seria convidado a fazer generalizações e especificações. Ele seria convidado a procurar semelhanças e diferenças entre as palavras “esgotar” e “tirar a vida” e a buscar um termo intermediário, usando as palavras de Eco (2001). Esse termo intermediário permitiria estabelecer o nexos entre uma espécie e outra sem, entretanto, necessitar algo mais genérico que elas. O termo intermediário entre “esgotar” e “tirar a vida” poderia ser alguma coisa relacionada a “findar”. Mas “findar” não estaria *a priori* presente na definição de qualquer um dos dois termos, como acontecera com “milhares e milhares” e “muitos” da metáfora da segunda espécie, por exemplo.

A quarta espécie é ainda mais interessante no que tange ao deslocamento presente nas metáforas. É a metáfora por analogia. O exemplo vem da Retórica:

(5) “Os jovens que morreram na guerra deixaram um vazio tão sensível na cidade como se do ano se arrancassem a primavera” (Livro III, 1411 a).

---

<sup>10</sup> A inclusão em classes e o movimento do mais simples ao mais complexo e vice-versa é tanto um pressuposto aristotélico quanto é apoiado por evidências cognitivistas (LAKOFF & JONHSON, 1999).

<sup>11</sup> Eco (2001) sugere compreender a transferência presente nessa terceira espécie de metáfora como transferências entre categorias de um mesmo nível de uma árvore de Porfírio, figura recorrente no problema das categorias da lógica medieval.

A analogia é entre “jovens” e “primavera” e “cidade” e “ano”: o que os jovens são para a cidade, o é a primavera para o ano. Novamente o que vemos aqui não é um caminho comum da língua que opera classificações indo de espécies a gêneros. A metáfora por analogia recategorizaria as próprias palavras ao propor uma proporção entre aquilo para o qual não havia proporção ou semelhança. Essa recategorização presente na terceira e na quarta espécies de metáfora – na quarta principalmente – é o que permite a Aristóteles dizer que a metáfora também se presta à instrução. Ela não apenas captura uma semelhança natural entre aquilo de que se fala mas instaura uma semelhança aí onde nada havia. A este movimento que acontece na linguagem daríamos atualmente o nome de *insight* ou abalo cognitivo.

Mas o que significa *instruir* por metáforas ou causar um abalo cognitivo? Não seria supor que a linguagem, por meio de uma metáfora, paralelamente à sensibilidade, também poderia oferecer conteúdos cognitivos? Ou seria postular que uma metáfora, por meio de palavras conhecidas, poderia apresentar, um novo conteúdo semântico? Ou ainda, não seria indicar que metáforas remetem àquela parte do jogo linguístico eminentemente cooperativa que não se esgota no significado fundamental das palavras e frases?

Apesar de parecer trivial, assumir que informações novas possam ser fornecidas apenas via linguagem não é algo simples de demonstrar. O mais comum é assumir que a linguagem possua apenas um caráter referencial e não um caráter inferencial ou performativo. Assume-se que, por meio da linguagem, estamos nos referindo a coisas que antecedem à nossa expressão e não a coisas que são instituídas pelos nossos falares. Essa posição mais comum influencia, inclusive, as próprias teorias cognitivistas segundo as quais, seguindo Lakoff e Johnson (1999), a percepção e a empiria parecem ter um papel fundante quando a questão é saber como adquirimos novos conhecimentos. Também está na base como a própria linguística pensa a própria função da linguagem durante o século XX. Entretanto, como bem assinala Dor, é possível defender que não apenas a percepção e a empiria são fontes de conhecimento. Segundo o autor,

following the code, the interlocutor raises past experiences from memory, and then reconstructs and recombines them to produce novel, imagined experiences. Language is thus the only system that allows for communication that actually bridges the *experiential gaps* between speakers. In doing that,

it opens a venue for human sociality that would otherwise remain closed. (2015, p. 2)

Segundo essa tese, a linguagem possui a capacidade de conectar os falantes, preenchendo as lacunas na experiência e transmitir algum conteúdo. Ao contrário de linguagens que supõem a experiência da coisa comunicada, como acontece nos códigos usados por animais, a linguagem humana prescinde de tal experiência. Assim, falar acerca da linguagem e da significatividade linguística deveria incluir entre seus temas a capacidade de, via linguagem, termos novos conteúdos semânticos, acessarmos a intenção do falante e elaborarmos novos conceitos. Eis o ponto em que significatividade e cognição se tocam e a metáfora, a exemplo de Black (1962), aparece como exemplo paradigmático de como ganhos cognitivos são proporcionados precisamente via linguagem. Assim, se pretendemos compreender questões acerca da significatividade linguística parece bastante importante entender não apenas como o signo se liga ao seu significado ou referência mas, também, como os signos são usados pelos falantes e como eles dependem da constituição cognitiva de quem fala. Uma teoria da metáfora não prescinde, portanto, de esclarecimentos semânticos, pragmáticos e cognitivos pois parece depender, assim como a própria significatividade linguística, destes três domínios de investigação.

É certo que todas estas questões não derivam da tese aristotélica sobre a metáfora. Seria extrapolar em muito o que ele teria dito e chegado até nós. Mas é importante que se diga que, já para o filósofo antigo, a metáfora não serve apenas como mero ornamento. O fenômeno, quando investigado, pode dizer muito acerca da própria linguagem, do jeito como usamos as palavras nas frases e do jeito como nos instruímos quando expostos à linguagem. Diríamos que a capacidade de instruir por metáforas, conforme indicara Aristóteles, revela justamente essa faceta da própria linguagem.

Em Aristóteles, portanto, encontramos dois temas que despertam até hoje o interesse dos estudiosos pelo fenômeno das metáforas. O primeiro diz respeito à definição mais intuitiva de metáfora. Ele postula que em uma metáfora há uma transferência de uma palavra para outra frase em que ela está com seu sentido deslocado. Esse deslocamento pode ser de alguns tipos, com destaque para o deslocamento do nome de uma espécie para outra espécie e do deslocamento que supõe uma analogia. Uma metáfora permitiria entrever em ato como a própria linguagem significa ou como utilizamos e ampliamos o código linguístico para ampliar os significados da própria linguagem. A segunda diz respeito à

intuição que vê na metáfora uma importância para a instrução ou, nas palavras atuais, uma importância cognitiva. O fenômeno permitiria fazer a ligação ente nossas faculdades cognitivas e nossa capacidade de linguagem ou mostraria como o código linguístico pode ser usado para não apenas codificar mas transmitir conteúdos cognitivos. Assim, se por um lado há indícios cognitivos do papel da metáfora, há também indícios da necessidade do código instituído e das interações pragmáticas e contextuais com o próprio código. A metáfora parece mobilizar várias facetas da linguagem. De que forma compreender esses aspectos ajudaria a compreender a própria linguagem?

## 2.4 A relação entre significado literal e metáfora

O que significa dizer que uma palavra possui um significado literal ou que ela foi transferida e, portanto, aparece em uma nova frase metaforicamente? A suposição da existência de um significado literal do qual a metáfora é sua transposição é fundamentalmente pensada como transferência em que o parâmetro são frases literais. Stern (2013) propõe tratar dessa relação entre frases metafóricas e literais questionando de que forma uma frase literal é ou não *causa* do significado metafórico. Há algumas possibilidades de causação: ou o proferimento literal é causa semântica do proferimento metafórico ou é causa não semântica (pragmática ou cognitiva) ou não é causa de modo algum. Nesta seção trataremos dessas possíveis relações e de como é difícil, senão impossível, negar algum tipo de causação semântica entre literalidade e metáfora.

O mais comum é sustentar que existe algum tipo de causalidade e, de modo geral, acreditamos que isso se dê devido a algum tipo de semelhança que o significado metafórico mantém com o significado literal do termo que o invoca. Por exemplo, consideremos a frase exemplo (II). Relatando minha viagem ao deserto do Atacama, no norte do Chile, costumava afirmar a respeito das paisagens de fim de tarde naquele lugar:

(II) As planuras atacamenhas tinham uma atmosfera marciana.

A expressão “atmosfera marciana” tem um significado literal que pode ser acessado pelos ouvintes bastando que, para isso, eles possuam algum tipo de *background* formado através de imagens, contos, filmes, etc. Isso quer dizer que o significado literal de “atmosfera marciana” remete a um conjunto de significados minimamente compartilhado pelos ouvintes. Entretanto, a expressão foi usada para se referir a determinada paisagem terrestre e, para a frase fazer sentido, o ouvinte deve poder fazer

algumas inferências e suposições. Ora, acreditar que o significado literal possa ser a causa do significado metafórico implica, no caso, que o ouvinte seja capaz de, por exemplo, perceber alguma semelhança entre o que se espera da atmosfera do planeta vermelho e a de um deserto aqui na Terra. Em outras palavras, a possibilidade de interpretação da suposta metáfora residiria na percepção de alguma semelhança que os termos usados literalmente na frase poderiam *causar* ao aparecerem em um outro contexto. Aparentemente essa causa é semântica, isto é, o *significado* de “atmosfera marciana” seria semelhante ao que se espera do *significado* de “planuras atacamenhas num fim de tarde”. Mas há outras possibilidades de causação. Para tratar disso, recorreremos à tese de Davidson (1978) e à leitura dessa tese feita por Rorty (1987) que tratam, respectivamente de causações híbridas e de causações não semânticas.

Segundo o famoso adágio de Davidson, metáforas significam o que as palavras em sua interpretação mais literal significam e nada mais. Isso implicaria, de partida, que não haveria, propriamente falando, significados metafóricos. Aliás, a principal tese de Davidson no texto *What metaphors mean* (1978) é justamente esta. Ele não sugere que frases ditas metafóricas sejam sem sentido, mas defende que metáforas diriam respeito ao uso das palavras e não propriamente ao léxico. Para que isso seja possível é necessário que os significados literais das palavras não entrem na composição do conteúdo da metáfora. Esse seria um caso de causalidade pragmática estrita pois o significado dos termos nada contribuiria para a interpretação do significado da metáfora. Notemos que é difícil sustentar esse tipo de causalidade em que o significado dos termos não influenciasse, de algum modo, mesmo que minimamente, a interpretação metafórica de uma frase. Seriam aqueles casos extremos em que, por exemplo, o falante faz um pedido usando uma palavra, intencionalmente ou não, com significado alheio ao pretendido e, mesmo assim, é compreendido pelo ouvinte. Alguém poderia, por exemplo, pedindo para passar o açúcar no café da manhã, ser plenamente compreendido ao dizer:

(6) Me passa *o coisa*?

Ou ainda, estando com calor e próximo ao ventilador, solicitar ao seu parceiro:

(7) Liga o liquidificador?

Nenhum dos dois casos, todavia, consegue excluir de todo o significado literal dos termos do cálculo do conteúdo comunicado pela frase. No primeiro caso, “coisa” funciona quase como um demonstrativo.

No segundo, apesar de bastante insólito, o termo “liquidificador” pode remeter a “ventilador” pois ambos são aparelhos elétricos com um eixo que faz girar algo rapidamente, por exemplo.

Justamente por não poder excluir de todo o significado literal do termo empregado em uma metáfora, Davidson dá a eles uma função semântica e acaba defendendo um tipo de causalidade híbrida. Davidson sugere que é a falsidade patente ou a verdade óbvia que poderiam deflagrar a interpretação metafórica. Seja como quer o filósofo ou conforme vemos nas frases (6) e (7), o significado metafórico parece não ser de todo aleatório mas, sim, motivado de algum modo pela semântica da frase. Podemos dizer que o significado da metáfora seria apenas subdeterminado semanticamente pois ele é apenas em parte causado pelo significado literal mas totalmente aberto aos dados contextuais da ação em curso. Mesmo que não existam, segundo Davidson, significados metafóricos em sentido estrito, os usos metafóricos das frases devem ter algum tipo de influência do significado literal do próprio léxico e, assim, não serem consequência de alguma propriedade escondida ou capacidade oculta da mente humana. Se o que afirmamos é verdade, em Davidson encontramos uma espécie de causalidade híbrida entre o significado literal e metafórico de uma frase: uma estritamente semântica, parcialmente negada por Davidson, e uma estritamente pragmática, também apenas parcialmente afirmada pelo filósofo.

A posição de Rorty em *Unfamiliar noises I: Hesse and Davidson on metaphor* é mais radical pois nega inclusive a causalidade híbrida de Davidson. Segundo a interpretação de Stern, para Rorty,

our ability to “understand” a metaphor does not, in short, fall under the rubric of mastery of language. Indeed the causal power of a metaphor also does not depend on any of its properties as language or even as a species of intentional action. Like a thunderclap or birdsong, the utterance of a metaphor is nothing but a nonintentional event, despite all its causal functioning. (STERN, 2000, p. 53)

Segundo Rorty, uma metáfora não deve ter qualquer relação com os significados literais das palavras que compõem uma frase. Para Rorty, se existe algum tipo de causalidade entre o significado literal e metafórico de uma frase, seria do mesmo tipo de causalidade presente entre o canto de um pássaro e um juízo do tipo “aquele pássaro está feliz”. Ou seja, para Rorty, a causalidade não seria de modo algum semântica, seria apenas “[in]

the way that we come to understand anomalous natural phenomena” (RORTY, 1987, p 290). Segundo essa forma de entender a relação entre o significado de uma frase dita metafórica e o significado literal dos termos que a compõem, não haveria nenhum tipo de relação propriamente *lingüística* entre o léxico e a metáfora. A relação seria totalmente exterior à semântica da frase e relegada totalmente quer ao uso ou às impressões cognitivas que as palavras produzem ao serem ouvidas.

As relações propostas entre sentido literal e metafórico tanto para Davidson quanto para Rorty são emblemáticas. O primeiro caso, como veremos na Seção 4, é a solução pragmática padrão, na qual ainda assim há algum tipo de relação semântica entre o significado literal de um termo e o significado que uma metáfora adquire. O ouvinte é capaz de, semanticamente, inferir algum significado metafórico dado o significado literal da palavra usada, seja qual for o resultado que se obterá. A tese que subjaz a essa perspectiva é da subdeterminação semântica da metáfora e é a mesma da solução semântica minimalista de Stern que será tratada na Seção 5.5. No segundo caso, o de Rorty, a relação entre o significado literal de um termo e o sentido da metáfora é totalmente exterior desde um ponto de vista semântico. O intérprete não recorre ao significado morfológico ou lexical do termo e sim a dados da ação em curso ou a impressões cognitivas presentes. O proferimento metafórico ainda leva o intérprete a fazer algum tipo de relação ou a perceber algum tipo de semelhança, mas a causa desse *insight* é, para Rorty, indiferente à semântica da própria frase e, portanto, ao significado literal que ela possui. A tese que subjaz a postura de Rorty é da indeterminação semântica da metáfora.

A última forma de entender a relação causal entre o significado de uma palavra e o significado metafórico diz respeito àquela da introdução de um significado para um termo já lexicalizado. A relação entre eles seria análoga à relação entre a introdução de um novo significado de um termo e seu significado convencional. Assim, uma metáfora, quando interpretada corretamente, funcionaria como naqueles casos em que não sabemos o significado de um termo mas, através do contexto de proferimento, inferimos qual é seu significado. Ou seja, uma metáfora seria como que totalmente determinada semanticamente após a introdução do novo termo.

Todavia, podemos usar o próprio Davidson para questionar posições que excluem parcialmente ou totalmente algum tipo de causa semântica na determinação do significado de uma metáfora, como a de Rorty e a da introdução de um novo significado para um termo. Isso se deve, basicamente, se concordamos com Davidson, ao mecanismo de

funcionamento das metáforas que é diferente quer da introdução de um novo termo via uso reiterado ou de meras impressões cognitivas. O filósofo, em *A nice derangement of epitaphs* (1986), sugere, nas palavras de Stern, que

when a speaker uses a definite description referentially – as opposed to attributively – he succeeds in communicating his intended meaning (or reference) despite the fact that it differs from the literal/first meaning (or reference) of the words. (STERN, 2000, p. 55)

Esse mecanismo seria, segundo Davidson, o mesmo das metáforas e das ironias. Para tornar isso evidente, ele contrasta as descrições definidas com malapropismos, aqueles usos nos quais palavras, geralmente parônimas, são trocadas por sua semelhança sonora. Ao contrário de um malapropismo, descrições definidas (e metáforas e ironias) manteriam o significado literal dos termos, embora a referência não esteja literalmente dada na descrição.

A diferença reside, então, no fato de que

Malapropisms introduce expressions not covered by prior learning, or familiar expressions which cannot be interpreted by any of the abilities so far discussed. Malapropisms fall into a different category, one that may include such things as our ability to perceive a well-formed sentence when the actual utterance was incomplete or grammatically garbled, our ability to interpret words we have never heard before, to correct slips of the tongue, or to cope with new idiolects. These phenomena threaten standard descriptions of linguistic competence (including descriptions for which I am responsible). (DAVIDSON, 1986, p. 437)

Em um malapropismo, o significado literal da palavra empregada é indiferente. Por exemplo a palavra “unidade” na seguinte frase:

(8) Fungos crescem onde há excesso de unidade.

Se é verdade o que afirma Davidson, malapropismos não dependem do significado das palavras, mas das nossas habilidades de perceber frases bem formadas ou gramaticalmente distorcidas e, nessa direção, interpretar palavras que nunca foram ouvidas antes. Assim, ao ouvir (8), o intérprete infere o sentido de “unidade” sem levar em conta o

significado literal do termo e pode compreender corretamente a frase, a saber, que fungos crescem onde há excesso de “umidade”. Em descrições definidas (e metáforas e ironias), o significado literal, por outro lado, não poderia ser simplesmente negligenciado.

Na frase (I) ou (II), os termos “sol” para falar de Julieta ou “atmosfera marciana” para falar das planuras atacamenhas, segundo a proposta de Davidson, não seriam interpretados como se fossem malapropismos em que o ouvinte infere o novo sentido à revelia do significado literal. Por isso, Davidson defende que o significado de uma metáfora “depends on its ordinary meanings” (1978, p. 247) e que “an adequate account of metaphor must allow that the primary or original meanings of words remain active in their metaphorical setting” (1978, p. 249). Apesar disso, segundo Stern, Davidson não propõe explicitamente um tal esclarecimento. Como veremos na Seção 4, no texto *What metaphors mean* há uma explicitação do que metáforas *não são* quando pensadas semanticamente. Aos problemas postos por Davidson temos duas possibilidades: a solução pragmática clássica ou a solução semântica emergente do debate entre contextualistas e minimalistas semânticos.

Acerca da influência semântica na determinação do sentido de uma metáfora, temos, portanto, três posições. Por tese da subdeterminação semântica das metáforas entendemos a tese que afirma que o significado de uma metáfora depende, embora não inteiramente, do significado lexical ou morfológico dos termos utilizados em uma frase. Por tese da indeterminação semântica das metáforas entendemos a tese segundo a qual o significado de uma metáfora é totalmente indiferente ao significado dos termos utilizados em uma frase. E, por fim, entendemos como tese da determinação semântica das metáforas aquela que afirma que o sentido metafórico de uma palavra é dependente inteiramente do significado literal dos termos empregados.

## 2.5 A noção de metáfora como protótipo

A definição aristotélica de metáfora corresponde, de modo geral, à noção intuitiva que temos atualmente do fenômeno. Aristóteles toma a metáfora como mãe de todas as figuras assim como a literatura atual toma a noção de metáfora quase como sinônimo de linguagem figurada. A grande maioria dos textos abordados aqui não diferencia metáforas de metonímias, de catacreses ou de outras figuras. Até mesmo textos que fazem tal diferenciação, como Lakoff (1987) e Searle (1979), tratam, respectivamente, de metonímias e ironias em textos cujos próprios títulos

e propósitos são associados diretamente ao fenômeno das metáforas. Ou seja, o fenômeno aparece, de um modo bastante aristotélico, novamente como mãe de outras figuras.

Ademais, a maioria dos autores atuais, com raras exceções, inicia seus textos sem trazer uma definição clara do fenômeno. Antes de uma definição do fenômeno, eles oferecem exemplos de frases ditas metafóricas e recorrem à intuição dos leitores para classificar essas frases como metafóricas. Nessa caracterização, a própria noção de metáfora é entendida ora em um sentido amplo ora em um sentido estrito. O sentido amplo é aquele que vem de Aristóteles até nós e pensa o fenômeno como sinônimo de linguagem figurada. O sentido mais estrito de metáfora é aquele que trata a metáfora como um fenômeno específico frente aos outros tropos. Entender a metáfora dessa segunda maneira implica não mais tomá-la como a mãe de todas as figuras mas somente como uma figura dentre outras. Mas novamente estes domínios se mesclam. Stern (2000) e Lakoff (1987), por exemplo, explicitamente se comprometem apenas em tratar do fenômeno em sentido estrito. Todavia, eles defendem que seu modelo explicativo talvez possa ser expandido para outras figuras e, ao mesmo tempo, como era de se esperar, não deva ser aplicado a todo e qualquer tipo de frase chamada pela literatura de metáfora. Em vez disso, eles recorrem a alguns casos paradigmáticos de metáfora para servir de exemplo do fenômeno que estão tratando. Ou seja, novamente a definição clara do fenômeno cede espaço à intuição linguística dos falantes que se move ora em direção a um sentido mais estrito do fenômeno ora em direção à sua compreensão mais ampla.

Dito isso, podemos afirmar que a literatura especializada subscreve, senão totalmente a definição aristotélica de metáfora, ao menos a sua intuição básica: há frases em que palavras parecem ter sido transferidas: seja de seu *significado* lexicalizado (segundo uma tese eminentemente semântica), seja de seu *uso* mais comum (segundo uma tese pragmática), seja do *conceito* cognitivo correspondente (segundo uma tese com viés cognitivista). Por isso afirmamos que a maioria dos autores, ao tratar do fenômeno, usa o termo “metáfora” não como um conceito bem determinado que captura um fenômeno unitário da língua, mas como um *protótipo*. Assumem que na linguagem há frases cujo sentido parece estar deslocado e que merecem ser classificadas, a princípio, sob um mesmo nome mesmo não possuindo uma definição clara e evidente do próprio fenômeno.

Aqui é importante entender o que significa dizer que o termo metáfora é antes um nome para um protótipo do que para um fenômeno

unitário<sup>12</sup>. Wittgenstein (1991), nos parágrafos 66 a 68 das *Investigações filosóficas*, introduz a noção de semelhanças de família para se contrapor à visão então tradicional que definia os conceitos com base nas suas propriedades comuns. Desde Platão, a filosofia sempre procurou definições que pudessem ser aplicadas a todo um tipo de entidades. Assim, se o conceito de “bola” se refere a certos objetos esféricos, constituídos por couro ou borracha, que tem uma finalidade lúdica e são elaborados por um artesão ou por uma fábrica, então todas as entidades que possuem estas características em comum e nenhuma outra deveriam ser chamadas de “bola”. Sócrates, nos diálogos platônicos, encaminha a discussão com seus interlocutores justamente na direção de encontrar definições de justiça, conhecimento, moral, etc. em que pese a existência de propriedades em comum que excluem tanto o que não é justiça, conhecimento, moral, etc. quanto garantam exclusividade clara para o que precisamente é justiça, conhecimento, moral, etc. Entretanto, Wittgenstein sustenta que isso nem sempre é o caso quando tratamos do uso da linguagem. Há nomes, entre eles, o próprio nome “jogo”, que não implicam fronteiras definidas que separem seus elementos com base em suas propriedades de outros elementos que não são tidos, no caso, como jogos. Para Wittgenstein, podemos chamar de jogos entidades muito diferentes e o que nos leva a chamá-las dessa forma não é a existência de um conjunto de propriedades em comum mas justamente a existência de certas semelhanças locais não universalmente compartilhadas. Estas semelhanças não são comuns a todos os exemplares de uma só vez. Elas são apenas comuns a alguns elementos localmente. Alguns destes, por sua vez, possuem outras propriedades que são comuns a outras entidades e não às primeiras e assim sucessivamente. Desse modo, não é necessário que todas as entidades que nomeamos de “jogo” compartilhem as mesmas propriedades para que sejam chamadas de jogos. Basta que elas, *grosso modo*, compartilhem, ao menos de duas em duas, algumas propriedades de tal modo que, em uma lista de jogos (xadrez, futebol, de consoles, amarelinha, peão...), o primeiro e o último elemento não precisem possuir quaisquer propriedades em comum. Assim, por “semelhanças de família”, nos diria Wittgenstein, todas estas entidades são denominadas de “jogos”.

Outros autores seguiram a proposta de Wittgenstein acerca do conceito de semelhanças de família e desenvolveram nuances específicas

---

<sup>12</sup> Como veremos, a noção de protótipo e suas bases cognitivas são fundamentais para compreender a própria noção de metáfora da teoria cognitivista de Lakoff (1987) e Lakoff e Johnson (1999).

dele. Destacamos primeiramente Austin (1961) e Putnam (1975). Para Austin a análise de Wittgenstein não serve apenas para conceitos ou categorias de modo geral mas para todas as palavras da língua. Para Austin, o que permite que nomeemos coisas com o mesmo nome não é a identidade de propriedades mas apenas uma parcial identidade dessas propriedades. Notemos que há aqui uma ampliação no conceito de semelhança de família. Por ser possível apontar certas propriedades principais em algo tratado por este ou aquele nome, Austin introduz a noção de sentido nuclear primário (*primary nuclear sense*), segundo a qual existiriam algumas propriedades mais centrais na categorização de entidades sob um determinado nome. Isso explicaria porque não é gratuito que achemos que sabiás, papagaios e corujas sejam melhores representantes de aves do que pinguins e emas: os primeiros possuem mais características prototípicas do exemplar típico “ave”.

Putnam, por sua vez, vê na noção assemelhada de estereótipo uma forma de aprofundar a noção de significatividade linguística. Ele defende, usando a própria terminologia do filósofo, que o significado de um termo não depende somente da extensão de um dado tipo natural como pensa geralmente a tradição. Ele postula que a comunidade de falantes, na divisão do trabalho linguístico, elege alguns especialistas que têm o poder de nomear e classificar os tipos com base nas propriedades típicas que se espera de uma dada entidade. Os demais membros da comunidade linguística seguem a classificação feita com base no conhecimento que especialistas, cada um em seu ramo, têm do mundo. Assim, cabe aos especialistas definir a classe dos leopardos, por exemplo, com base na seleção de possíveis extensões que correspondem mais ou menos a certos estereótipos, a saber, que são quadrúpedes, possuem manchas, são velozes, felinos, etc. sem que isso implique que um leopardo de três pernas ou albino seja excluído da classe dos leopardos.

Mas talvez seja Eleanor Rosch quem sedimenta de vez a noção de protótipos e põe em maus lençóis a concepção tradicional segundo a qual palavras apenas nomeariam grupos de entidades com propriedades em comum. Rosch, além de defender a teoria wittgensteiniana, mostra que o que Wittgenstein chama de semelhanças de família possui uma contraparte cognitiva que pode ser demonstrada empiricamente (ROSCH & MERVIS, 1975). Para Rosch, os conceitos que usamos na nossa linguagem não funcionam apenas como prega a visão clássica que supõe propriedades em comum para categorização, mas dependem, ademais, de efeitos prototípicos (*prototype effects*) e de efeitos de nível básico (*basic-level effects*) que decorrem do nosso próprio aparato cognitivo.

A evidência para esse tipo de afirmação é empírica e decorre de que há assimetrias funcionais em grande parte dos conceitos que usamos na nossa linguagem. Se todos os nossos conceitos funcionassem como categorias clássicas fundadas em propriedades em comum, essa assimetria, defende Rosch, não deveria existir. Entretanto,

Rosch showed that a variety of experimental techniques involving learning, matching, memory, and judgments of similarity converged on cognitive reference points. And she extended the results from colors to other experimental paradigms for investigating categories of physical objects. In each case, asymmetries (called *prototype effects*) were found: subjects judged certain members of the categories as being more representative of the category than other members. (LAKOFF, 1987, p. 41)

Os experimentos dirigidos por Rosch e seus pares revelam que muitas categorias que usamos para classificar entidades não funcionam como as categorias clássicas justamente porque são assimétricas. É o caso exatamente da categoria de ave indicada anteriormente. Se categorias fossem simétricas, dever-se-ia supor que emas e pinguins fossem tão representativos da categoria ave quanto tucanos. Existem, na visão de Rosch, razões cognitivas que justificam a escolha intuitiva de exemplares mais e menos típicos de certas entidades. Isso leva ao segundo ponto que são os efeitos de nível básico. Ao contrário do que o nome pode sugerir imediatamente, Rosch defende que o nível básico de uma categoria está “no meio”. A nossa experiência com o mundo não se dá nem com entidades muito simples nem com entidades genéricas. Os exemplares típicos que fundam uma categoria estariam, nessa perspectiva, entre dois extremos e não no nível mais simples de possíveis generalizações e variações. Isso novamente implica que categorias, como as que Rosch propõe, não são formadas por entidades que possuem as mesmas propriedades, mas por entidades que estão mais próximas de um núcleo prototípico comum. De certo modo, então, Rosch confirma empiricamente as propostas filosóficas e linguísticas de Austin.

Ao adotarmos essa forma de categorização e de definição de escopo de conceitos em vez daquela da teoria clássica da identidade de propriedades, acabamos por permitir que certos conceitos utilizados para descrever o objeto da nossa pesquisa não precisem possuir bordas absolutamente delimitadas e que é possível chegar a conclusões substanciais e compreender fenômenos fronteiriços com relativa

segurança. Defendemos que este seja justamente o caso do fenômeno das metáforas. Nesse sentido, a falta de delimitação precisa aliada à aparente clareza intuitiva da existência do fenômeno podem não ser deficiências teóricas do tratamento do objeto. Pode ser uma forma de manter aberto o campo de investigação sem excluir arbitrariamente ocorrências relevantes do fenômeno. Com isso, podemos aplicar o aparato produzido na análise de possíveis novos casos do fenômeno. Por outro lado, se assumíssemos a teoria clássica de delimitação conceitual, teríamos que forçosamente negar que exista um fenômeno específico que possa ser chamado de metáfora ou, quando muito, que ela seja apenas um caso específico dentro das figuras de linguagem que deveria ser tratado de forma autônoma.

O que significa dizer, então, que “metáfora” é uma noção prototípica? De partida significa admitir que tal noção pode abarcar vários fenômenos linguísticos, e não apenas um tipo de objeto bem definido, coisa que não seria possível se tal noção fosse tratada como uma categoria clássica. De fato, a literatura especializada sobre o assunto designa como metáfora uma gama de fenômenos que vai desde implicaturas conversacionais a usos eminentemente poéticos da língua. Como já indicamos, Searle (1978) trata de metáforas e outras figuras de linguagem dentro de um texto chamado de *Metaphors*. Davidson (1978) relaciona metáforas e figuras de linguagem em geral e sequer apresenta uma definição de metáfora, supondo de partida aquela da intuição. Lakoff & Johnson (1980) fazem da metáfora o carro chefe e a transformam na capacidade cognitiva que possibilita a transposição de conceitos de um domínio a outro da experiência, sendo que podem haver metáforas linguísticas que não são metáforas cognitivas e vice-versa.

Enquanto protótipo, poderíamos dizer, além disso, que existem características diversas que giram ao redor de alguns sentidos nucleares primários, usando as palavras de Austin. Como centro da noção prototípica de metáfora, está aquele de Aristóteles: a transposição do nome de algo em sentido próprio a algo em sentido impróprio. Ao lado, mas imediatamente ligado, está a noção de deslocamento do significado literal do nome. Ao redor desses sentidos nucleares, há ainda a ideia de que metáforas possam carregar, segundo Davidson (1978), algum tipo de novidade semântica ou *insight* cognitivo ou, segundo Searle (1979), revelar o significado pretendido pelo falante paralelamente ao significado literal dos termos utilizados. A seguir discutiremos algumas das propriedades atribuídas ao fenômeno que giram ao redor da noção de literalidade que tratamos na seção anterior.

## 2.6 Graus de literalidade, ambiguidade, metáforas frasais e metáforas na língua oral e escrita

A relação com a noção significado literal é a principal característica do fenômeno das metáfora desde um ponto de vista prototípico. Mas a contraposição entre significado literal e metáfora não é simplesmente aquela da negação absoluta, ou seja, um proferimento metafórico não é simplesmente o contrário de um proferimento dito literal. Em outras palavras, um proferimento metafórico, ou um proferimento no qual uma metáfora está presente, não parece ser o semanticamente absurdo. É justamente por ocupar esse lugar sem fronteiras definidas entre a expressão clara e distinta e algo semanticamente absurdo que o fenômeno causa estranheza. Onde termina o significado literal e começa o metafórico? Onde termina a metáfora e aparece o semanticamente absurdo? Isso depende de propriedades intrínsecas à semântica da língua, depende da boa vontade dos falantes no seu uso prático ou depende tão somente das nossas capacidades cognitivas? Cada uma dessas alternativas encerra possibilidades diferentes de definição do próprio fenômeno. Isso revela que, mesmo com recortes diferentes do fenômeno, o termo “metáfora” é tomado para classificar ocorrências da língua em que a noção de significado literal é importante. Nesta seção aprofundaremos um pouco mais questões relativas à relação entre metáfora e literalidade.

Um ponto relevante no que tange à relação entre metáfora e literalidade diz respeito aos supostos graus de metaforicidade que frases podem ter. Vejamos as seguintes frases:

- (9) John desceu a escada apressadamente.  
 John correu escada abaixo.  
 John arremeteu escada abaixo.  
 John precipitou-se escada abaixo.  
 John disparou escada abaixo.  
 John zuniu escada abaixo.<sup>13</sup>  
 ?? John soou escada abaixo.

---

<sup>13</sup> Exemplos extraídos de LEVINSON, 2007, p. 186. Na versão original LEVINSON, 1983, p. 150, temos:

*John came hurriedly down the stairs.*  
*John ran down the stairs.*  
*John rushed down the stairs.*  
*John hustled down the stairs.*  
*John shot down the stairs.*

A primeira frase parece admitir apenas uma leitura literal e a penúltima parece requisitar apenas uma leitura metafórica (caso aceitemos que John seja um ser humano e não um zangão, situação em que alteraríamos esta ordem). Entre a primeira e penúltima frase, entretanto, parece haver uma gradação em que o significado literal vai cedendo espaço à metaforicidade e pode chegar ao aparente semanticamente absurdo na última expressão. O que permite ou obriga que estas frases sejam interpretadas dessa ou daquela forma? Onde está o limite? Frases e palavras seriam metafóricas porque evidentemente falsas ou verdadeiras? Ou porque são mais ou menos acessíveis contextualmente? Ou nenhuma dessas opções?

Ligada à noção de literalidade, dizemos também que uma metáfora geralmente é literalmente falsa embora metaforicamente verdadeira. A existência de uma frase evidentemente falsa quando a ação em curso pretenda que seja verdadeira levaria o ouvinte a postular um desvio de significado e procurar uma interpretação possível. Todavia, nem todas as frases ditas metafóricas são evidentemente falsas. O próprio Davidson no texto de 1978 indica que há frases cuja verdade patente também disparam a leitura metafórica, como por exemplo as frases:

(XI) Nenhum homem é uma ilha.

(XII) Guerra é guerra.

O valor de verdade das frases (XI) e (XII) é o mesmo sejam elas tomadas em sentido metafórico ou literal. De fato, literalmente nenhum homem é uma ilha e guerra é realmente guerra. Há também nas frases ditas metafóricas algum grau de ambiguidade em que nem sempre sabemos se estamos diante de uma metáfora ou se a percepção de metaforicidade nasce diretamente da falsidade ou obviedade da frase. Vejamos:

(IX) Pensar uma flor é vê-la e cheirá-la  
E comer um fruto é saber-lhe o sentido.

O que precisamente está dizendo Caeiro quando enuncia cada uma dessas frases? A aparente metaforicidade não nasceria justamente da ambiguidade gerada por elas? Dizer que o sentido da fruta é dado na boca e o pensamento da flor é dado nos olhos e nas narinas não guarda um quê de metafórico justamente por romper com o que esperamos do sentido morfológico dos conceitos de “pensamento” e “sentido”<sup>14</sup>? Tal metáfora,

---

*John whistled down the stairs.*

<sup>14</sup> Interessante notar que visões radicalmente pragmáticas, com destaque a

se assim compreendida, não seria causada justamente por tratar ambigualmente sensibilidade e pensamento como categorias intercambiáveis? Não seria a ambiguidade, aliada à falsidade literal, o que causaria a leitura metafórica?

Além desse tipo de ambiguidade gerada pelo emprego deslocado de palavras próprio da metáfora, há outro ainda mais interessante. Há uma ambiguidade em algumas frases que se instala no limiar entre uma interpretação metafórica e uma literal de uma mesma frase. Tomemos um outro exemplo. Imaginemos a seguinte cena: um jogador de xadrez, diante da defesa montada com torres por seu adversário, afirma:

(X) Tuas defesas são torres intransponíveis!

O adversário poderia entender isso como um frase literal pois há realmente torres impedindo o avanço do primeiro. Poderia também entender essa frase a partir de um outro registro: “torres” estaria se referindo à defesa robusta montada e, portanto, não estaria sendo usada literalmente. Mas, dado que nada há que impossibilite a interpretação literal de “tuas defesas são torres intransponíveis”, o que permitiria ao ouvinte tomá-la ou não por uma metáfora?

Além dessas características ligadas mais ou menos à própria noção de literalidade, geralmente pensamos a relação entre metáfora e literalidade como ocorrendo no interior de frases, no nível das palavras. Como no exemplo:

(VI) Rafael é um jundiá.

Caso compreendamos que “Rafael” é o nome de um ser humano, a metáfora nessa frase recai explicitamente sobre “jundiá”. Miller (1993) classifica esse tipo de metáfora de metáfora nominal<sup>15</sup> pois implica a aproximação entre dois objetos indicados por termos na própria frase:

---

leituras heideggerianas e wittgensteinianas, afirmam que um uso que inaugura um novo jogo linguístico, estas palavras são literais pois não querem dizer outra coisa a não ser exatamente o que dizem naquele contexto. Nesses casos, defendem estes autores, não haveria propriamente uma metáfora pois não remetem a um âmbito literal e mais verdadeiro. Sobre estas e outras questões ver SCHIOCHETT, 2013.

<sup>15</sup> Miller (1993) defende que metáforas, para serem compreendidas, devem ser convertidas em símiles simples ou complexos. Aqui faremos apenas referência a essa classificação das metáforas, mesmo porque tratar metáforas como símiles não resolve a questão como veremos adiante. Miller também evita se comprometer com uma teoria semântica da metáfora. Sua pretensão é psicológica.

“Rafael” possui ao menos uma propriedade que é similar a pelo menos uma propriedade que um “jundiá” possui. Mas há frases em que a percepção da presença de metáfora não recai sobre um só termo, mas sobre a própria predicação. Vejamos outro exemplo:

(VII) A economia vai ladeira abaixo.

Esta frase é um exemplo de uma metáfora que recai sobre todo o predicado “ir de ladeira abaixo”. Miller designa essa metáfora de metáfora predicativa. Em vez da aproximação acontecer entre dois nomes, ela acontece entre dois predicados e poderia ser compreendida da seguinte forma: “a economia possui um desempenho semelhante a um carro desgovernado ladeira abaixo”. Caso compreendamos a frase (VII) desse modo, o deslocamento de sentido acontece no predicado como um todo. Mas ainda existe a possibilidade de frases inteiramente metafóricas que aparecem quando possuímos, na classificação de Miller, metáforas sentenciais, isto é, metáforas em que a metáfora não recai sobre uma palavra ou predicado mais sobre toda a sentença:

(XIII) A – Em que estado de espírito você encontrou o chefe?

B – O leão rugiu.

A suposta metáfora na segunda frase não recai sobre os termos que a compõem nem sobre a predicação. A frase toda, para ser compreendida em tal contexto, precisaria ter seu significado alterado.

Esta classificação das metáforas em metáforas nominais, predicativas e sentenciais nada afirma sobre as propriedades que as palavras possuem a fim de *significar* objetos e experiências diferentes daquelas mais comuns a elas atribuídas. Ela circunscreve o âmbito de *fenômenos* que é visado quando usamos o termo *metáfora*. Apesar de pensarmos o fenômeno principalmente com relação a palavras em específico, há casos em que frases inteiras são entendidas como metafóricas.

Além da relação com a noção de literalidade e das diferenças quanto ao escopo de manifestação do fenômeno, também podemos afirmar que a percepção do fenômeno também varia consoante o meio material de expressão da língua, a saber, se é escrita ou falada. Se o pano de fundo é uma troca linguística oral, poucos proferimentos soam evidentemente metafóricos. O próprio exemplo (IV) e as catacreses como (V) revelam isso. Apenas uma retomada posterior do que foi dito poderá afirmar que se trata de usos não literais ou metafóricos<sup>16</sup>. Na maioria das

---

<sup>16</sup> Na medida em que estamos usando linguagem escrita para reproduzir atos de

vezes, dizer que “João está morto de fome” ou que “quebrei o pé da mesa” funcionam como proferimentos comuns sem a percepção de qualquer jogo entre significado metafórico e literal.

Quando o pano de fundo é a linguagem escrita, por outro lado, uma sentença se presta mais facilmente à análise e, por isso, a percepção da própria metáfora se torna mais evidente. Neste caso, para que uma expressão seja dita metafórica basta que ela figure em um significado pouco lexicalizado dos termos que a compõem. Isso porque o pano de fundo sobre o qual palavras são contrapostas é aquele do próprio dicionário ou enciclopédia. Assim, quando nos deparamos com um texto escrito, uma notícia de jornal por exemplo, identificamos mais facilmente metáforas. Por exemplo:

- (10) Fisiologismo extremo marca reação ao desembarque do PMDB. (GIELOW, 2016)

Duas metáforas aparecem na frase com relativa clareza: o emprego dos termos *fisiologismo* e *desembarque* relacionados à atuação de um partido político junto a um governo.

Por último, ainda sobre características que relacionamos à noção de metáfora, há a crença de que uma metáfora se desenvolve sobre pano de fundo da sensibilidade. Tal ideia serve tanto ao senso comum da diferença entre metáfora e literalidade quanto à trama cognitivista de Lakoff (1987). Uma metáfora aparece, nesse caso, quando o significado de uma palavra ou frase parece estar mais afastado daquele mais palpável e sensível. Exemplo desse tipo de análise aparece na seguinte frase:

- (VII)  
O palestrante foi aplaudido calorosamente.

Em que “calorosamente” poderia ser interpretado como metafórico porque literalmente calor é uma propriedade física perceptível que não cabe ser aplicada propriamente a manifestações de aprovação ou afeto. Seja seguindo, então, o pano de fundo da linguagem oral ou escrita ou o viés atrelado à percepção, tratar do fenômeno das metáforas é, de partida, algo complexo pois, a depender do pano de fundo contra o qual a noção de metáfora é rebatida e do qual emerge a própria noção de literalidade, temos um deslocamento do local que ocupa o fenômeno das metáforas e da linha que separa o significado literal e o totalmente sem sentido.

---

fala orais, acabamos por chamar a atenção sobre frases que, na maior parte do tempo, funcionam sem chamar a atenção para seu caráter metafórico. Convidamos o leitor a imaginar estes atos de fala em curso, na linguagem oral.

É certo que poderíamos indicar outros panos de fundo contra os quais a noção de metáfora é rebatida e depurada. Todavia, os três indicados são recorrentemente usados na literatura para tratar no fenômeno. O pano de fundo da linguagem falada figura geralmente como o pano de fundo que concepções mais pragmáticas e contextualistas possuem quando tratam da metáfora e da linguagem. Já as concepções semânticas e minimalistas possuem o pano de fundo da linguagem escrita e seus exemplos supõem o sentido lexicalizado de palavras e sua composição em frases. Já o pano de fundo da sensibilidade e percepção é o pano de fundo de concepções ditas cognitivistas quando tratam a metáfora para explicitar a própria noção de linguagem. O que se mantém nestes casos é a suposição de que haveria significados que seriam (ou não) metafóricos pois não aparecem em seu sentido mais próprio.

Assim, sob a noção de metáfora não está um único e exclusivo fenômeno. Antes de termos um conceito, podemos dizer, então, que temos uma *noção* de metáfora relativamente flexível cujos limites não são absolutamente claros. Apresentadas as ideias vinculadas à própria noção de metáfora, assumimos, portanto, que costumamos chamar de metáfora principalmente ocorrências de palavras cujo significado não é literal pois, de modo contrário, seriam literalmente *falsas* ou guardariam uma *ambiguidade* interpretativa. Essa caracterização parece trivial mas mantém a intuição fundamental quer do viés que dá preponderância ao *significado* codificado pelo signo linguístico, quanto ao viés que dá preponderância à ação em curso e suas inferências a partir do código linguístico. A definição genérica também abarca o viés que sustenta que metáforas são decorrência de processos cognitivos que subjazem à própria linguagem.

## 2.7 A função teórica do fenômeno das metáforas

Tratadas as nuances da noção de metáfora, convém questionar por que o interesse teórico acerca do fenômeno em tela. Desde meados do século passado o interesse sobre o fenômeno das metáforas se acentua e a sua função teórica passa a ser defendida com mais vigor. Jakobson talvez seja um dos pioneiros ao postular uma noção de metáfora como uma categoria de análise útil para descrever processos cognitivos. Em um ensaio de 1956 chamado *Two aspects of language and two types of aphasic disturbances*, Jakobson propõe uma explicação para distúrbios de afasia que se ampara em uma dicotomia dos processos cognitivos em processos de similaridade e de contiguidade. Ele associa a metáfora e a

metonímia linguísticas a estes processos cognitivos. Jakobson, neste texto, apresenta, pois, algumas teses que são célebres nas tentativas cognitivistas de pensar a linguagem como a superfície de processos cognitivos mais profundos, fundamentais e inconscientes.

Henle (1958) também propõe uma teoria semântica – e portanto vinculada mais ao próprio código linguístico – do enunciado metafórico baseado na diferença entre o significado literal e o metafórico: a metáfora diria mediatamente enquanto o literal diz imediatamente sua referência. Uma sentença qualquer afirmaria tanto sua referência literal e direta quanto teria a possibilidade de dizer algo a mais quando usada metaforicamente. Henle apresenta uma teoria na qual o papel teórico da noção de metáfora é eminentemente semântico, na medida em que deveria ser possível explicar como uma metáfora captura sua referência via o próprio código linguístico. Todavia, esta referência, seguindo a leitura de Ricoeur (1975), não é uma decorrência direta do significado de uma frase ou palavra. A metáfora diria mediatamente uma referência pois recorre sempre a um contexto: “qualquer valor lexical é sentido literal, e o sentido metafórico é não lexical: é valor criado pelo contexto” (Ricoeur, 1975, p. 289). Há, portanto, nesta leitura de Henle, a indicação de dois campos de estudo que deveriam ser movimentados para explicar o fenômeno da metáfora: o semântico que forneceria as explicações de como palavras e frases lexicalizados diriam imediatamente sua referência e que trataria, portanto, do significado propriamente dito; e o pragmático que forneceria as explicações de como palavras e frases lexicalizados poderiam dizer mediadamente alguma referência a depender do contexto e que trataria, portanto, do uso das palavras e frases.

São também exemplos paradigmáticos do tratamento semântico e pragmático do fenômeno das metáforas os textos *What metaphors mean* de Davidson de 1978 e *Metaphor* de Searle de 1979. O primeiro defende basicamente a tese de que metáforas não fazem parte do escopo que se espera de uma teoria estritamente semântica. O segundo defende, *grosso modo*, que apenas explicações pragmáticas são necessárias para explicar o fenômeno. As teorias semântica e pragmática de Davidson e Searle, apesar de interesses e objetos diversos, representam uma posição teórica que assume uma divisão bem comportada entre os aspectos semânticos e pragmáticos da linguagem. Os aspectos semânticos e pragmáticos de frases e palavras, levam-nos a concluir estes autores, poderiam ser acomodados dentro de uma teoria geral da significação que trataria o fenômeno das metáforas como estrapolações das máximas griceanas: metáforas seriam passíveis de tratamento numa moldura em que se assume que palavras e frases possuam significados que podem gerar

implicaturas contextuais. Como se pode notar, essa perspectiva assume que as metáforas são indeterminadas semanticamente dado que seriam apenas processos pragmáticos que permitem a interpretação do sentido das metáforas.

Todavia, o tratamento do fenômeno a partir dessa teoria bem comportada da significação, chamada por Recanati (2011) de “velho quadro” ou “velha pintura”, é posto à prova justamente quando analisado à luz de teorias cognitivistas. Cognitivamente há evidências que sugerem que tanto frases ditas metafóricas quanto frases ditas literais funcionam do mesmo modo, ou seja, usuários da língua não recorreriam necessariamente a significados lexicais que seriam extrapolados quando uma máxima não fosse cumprida. Em condições normais de funcionamento e uso da linguagem, os significados de expressões e frases e interpretações metafóricas não parecem ser compreendidas em etapas diferentes pelos falantes como se primeiro devessem acessar o significado lexical da sentença e extrapolá-lo diante da defecção do significado literal ou do não cumprimento das máximas conversacionais. As bases experimentais do cognitivismo sugerem que o significado mais adequado ao contexto se dá cónita e imediatamente sem supor significados literais subjacentes aos metafóricos (WEARING, 2013). Ora, a interpretação em etapas pode ser tida como um dos pressupostos da interpretação do fenômeno que lança mão das implicaturas.

Todavia, assumir postulados cognitivistas leva a teses estranhas à discussão semântico-pragmática, a saber, que a metáfora linguística é apenas sintoma de um processo bastante comum que seria a extrapolação de domínios cognitivos a outros domínios, ou seja, a metáfora linguística seria a contraparte de um processo cognitivo denominado por Lakoff, em 1980, de *metáforas conceituais*. Novamente estamos diante de uma tese que afirma a indeterminação semântica das metáforas que nem sempre permite compreender a função do código linguístico quer para a determinação dos significados quer para o seu uso. A metáfora, apesar de figurar como fenômeno fundamental no quadro do cognitivismo, não se deixa facilmente esgotar em suas explicações. De qualquer forma, considerando a proposta cognitivista, o fenômeno das próprias metáforas linguísticas serve de critério de sucesso tanto para explicações semânticas quanto contextualistas que não assumem de todo as teses cognitivistas. Isso porque o cognitivismo é bastante inovador na explicitação empírica do mecanismo das metáforas cognitivas que subjazem às metáforas linguísticas. Todavia, a apresentação cognitivista de um quadro que dê conta da significação eminentemente linguística da metáfora ainda é apenas promessa.

Por outro lado, a solução encontrada por minimalistas semânticos e contextualistas como veremos na Seção 5, frente ao aporte do paradigma cognitivista, é diluir o problema das metáforas e, portanto, diminuir a função teórica que a noção da metáfora possui para os cognitivistas: por um lado, o minimalismo de Cappelen e Lepore (2005) aloca fenômenos como as metáforas no que eles chamam de pluralidade dos atos de fala; por outro, as propostas de Reimer (2009), Bezuidenhout (2001) e até mesmo Wearing (2013) criticam o minimalismo justamente defendendo que o fenômeno das metáforas é explicável quando se assume que as palavras e frases sempre necessitam de enriquecimentos pragmáticos livres, nas quais a possibilidade de um significado mínimo é posta de escanteio. De um lado há uma aparente negação das metáforas em nome da literalidade da linguagem. De outro há uma aparente negação das metáforas e da literalidade em nome da flexibilidade semântica.

Nesse interim, destacamos que tem se tornado cada vez mais significativo o movimento de autores que defendem que o caráter cognitivo não é secundário na compreensão do funcionamento da linguagem. Lakoff & Johnson (1999), Rakova (2003), Stein (2013), Novaes (2013), entre outros, são explícitos em defender que não há como compreender o funcionamento e papel da linguagem sem levar em conta nosso aparato cognitivo. Dentre eles, destacamos Lakoff & Johnson que fazem da noção de metáfora o carro-chefe da sua empreitada cognitivista. Aceitar a crítica não significa, porém, assumir irrestritamente as consequências.

Esse movimento revela ainda que, apesar de possuírem noções parecidas de metáfora como deslocamento ou transposição, a função teórica da noção de metáfora não é, como se poderia esperar, a mesma para teorias semânticas, pragmáticas e cognitivas. Para o cognitivismo, a noção de metáfora tem uma função cognitiva e pretende explicar como acontece a extrapolação de domínios conceituais mais simples vinculados à percepção e à motricidade em direção a domínios mais complexos ou teóricos, questionando, enquanto isso, o pressuposto clássico de que os significados e usos linguísticos poderiam ser independentes da constituição sensorio-motora dos conceitos. Já para a semântica, a função teórica da noção de metáfora é semântico-pragmática e pretende servir de categoria capaz de mostrar que o cognitivismo falha por não conseguir descrever a variedade de metáforas que uma só sentença pode capturar em contextos diferentes, sem que, com isso, precise recorrer à suposição pragmática de que o contexto determina a semântica de frases e palavras. Já para a pragmática, a função da noção de metáfora é pragmático-semântica e serve de crítica à concepção semântica ao demonstrar que, na

medida em que qualquer palavra ou frase pode ser tomada metaforicamente, pouco ou nenhum sentido faria assumir que competências semânticas dirigissem a interpretação das metáforas e, portanto, o preenchimento significativo das expressões linguísticas é eminentemente contextual e não semântico ou mesmo cognitivo.

Como vimos, um dado bastante importante acerca da noção de metáfora diz respeito à sua dependência da noção de literalidade e vice-versa. Metáfora e literalidade são conceitos dependentes de tal modo que se negamos um acabamos tirando a força explicativa do outro. Isso se revela no modo como os panoramas citados tratam a questão. Todos defendem que as metáforas mantêm algum tipo de relação com os significados literais dados no código linguístico. Em outras palavras, supõem que uma frase dita metafórica deve algo ao significado literal da sentença empregada. A própria noção de metáfora supõe tal relação. Se uma frase pudesse ser interpretada de qualquer forma ou se o significado de uma sentença fosse totalmente independente do significado do código linguístico e totalmente relativo ao contexto a ponto de ser independente da própria frase, a noção de metáfora seria totalmente desnecessária. Com isso, entretanto, descartaríamos a própria noção de significado naquele sentido de Davidson que trataremos mais à frente, isto é, como aquelas propriedades mais ou menos estáveis que temos em mente quando usamos uma palavra.

Assim, se não quisermos nos enveredar por um caminho em que os significados linguísticos são explodidos numa pluralidade infinita e desconectada do próprio código, parece necessário mantermos a noção de significado conforme desenhamos tenuamente. E com esta noção, aparece a possibilidade de introdução da noção de metáfora para aquele fenômeno em que o significado dado no código linguístico está sendo violado. Dentro de um quadro semântica-pragmática, a solução é eminentemente pragmática e depende dos atos de fala. A não literalidade é encontrada aí. Para o cognitivismo, seria necessário tratar da questão desde um ponto de vista mais elementar que a semântica dado que a própria semântica estaria fundada nas nossas capacidades cognitivas. Já segundo a proposta semântica, seja através do minimalismo ou do contextualismo, deve ser possível tratar desse fenômeno dentro do escopo do próprio signo linguístico. Onde estão as fronteiras entre metáfora e literalidade e entre as próprias teorias que tratam da questão, se pragmática, semântica ou cognitivista, a própria noção de metáfora poderá esclarecer (ou tornar ainda mais obscuros).

### **3 Delineando fronteiras**

Os exemplos e o tratamento dado às frases ditas metafóricas da primeira seção supõem que o fenômeno é um fenômeno linguístico. Disso não se segue que a competência que permite a interpretação de uma frase dita metafórica seja ela mesma linguística ou, mais precisamente, semântica. Além de postular uma competência semântica que permite lidar com as metáforas ou com a linguagem de modo geral, há duas principais alternativas. A primeira delas de cunho pragmático que sugere, em sentido radical, que a linguagem é apenas uma parte da habilidade de nos coordenarmos em grupo. A segunda de cunho cognitivo que sugere, em sentido radical, que a linguagem é apenas a superfície de nossas capacidades de lidar com o ambiente. Além disso, muitas vezes essas diferenciações não são tão evidentes entre estes três vieses o que torna o tratamento do fenômeno das metáforas e de suas implicações para a compreensão da própria significatividade linguística algo um tanto nebuloso.

O fenômeno em que palavras e frases são vistas como desviantes de um significado literal acaba pondo em xeque as fronteiras entre cada uma destas disciplinas pois, se de um lado há indícios da importância do código linguístico na determinação do significado de uma metáfora, também há indícios de que tal significado depende deveras das nossas competências pragmáticas e cognitivas. Isso revela, em primeiro lugar, que essas fronteiras são tênues. Em segundo lugar que estas fronteiras poderiam ser melhor definidas. E, por último, que uma definição melhor de tais fronteiras poderia levar, inclusive, à reformulação ou, até mesmo, ao abandono de alguns pressupostos importantes enfraquecendo ou restringindo a gama de fenômenos que cada uma dessas teses pode ajudar a compreender. A fim de discutir se frases ditas metafóricas são determinadas ou não semanticamente ou, ainda, se são subdeterminadas semanticamente, é importante delimitar essas posições e, em que medida, frases ditas metafóricas, questionam tais fronteiras.

#### **3.1 O quadro semântica-pragmática**

Recanati (2010) chama de “velha pintura” ou “velho quadro” a teoria geral da significação em que semântica, por um lado, e pragmática, por outro, possuem papéis bem comportados. Chamaremos essa teoria geral de quadro semântica-pragmática. À semântica caberia o papel de

explicar como se chega à *proposição* expressa e ao valor de verdade a partir do significado convencional dos termos de um proferimento qualquer. À pragmática restaria a função de explicar como proferimentos podem pressupor ou implicar comunicativamente algo diferente da proposição expressa.

Tomemos a seguinte sentença como exemplo:

(11) Saí para o almoço.

Segundo o velho quadro, a semântica deve ser capaz de mostrar como, a partir do significado convencional de cada um dos morfemas que compõem a frase, é possível chegar à proposição expressa por ela. (11) poderia significar a seguinte proposição: <Sair para o almoço, Daniel, antes>. Apesar de existirem os indexicais “eu” e “tempo” que remetem a dados da ação em curso, o contexto aparece apenas como saturação para indexicais de tal modo que a proposição expressa pela frase seria decorrente apenas dos morfemas da frase. Apesar de autores como Perry (2000) defenderem a existência de indexicais ocultos, a tese mantém-se: apenas os itens linguísticos presentes de alguma forma na frase, explícita ou implicitamente, seriam suficientes para portar o significado da sentença e permitir ao falante a atribuição de um valor de verdade.

É certo que isso ainda não permite determinar se os portadores de significados são *types* ou se as proposições expressas são algum tipo de entidade metafísica, ou ainda se a semântica estaria lidando apenas com a significados fixados conhecidos pelos falantes de uma língua. Para ser mais preciso, segundo Ezcurdia & Stainton (2013), teorias semânticas podem se pronunciar acerca de cada um desses aspectos e gerar diferentes posições em semântica. Para nós, entretanto, é suficiente compreender uma teoria como “semântica” quando ela estuda como os significados convencionais dos termos levam à proposição. Por “proposição”, podemos entender o conjunto de informações que *são ditas* e que permitem ao usuário da língua indicar se um dado estado de coisas expresso por uma sentença é ou não o caso. E à capacidade de expressar e interpretar uma proposição chamamos de competência semântica.

Por outro lado, é bastante aceito que uma frase pode *comunicar* mais do *que é dito*. Há um conjunto de suposições gerais mais amplas que guiam a ação em curso quando atravessada pela linguagem. Elas surgem, segundo Levinson, “de considerações racionais básicas que podem ser formuladas como diretrizes para o uso eficiente e eficaz da língua na conversação para fins cooperativos adicionais” (2007, p. 126). Assim, a mesma frase (11) pode comunicar algo diferente consoante o contexto, de modo a ser eficiente e eficaz na ação em curso. Por exemplo, vou à

farmácia do bairro comprar um medicamento e encontro (11) afixada na porta. Saber ou não que o atendente da farmácia saiu para o almoço só é útil caso eu infira a partir dessa frase outras informações, como por exemplo que o atendente não está, mas volta depois e que devo voltar mais tarde para comprar o remédio.

Assim, segundo o quadro semântica-pragmática, se há uma proposição expressa por (11) semanticamente avaliável em sua referência e valor de verdade, há também outras informações pressupostas, implicadas ou comunicadas a partir dessa frase. Ao lado da competência semântica, seria exigido dos falantes uma *competência pragmática*, nas palavras de Recanati (2010). A função da pragmática seria justamente explicar o que são e como estas informações são comunicadas a partir da frase expressa, quais são suas condições de felicidade e quais as competências que os falantes devem desenvolver ou possuir para lidar pragmaticamente com a língua. Assim como na delimitação prévia da semântica, não está definido se, para a pragmática, há *tokens* que não derivam dos *types* produzidos ou como o contexto permite a particularização daqueles, ou ainda se a pragmática lida apenas com aspectos não literais de expressões não decorrentes propriamente do conhecimento linguístico. Todavia, na medida em que a pragmática está preocupada com as suposições e efeitos dos atos de fala, podemos assumir, *grosso modo*, que a pragmática está preocupada em como, a partir da sentença expressa, os usuários da língua comunicam outras informações não necessariamente enunciadas.

Nas palavras de, Recanati, segundo o quadro semântica-pragmática,

knowledge of the language – and in particular, *semantic competence* – enables language users to ascribe truth-conditions to arbitrary sentences of their language. To be sure, when a sentence is context-sensitive (as most sentences are), it only carries truth-conditions ‘with respect to context’; so knowledge of the context is required in addition to knowledge of the language. But the context at issue involves only limited aspects of the situation of utterance: who speaks, when, where, to whom, and so forth. Given a context thus understood, the rules of the language – for example the rule that ‘I’ refers to the speaker – suffice to determine the truth-conditional contribution of context-sensitive expressions. There is no need to appeal, in addition, to *pragmatic competence*.

By ‘pragmatic competence’, I mean the ability to understand what the speaker means by his or her utterance. As Grice emphasized, speaker’s meaning is a matter of intentions: what someone means is what he or she overtly intends – or as Grice says, ‘M-intends’ – to get across through his or her utterance. Communication succeeds when the M-intentions of the speaker are recognized by the hearer. Pragmatic competence is needed to determine *what the speaker means* on the basis of *what she says*; but what the speaker says is supposed to be autonomously determined by the semantics (with respect to context), irrespective of the speaker’s beliefs and intentions. (2010, p. 1)

O quadro semântica-pragmática, portanto, toma a semântica e a pragmática como domínios separados mas complementares. A semântica trata *do que é dito*, de proposições, valores de verdade e da competência que os falantes precisam possuir ou desenvolver a fim de lidar com os signos linguísticos, estes, por sua vez, independentes do contexto da ação em curso ou do contexto dos falantes. A pragmática trata *do que é comunicado*, de proferimentos, condições de felicidade e da competência que os falantes precisam possuir ou desenvolver a fim de transmitir informações, estas por sua vez, ligadas à ação em curso ou ao contexto de proferimento dos próprios falantes. Nesse sentido, semântica e pragmática possuem objetivos diferentes mas complementares.

Essa delimitação entre semântica e pragmática ecoa a delimitação canônica proposta de Morris e Carnap. Segundo a delimitação canônica, semântica e pragmática constituem campos de investigação diferentes dentro dos estudos Linguísticos, ao lado da sintaxe (que não é tratada diretamente aqui). Morris (1938) estabelece as fronteiras entre elas do seguinte modo: a sintaxe é o estudo da relação dos signos entre si, a semântica é o estudo da relação dos signos com os objetos a que são aplicados, e a pragmática é o estudo da relação dos signos com os intérpretes. Carnap mais tarde dirá de outro modo: “se numa investigação, faz-se referência explícita ao falante ou para dizê-lo em termos mais gerais, ao usuário da linguagem, então, consignamo-la [a investigação] ao campo da pragmática... Se abstraímos o usuário da linguagem e analisamos apenas as expressões e seus *designata*, estamos no campo da semântica. E, finalmente, se abstraímos também os *designata* e

analisamos apenas as relações entre as expressões, estamos no campo da sintaxe (lógica)” (CARNAP, *apud* Levinson, 2007)<sup>17</sup>.

Uma crítica que podemos tecer a essa visão de complementariedade entre semântica e pragmática é que estas teorias não tratariam exatamente do mesmo fenômeno e, se não tratam do mesmo fenômeno, não seriam complementares. Enquanto a semântica estaria preocupada com o conteúdo de frases, a pragmática estaria preocupada com o modo como frases performam ações ou atos de fala. De fato, de um ponto de vista semântico a questão é geralmente mostrar de que modo frases podem ser portadoras de verdade enquanto pragmaticamente a questão aparece quase sempre vinculada às condições de felicidade de um proferimento (Cf. PERINI, 2014, p. 3; LEVINSON, 2007, p. 288-308).

Todavia, esse escopo é geralmente ampliado pelas próprias teorias semânticas e pragmáticas. Quando confrontadas com um panorama mais geral, tanto a discussão histórica quanto a disputa atual entre minimalistas semânticos e contextualistas assumem pontos de vista que não visam simplesmente aferir *o que é dito* – o conteúdo de frases, função da semântica – ou *o que é comunicado* – função da pragmática. Quando a questão é a noção de significação em sentido amplo (que engloba tanto semântica quanto pragmática), ambos os vieses são mobilizados para explicar como acontece a significação linguística. Vejamos brevemente.

Historicamente, segundo Levinson, o positivismo lógico foi responsável pela tese de que “a menos que uma sentença pudesse, ao menos em princípio, ser verificada (...), ela seria, estritamente falando, sem significado” (2007, p. 288). Na medida em que essa máxima aparece como diretriz para outros discursos, os problemas começam a aparecer. Como dizer, por exemplo, que frases sobre ética e política, que em sua grande maioria não podem ser verificadas, são sem significado? Poderíamos estabelecer uma separação entre frases científicas e frases não científicas para evitar esse problema e enfraquecer essa tese a ponto de restringi-la ao discurso científico. Mas não é isso que a máxima prega

---

<sup>17</sup> Seguindo, além disso, uma tendência atual em estudos sobre a linguagem que questiona a tese de que “a linguagem seja um sistema ‘modular’ separado independente do resto da cognição” (LAKOFF, 1989, p. 58), é sensato admitir que, ao lado (ou junto) da sintaxe, da semântica e da pragmática, existe um domínio *cognitivo*. O campo do cognitivismo, em uma paráfrase de Morris e de Carnap, poderia ser assim enunciado: o cognitivismo é o estudo da relação dos signos com o aparato sensório-motor dos intérpretes; se numa investigação faz-se referência explícita entre os usuários da linguagem e seu aparato sensório-motor, estamos no campo do cognitivismo.

e nem é o modo como ela foi recebida pela tradição. Ademais, essa separação sempre vai parecer artificial. O que se discute é o estatuto de significatividade de algumas frases ou de todas as frases? O que permite separar as frases às quais a noção de significatividade se aplica das quais não se aplica? A crítica, portanto, sempre é feita pois à tese da semântica podem ser submetidas todas as frases de uma língua e, portanto, significatividade em sentido amplo dever-se-ia resumir à referência e verificabilidade, o que nem sempre é o caso.

O mesmo movimento de ampliação de um domínio específico rumo a uma teoria geral da significação também se vê na pragmática. O próprio Austin propõe uma mudança em sua teoria dos atos de fala e admite que “o ato de fala total na situação de fala total é o único fenômeno efetivo que, em última instância, estamos preocupados em elucidar” (AUSTIN, 1962 *apud* LEVINSON, 2007, p. 289). Mesmo que a teoria dos atos de fala de Austin seja pensada inicialmente para tratar dos aspectos performativos paralelamente às condições de verdades de frases, ele acaba por concluir que a dicotomia entre declarações portadoras de verdade e performáticas não pode ser mantida: todas as sentenças executam ações. Novamente a questão entre os limites e as diferenças entre o conteúdo de uma frase e sua força assertiva ou aquilo que é comunicado para além do que é dito acaba se impondo e requerendo uma teoria mais ampla da significação.

Essa pretensão mais ampla fica ainda mais evidente na discussão entre minimalistas semânticos e contextualistas. Enquanto os primeiros tentam manter algum papel para os atos de fala como contraparte contextual dos significados codificados nas frases, contextualistas abdicam da noção de significados mínimos e parecem acabar caindo naquilo que Cappelen & Lepore chamam de contextualismo radical (2005). Interessante notar que a tentativa de diálogo e as críticas mútuas revela que, mesmo filiados a teorias que em grande parte não tratam o fenômeno da significação e comunicação linguísticas sob o mesmo aspecto, ambos supostamente visam o mesmo fenômeno, a saber, como as trocas linguísticas são realizadas e como significados mínimos ou relativos ao uso são postos em marcha em tais trocas.

Justificado como teorias semânticas e pragmáticas, mesmo não partindo dos mesmos fenômenos, acabam pautando teorias mais amplas da significação, voltemos à delimitação de fronteiras. Na medida em que a semântica trataria, segundo o quadro semântica-pragmática, do conteúdo proposicional de uma frase e a pragmática, do conteúdo comunicado, há uma razoável delimitação dos papéis de cada uma destas teorias. E, segundo o velho quadro, não há qualquer incompatibilidade

em supor que frases expressem uma proposição semanticamente avaliável e que impliquem outras informações tratáveis pragmaticamente. Mas há frases que despertaram a desconfiança de semânticos e pragmáticos. Entre estas frases, como era de se esperar, estão as frases ditas metafóricas. As metáforas, entre outras figuras de linguagem, são fenômenos semânticos, do escopo do que é dito, ou fenômenos pragmáticos, daquelas informações comunicadas?

O quadro semântica-pragmática procura rapidamente afastar o fantasma e metáforas teriam que ter um lugar bastante claro: por definição elas não diriam respeito ao significado literal das palavras e frases e, portanto, não seriam fenômenos estritamente semânticos, mas pragmáticos. Teorias semânticas são chamadas, aliás, também de teorias literalistas (STERN, 2000), ainda em consonância com o entendimento genérico de que “a semântica diz respeito ao significado literal, enquanto todos os outros aspectos da interação linguística relacionados ao significado dizem respeito à pragmática” (EZCURDIA & STANTON, 2013, p. xiii). Ora, o tratamento das metáforas seria exclusividade da pragmática na medida em que metáforas são compreendidas como fenômenos que estão além do sentido mais comum ou literal de palavras e frases. Nas metáforas, como sugere Davidson, as palavras significariam propriamente apenas o que elas significam em seu sentido mais comum, embora seu efeito contextual possa ser diverso (1978), ou como propõe Levinson (2007), metáforas seriam eminentemente exemplos de exploração de máximas griceanas e não decorrentes da codificação semântica da frase. Mais à frente apresentaremos como a metáfora é pensada dentro da semântica e da pragmática do quadro semântica-pragmática.

### **3.2 Formalismo estrito e cognitivismo**

Os fronteiras entre semântica e pragmática estão bem estabelecidas até serem confrontadas com outra base evidencial, a saber, com teorias cognitivistas, representadas aqui por Lakoff & Johnson, e até mesmo com a própria discussão semântica entre minimalistas e contextualistas que aceita essa mudança de base evidencial. Apesar de o quadro semântica-pragmática não sofrer críticas somente devido às ciências cognitivas, estas possuem um papel importante no realinhamento de fronteiras pois levam à confrontação com um paradigma diferente. O paradigma cognitivista que incorpora dados das ciências cognitivas nas discussões sobre a linguagem se contrapõe ao paradigma que Ezcurdia & Stainton

chamam de *formalismo estrito*, com raízes em disciplinas como a lógica e a matemática que prescindem da materialidade psicológica do conteúdo semântico expresso por uma frase.

Segundo o paradigma do formalismo estrito, é desejável poder calcular o conteúdo semântico de uma frase, isto é, sua referência e valor de verdade, apenas com base em suas partes constituintes. Dado que, segundo o formalismo estrito, nas palavras de Ezcurdia & Stainton, há “uma conexão contingente estrita entre semântica e o conteúdo literal dos atos de fala” (EZCURDIA & STAINTON, 2013, p. xxiii – tradução nossa), cabe à semântica, em primeiro lugar, e à pragmática, derivadamente, descrever corretamente o *algoritmo* que, a partir dos atos de fala, retornariam o conteúdo literal e o conteúdo comunicado de um ato de fala. Descrever esse algoritmo seria o mesmo que descrever a nossa competência semântica, isto é, a nossa capacidade de criar e decodificar o significado de uma sentença, bem como usar esse significado pressupondo, implicando e comunicando informações outras que o significado literal da frase. Na medida em que esse processo seria eminentemente formal, o funcionamento desse algoritmo deveria ser descrito, segundo o formalismo estrito, sem recorrer ao processamento psicológico dos sinais linguísticos dos seres dotados de linguagem.

O formalismo estrito admite apenas uma exceção, segundo Ezcurdia & Stainton, no que tange à participação das capacidades cognitivas humanas. A inteligência individual tem importância apenas no uso não literal da linguagem. Dito de outro modo, se há componentes psicológicos não necessariamente formais envolvidos na construção e comunicação de conteúdos linguísticos, eles não diriam respeito ao âmbito da significatividade e das competências semânticas propriamente ditas, mas às outras competências que precisamos quando usamos a linguagem. Dentre estas competências, estão aquelas ligadas mais propriamente o uso da linguagem não literal. Novamente a separação entre linguagem literal e não literal aparece como critério para delimitar os limites de uma teoria geral da significatividade e de nossa competência semântica. A questão que se põe novamente é: a separação entre linguagem literal e não literal é assim tão clara? Parece que não. Aquilo que permite chamar uma frase de literal ou metafórica, como indicamos, não é evidente. O que num contexto é uma metáfora, em outro pode não ser e até mesmo entre uma frase metafórica e outra literal parecem haver vários graus que questionam essa pretensa clareza entre linguagem literal e não literal a que leva o formalismo estrito.

O paradigma cognitivista, por outro lado, não assume de partida a separação entre o conteúdo literal e o conteúdo metafórico em uma

ocasião de fala. Haveria, segundo esse paradigma, um *continuum* entre a instância diretamente colada à sensibilidade e motricidade e os níveis conceituais mais abstratos, como sugere Lakoff & Johnson (1999). Enquanto que “a tradição do formalismo estrito põe condições de verdade e referência no coração da semântica” (EZCURDIA & STANTON, 2013, p. xxiii – tradução nossa), para os cognitivistas o que está no cerne da nossa competência linguística é a capacidade de criar esquemas conceituais que mapeiam e categorizam a realidade. Assim, se devemos falar, de um ponto de vista semântico, que palavras e frases remetem a significados e referências, de um ponto de vista cognitivo, palavras e frases remetem a conceitos que categorizam nossas experiências. Por isso, para o cognitivismo, a relação estabelecida entre palavras e frases e suas referências não é dada via um algoritmo formal. Conceitos (e significados) não poderiam ser tratados como resultado necessário de um cálculo a partir dos componentes codificados ou comunicados por uma frase, mas como resultado criativo (LAKOFF, 1987) que permite uma nova categorização da experiência.

Essa comparação entre o formalismo estrito e o cognitivismo também precisa ser qualificada, como o fizemos quando aproximamos a tradição semântica da pragmática. Em primeiro lugar, assim como aconteceu com estes dois últimos, formalismo estrito e cognitivismo não tratam exatamente dos mesmos fenômenos: enquanto para os primeiros a questão é mostrar quais são as condições de verdade ou felicidade de frases, noções vinculadas diretamente às noções de significado e uso, para a tradição cognitivista é importante mostrar como conceitos são forjados a partir de experiências sensório-motoras mais elementares. De certo modo, o cognitivismo, por sua proximidade com as ciências cognitivas em geral, está muito mais comprometido com a noção de representação em sentido clássico, inclusive com a noção de uma “linguagem do pensamento”, e como essa linguagem surge a partir da nossa experiência no mundo.

Nesta direção, os partidários do paradigma do formalismo estrito tecem suas críticas ao paradigma cognitivista afirmando que “os cognitivistas confundem fatos sobre a linguagem *per se* com fatos sobre a psicologia da linguagem, que é um tópico fascinante, mas não é o que trata a semântica e a pragmática” (EZCURDIA & STANTON, 2013, p. xxiii – tradução nossa). Apesar de os cognitivistas proporem algumas primeiras explicações do que seriam as representações mentais, restaria oferecer, segundo seus críticos, uma teoria do significado para estas representações mentais enquanto tais. Em outras palavras, o cognitivismo

poderia explicar o que são e de onde vem os conceitos que compõem uma frase, por exemplo,

(11) Saí para o almoço.

entretanto, seria ainda incapaz de dizer por que esta frase significa algo do tipo <Sair para o almoço, Daniel, antes> ou é usada para implicar que o atendente da farmácia não está mas volta depois ou eu devo voltar mais tarde à farmácia para comprar o remédio. A partir disso, “o formalismo estrito conclui que o cognitivismo é meramente uma nota promissora, ainda não uma genuína teoria semântica em sentido amplo” (EZCURDIA & STANTON, 2013, p. xxiii).

A crítica faz sentido. Apesar de Jackendoff (2002) e Lakoff & Johnson (1999) falarem de significados como entidades mentais em termos de estruturas, não há explicitamente nestas teorias cognitivistas uma teoria do significado em sentido amplo e restaria ainda muito a ser feito para a elaboração de uma semântica cognitivista, como o próprio Lakoff (1987) assinala. Por outro lado, é importante questionar até que ponto teorias semânticas mais robustas estariam imunes a esta crítica. Apesar de a disciplina semântica oferecer uma explicação convincente acerca da estrutura profunda da língua como vemos em Chierchia (2008), podemos questionar até que ponto tal explicação responde às questões que se poderiam fazer a uma teoria semântica ou do significado em sentido amplo. Se por teoria do significado é compreendido um quadro conceitual que explica formalmente como o significado de sentenças decorre da composição de suas partes, como defendem, por exemplo, Cappelen e Lepore (2005) a semântica é bem sucedida. Mas quando por teoria da significatividade em sentido amplo é compreendida uma teoria que explicaria nossa competência linguística, os indícios empíricos das próprias ciências cognitivas indicam que há algo ainda não esclarecido.

Ora, essa crítica que questiona a teoria geral da significação de viés formalista é justamente a base do cognitivismo de Lakoff e Johnson. Segundo estes autores, há evidências bastante contundentes de que não há como falar em significação linguística sem levar em consideração o modo como conceitos são formados a partir da nossa motricidade e percepção. Segundo sua teoria, um conceito em uma frase faria sentido não apenas porque possuiria uma referência e valor de verdade, mas porque estaria ancorado em uma experiência sensório motora. O formalismo estrito do qual a semântica enquanto disciplina é a principal signatária, criticam estes autores, estende à linguagem natural um modelo que só serviria para as linguagens artificiais e lógicas, linguagens estas que não condicionam nem refletem o funcionamento do nosso próprio corpo.

Um segundo indício que põe em xeque apropriações estritamente formalistas é apresentada por Novaes (2013) e Menary (2007): a língua falada e a língua escrita apresentam profundas diferenças no seu modo de funcionamento. Uma semântica formal funciona razoavelmente bem para analisar a linguagem escrita mas quando a questão é analisar o aparato significativo envolvido na produção e interpretação de outras formas de linguagem tais como a fala, estas teorias são limitadas. Vários aspectos da linguagem falada permanecem como desafios para uma teoria de viés formalista. Como tratar linguagem falada e escrita a partir de uma só teoria quando o fenômeno *linguagem* é muito mais complexo que a linguagem escrita? Se as teorias originadas a partir do formalismo estrito são adequadas apenas para tratar (parcialmente) da linguagem escrita, e se uma teoria da significação em sentido amplo deveria dar conta também da nossa competência linguística, então se pode concluir que tais teorias são, ao menos, insuficientes.

Um terceiro indício seria a própria impossibilidade de tratar a influência do contexto a partir de um quadro semanticamente estrito. Importante salientar que por *contexto* não entendemos o contexto *sintático* da frase. É certo que as palavras e expressões dentro de uma enunciação modificam o significado umas das outras. Perry (2000) chama esse contexto de *contexto* linguístico. Adaptando a classificação de Perry<sup>18</sup>, além do contexto linguístico ou sintático haveria outros dois níveis de contexto que é o que miramos quando usamos este termo. O quadro é o seguinte:

- 1) contexto *linguístico* ou sintático que diz respeito às estruturas sintáticas e regras formais de uma língua;
- 2) contexto *extralinguístico* (ou *semântico*) que se refere à relação das palavras e à sua referência e são principalmente os dados que a semântica pode tratar: significados e indexicais; e
- 3) contexto *cognitivo* ou *epistêmico-doxástico* (*pós-semântico*) que se refere às pressuposições e ao *background* comum aos falantes que estariam além do significado codificado pela

---

<sup>18</sup> Perry (2000) defende que o contexto de uma sentença pode ser dividido em três níveis: o linguístico ou sintático; o extralinguístico ou semântico; e o cognitivo / epistêmico-doxástico ou pós-semântico. Apesar de acharmos essa classificação produtiva, optamos por chamar o último nível de interpretação contextual como cognitivo-pragmático pois não apenas remete ao *background* cognitivo partilhado, mas também ao conjunto de pressuposições pragmáticas.

linguagem, ou seja, as influências cognitivas e da ação em curso.

Como podemos notar, o terceiro tipo de contexto engloba tanto aspectos cognitivos quanto pragmáticos. Na medida em que Perry está procurando delimitar mais precisamente as bordas do contexto semântico, é compreensível a sua aglutinação dos contextos cognitivos e pragmático (ou contexto da ação em curso ou de proferimento) em um só grupo denominado por ele de contexto pós-semântico. Entretanto, a depender de certas pressuposições, aspectos contextuais pragmáticos e cognitivos não são necessariamente pós-semânticos nem, tampouco, parte de uma mesma categoria de tal forma que, para os nossos interesses, o mais correto é dividir esse terceiro nível de contexto em:

- 3.1) contexto de proferimento ou da ação em curso que se refere ao *background* e às pressuposições que o falante deve conhecer ou dominar, consciente ou inconscientemente, para que ele possa agir conforme o que se espera de um agente coordenado por um ato de fala.
- 3.2) contexto cognitivo que se refere ao conjunto de predisposições cognitivas que influenciam a produção e interpretação de um proferimento. São exemplo dessas predisposições cognitivas a capacidade de aferir significado a palavras e expressões usando conceitos gerados por metáforas cognitivas, modelos metonímicos, categorias radiais e estereótipos (Lakoff, 1980). Podem ser também de ordem consciente ou inconsciente.

A diferença entre estes níveis de “contexto”, especialmente 1 a 3, parece ser pressuposta pelo quadro semântica-pragmática na medida em que são justamente os limites entre eles que figuram como a atual disputa entre minimalistas semânticos e contextualistas. Enquanto para os minimalistas, *grosso modo*, o contexto 2 ou semântico deve ser suficiente para determinar o significado de uma palavra ou frase, para os segundos, o contexto cognitivo ou pragmático se sobrepõe aos significados literais das palavras e sentenças e até mesmo os anula.

Nesse ponto cognitivismo e contextualismo se aproximam para questionar o formalismo da semântica. A solução mais comum na semântica para o problema da influência do contexto na interpretação de uma sentença é recorrer à saturação que acontece, por exemplo, nos indexicais. Entretanto, há frases que não apresentam termos saturáveis gramaticalmente marcados. É certo que há propostas como a de Perry

(2000) que recorrem a indexicais não articulados presentes no “nível lógico” da sentença. Por exemplo:

(12) Está chovendo.

Apesar de não existir um referência explícita ou implícita ao indexical de lugar, é razoável aceitar, segundo o filósofo, que esta frase signifique que esteja chovendo no local em que o seu autor a pronunciou, isto é, que esteja chovendo, aqui e agora. Mas ela poderia significar coisas diferentes, tais como: está chovendo, aqui, agora, em algum lugar do mundo ou está chovendo, aqui, agora, do lado de fora da casa (não exatamente onde eu estou). Para resultar estas proposições, entretanto, é necessário assumir, segundo a proposta de Perry, que há constituintes não articulados que entrariam na composição final da frase. Podemos, dizer, entretanto que em todos estes casos a influência do contexto é explicada pela presença de tais constituintes? Para deixar mais claro, vejamos um outro exemplo que supõe um papel do contexto bem maior do que poderia ser tratado por um algoritmo:

(13) É silencioso aqui.

Esta frase pronunciada em contextos diferentes retorna critérios de avaliação de verdade diferentes. “Ser silencioso” em uma biblioteca é seguramente diferente do que ser silencioso em um estúdio de gravação de áudio. Enquanto no primeiro contexto “ser silencioso” admita algum ruído de cochichos, páginas sendo viradas e passos, no segundo contexto, “ser silencioso” não admite. A crítica contextualista e dos cognitivistas à abordagem mais formal consiste na dificuldade de dar conta de todas as influências do contexto na determinação do significado de uma palavra ou de uma frase. Para o contextualismo deve ser levando em conta mecanismos de enriquecimento e afrouxamento a que estão sujeitas todas as expressões. Para os cognitivistas, deve ser levado em conta a proximidade de campos semânticos entre expressões diferentes.

Nesse contexto, metáforas aparecem como casos limites justamente pela dificuldade em determinar qual é a influência do contexto ou como os dados do contexto são capturados por uma frase. Stern (2000) acredita poder dar conta das metáforas justamente a partir da tese minimalista semântica ampliando a aplicação e interpretação dos indexicais. Metáforas poderiam ser explicadas e calculadas, nesse sentido, de forma muito parecida com indexicais não articulados. Elas seriam apenas um caso particular de indexicais e demonstrativos. À frente trataremos justamente da solução minimalista de Stern que pretende dar conta do fenômeno. Os contextualistas, de modo geral, também diluem o

fenômeno em outro, a saber, os processos de afrouxamento e enriquecimento semântico (BEZUIDENHOUT, 2001, REIMER, 2009). O uso da propriedade “ser o sol” para Julieta em (I) é possível, segundo essa perspectiva, porque os falantes são capazes de usar as palavras afrouxando-lhes o significado. Nesse contexto, “sol” seria usado apenas fazendo referência a algumas das notas constituintes do uso dessa palavra mas não a todas. Notemos, em primeiro lugar, que a pretensão de calcular o *output* da frase a partir dos significados das palavras constituintes é menor nos contextualistas do que nos minimalistas; em segundo, que existe uma tentativa clara de vincular o significado metafórico ao significado literal da sentença. Em ambos os casos, a leitura metafórica depende, em algum sentido, da literal.

Para os cognitivistas, por fim, o fenômeno das metáforas linguísticas deve poder ser resolvido recorrendo às metáforas conceituais, isto é, à aproximação e deslocamento dos campos semânticos que surgem do nosso aparato sensorio-motor. Metáforas, sob essa perspectiva, estão mais próximas ao que sugerem contextualistas do que sugerem minimalistas, isto é, palavras e frases ditas metafóricas seriam casos de afrouxamentos e enriquecimentos antes que de saturação contextual devido a um mecanismo de indexicalização. A novidade dos cognitivistas está em que estes supostamente podem mostrar as origens cognitivas desses processos de enriquecimento e afrouxamento. Considerando que o cognitivismo rechaça uma teoria do significado de viés formal é bastante compreensível tal tratamento à questão. Os contextualistas, diriam os cognitivistas, estão ainda sob a influência de teorias formalistas de tal modo que procuram tratar fenômenos como as metáforas como se fossem propriedades dos signos. Mas signos, segundo os cognitivistas, não possuem propriedades em si mas funções que lhe são atribuídas pela nossa própria cognição.

#### 4 O quadro semântica-pragmática e a solução pragmática

Frases ditas metafóricas são determinadas de algum modo pelos significados literais das frases em que elas aparecem? Se sim, essa dependência é absoluta ou relativa? Conforme já indicamos, a pragmática vincula e explicita a dependência relativa do significado metafórico ao significado literal de frases lançando mão da noção de significado do falante ou de conteúdo implicado via comunicação. Em outras palavras, para a pragmática, uma dada frase, além de possuir um significado literal, determinado semanticamente, pode possuir significados desdobrados por necessidades comunicativas ou pela própria intenção do falante. Estes significados não são alheios à própria semântica da frase, mas são desdobramentos pragmáticos que só acontecem quando a ação em curso é levada em conta. Uma metáfora seria justamente um caso de desdobramento de significados fundado em razões pragmáticas. Nesta seção discutiremos o que motiva a solução pragmática da metáfora, a própria solução e, por fim, as principais críticas que podemos tecer a essa resposta.

Segundo a pragmática, uma metáfora seria justamente um caso de desdobramento de um ato de fala e, portanto, indeterminado semanticamente pelo significado literal da frase proferida. Justamente por este motivo, a frase

(14) O leão rugiu.

além de possuir significados determinados pelos significados das palavras constituintes, poderia possuir outros significados adicionais consoante o contexto de proferimento. Literalmente a frase expressa a proposição segundo a qual o leão rugiu, mas pode acarretar que o chefe estava muito bravo desde que se leve em consideração as supostas intenções do falante e outros dados da ação em curso, a saber:

(XIII) A – Em que estado de espírito você encontrou o chefe?  
B – O leão rugiu.

Esse caso é um exemplo de como o significado de uma frase pode ser usado para comunicar algo diferente do que é literalmente dito. Autores como Searle (1978) e Levinson (2007) defendem aquilo que é comunicado e que não corresponde estritamente ao semanticamente expresso pode ser chamado de significado do falante. Como veremos, Davidson (1979) prefere evitar o termo significado quando estamos nos

referindo a fenômenos que não são explicitamente ou estritamente semânticos ou vinculados ao próprio código linguístico. O importante, entretanto, é compreender que, segundo a tese pragmática, o significado de uma frase dita metafórica não depende do significado literal do código. Nesse sentido, a tese pragmática cai sob aquilo que chamamos de indeterminação semântica da metáfora. Se é possível explicar as ocorrências de metáforas negligenciando as informações semânticas codificadas na frase, significa que uma metáfora é indeterminada desde um ponto de vista semântico.

Nesta seção trataremos desta solução, e para isso, discutiremos a posição semântica de Davidson no texto *What metaphors mean* (1978) e a solução pragmática de Searle do texto *Metaphors* (1979). Ambos são críticos da solução semântica e dirigem suas críticas a dois modos de tratar o fenômeno das metáforas desde um ponto de vista semântico, a saber, as teorias da comparação e as teorias da interação semântica. Davidson dirige principalmente a sua crítica às teorias da comparação que tem o próprio Aristóteles como pai. Searle também critica as teorias da comparação e amplia sua crítica também às teorias da interação semântica que tem em Black (1962) um dos seus principais defensores.

A seguir analisaremos as críticas de Davidson e Searle aos dois grupos de teorias a fim de caracterizar o lugar do fenômeno das metáforas dentro do quadro semântica-pragmática para, em um terceiro momento, indicar precisamente a solução pragmática que, após essas preliminares, soa bastante explicativa.

#### **4.1 A crítica à teoria da comparação**

A teoria da comparação sugere que as frases que contêm metáforas são semelhantes a frases que contêm comparações literais. Essa teoria tem um forte apelo intuitivo além de, supostamente, permitir um tratamento semântico para as metáforas, motivo principal de sua força. Metáforas, enquanto comparações abreviadas, não possuiriam nenhum tipo de especificidade que exigisse um tratamento diferente daquele dispensado às comparações e o significado de uma metáfora seria, assim como em uma comparação, decorrente diretamente do significado literal das palavras tratável via teoria semântica. Assim, por exemplo, a frase:

(15) A minha irmã é um anjo.

deveria ser lida conforme a frase comparativa correspondente, a saber,

(16) A minha irmã é como um anjo.

Todavia, explicar semanticamente as metáforas recorrendo a comparações possui alguns pressupostos e implicações que defensores da divisão canônica entre semântica e pragmática não aceitam. Vejamos a seguir o que dizem Davidson e Searle a esse respeito.

#### **4.1.1 Semelhança, ambiguidade, aprendizagem e símiles segundo Davidson**

Segundo Davidson, no texto de 1978, um pressuposto da teoria da comparação é a ideia de que a metáfora, assim como a comparação, tem a prerrogativa de levar o intérprete à percepção de algum tipo de semelhança entre os objetos ou ações. De fato, (15) sugere que exista algum tipo de semelhança entre minha irmã e um anjo. Davidson inicia sua crítica a esse tipo de abordagem questionando precisamente o que significa dizer que duas coisas são semelhantes.

Talvez, questiona o autor, estas semelhanças possam ser propriedades que são atribuídas a certas coisas. Por exemplo, poderíamos dizer que duas crianças são semelhantes pois às duas é própria a propriedade da infância como duas rosas são semelhantes pelo fato de serem rosas. Ou ainda, se alguém diz literalmente, seguindo o exemplo de Davidson, que

(17) Tolstoy foi uma criança,

a semelhança de Tolstoy com outras crianças é que, quando criança, o escritor, exibia a propriedade da infância e é de se supor que ele brincava como uma, aprendia como uma, tinha o tamanho de uma, enfim, seu papel social e sua constituição biológica era de uma criança. Assim, afirma o filósofo: “ordinary similarity depends on groupings established by the ordinary meanings of words. Such similarity is natural and unsurprising to the extent that familiar ways of grouping objects are tied to usual meanings of usual words” (1978, p. 33-4).

Agora suponhamos que alguém afirme, se referindo ao Tolstoy adulto:

(18) Tolstoy é uma criança.

Em que sentido o Tolstoy adulto pode ser uma criança? A estratégia para atribuir significado a esta predicação, segundo Davidson, seria imaginar uma classe de objetos que incluísse todas as crianças e o Tolstoy adulto para, em seguida, questionar qual é a propriedade em comum que

existe entre os membros dessa classe. Se tal propriedade fosse encontrada e nomeada, seria possível a paráfrase exata da frase (18).

Davidson, entretanto, nega que esse seja o ponto. Dizer que a palavra “criança” quando aplicada a Tolstoy adulto adquire um novo significado nada mais faria que estender a classe de objetos a que uma palavra se refere. A partir do momento em que alguém diz que Tolstoy é uma criança, se essa fosse a explicação para este tipo de fenômeno, então a palavra criança seria aplicada a crianças comuns e, por acréscimo, a Tolstoy.

A crítica de Davidson é que não é possível explicar a noção de metáfora recorrendo à noção de semelhança pois seria o mesmo que introduzir um novo significado para uma palavra e todas as utilidades que se atribuem às metáforas se diluiriam: “if we are to think of words in metaphors as directly going about their business of applying to what they properly do apply to, there is no difference between metaphor and the introduction of a new term into our vocabulary: to make a metaphor is to murder it” (1978, p. 34). Uma metáfora funcionaria exatamente como funcionam as outras palavras, isto é, teriam a capacidade de se referir a propriedades ou estados de coisas e, na necessidade de nomear algo novo, o uso de uma palavra em um novo contexto não seria nada especial, seria apenas uma palavra antiga usada num contexto novo, processo idêntico à introdução de um novo termo.

Outra possibilidade de tratar o fenômeno das metáforas a partir da comparação entre dois objetos seria recorrer à noção de ambiguidade: metáforas aconteceriam quando uma palavra evoca dois significados ou nomeia, ao mesmo tempo, dois objetos. Assim, na frase (15) “ser um anjo” seria tomada primeiro em seu sentido comum aplicado às criaturas espirituais e, em seguida, em seu sentido metafórico de “ser muito belo” ou “muito puro”.

Mas há dois tipos de ambiguidade, segundo Davidson: a ambiguidade do contexto cognitivo ou pragmático, para usar a diferenciação que fizemos anteriormente; e a ambiguidade do contexto semântico. Segundo Davidson, o primeiro tipo de ambiguidade não é uma questão semântica legítima e não implicaria sequer que a palavra em que se ampara uma metáfora seja ambígua. Por exemplo, o uso da expressão “ser um anjo” em sentidos diferentes não implica que ela seja sempre ambígua. Apenas implica que ela pode ser usada em sentidos diferentes. Para ser um caso de ambiguidade legítima, seria necessário encontrá-la num mesmo contexto semântico, isto é, a palavra deveria deixar ambígua qual é sua melhor interpretação dentro de uma mesma frase sob o mesmo uso.

Mas alguém poderia argumentar que este seria justamente o caso do exemplo (15) pois o interlocutor entenderia “ser um anjo” em dois sentidos diferentes ao mesmo tempo e é por isso que afirmar que a minha irmã é um anjo é diferente de simplesmente dizer que ela é pura ou bela. Em primeiro lugar, teríamos que admitir que qualquer palavra ou predicação pode ser ambígua de partida o que levaria a sérios problemas à tese defendida por Davidson de que palavras e frases possuem significados comuns relativamente estáveis. Mesmo que assumamos isso, restaria ainda questionar se é realmente o caso de essa ambiguidade ser dada semanticamente. Quando o interlocutor ouve a frase, ele realmente fica em dúvida acerca do significado de “ser um anjo”? Ou ele de imediato entende e metáfora, à revelia da possível ambiguidade da predicação? Se este é o caso, então o significado de “ser um anjo” naquela frase não seria ambíguo, dissipando a própria possível explicação da metáfora decorrente da ambiguidade.

O leitor poderia ainda contra argumentar que o interlocutor justamente não fica em dúvida pois o contexto já indicara a melhor interpretação e, portanto, a suposta ambiguidade semântica de “ser um anjo” é que dispararia a necessidade de determinação da frase pelo contexto e não propriamente por vias semânticas. Em outras palavras, a ambiguidade estaria na predicação “ser um anjo” mesmo que a sua interpretação contextual operasse a sua desambiguação. Interpretar uma metáfora, segundo esse argumento, não seria dismantelar a ambiguidade semântica de um termo, mas interpretá-lo contextualmente. Ora, mas esse é justamente a defesa de Davidson: a metáfora não é um fenômeno semântico, mas pragmático. Mesmo que assumamos que a metáfora pudesse ser explicada como um processo de desambiguação contextual de palavras semanticamente ambíguas, isso revelaria que a metáfora é um fenômeno contextual e não semântico.

Além disso, assumir que a metáfora nasce da desambiguação contextual da semântica de uma palavra significa dissipar a própria metáfora, pois ao afirmar (15) parece que mantemos sua força metafórica. Mesmo que “ser um anjo” já tenha sofrido desambiguação, dizer “A minha irmã é um anjo.” ainda é uma metáfora. Em outras palavras, uma metáfora não some depois que uma boa interpretação é assumida e, por isso, arremata o filósofo: “metaphor cannot, therefore, owe its effect to ambiguity of this sort” (1978, p. 35).

O outro tipo de ambiguidade remete àquelas expressões que têm efetivamente dois significados ao mesmo tempo ou dentro de um mesmo contexto semântico. Tome-se, por exemplo, a frase (X) dita por um

jogador de xadrez diante da impossibilidade de dar um lance devido à presença das torres do adversário:

(X) Tuas defesas são torres intransponíveis!

Dois leituras de imediato saltam aos olhos: a primeira diz respeito ao fato de que realmente há uma torre a impedir o avanço do primeiro jogador; a segunda diz respeito à estratégia montada pelo segundo jogador, metaforicamente indicada pela expressão “torres intransponíveis”, que surge como obstáculo ao primeiro. As duas leituras são possíveis e, dado o contexto, necessárias. Para Davidson, o que existe aqui, entretanto, é um trocadilho. Esse trocadilho joga com a ambiguidade proporcionada pela metáfora, mas não é a sua causa. A metáfora está presente na segunda interpretação da frase (X) e não depende da primeira interpretação para ser metafórica. A questão é que a frase metafórica é metafórica em si mesma, mesmo que sua ambiguidade já tenha sido resolvida.

A terceira ideia presente nas teorias da comparação diz respeito à sua proximidade com a noção de aprendizagem, isto é, a metáfora seria uma questão análoga ao ensinar ou aprender um uso semelhante para uma palavra já lexicalizada<sup>19</sup>. Para explorar essa hipótese, Davidson elabora um exemplo radical em que um terráqueo trataria de ensinar o uso da palavra “chão” a um visitante de Saturno. Para isso, o primeiro sairia indicando as várias coisas que são chamadas de chão aqui na terra: o chão da casa, o chão onde se pisa, o chão herdado de um familiar, etc. O próprio visitante seria incitado a fazer experiências de uso do termo e suas tentativas acertadas seriam reforçadas e as erradas, corrigidas. O visitante estaria sendo apresentado a vários novos usos da palavra “chão” que desviam ou transgridem, assim como uma metáfora, o primeiro uso a que o visitante foi exposto.

Assim, aparentemente, a palavra “chão” quando é empregada de uma nova maneira acaba funcionando da mesma forma que uma palavra em uma metáfora sendo empregada de uma nova maneira e, como sustenta o cognitivismo, revelaria que o processo de metaforização de uma palavra é uma propriedade intrínseca à linguagem e à sua capacidade de significar/ser usada para/conceituar coisas diferentes.

---

<sup>19</sup> O cognitivismo de Lakoff (1990) sugere, alguns anos depois da resposta de Davidson, que a aplicação de um termo já lexicalizado a uma nova experiência é expressão da alteração conceitual possibilitada, dentre outros mecanismos cognitivos, pelas metáforas cognitivas.

Davidson sugere a continuação da experiência. Ela não se esgotaria na Terra. O visitante levaria o terráqueo através do espaço e este, acenando para a Terra, pronunciaria o pequeno verso de Dante

- (19) The small round floor that makes us passionate  
(DAVIDSON, 1978, p. 37)

Nitidamente, o uso de “chão” feito pelo terráqueo ao remeter à frase de Dante não poderia ser literal. Mas o visitante de Saturno poderia entender que estivesse diante de uma nova “lição” na qual estaria sendo apresentado a um novo significado da palavra “chão”. Mas sabemos que não é este o caso. O significado da palavra “chão”, na frase de Dante, não é um novo uso para uma palavra velha. Ele é precisamente aquilo que chamaríamos de significado metafórico. Mas como o visitante de Saturno saberia disso? O que permitiria ao aprendiz saber que está diante de uma metáfora e não simplesmente diante de um novo significado literal? De algum modo, para fazer isso, o visitante deve ser apresentado ao “truque das palavras”, à possibilidade de as palavras poderem ser usadas metaforicamente. Segundo o filósofo,

Should we call this process learning something about the world or learning something about language? An odd question, since what is learned is that a bit of language refers to a bit of the world. Still, it is easy to distinguish between the business of learning the meaning of a word and using the word once the meaning is learned. Comparing these two activities, it is natural to say that the first concerns learning something about language, while the second is typically learning something about the world. If your Saturnian has learned how to use the word "floor," you may try telling him something new, that here is a floor. If he has mastered the word trick, you have told him something about the world. (DAVIDSON, 1978, p. 36)

A lição não seria, então, sobre o significado da palavra “chão” mas sobre um uso específico dessa palavra, isto é, sobre a possibilidade de usá-la metaforicamente. A lição seria sobre a possibilidade de a linguagem, de modo geral, ser usada metaforicamente. A lição acaba sendo sobre o uso da linguagem e não sobre o significado de uma palavra.

Por isso, que, para Davidson, a introdução de um novo termo ou sua aprendizagem não explica o processo de criação ou interpretação de

metáforas. Quando o terráqueo introduz o termo “chão” como um novo significado não é uma metáfora que estaria funcionando segundo o filósofo. Esse significado pode ser apreendido em sua literalidade em seus vários usos. Por outro lado, quando o terráqueo alude à metáfora de Dante, o habitante de Saturno não está diante de um novo significado da palavra “chão” mas diante de um uso diferente dessa palavra que, aliás, permanece metafórico mesmo depois de o aprendiz o ter apreendido o significado literal do termo.

A quarta ideia a ser criticada por Davidson é que metáforas seriam como símiles e aí voltamos novamente ao foco propriamente dito das teorias da comparação. Mas Davidson não tem em mente a teoria vulgar da metáfora como símile elíptico. Segundo esta teoria, a metáfora é apenas uma comparação abreviada. “Julieta é o sol” seria o mesmo que dizer que “Julieta é como o sol”. Esta teoria não oferece nenhuma tipo de explicação para falar de significados figurativos, metafóricos ou especiais segundo o autor:

It is a theory that wins hands down so far as simplicity is concerned, but it also seems too simple to work. For if we make the literal meaning of the metaphor to be the literal meaning of a matching simile, we deny access to what we originally took to be the literal meaning of the metaphor, and we agreed almost from the start that this meaning was essential to the working of the metaphor, whatever else might have to be brought in in the way of a nonliteral meaning. (DAVIDSON, 1978, p. 39)

O que uma teoria do símile mais sofisticada faz, por outro lado, é afirmar que o significado metafórico da metáfora é igual ao significado literal do símile, mantendo-se assim, uma diferença entre o significado literal e significado metafórico. Afirar que “Julieta é o sol” teria um significado metafórico que corresponderia ao modo de uma paráfrase ao significado literal do símile “Julieta é como o sol”. Algumas metáforas, obviamente, podem ter símiles mais complexos, como quando se enuncia que “A economia vai ladeira abaixo.”. O símile correspondente seria algo do tipo: “a economia possui um desempenho semelhante a um carro desgovernado ladeira abaixo” ou alguma outra interpretação possível.

Assim, o símile realizaria uma comparação entre duas coisas ou eventos e convidaria o ouvinte a explorar as possibilidades de semelhanças que poderiam ser estendidas ao infinito. O símile declara, nessa perspectiva, a semelhança entre duas coisas de forma explícita

enquanto a metáfora o faria implicitamente. Entretanto, explicar a metáfora por meio do símile novamente não parece útil para Davidson pois o símile em si não explica em que consiste a semelhança. Nesta direção, Davidson concorda parcialmente com Goodman que já havia afirmado sobre a relação entre símile e metáfora:

The general question remains: what does a metaphor say and what makes it true? Is saying that a picture is sad saying elliptically that it is like a sad person? Metaphor has often been so construed as elliptical simile, and metaphorical truth as simply the literal truth of the expanded statement. But the simile cannot amount merely to saying that the picture is like the person in some respect or other; anything is like anything else to that extent. What the simile says in effect is that person and picture are alike in being sad, the one literally and the other metaphorically. Instead of metaphor reducing to simile, simile reduces to metaphor or rather, the difference between simile and metaphor is negligible. Whether the locution be “is like” or “is”, the figure likens picture to person by picking out a certain common feature: that the predicate “sad” applies to both, albeit to the person initially and to the picture derivatively. (GOODMAN, 1976, p. 77-8)

Tanto o símile quanto a metáfora assemelham “quadro” e “pessoa” ao aplicar a eles a propriedade de ser triste. Assim, a diferença entre metáfora e símile seria negligenciável: ambos tratam de semelhança. Metáfora e símile podem ser um convite para a captura de uma semelhança entre aquilo que é comparado em cada caso. Dizer que “o quadro é triste” pode convidar o ouvinte a pensar na mesma semelhança proferida pelo símile “o quadro é como uma pessoa triste”. Se o expediente da semelhança subjaz tanto à metáfora quanto ao símile, resta entretanto uma diferença entre ambos: o significado metafórico da metáfora permanece diferente do significado literal das palavras que a compõe enquanto a semelhança evocada pelo símile corresponde ao seu significado literal.

Apesar dos problemas, a diferença entre metáfora e o símile é bastante representativa para Davidson. Ambos sugerem algum tipo de semelhança entre duas coisas distintas. Todavia, as expressões *como*, é

*parecido, tal qual, feito, tão... quanto...* presentes no símile sugerem pela própria semântica da frase algum tipo de semelhança. Dizer, por exemplo,

(20) João dirigia feito um louco

convida explicitamente a buscar dentre os predicados que podem ser atribuídos um louco algum predicado que também pudesse ser atribuído ao modo como João dirige. Acontece que essa comparação não é evidente<sup>20</sup>. Se não é evidente, essa comparação seria oculta? Existiria algum tipo de dispositivo semântico na metáfora que capturaria algo como um significado metafórico? Em uma metáfora, como vimos, é possível a afirmação de identidade ou atribuição de uma propriedade alheia ao sujeito da frase ou, até mesmo, um desvio de toda a sentença. Por exemplo, a frase

(21) João é um louco no volante

quando compreendida metaforicamente, sugere que uma propriedade alheia a João deve ser aplicada a ele. Mas *explicitamente* a frase só significa, segundo a concepção de Davidson no texto de 1978, que João é um louco no volante. A princípio, não existe nada na frase que indique que ela deva ser compreendida metaforicamente ou que seja possuidora de um significado metafórico, pois João pode mesmo estar em tratamento psiquiátrico ou manifestar sinais de demência. E isso, segundo o esquema de Davidson, não é modulado pela própria semântica da frase, isto é, não parece ser codificado nos significados mais imediatos das palavras que compõe a frase. Literalmente essa frase é falsa<sup>21</sup>.

---

<sup>20</sup> Davidson vê nessa diferença um indício para sustentar que a interpretação metafórica de uma sentença não é uma questão da semântica das palavras mas uma questão de contexto. Nada há, segundo essa perspectiva, em uma sentença metafórica algo que justifique, por ela mesma, sua interpretação metafórica. Essa é, conforme será visto, também a crítica dos partidários do contextualismo frente à leitura minimalista de Stern (STERN, 2013) que introduz um operador semântico para tratar das metáforas.

<sup>21</sup> Há expressões metafóricas que são verdadeiras e têm sua força retirada justamente disso. Dizer que “nenhum homem é um ilha” é uma metáfora, pois remete à condição social e humana da dependência dos seres humanos entre si. Mas, linguisticamente falando, *realmente* nenhum homem é uma ilha. Mas assim como as expressões metafóricas que são falsas, as que são obviamente verdadeiras seriam suficientemente estranhas para serem tidas como metafóricas.

#### 4.1.2 Davidson e a impossibilidade de significados metafóricos

Nos casos indicados por Davidson, seja a partir da semelhança, da ambiguidade, da aprendizagem ou do símile, a crítica consiste em questionar se é possível recorrer à noção de *significado metafórico*. Isso porque, se não existem significados metafóricos, então não seria competência da semântica o tratamento do fenômeno das metáforas. Um dos pressupostos de Davidson nesse texto consiste na restrição da noção de significação àquelas situações em que estamos preocupados em dizer que informações uma palavra ou frase codifica independentemente do contexto. Essa conclusão é extraída diretamente da crítica à suposta vantagem de postular a existência de significados metafóricos:

The point of the concept of linguistic meaning is to explain what can be done with words. But the supposed figurative meaning of a simile explains nothing; it is not a feature of the word that the word has prior to and independent of the context of use, and it rests upon no linguistic customs except those that govern ordinary meaning. (1978, p. 40)

O argumento, resumidamente consiste no seguinte: se assumimos que a noção de significado linguístico é explicar o que podemos fazer com palavras e que a noção de significado figurativo depende sempre do contexto e não das palavras, então a noção de significado metafórico não é útil. Os casos em que poderíamos mobilizar a noção de significado metafórico são, como vimos, explicáveis, segundo Davidson, sem recorrer à noção propriamente dita de significado.

Davidson, no texto de 1978, representa bem o quadro semântica-pragmática no que tange ao tratamento das metáforas. Podemos dizer que o significado de uma palavra, para Davidson, deve poder ser determinado independente da ação em curso e das suas dependências cognitivas. Isso aconteceria pois, quando se fala de significados de palavras, estaríamos nos referindo às características que as palavras possuem *a priori*. E, por características *a priori*, deveríamos apenas entender aqueles hábitos linguísticos que governam o sentido comum das palavras.

Se a noção de significado metafórico não é desejável e não ajuda a entender a natureza da metáfora, o que poderia ajudar? A questão, segundo Davidson, é análoga a de uma mentira, outro “truque” que podemos fazer ao usar a linguagem. Uma mentira o é não pelo significado das palavras e da sentença, mas pelo uso que é feito delas. Assim como uma metáfora, uma mentira usa a mesma frase com o mesmo significado

de sua contraparte dita verdadeira. Por exemplo: entre as pessoas mais antigas da Ilha de Santa Catarina era comum a crença em bruxas. As bruxas eram responsáveis por diversos males à comunidade e às crianças pequenas. Nesse contexto, alguém não acreditando que sua vizinha realmente fosse uma bruxa, mas que tenha a pretensão de criar intriga, afirma:

(22) A Maricota é uma bruxa.

Dado que Maricota não é uma bruxa e a própria pessoa que expressara a sentença sabe disso, a sentença (22) é falsa. Mas Davidson sustenta que o significado das palavras que compõem a frase são os mesmos caso a pessoa realmente acreditasse que a Maricota fosse uma bruxa. O que muda é a intenção que subjaz o dito. Mas os significados de uma sentença não estariam à mercê das intenções dos falantes. E o mesmo aconteceria em uma metáfora. A mesma frase (22) poderia ser usada em relação à Maricota em sentido metafórico, num contexto em que não se acreditam em bruxas e caso alguém estivesse querendo se referir à beleza ou à bondade da Maricota. Nesse caso, a falsidade do que foi dito seria explícita já que nesse novo contexto bruxas não existem. Mas o conteúdo semântico da frase ainda seria o mesmo, acreditando ou não que bruxas existem ou que a frase é uma mentira ou uma metáfora. Obviamente, a função pragmática de uma mentira e de uma metáfora são diferentes. Na primeira se tem a intenção de fazer o interlocutor acreditar que a frase dita é verdadeira. Na segunda, há ao menos a intenção de que o outro não entenda a frase literalmente. Mas em ambas, mentira e metáfora, segundo Davidson, não há uma diferença no significado das palavras usadas mas em como elas são usadas, consoante o contexto da ação em curso.

Aqui notamos claramente como a posição davidsoniana sobre a metáfora funciona como a contraparte da posição pragmática que afirma que o significado literal de uma frase pode ganhar outras interpretações segundo o contexto. É certo que a interpretação contextual se ampara em semelhanças. Mas em uma metáfora a semelhança seria apenas um acarretamento pragmático. E, para Davidson, mesmo que a metáfora levasse a pensar em uma semelhança, “intimation is not meaning” (1978, p. 41). Significatividade linguística, segundo a semântica do quadro semântica-pragmática, deve ser alguma coisa própria de frases que não dependa do contexto. Neste sentido, uma metáfora pode ser significativa em sentido amplo, como um quadro ou até mesmo uma pedra podem sê-lo, mas a semântica da metáfora, seu significado frasal ou linguístico não pode depender do contexto. O significado, propriamente falando, deve

dependem apenas dos significados literais das palavras e regras empregadas na construção de uma metáfora:

What distinguishes metaphor is not meaning but use – in this it is like assertion, hinting, lying, promising, or criticizing. And the special use to which we put language in metaphor is not – cannot be – to "say something" special, no matter how indirectly. For a metaphor says only what shows on its face – usually a patent falsehood or an absurd truth. And this plain truth or falsehood needs no paraphrase – it is given in the literal meaning of the words. (DAVIDSON, 1978, p. 43)

Como alternativa a essa posição, é possível borrar tais fronteiras assumindo que todas as palavras podem ser enriquecidas ou afrouxadas em seu significado canônico. As propostas contextualistas contemporâneas vão nesta direção. Entretanto, Davidson já questionava se aquilo para que uma frase chama nossa atenção deva ser computado entre os significados possíveis de uma frase. Outra alternativa consiste ainda em defender a existência de um significado metafórico remetendo ao seu conteúdo cognitivo. A metáfora teria, à parte do significado literal da frase, significados subliminares que, na linguagem contemporânea de Lakoff e Johnson (1999), remeteriam a experiências cognitivas e conceituais mais fundamentais. Entretanto, sustenta Davidson, todas as frases da língua estão sujeitas a evocar memórias e relações significativas com o mundo e não apenas as metáforas. Um símile por exemplo pode evocar pensamentos profundos tanto quanto as metáforas, mas não é necessário supor que, assim como a metáfora, o símile tenha um significado metafórico para além do significado literal da superfície das palavras. Um símile indica uma semelhança e deixa ao ouvinte a tarefa de buscar, pragmaticamente ou cognitivamente, a semelhança. Mas a semelhança que é indicada no símile não seria um possível significado metafórico do símile. O significado do símile permaneceria na superfície das palavras: é seu significado literal. Assim como aconteceria com o símile, não seria necessário supor, segundo a tese de Davidson, algo como um significado mais profundo para que as demais palavras de uma língua funcionem. Mais precisamente, não seria necessário supor que palavras sejam significativas *porque* evocam tais usos ou conteúdos cognitivos diferentes dos literais.

Uma metáfora, segundo Davidson, é possível devido às capacidades de construção e interpretação inventivas presentes nas línguas faladas. Capacidades cognitivas e pragmáticas, em termos mais

contemporâneos. Entretanto, essas capacidades seriam a base não apenas das metáforas, mas também dos intercâmbios linguísticos mais comuns e corriqueiros do dia a dia dos seus usuários. Uma metáfora, quando muito, é a exacerbação ou o aumento de grau desses intercâmbios criativos. Contrariando Max Black, em *Models and metaphors* (1962), Davidson defende que não há regras que determinam o que seja ou não uma metáfora ou que determinem o que uma metáfora diz semanticamente. Nas palavras do autor: “there are no instructions for devising metaphors; there is no manual for determining what a metaphor ‘means’ or ‘says’; there is no test for metaphor that does not call for taste.” (1978, p. 31).

Postular que as palavras e frases possam ter significados metafóricos ou valores de verdade metafóricos, como uma espécie de segundos significados ou segundos valores de verdade, não ajudaria a explicar, segundo Davidson, como funcionam as metáforas. De fato, tanto o cognitivismo quanto o pragmatismo, nos casos indicados acima, transformam a metáfora em *modus operandi* de uma parte da linguagem ou de toda a linguagem. Para o filósofo, essa transformação não explica o funcionamento da metáfora, mas é a metáfora que explica tais casos. Seria o mesmo que dizer que uma metáfora funciona pois é uma propriedade essencial da linguagem ser metafórica. Mas em que medida isso explica como uma metáfora funciona ou o que é um significado, uma referência ou um valor de verdade metafórico? Para Davison a resposta é: em nenhuma medida.

Para Davidson, no texto de 1978, as condições de significado e verdade literais, contrariamente a possíveis condições de significado e verdade metafóricas, podem apenas ser atribuídos a palavras e frases independentemente de seus contextos de uso. Apenas a referência ao sentido literal e às condições de verdade literal, diria o filósofo, têm poder explicativo genuíno. Uma frase funciona como algo que pode ser significativo, ou seja, tem ou não sentido, pois tem um significado *standard*. Uma frase qualquer funciona na medida em que suas palavras e suas regras de construção significam algo literalmente, indiferente dos contextos de uso e dos conteúdos cognitivos evocados em cada um individualmente.

#### **4.1.3 Searle: sobre as condições de verdade de uma frase metafórica**

Searle, assim como Davidson, não acredita que uma teoria da comparação possa oferecer a explicação semântica para o fenômeno das

metáforas. Não que uma teoria da comparação, principalmente quando recorre aos símiles, não possa oferecer indicações importantes acerca do fenômeno. Mas isso aconteceria apenas devido a propriedades pragmáticas do uso da língua e não devido a propriedades semânticas das palavras e frases como postula uma teoria da comparação, o que confirmaria justamente o tratamento pragmático da questão proposto por Searle. De modo geral, Searle endossa a tese de Davidson de que em uma frase dita metafórica o significado lexical das palavras não é alterado pela metáfora. Todavia, o falante pode ter a intenção de comunicar algo diferente da frase expressa. Assim, ao lado da noção de significado literal ou propriamente dito, Searle introduz a noção de significado do falante que corresponde principalmente às intenções mobilizadas em um ato de fala. Assim, se para Davidson, recorrer à noção de significado metafórico é inútil para salvar a teoria da comparação, para Searle, tampouco uma teoria da comparação se sustenta pois, para explicar uma metáfora, confundiria o significado da sentença com o significado do falante.

Searle dedica uma parte do seu texto ao tratamento da figura do símile a fim de questionar, assim como Davidson, o seu caráter supostamente explicativo do funcionamento das metáforas. Um dos argumentos de Searle consiste, assim como já assinalara Davidson, em mostrar a diferença das condições de verdade de símiles e de frases ditas metáforas. Para o filósofo, “metaphorical statements cannot be equivalent in meaning to literal statements of similarity because the truth conditions of the two sorts of statements are frequently different” (SEARLE, 2013, p. 476). Tomemos primeiramente a seguinte sentença:

(23) Sam é um porco.

O símile correspondente a ela pode ser simplesmente

(24) Sam é como um porco.

Os traços de similaridade entre Sam e um porco podem ser dados na medida em que Sam, assim como um porco, seriam sujos e imundos. Neste caso, os traços de semelhança que permitem julgar as condições de verdade da metáfora e do símile correspondente são os mesmos. A teoria da comparação diria que as condições de verdade de (23) são as mesmas de (24) pois *realmente* tanto Sam quanto um porco seriam sujos e imundos.

Todavia, há metáforas que continuam funcionando apesar da não existência de traços de semelhança real entre os objetos comparados. Tomemos o segundo exemplo de Searle:

(25) Ricardo é um gorila.

Com isso poderíamos querer dizer que Ricardo é um indivíduo feroz, mau ou violento. Numa situação de um ato de fala, diríamos que o ouvinte foi feliz em interpretar a metáfora desse jeito pois acredita que gorilas são ferozes, maus e violentos. Segundo a teoria da comparação, a interpretação correta da metáfora poderia ser aferida pois tanto a metáfora como o símile correspondente possuiriam as mesmas condições de verdade: Ricardo e os gorilas seriam semelhantes pois eles são ferozes, maus e violentos. Entretanto, é questionável que gorilas sejam simplesmente animais ferozes, maus e violentos. Há indícios que estes animais sejam justamente tímidos e sensíveis. Mas, mesmo assim, a metáfora (25) não deixa de funcionar numa situação de fala e, por isso, atribuir a alguém o predicado de ser um gorila continua tendo as mesmas condições de verdade que tinha antes. Neste caso, a defesa da teoria da comparação segundo a qual símile e metáfora podem ter o mesmo tratamento semântico seria negada pois o que se quer dizer de Ricardo pode ser verdadeiro mesmo que quando dito dos próprios gorilas seria falso.

Uma outra estratégia para negar a tese da igualdade de valores de verdade entre símile e metáfora é atentar para o próprio papel semântico da predicação em uma frase. Intuitivamente, (15) e (16) teriam as mesmas condições de verdade, isto é, se acho minha irmã doce e pura, é razoável dizer que tanto “A minha irmã é um anjo.” quanto “A minha irmã é como um anjo.” são verdadeiras. Por isso, ambas deveriam ser ao mesmo tempo verdadeiras ou falsas: se minha irmã é pura e doce como um anjo, as duas frases seriam verdadeiras; se ela não o é, as duas frases seriam falsas. Todavia, assumindo o caráter identitário proposto pela cópula, percebemos que essas duas frases funcionam de maneira diferente, o que põe em xeque a própria tentativa de tratamento semântico da questão. Em uma comparação há a indicação literal de uma semelhança entre objetos sem que a semelhança enquanto tal precise ser dita literalmente. Assim, o significado literal de (16) é este <ser como um anjo, irmã do Daniel>. De modo algum é necessário dizer o que significa “ser como um anjo” para que a frase seja tida por literal. Cabe aos intérpretes procurar as semelhanças propostas por predicados comparativos do tipo “ser como”.

Agora, fazendo o mesmo que com a metáfora que fizemos com a comparação, teríamos <ser um anjo, irmã do Daniel> como o significado literal da frase. Tomada literalmente, deveríamos admitir que esta frase é falsa pois minha irmã não é, de fato, um anjo. Ou teríamos que admitir que a cópula nesse caso tem a função semântica de comparar objetos, coisa negada por Searle, ou teríamos que conceder que a frase, se pode ser verdadeira em algum sentido, o é apenas metaforicamente e, assim,

teríamos que admitir que a cópula evoca, em certos casos, significados metafóricos. Se a metáfora é apenas uma comparação abreviada, como seria possível que ela possua valor de verdade diferente daquele da sua comparação correspondente?

Segundo Searle não são as condições de verdade da metáfora que determinam o conteúdo intencionado pelo falantes, mas justamente o conhecimento de fundo (*background knowledge*), as crenças e as intenções que os interlocutores possuem ao estabelecer um diálogo. Enquanto temos que admitir que o proferimento literal de um símile vá ter suas condições de verdade alteradas consoante novas descobertas e mudanças gerais de significação, em uma metáfora isso não acontece simplesmente dessa forma. Se o que autoriza o aferimento de verdade de um símile é a realidade ou a verdade, o que autoriza o aferimento de verdade a uma metáfora, se isso existe em algum sentido, é o jogo linguístico ou, mais precisamente, as intenções que os falantes possuem ao usar uma frase.

Além da assimetria entre o valor de verdade de uma frase dita metafórica e um símile, há ainda outros problemas. Uma teoria da comparação apenas aparentemente possui algum poder explicativo. Ao afirmar (23) “Sam é um porco.”, poderíamos realmente fazer uma comparação, isto é, querer dizer que (24) “Sam é como um porco.”. Em ambos os casos, o falante afirmaria *S é P* (ou *S é como P*) querendo dizer que *S é R*. Entretanto, afirmar isso não ajuda a entender como o ouvinte, diante do proferimento “Sam é um porco.”, pode inferir que “Sam é como um porco no que diz respeito a X características”. Assim como Davidson já defendera, Searle afirma que a similaridade é um predicado vazio, pois qualquer coisa é similar a qualquer outra coisa em algum aspecto (1979).

Além disso, a noção de similaridade não explica várias outras metáforas, de modo que nem ao menos é possível parafrasear algumas metáforas recorrendo a comparações. Isto é, a própria comparação não consegue eliminar muitas metáforas como era de se esperar se uma teoria da comparação fosse o caso. O exemplo do filósofo é o seguinte:

(26) Sally é uma pedra de gelo.

O possível atributo que tanto a metáfora quanto a comparação fazem referência é a “frieza” da pedra de gelo e de Sally, isso que autorizaria dizer que

(27) Sally é *fria como* uma pedra de gelo.

Entretanto, Sally ainda só pode ser *fria* metaforicamente. Assim, se elencarmos os vários atributos da pedra de gelo, não acharíamos,

segundo Searle, nenhum que pudesse ser atribuído *literalmente* a Sally. Mesmo se procurássemos, recursivamente de símile em símile, algum predicado que pudesse ser atribuído literalmente tanto a Sally quanto à pedra de gelo, segundo Searle, não acharíamos tal predicado. Mas, para Searle, nem isso é possível. Há metáforas que não mantêm qualquer tipo de relação de similaridade como, por exemplo, metáforas de temperatura, espaço-temporais, de gosto, etc.:

- (28) Nos envolvemos em uma *calorosa* discussão.
- (29) O tempo *voa*.
- (30) As horas *engatinham*.
- (31) Ela é uma pessoa *amarga*.
- (32) Uma *doce* disposição tomou conta da plateia.

Há até mesmo metáforas que os falantes usam em que não há qualquer objetivo de aproximação literal entre dois objetos:

- (33) Meu amor é uma rosa vermelha.
- (III) Os bosques estão sorrindo.

Em nenhum desses casos os falantes estão preocupados em pôr em relevo algum tipo de similaridade entre as rosas vermelhas e o amor ou entre um sorriso e os bosques. É certo que isso não implica que todas essas metáforas devam ser explicadas de uma só maneira por uma possível teoria da significação. E, de fato, metáforas do tipo *S é P*, podem funcionar de algum jeito diferente de metáforas em que o próprio verbo é metafórico como em (29), (30) e na frase exemplo (III). Mesmo assim, diante disso, para Searle, a solução não pode ser semântica via a explicação de uma teoria da comparação. O que está em jogo, para o filósofo, é a intenção dos falantes, o significado que os falantes atribuem aos proferimento em uma situação de ato de fala. O caminho para explicar sentenças ditas não literais, para Searle, é, portanto, uma teoria pragmática dos próprios atos de fala.

#### 4.2 A crítica à teoria da interação semântica

Searle, além da crítica a uma teoria da comparação, também critica teorias que postulam que uma metáfora é resultado da interação semântica entre os itens lexicais que compõe uma frase. Segundo essa teoria, a interação entre uma palavra e outra levaria a uma alteração do próprio significado das palavras sem que para isso esteja em jogo, necessariamente, o contexto de enunciação ou a intenção dos falantes.

Usando a noção de traços semânticos de Katz e Fodor (1963) podemos resumir essa concepção dizendo que as palavras ou termos de uma frase seriam caracterizados por um conjunto de traços nos quais um dos sentidos é o principal e outros sentidos são periféricos. Cada item lexical seria composto por um conjunto restrito de traços semânticos capazes de definir os vários sentidos nos quais cada palavra ou termo é utilizado. Assim, entre os traços semânticos da palavra “bosques” na frase (III) figurariam os seguintes: objeto físico, natural, não humano, vegetal e concreto. Já o verbo “sorrir” indicaria um processo no qual uma entidade humana expressa satisfação diante de um acontecimento. Assim, a sentença “Os bosques estão sorrindo.” não seria passível de uma interpretação literal na medida “bosques” possui o traço semântico de ser uma entidade não humana ao passo que o verbo “sorrir” é aplicado a entidades humanas. A interação semântica entre “bosques” e “sorrir” levaria o intérprete a selecionar alguns traços semânticos e ignorar outros conduzindo a interpretações possíveis. Desse modo, o traço semântico “entidade humana” pode ser eliminado de “sorrir” e a frase poderia expressar algo do gênero:

(34) Os bosques estão com suas necessidades satisfeitas (de luz, água, solo...)

Ou ainda, se tomarmos “bosques” como o próprio modificador dissonante na frase, os traços semânticos “ser não humano e vegetal” poderiam ser ignorados e a frase poderia expressar:

(35) Eu estou sorrindo.

A vantagem dessa teoria é que ela indicaria a possibilidade de tratamento semântico para frases aparentemente desviantes como as metáforas. Para essa concepção, o significado alcançado por uma metáfora é dado por uma oposição verbal, como defendera Bearddsley (1962), ou precisamente por uma interação semântica, conforme defendera Black (1962). Em ambos os casos, a metáfora se resolveria no interior da própria frase por meio da interação entre os significados literais ou lexicalizados das palavras que a compõe.

Segundo Bearddsley (1962), palavras em uma sentença estão sujeitas a modificações causadas pela oposição verbal com as outras palavras da sentença. Assim, em uma metáfora como a (III), o modificador “sorrir” seria ele mesmo modificado ao ser contraposto ao assunto (*subject*) da frase, que seria “bosques” e a metáfora “Os bosques estão sorrindo” nasceria do significado especial que o modificador adquiriria ao ser contraposto ao assunto da frase. Isso é possível, segundo

este autor, porque palavras usadas como modificadores possuem um significado central ou lexicalizado e significados marginais que o termo apenas conota.

Para Black (1962), a interação semântica acontece entre o conteúdo primário ou *focus* e o conteúdo secundário ou *frame*. Na metáfora “Os bosques estão sorrindo”, o conteúdo primário, numa leitura possível, seria “bosques”, e o conteúdo secundário é dado pelo significado literal do resto da sentença em que o foco está inserido. A interação entre foco e *frame* leva, segundo a proposta de Black, à interpretação metafórica. Há em uma metáfora, segundo Black, um complexo de implicações entre o conteúdo do foco e do *frame*. O intérprete retira do *frame* ou conteúdo secundário implicações que permitem, em tese, prever aspectos relevantes do foco. Na frase (III) o falante seleciona traços do conteúdo secundário (bosques) que podem ser aplicados ao conteúdo primário (estão sorrindo) e, a partir daí, infere um significado para a frase.

Algumas coisas devem ser destacadas na teoria da interação semântica de Black. A primeira diz respeito ao papel da ambiguidade na produção e interpretação de metáforas. Segundo o autor, em uma metáfora não há propriamente uma mudança de significado dos itens lexicais que, de partida, admitem uma certa ambiguidade semântica. A mudança de significado é disparada pela interação sintática e semântica mas acontece na “mente” dos falantes. Assim, as metáforas revelam o modo como os falantes podem lidar criativamente com a língua e com os significados linguísticos. Disso decorre, por fim, uma tese bastante cara ao filósofo que é a atribuição à metáfora de uma importante função cognitiva. Segundo Finger,

as metáforas funcionam como *instrumentos cognitivos* que habilitam perceber certos aspectos da realidade ou revelam conexão entre fatos que a própria construção da metáfora ajuda a criar. Assim, as metáforas funcionam como uma espécie de lente que nos induz a ver o mundo sob uma determinada perspectiva. (1996, p. 50)

À parte a função cognitiva atribuída à metáfora, tese defendida posteriormente pelos cognitivistas Lakoff & Johnson, cabe destacar que, “o principal atrativo dessas teorias” segundo Levinson, “é que elas tentam trazer para o domínio da semântica padrão alguns processos interpretativos como a metáfora, que nem sempre são claramente distinguidos dos processos comuns de interpretação linguística” (2007, p.

186). A questão é, então, segundo a leitura pragmática de Searle, se elas são capazes de explicar o fenômeno em sua envergadura ou se procuram apenas dar conta dentro do âmbito da semântica de aspectos ditos semânticos da metáfora. Para Searle, a primeira opção é o ponto.

De modo geral, a teoria da interação semântica se baseia em duas pressuposições. A primeira delas diz respeito à suposta existência de ao menos uma parte da frase que mantenha seu significado literal e a segunda, dependente desta, que atribui uma interação semântica ou oposição verbal entre essa parte literal e a parte deslocada. Searle, entretanto, critica estas duas pressuposições ao tratar de um caso específico de metáforas que ele próprio denomina de metáforas mistas. Em outras palavras, se mostrarmos que em algumas metáforas não é necessário sequer que exista alguma parte literal, a explicação da teoria da interação semântica cai por terra. De fato, a metáfora “Sally é uma pedra de gelo.” possui uma parte literal e outra metafórica, modificador e conteúdo segundo a primeira proposta ou *frame* e foco consoante a segunda. Entretanto, poderíamos substituir o nome próprio (Sally) que é literal por outra expressão não literal e com isso teríamos uma metáfora sem uma das propriedades requeridas por uma teoria da interação semântica:

(36) A má notícia é uma pedra de gelo.

Indo mais longe, seria possível substituir até mesmo a cópula por outra expressão não literal, como por exemplo:

(37) A má notícia congelou-se em uma pedra de gelo.

Com isso, não haveria propriamente uma parte literal na sentença que pudesse levar o intérprete a predizer os significados relevantes que o item lexical desviante deve adquirir na frase.

A segunda crítica nega inclusive a interação semântica em frases ditas metafóricas que contenham uma parte literal. Mais propriamente, Searle defende que o significado expresso por uma metáfora não pode ser atribuído a tal interação, pois um mesmo conteúdo semântico pode ser atribuído a metáforas diferentes. Se a metáfora dependesse exclusivamente dessa interação, isso não seria possível. Por outro lado, na medida em que a metáfora depende, na proposta de Searle, do significado do falante e não da sentença, frases cujos itens lexicais são diferentes (e assim, supostamente, também a interação semântica entre suas partes) podem expressar, ao contrário do que prediria uma teoria da interação semântica, a mesma intenção do falante, como por exemplo:

- (38) A senhorita Jones é uma pedra de gelo.  
 (39) Aquela garota ali na esquina é uma pedra de gelo.

Nestes dois casos, apesar de os itens lexicais serem diferentes, o uso que o falante faz de cada expressão pode ser exatamente o mesmo e indicar precisamente “Sally”. Como explicar que itens lexicais diferentes disparem semanticamente as mesmas interações? Para Searle, explicar esse tipo de fenômeno só é possível quando se assume que o contexto de enunciação, em especial a intenção dos falantes, possui um papel fundamental na determinação do significado final da frase.

Há ainda uma suposta vantagem que partidários da interação semântica utilizam como argumento. A interação semântica explicaria como palavras poderiam adquirir novos significados. Mas, nas palavras de Searle:

It is often said that in metaphorical utterances there is a change in meaning of at least one expression. I wish to say that on the contrary, strictly speaking, in metaphor there is never a change of meaning; diachronically speaking, metaphors do indeed initiate semantic changes, but to the extent that there has been a genuine change in meaning, so that a word or expression no longer means what it previously did, to precisely that extent the locution is no longer metaphorical. (1979, p. 472)

Para Searle, não é difícil admitir que o uso recorrente de algumas metáforas através do tempo vá imputando às palavras novos significados. Entretanto, se há uma mudança genuína no significado não estaríamos mais diante de uma metáfora, mas diante um novo significado literal. Aqui vemos como Searle assume um pressuposto básico do que estivemos chamando de quadro semântica-pragmática, pressuposto também presente na defesa de Davidson. Segundo este quadro, metáforas mantêm uma relação semanticamente externa com o significado literal dos itens lexicais utilizados na produção das expressões não literais. Em outras palavras, metáforas não alteram a semântica da frase e por isso elas devem ser fenômenos contextuais ou ser relativas à intenção dos falantes. Nos casos em que acontece alteração do significado, não estaríamos diante de metáforas, mas de novos significados propriamente ditos, isto é, já literais. Mas qual é, enfim, a proposta de Searle no que tange ao tratamento de frases ditas metafóricas?

### 4.2.1 Uso ou significado do falante

A crítica de Searle às teorias da comparação e da interação semântica se baseiam na premissa de que ambas não separam significado da palavra ou sentença e significado do falante. Para Searle, há nitidamente uma diferença entre o que é *dito* por uma sentença e o que o falante pretende *comunicar* ao usar uma palavra ou frase em um dado contexto. Esta distinção permite ao filósofo dar o passo seguinte àquilo que Davidson deixara em aberto, isto é, indicar como significados literais são usados pelos falantes a fim de comunicar algo diferente. Na notação de Searle, diríamos, como o falante pode dizer  $S \text{ é } P$  e querer comunicar que  $S \text{ é } R$ .

Para que ouvinte e falante tenham sucesso no ato de fala, ambos devem compartilhar alguns conhecimentos e possuir algumas competências. De modo geral, segundo Searle, os interlocutores devem:

1 – ser capazes de produzir e reconhecer proferimentos literais e não literais. Uma forma de reconhecer se um proferimento deve ser interpretado literalmente é verificar se ele faz ou não sentido segundo a ação em curso. Para isso, deveríamos verificar se um proferimento é evidentemente falso ou trivialmente verdadeiro. Embora essa não seja a única maneira.

2 – partilhar alguns princípios que permitam aos interlocutores extrair aspectos salientes, fazer relações, estabelecer ou criar paralelos a partir do conhecimento de fundo do mundo compartilhado de modo a inferir a partir de  $S \text{ é } P$  possíveis usos diferentes para a expressão, ou seja,  $R'$ ,  $R''$ , etc.

3 – ser capazes de limitar o valor de  $R$  novamente considerando a intenção do falante e as possibilidades de tal proferimento fazer sentido.

Notemos que os princípios 1 e 3 dependem da capacidade de os falantes inferirem a intenção do seu interlocutor. Essa capacidade é pressuposta por Searle como dada, como condição para qualquer ato de fala. Para a pragmática de modo geral esse é um pressuposto de qualquer troca conversacional. Pressuposto este que, segundo Sperber & Wilson (1995, 2012) está amparado no próprio aparato cognitivo humano: enquanto seres biológicos e sociais estaríamos pré-dispostos a cooperar intersubjetivamente. Desse modo, a especificidade do fenômeno das metáforas recairia propriamente sobre o segundo princípio e será este que Searle se propõe a explicitar.

Segundo Searle, o segundo princípio que explica como os interlocutores implicam  $S \text{ é } R$  a partir de  $S \text{ é } P$  pode ser dividido em outros

nove que, supostamente, explicitariam as principais formas segundo as quais falantes descobririam o significado do falante expresso por uma metáfora. Cada princípio permitiria compreender como acontece a interpretação de alguns tipos de metáfora. Ou seja, não é necessário que o falante aplique todos os princípios para interpretar um proferimento metafórico. Estes princípios responderiam, portanto, a questão principal de Searle, isto é, como as metáforas são interpretadas.

**Princípio 1:** “coisas que são *P* são por definição *R*.”<sup>22</sup> (2013, p. 484). Alguns itens lexicais têm entre seus traços semânticos alguns que, por assim, dizer, se aplicam diretamente ao sujeito da predição. Ou, nas palavras de Searle, algumas características definidoras de *P* se aplicam diretamente a *R*. Assim, a metáfora:

(40) Sam é um gigante.

Pode ter como paráfrase a frase

(41) Sam é grande.

pois, por definição, um gigante é alguém grande. Para interpretar esse tipo de metáfora, ambos os intérpretes devem partilhar, portanto, tal princípio.

**Princípio 2:** “coisas que são *P* são contingentemente *R*” (2013, p. 485). Nesses casos, se uma metáfora funciona, uma propriedade saliente de *P* é bem conhecida ou quase sempre se aplica a *R*. O exemplo de Searle é a metáfora

(23) Sam é um porco.

que pode ser compreendida como afirmando que Sam é sujo, glutão, etc.

**Princípio 3:** “coisas que são *P* são ditas ou se creem ser *R*, mesmo que falante e ouvinte saibam que *R* é falso de *P*” (2013, p. 485). São aqueles casos, por exemplo, em que há uma representação dominante acerca de algo, embora se saiba que não necessariamente essa representação seja verdadeira. Este é o caso da metáfora “Ricardo é um gorila.” que pode ser parafraseada do seguinte modo:

(42) Ricardo é desagradável, violento, etc.

Notemos que não é o caso de gorilas serem ou não realmente desagradáveis ou violentos. Basta que exista uma representação difundida acerca de *R* para que a metáfora funcione.

---

<sup>22</sup> A tradução dos princípios de interpretação das metáforas é nossa.

### Princípio 4:

coisas que são *P* não são *R*, nem são como coisas tipo *R*, nem se crê que são *R*. Apesar disso, é um fato sobre nossa sensibilidade, seja culturalmente ou naturalmente determinada, que nós justamente percebemos uma conexão. Assim *P* é associado nas nossas mentes com propriedades de *R*. (2013, p. 485)

Esse princípio dá conta daquele tipo de metáfora que será a base das metáforas conceituais de Lakoff & Johnson. Diferentemente dos princípios de 1 a 3, não há traços em comum entre o significado metafórico e o literal, isto é, entre a metáfora e uma possível paráfrase. Assim, não há nenhum traço semântico ou propriedade saliente entre “Sally” e “uma pedra de gelo” na metáfora “Sally é uma pedra de gelo.” Searle mantém em aberto se esse fato sobre a sensibilidade é natural ou cultural, mas assume que esse princípio assume um dado da sensibilidade.

**Princípio 5:** “coisas tipo *P* não são como coisas tipo *R*, e não se crê serem coisas tipo *R*; no entanto, a condição de ser *P* é como a condição de ser *R*” (2013, p. 486). Os intérpretes devem ser capazes de inferir, não uma mesma propriedade, mas uma propriedade análoga entre dois indivíduos. O exemplo de Searle considera alguém que tenha acabado de ser promovido e ouve:

(43) Você acabou de se tornar um aristocrata.

Não há nenhum tipo de propriedade saliente propriamente comum entre ser promovido e ser um aristocrata, mas há uma mudança de condição, um “novo status ou condição como aquela de ser um aristocrata” (2013, p. 486).

**Princípio 6:** “há casos nos quais *P* e *R* possuem o mesmo ou um significado similar, mas há um, geralmente *P*, que é restrito em sua aplicação e não é aplicado literalmente a *S*” (2013, p. 486). Este seria o caso da palavra inglesa “*addled*” (podre) que se aplica propriamente a ovos, mas pode se referir à mesma propriedade de estar em decomposição quando se aplica, agora metaforicamente, a outra comida, como, por exemplo:

(44) *This soufflé is addled.*

Os princípios 7, 8 e 9 não são necessariamente princípios de interpretação direta, mas tentativas de Searle indicar que metáforas envolvendo adjetivos ou verbos podem ser produzidas e interpretadas

como casos especiais dos princípios 1 a 6 e que outras figuras de linguagem, como a sinédoque e a metonímia, mesmo não sendo propriamente metáforas segundo a classificação tropológica canônica, podem ser compreendidas utilizando os mesmos princípios 1 a 6.

O princípio 9, entretanto, é aparentemente uma concessão às teorias interacionistas. São os casos em que duas palavras são justapostas em uma frase pela primeira vez e, supostamente, seus significados interagem de modo a alterar os significados de uma ou das duas palavras. Searle sugere considerar as diferenças entre as seguintes sentenças:

- (45) *Sam's voice is mud / gravel / sandpaper.*  
 (46) *Kant's second argument for the transcendental deduction is so much mud / gravel / sandpaper.*

Os significados de *mud*, *gravel* e *sandpaper* em (45) e (46), apesar de metafóricos, são diferentes em cada sentença. Partidários da interação semântica diriam que o significado do *frame* alteraria o significado do assunto. Combinações diferentes de *S* e *P* criariam diferentes *R*. Todavia, para explicar esses casos, Searle recorre aos princípios 1 a 7. Assim, a suposta interação semântica é explicada simplesmente assumindo que os diferentes sujeitos restringem os possíveis valores de *R* e a mudança de significado que supostamente se atribui a *R* na verdade é apenas a seleção de possíveis valores metafóricos de *R* guiados pela intenção dos falantes.

Interessante fazer, por fim, alguns comparativos entre o texto de Searle de 1979 e o texto de Davidson de 1978. De modo geral, ambos relegam à pragmática a solução das metáforas. Ponto este, como vimos, que caracteriza aquilo que, seguindo Recanati, chamamos de quadro semântica-pragmática. O primeiro defende que enunciados metafóricos não podem ter qualquer tipo de solução semântica, se por semântica definimos o tratamento de palavras e sentenças em seu sentido lexicalizado e independente do contexto de uso. Palavras e frases significam, segundo Davidson, o que literalmente significam e nada mais. A posição de Davidson é compatível com a diferença tradicional entre significado e uso de palavras e frases. Se a noção de significação pode ser útil em algum sentido, ela só poderá sê-lo se a restringirmos à noção de literalidade.

Searle, por outro lado, concorda que os itens lexicais devem ter seu significado determinado literalmente e independente do contexto de uso. Entretanto, admite que, ao lado do significado da sentença que surge da composição das palavras em frases, existe o significado do falante que pode divergir daquele semanticamente dirigido. O significado do falante é dirigido pela intenção dos falantes e não é totalmente subordinado ao

significado da frase. Searle não deixa claro se sua tese consiste na defesa de que o significado da sentença restringe em algum sentido a gama de significados dos falantes. Em muitos casos isso acontece, como podemos ver nos exemplos usados pelo filósofo, de tal modo que poderíamos admitir que a semântica subdeterminaria o uso.

Entretanto, acreditamos que os exemplos (36), (37), (38) e (39), que são metáforas paralelas a (26) “Sally é uma pedra de gelo.”, mostram que, para Searle, a intenção do falante determina totalmente o significado do falante, independentemente de quais sejam os itens lexicais que compõem a sentença. Portanto, teríamos uma tese de determinação de significado da metáfora que parte do uso e não do significado da sentença. De fato, conforme veremos a seguir, esse modo de interpretar Searle é compatível com o tratamento pragmático do fenômeno das metáforas.

A teoria da metáfora de Searle no texto *Metaphor* de 1979 apresenta uma estratégia diferente da de Davidson. Enquanto para o último não há propriamente falando *significados* metafóricos, para Searle há dois níveis de significação: o significado dos falantes (*speaker's meaning*) e o significado da sentença ou palavra (*word or sentence meaning*). Enquanto o primeiro filósofo não procura estipular regras para o tratamento das metáforas, pois compreende que elas não fazem parte do escopo de uma teoria semântica, o segundo procura estabelecê-las dentro de uma teoria dos atos de fala. Dado que o que está em jogo são aspectos pragmáticos das palavras e não suas determinações semânticas, devemos ter em mente que quando Searle fala em significados dos falantes o que está em jogo é, conforme temos chamado, o uso que os falantes fazem das frases para além dos significados dos itens lexicais. O significado das palavras e frases é compreendido como o significado literal e o significado dos falantes é o significado não literal relativo ao uso pelos falantes.

A principal tarefa de uma teoria da metáfora que segue a abordagem pragmática de Searle consiste em encontrar os princípios que relacionam o significado literal de uma sentença com o seu uso metafórico. Retomemos a frase “Sam é um porco.” Para compreender essa afirmação, o intérprete teria, segundo a abordagem de Searle, que passar por três estágios. O primeiro passo consistiria em saber se a frase (23) deve ser compreendida de forma literal ou não literal, isto é, se o indivíduo Sam é realmente um suíno. O segundo passo seria, caso o primeiro passo indique que a frase deve ser compreendida de maneira não literal, encontrar outros possíveis usos ou significados dos falantes: se Sam não é realmente um suíno, ele pode ser um indivíduo sujo, ou um indivíduo moralmente condenável ou qualquer outra interpretação, pois

os significados dos falantes são virtualmente infinitos. O terceiro passo consistiria em identificar qual dos significados do passo dois é mais adequado. Para determinar isso, interviriam alguns princípios ou estratégias que permitiram ao ouvinte selecionar o significado não literal mais adequado para a ocasião.

Como decidir se uma dada expressão deve ser compreendida ou não de forma literal para, em seguida, levar o ouvinte a buscar outros usos não convencionais? Em outras palavras, antes de poder determinar as regras de variabilidade e seleção de usos metafóricos de uma dada sentença, é fundamental dizer o que dispara a sua leitura metafórica. Para Searle, como pudemos notar, a noção de metáfora está intimamente relacionada à noção de literalidade. Mas diferentemente das teorias da comparação e interação semântica para as quais alguma coisa deve acontecer no nível semântico da frase para que a interpretação metafórica fosse deflagrada, para Searle, o que dispara a produção e interpretação de uma metáfora é a intenção do falante. Existe, portanto, uma diferença de perspectiva em relação à de Davidson no texto de 1978, segundo a qual a falsidade patente ou a verdade trivial no contexto de um proferimento literal é que suscitavam algum uso além do dado codificado literalmente pela sentença. Tendo tratado das críticas de Davidson e Searle às duas principais teorias semânticas acerca da metáfora, trataremos a seguir da solução pragmática ao fenômeno das metáforas.

### **4.3 A solução pragmática e as máximas griceanas**

O tratamento ao fenômeno da metáfora seguindo Davidson e Searle sugere que o conteúdo metafórico de uma frase, se assim podemos afirmá-lo, não depende de princípios semânticos. A semântica, quando muito, oferecerá apenas a determinação do conteúdo convencional dos termos e enunciados para, em seguida, a pragmática explicitar os princípios da interpretação metafórica que dependem eminentemente do contexto de enunciação e da intenção dos falantes. Para explicar como é o tratamento da metáfora dentro do quadro semântica-pragmática, explicitaremos a solução que trata o fenômeno como explorações ou descatos das máximas da conversação propostas por Grice em 1967 e explicitadas por Levinson (2007). O aparato técnico e conceitual mobilizado por estes autores nos possibilita compreender como a metáfora tem sua solução dentro do quadro semântica-pragmática e como serve de base para a crítica operada tanto pelas correntes cognitivistas quando pela disputa entre minimalismo e contextualismo.

Grice (2013), nas conferências de 1967, defende que as trocas linguísticas são coordenadas por alguns princípios gerais de ordem pragmática que ele chama de máximas. Estas máximas aglutinam os aspectos que todos os interlocutores estão levando em conta nas trocas linguísticas, tanto na produção quanto na interpretação de frases. Quando uma frase é enunciada num contexto, há um conjunto de implicações e pressuposições que os interlocutores devem estar dispostos a considerar para que algo possa ser comunicado. Se as pressuposições dizem respeito ao conjunto de conhecimentos partilhados quando da ação em curso, as implicações dizem respeito ao conteúdo que pode ser implicado a partir do que é dito pelos falantes e não ao que é diretamente expresso pela frase. Consideremos a seguinte troca:

- (47) Tem leite na geladeira?
- (48) Precisamos fazer compras.

A frase (48) não responde literalmente o que foi questionado em (47). Todavia, ao receber como resposta (48), o interlocutor assume que tal resposta deve ser relevante para que a ação em curso prossiga. Assim, algumas pressuposições são mobilizadas e algumas implicaturas são acarretadas de modo a inferir que se é preciso fazer compras é porque não há mais leite na geladeira.

A teoria das implicaturas tem algumas vantagens, segundo Levinson. Em primeiro lugar, “a implicatura coloca-se como exemplo paradigmático da natureza e da força das explicações pragmáticas dos fenômenos linguísticos” (2007, p. 121). Tal explicação razoavelmente bem sucedida demonstraria que, ao lado da semântica em sentido estrito, há forças pragmáticas que são necessárias quando da explicação dos fatos linguísticos. Em segundo lugar, a noção de implicatura possibilita explicar de forma relativamente simples como uma frase, em um ato linguístico, pode ser usada para comunicar mais do que efetivamente diz. Em terceiro lugar, “parece provável que a noção de implicatura traga simplificações substanciais na estrutura e no contexto das descrições semânticas” (2007, p. 122). Isso aconteceria porque estabeleceria uma fronteira metodológica que separaria o trabalho da semântica e da pragmática no que diz respeito à elucidação dos fatos linguísticos. A primeira, como vimos, fica responsável por estabelecer os nexos semânticos entre os itens lexicais, referência e sentido literal das sentenças e a segunda fica responsável por estabelecer as regras que permitem a comunicação de conteúdos para além do que é dito efetivamente pela semântica da frase.

No que tange ao quadro semântica-pragmática, esse modo de divisão metodológica de papéis oferece uma saída para o conjunto de dilemas que nascem justamente quando imputamos à semântica a tarefa de explicar como informações extras são comunicadas além do conteúdo literal da frase. Isso acontece pois

permite afirmarmos que as expressões das línguas naturais realmente tendem a ter sentidos simples, estáveis e unitários (em muitos casos, pelo menos), mas que sobre este núcleo semântico estável há muitas vezes uma camada pragmática instável, ligada ao contexto, – isto é, um conjunto de implicaturas. (LEVINSON, 2007, p. 124)

O tratamento desses sentidos simples, estáveis e unitários seria tarefa da semântica e as variações ligadas ao contexto seria justamente tarefa da pragmática. Chegamos, assim, à coroação da divisão semântica-pragmática tão cara ao quadro caracterizado por Recanati e tratado no item 3.1. A explicação ampla fornecida pelos princípios que geram as implicaturas permite entender fenômenos que supostamente contrariariam alguns princípios semânticos. Por exemplo, a existência de funções para o “e” diferente daquele da conjunção lógica; a inexistência da designação “não alguns” em várias línguas para designar, quando logicamente é uma possibilidade, ao lado de algum, nenhum e todos; a possibilidade de que tautologias possam ser informativas ou que frases metafóricas possam expressar algum tipo de sentido.

Mas para poderem contribuir com uma teoria mais ampla da significação, a pragmática deve poder ser capaz de prever ou explicar justamente os fenômenos em que o significado de uma frase decorre não apenas da sua semântica mas justamente de informações contextuais. Para isso, a pragmática afirma a existência de um princípio coordenativo geral e de máximas decorrentes desse princípio. O princípio coordenativo geral e as máximas a que estão sujeitos, segundo Grice, os atos de fala, são enunciados por Levinson do seguinte modo:

*O princípio cooperativo:* faça sua contribuição como for exigido, na etapa na qual ela ocorre, pelo fim ou direção aceitos da troca convencional em que você está envolvido

*A máxima da qualidade:* tente fazer com que sua contribuição seja verdadeira, especificamente

- (i) não diga o que acredita ser falso
- (ii) não diga coisas para as quais você carece de evidências adequadas

*A máxima da quantidade*

- (i) faça com que sua contribuição seja tão informativa quanto for exigido para os presentes fins do intercâmbio
- (ii) não faça com que sua contribuição seja mais informativa do que é exigido

*A máxima da relevância:* faça com que sua contribuição seja relevante

*A máxima do modo:* seja perspicuo e, especificamente,

- (i) evite a obscuridade
- (ii) evite a ambiguidade
- (iii) seja breve
- (iv) seja ordenado (2007, p. 127)

Em resumo, as máximas exprimem o acordo tácito entre os falantes que possibilitaria a própria comunicação. Tanto falante quanto ouvinte consideram que seu interlocutor esteja seguindo estas regras ao enunciar ou interpretar uma frase qualquer. Interessante notar que elas não servem apenas para dirigir a superfície das trocas comunicativas. Se fosse só este o caso, nossa linguagem seria livre de qualquer ambiguidade ou figuras de linguagem. Quando alguém questiona se há leite na geladeira e o ouvinte responde simplesmente “sim”, todas as máximas estão sendo seguidas de modo que o primeiro sabe que a resposta “sim” é uma resposta à sua pergunta e não a outra e que, se existisse qualquer outra informação relevante à sua questão, como, por exemplo, o fato de o leite ter azedado ou estar no fim, o ouvinte teria acrescentado.

A face mais interessante da proposta de Grice, entretanto, consiste em afirmar que o discurso cotidiano acontece não apenas seguindo as máximas mas justamente explorando-as e extrapolando-as. Isso significa que, para Grice, os interlocutores devem estar seguindo estas máximas mesmo quando um ato de fala soe literalmente sem sentido. Esta é justamente uma das premissas fundamentais da teoria das implicaturas de Grice. Os interlocutores, ao serem expostos a um enunciado literalmente sem sentido, buscariam algum sentido diferente daquele justamente supondo que tal enunciado não deve quebrar as máximas em seu nível mais profundo. Consideremos o seguinte diálogo

(49) A – João já chegou?

B – Tem um carro estacionado aí na rua...

Se consideramos literalmente a resposta de B, aparentemente ela violaria as regras da qualidade, pois não informa o que é solicitado e

violaria a máxima da relevância dado que muda de tópico. Isso levaria a crer que B não foi cooperativo. Apesar disso, tendemos a esperar que B no diálogo tenha sido de fato cooperativo em um nível mais profundo. Atribuímos, então, alguma ligação entre a chegada de João e a presença do carro estacionado na rua, de tal modo que, se João possui um carro, a frase de B leva ao acarretamento de que João já pode ter chegado. A grande vantagem desse tipo de abordagem justifica a própria adoção do que chamamos de quadro semântica-pragmática. Nas palavras de Levinson, “a razão para o interesse linguístico pelas máximas é que elas ultrapassam o conteúdo semântico das sentenças enunciadas” (2007, p. 129), ou seja, mantém o trabalho da semântica dentro de limites bem definidos e assume como sendo o papel da pragmática a explicação do que é comunicado além do dito literalmente por uma sentença.

Assim, é possível entender como uma frase qualquer pode expressar mais do que é dito literalmente. Por exemplo:

(50) João tem dois doutorados.

Esta sentença expressa, literalmente, algo do gênero <Ter dois doutorados, João>. Todavia, ela comunica mais que isso. Segundo a máxima da qualidade (não dizer o que acredita ser falso e dizer somente o que se tem evidências adequadas), quem enuncia a frase acaba por também implicar que acredita e que tem *evidências* de que João tem dois doutorados. Isso explicaria, segundo Levinson, porque sentenças do tipo (51) são intuitivamente problemáticas ou geram implicaturas fora do padrão:

(51) ??João tem dois doutorados mas eu não acredito que tenha.

Essa frase só pode ter algum sentido se supusermos que a máxima da qualidade está sendo observada em algum nível mais profundo que justifique a sua violação superficial. Quando supomos isso, a oração subordinada “mas eu não acredito que tenha” acarreta algo diferente do que é dito literalmente, a saber, que o falante na verdade acredita que João possui os dois doutorados, mas, por exemplo, põe em dúvida a qualidade ou competência de João.

A frase (50) em condições normais também acarreta outras implicaturas. Segundo a máxima da quantidade, a frase acarreta que João possuía *apenas* dois doutorados. Se ele possuísse três doutorados, então a informação seria mais informativa<sup>23</sup> do que o exigido, o que entra em

<sup>23</sup> Em um caso em que João possua três doutorados, afirmar que João possui dois doutorados é verdadeiro mas é excessivo. Se João possui três doutorados,

conflito com a alínea *ii* da máxima da quantidade (não faça com que sua contribuição seja mais informativa do que é exigido). Que tipo de informação é dada quando alguém afirma que João possui dois doutorados quando na verdade ele possui três? Isso explica porque frases como a (52) soam anômalas:

(52) ??João possui dois doutorados e três doutorados.

Uma prova de que as implicaturas conversacionais não poderiam ser agregadas à teoria semântica padrão é que tanto (51) quanto (52) não possuem nenhuma anomalia gramatical ou facilmente tratável a partir de uma teoria semântica. Quando tais anomalias são tratadas como efeitos pragmáticos sobre a semântica da frase, algo do nível do comunicado e não do dito, evitaríamos ter que admitir estruturas gramaticais ocultas ou inchar uma teoria semântica. Mantem-se, assim, semântica e pragmática dentro de limites bem comportados.

Por fim, o cumprimento das máximas de relevância e de modo também geram implicaturas na frase (50) e explicam o conteúdo expresso para além do dito. Se João possui dois doutorados, é relevante saber que são exatamente dois. Se fossem três, seria irrelevante a frase (50). Ou, caso João possua mais de dois doutorados e se não fosse intenção de o falante quebrar deliberadamente uma máxima, então a frase também seria obscura, o que infringiria a máxima do modo. Nestes casos, o ato de fala supõe necessariamente que, caso alguma máxima seja quebrada, há *uma intenção* que pode ser atribuída ao falante ao quebrar uma máxima. A intenção do falante mais os dados contextuais geram a implicatura conversacional e garantem a continuidade da ação em curso.

Assim, na interpretação de Levinson, as máximas griceanas geram dois tipos de implicaturas<sup>24</sup>. As implicaturas padrão e os desacatos ou explorações de máximas. As primeiras permitem compreender como enunciados acabam comunicando mais do que é dito literalmente. Implicaturas padrão são aquelas nas quais as máximas são observadas já

---

é óbvio que as frases “João possui dois doutorados” e “João possui um doutorado” são verdadeiras. Em um ato de fala, entretanto, essas informações são excessivas, dado que elas violam a máxima da quantidade que prega não fazer a contribuição linguística mais informativa que o exigido.

<sup>24</sup> Grice (2013) não divide as implicaturas exatamente dessa forma. Para o autor, as máximas geram implicaturas que dependem ou não do contexto para serem acarretadas. As implicaturas que não dependem de condições do contexto são chamadas de implicaturas generalizadas. Todavia, a distinção é clara, inclusive para Grice e, por isso, optamos por seguir a distinção proposta por Levinson.

na superfície do ato de fala. Comunicar, por meio da sentença (50), que eu acredito que João tenha apenas dois doutorados é um acarretamento gerado por uma implicatura padrão.

Já as implicaturas que nascem de desacatos ou explorações de máximas permitem entender como enunciados acabam comunicando não apenas mais do que é expresso literalmente, mas até mesmo conteúdos diversos daqueles da frase literal. Assim, a implicatura gerada para manter com sentido a sentença (51), a saber, a que supostamente comunica que João possua dois doutorados mas questiona a qualidade ou competência de João, nasce do desacato de uma máxima. O ouvinte, em um ato de fala em que aparece (51), supondo o desacato à máxima da qualidade, pode inferir que a intenção do falante era comunicar algo que pudesse fazer sentido, isto é, que *apesar* de João possuir dois doutorados, ele, o falante, não acredita nisso.

Ora, seriam as implicaturas geradas pelo desacato ou exploração das máximas que explicariam, segundo Levinson, muitas das figuras de linguagem, entre elas a metáfora. A condição para que uma metáfora fosse produzida e interpretada reside na aposta de que um ato de fala é governado pelo princípio cooperativo guiado pela intenção dos falantes. A suposição, por parte do falante, de que o ouvinte poderá compreender sua intenção, e a suposição por parte do ouvinte de que o falante, ao usar uma frase alheia ao que se esperava na ação em curso, estaria de algum modo cooperando linguisticamente, permitiriam a comunicação de um conteúdo. Em uma metáfora, a produção de um enunciado literalmente sem sentido dentro da ação em curso só poderia ser interpretada, segundo essa perspectiva, porque o falante conta com a capacidade de o ouvinte poder interpretar sua intenção e este conta com a boa vontade do falante em cooperar linguisticamente.

Grice trata a metáfora principalmente como um desacato à máxima da qualidade e que, portanto, teria a ver com o compromisso com a veracidade do que é enunciado. Haveria dois tipos possíveis principais de violação da máxima da qualidade em metáforas. Em algumas, haveria uma falsidade criada por uma violação categorial. De fato, as frases seguintes são desacatos da máxima de qualidade geradas por uma violação categorial:

- (I) Julieta é o sol.
- (23) Sam é um porco.
- (25) Ricardo é um gorila.
- (26) Sally é uma pedra de gelo.

Elas são falsas pois há algumas propriedades tipicamente atribuídas a humanos que não são atribuídas a objetos inanimados ou a animais e vice-versa. Em todos estes casos, falante e ouvinte sabem que não é verdade que Julieta seja o sol, Sam, um porco, Ricardo, um gorila e Sally, uma pedra de gelo (admitindo que não estejamos falando de uma fábula de personagens fantásticos). Assim, para que tais enunciados façam sentido, o ouvinte deverá atribuir uma intenção comunicativa diversa daquela expressa na letra da frase de modo que justifique o desacato à máxima da qualidade e manutenção do princípio de cooperação.

Além dos casos mais clássicos apontados por Grice de metáforas como violações da máxima da qualidade, Levinson destaca que as metáforas também podem ser “conversacionalmente inadequadas de outras maneiras, especialmente no que se refere à máxima da relevância” (2007, p. 195). Vejamos novamente o exemplo:

- (XIII) A – Em que estado de espírito você encontrou o chefe?  
B – O leão rugiu.

De fato, o que parece permitir a interpretação metafórica e não literal da frase dita por B é justamente o acarretamento gerado pelo desacato da máxima da relevância. Para que A atribua algum sentido à frase de B, A terá que assumir que, apesar de literalmente tal frase não ser relevante e não responder a questão, sua interpretação metafórica responderá a questão, mantendo o princípio cooperativo geral. O desacato à máxima da relevância permite inclusive a interpretação de metáforas que são trivialmente verdadeiras e que, portanto, não desacatam a máxima da qualidade. Isso fica mais claro no seguinte exemplo:

- (53) A – Você acha que consigo viver sozinho?  
B – Nenhum homem é uma ilha.

A frase dita por B pode ser compreendida como uma negativa à pergunta de A. Entretanto, nela não acontece qualquer transgressão categorial. É literalmente verdadeiro que homens não são ilhas. Apesar disso, A compreende a metáfora e sua implicatura, pois supõe que B esteja seguindo a máxima da relevância mesmo que aparentemente sua resposta, tomada literalmente, não esteja. Neste caso, o significado da metáfora seria dado pela extrapolação da máxima da relevância. Mas é de se supor que metáforas possam ser geradas pelo desacato ou extrapolação de outras máximas, além da máxima da qualidade e da relevância. As metáforas tautológicas, por exemplo, poderiam ser compreendidas como usos não

literais da linguagem que ferem a máxima da quantidade justamente por não acrescentarem, literalmente falando, nenhuma informação nova:

- (54) A – Não imaginava que a guerra da Síria fosse tão sangrenta...  
 B – Guerra é guerra.

Literalmente, a expressão dita por B não acrescenta qualquer tipo de informação. Mas, supondo que ela seja um lance válido na ação em curso, ela implica algo diferente do que realmente diz, a saber, que toda guerra é sangrenta. Já a frase

- (X) Tuas defesas são torres intransponíveis!

em um contexto em que o interlocutor está questionando, por exemplo, o que seu adversário está achando da partida de xadrez, é um exemplo de metáfora surgida a partir da violação da máxima do modo, submáxima da ambiguidade. Nesse caso, estaria o jogador falando da partida como um todo ou apenas das torres em questão? Assim, a ambiguidade, nesse caso, poderia gerar uma leitura metafórica, assim como o fizeram a violação das máximas da relevância, quantidade e qualidade<sup>25</sup>.

Por conseguinte, a teoria pragmática de Grice seria bastante eficiente em explicar o que dispara a interpretação de uma metáfora mantendo a separação entre semântica e pragmática dentro de limites bastante comportados. Nada haveria na frase propriamente dita que levaria o ouvinte a buscar um sentido metafórico para a frase ouvida. A questão seria totalmente relativa à pragmática na medida em que apenas em um ato de fala seria possível interpretar uma frase como metafórica. Todavia, essa proposta possui algumas lacunas. Trataremos delas a seguir.

---

<sup>25</sup> Martinich (1984), por outro lado, defende que estes últimos proferimentos não precisam ser interpretados como metáforas. No caso de (53), o que estaria em jogo seria mais propriamente um eufemismo em que uma verdade trivial é proferida. Caberia ao ouvinte atribuir uma verdade mais profunda ao proferimento que afirma que nenhum homem é uma ilha de modo que a máxima da qualidade não fosse violada. Em (X), para o autor, não haveria propriamente uma metáfora, pois o que está em jogo é a comunicação de algo adicional ao que é afirmado e não algo diferente. As duas interpretações coabitam. No caso (54) haveria, sim, uma metáfora, mas ela remete ao desacato da máxima da qualidade em que estão em jogo os valores de verdade do proferimento. Martinich defende, portanto, seguindo a intuição de Davidson e Searle, que a falsidade patente ou a verdade trivial são gatilhos que disparam a interpretação metafórica.

## 4.4 Lacunas da solução semântica-pragmática

### 4.4.1 Um problema pragmático

A solução pragmática ao fenômeno, como era de se esperar, não é imune a problemas e abre outras frentes de tratamento da questão. O próprio Levinson não se dá por satisfeito com a explicação griceana pois, segundo o autor, ela

oferece pouco discernimento da natureza da metáfora. Tudo o que ele faz é oferecer-nos um critério parcial para o reconhecimento da metáfora – apenas parcial porque todos os outros tipos de implicatura que se devem à exploração de máximas (por exemplo, as perguntas retóricas, as litotes, etc.) compartilham a mesma propriedade, de serem geradas por um desacato ostensivo de uma máxima conversacional – e o modo como passamos do *reconhecimento* para a *interpretação* permanece inteiramente oculto. (2007, p. 195)

Haveria, portanto, uma lacuna na própria explicação pragmática das metáforas que recorre às implicaturas conversacionais. As implicaturas permitiriam apenas compreender parcialmente o funcionamento das metáforas pois o seu mecanismo seria o mesmo das outras implicaturas. Para Levinson, a explicação de Grice permitiria, portanto, entender como metáforas são reconhecidas, mas não permitiria entender porque são compreendidas propriamente como metáforas e, o mais importante, como seriam interpretadas. Levinson defende, entretanto, uma saída para esse problema. Segundo Levinson, é possível assumir os princípios de Searle que tratamos no item 4.2.1 para indicar quando uma implicatura gera uma metáfora. Assim, diante do desacato ou extrapolação da máxima, entrariam em jogo os princípios interpretativos de Searle que permitiriam ao intérprete inferir a intenção do falante com base na sentença expressa. Levinson enuncia a proposta da seguinte forma:

Dado um enunciado E da forma *x é F*, procure por algum G ou H que seja propriedade proeminente de coisas F; se tal propriedade for encontrada, interprete E como “*x é G*”, rejeitando a interpretação “*x é H*” se H for menos evidentemente predicável de *x*. (2007, p. 196)

Isto é, dado o desacato ou extrapolação de uma máxima, o ouvinte seria levado a buscar uma interpretação paralela com base nas propriedades salientes ou proeminentes daquilo que superficialmente não cumpre o princípio de cooperação. Aparentemente, esta solução é interessante pois permite dar um passo além daquele que foi dado junto com Grice<sup>26</sup>. O processo seria aproximadamente o seguinte:

- 1) A dá o primeiro lance da troca linguística;
- 2) B responde violando a máxima da relevância sabendo que A perceberá essa violação;
- 3) A percebe a violação da máxima e procura um sentido diverso daquele dito expressamente por B;
- 4) A seleciona entre as propriedades salientes da frase dita por B aquelas que podem guiar o acarretamento e garantir a interpretação da intenção comunicativa de B.
- 5) A descobre a intenção comunicativa B e, portanto, o significado do falante e da própria metáfora.

Como se vê, a proposta pragmática assim desenhada propõe alguns passos que supostamente o ouvinte daria a fim de compreender um proferimento metafórico. A explicação pragmática propõe que o conteúdo comunicado na metáfora é decorrência da própria implicatura ou é a própria implicatura. Mas não haveria uma inversão aqui? Dando um passo, portanto, além de Grice e de Levinson, e questionando a própria explicação pragmática do fenômeno, devemos questionar até que ponto a interpretação da metáfora é uma consequência da implicatura ou é justamente condição para ela. Recordemos o exemplo agora em um ato de fala.

- (53) A – Você acha que consigo viver sozinho?  
B – Nenhum homem é uma ilha.

A resposta de B em (53) não seria metafórica antes mesmo de quebrar a máxima da relevância? Não seria por compreender o sentido de dizer que nenhum homem é uma ilha que A pode inferir a intenção de B e que sua resposta acarreta algo diferente do que é dito literalmente? A explicação pragmática de (XIII) também é questionável. Recordemos:

- (XIII) A – Em que estado de espírito você encontrou o chefe?  
B – O leão rugiu.

---

<sup>26</sup> Recorrer às propriedades salientes é também a solução de Martinich (1984).

A suposta metáfora presente em dizer que o leão rugiu atribuindo ao chefe um comportamento agressivo já não estaria pressuposta na própria frase antes de simplesmente ser gerada pelo desacato da máxima? Para que a resposta de ‘B’ seja relevante e obedeça uma das máximas conversacionais, ‘A’ deve imaginar que o leão a que B se refere é o seu chefe e que o humor de seu chefe não é nada bom. Lembremos que, para o modelo pragmático, metáforas seriam explorações das máximas conversacionais a fim de expressar conteúdos diferentes daqueles semanticamente expressos diretamente na frase. Entretanto, o modelo pragmático de explicação das metáforas não explica como percebemos a semelhança entre o conteúdo semântico expresso, no caso do exemplo, “O leão rugiu” e o conteúdo intencionado e efetivamente comunicado pelo falante, “O chefe está de mau humor hoje”. E pior: parece que a interpretação metafórica de uma frase conversacionalmente desviante é condição para a implicatura conversacional e não esta explicação daquela.

Esta questão é relevante pois indica a virada que o tratamento do fenômeno das metáforas tem no quadro do minimalismo e contextualismo semânticos. Se a interpretação da metáfora não é dada pela implicatura, mas é sua condição, existiria um ponto de partida semântico para a interpretação e compreensão de frases ditas metafóricas. A questão não seria mais descobrir o conteúdo implicado pela metáfora como sugere o tratamento pragmático, mas explicitar que dispositivos semânticos existiriam na língua escrita e falada que explicam o fenômeno. A questão é se compreendemos a metáfora porque compreendemos o contexto ou se conseguimos aplicá-la ao contexto porque antes entendemos a metáfora.

Se comparamos uma metáfora com uma implicatura comum percebemos a diferença mais facilmente. Enquanto a frase

(1) O gato está sobre o tapete.

expressa um conteúdo e, a partir desse conteúdo, várias intenções secundárias podem ser acarretadas em um número virtualmente infinito de possibilidades a depender de várias nuances do contexto, a frase expressa por B em (XIII) expressaria diretamente o conteúdo metafórico de que “o leão rugiu” e não se compromete com a literalidade da frase. Ou seja, não há qualquer leão rugindo em questão e o tanto um quanto o outro dos interlocutores sabem disso.

Isso leva a outro ponto. Ao contrário de uma implicatura, uma metáfora só pode ser cancelada em favor do significado literal da frase. Enquanto que as implicaturas geradas pela frase (1) podem ser canceladas simplesmente afirmando que “o gato está sobre o tapete... mas não parece bem e, portanto, devo continuar preocupado” ou “o gato está sobre o

tapete... mas não adianta correr pois já terminou de afiar as unhas”, a frase metafórica “Sam é um gorila” só pode ser cancelada em favor do significado literal e não de outra informação relevante do contexto. Assim, só cancelo tal metáfora se eu afirmo “Sam é um gorila... não nosso colega, mas o Sam, gorila do zoológico”, da mesma forma que a frase metafórica “O leão rugiu” só pode ser cancelada se se afirma que “o leão rugiu... do outro lado da rua enquanto eu falava com chefe que estava calminho”. Dito de outra forma: uma metáfora, ao contrário de uma implicatura, parece expressar diretamente seu significado como defendem Bezuidenhout (2001) e Reimer (2009). E justamente por expressar diretamente um significado que uma frase dita metafórica expressa um conteúdo semântico que pode ser, inclusive, avaliado em suas condições de verdade, coisa que uma implicatura conversacional não o pode.

#### 4.4.2 Questões cognitivas

Frente aos problemas pragmáticos, uma sugestão, seguindo a própria deixa de Levinson, é recorrer a teorias psicológicas e, portanto, de ordem cognitiva, a fim de explicar como as palavras e frases quando usadas metaforicamente podem nos levar a conclusões diferentes daquelas expressas pelo próprio código linguístico. Em outras palavras, para explicar o fenômeno das metáforas seria necessário explicar quais são os processos subjacentes que nos permitem pensar analogicamente. O autor sugere que teorias psicológicas possam lançar luzes sobre as capacidades humanas de pensar analogicamente, capacidade esta supostamente necessária para interpretar e compreender metáforas. Para explicar como funcionam as metáforas, seria necessária uma teoria psicológica de como pensamos e de qual é a relação disso com a própria linguagem. Desse modo, a estrutura pragmática da linguagem possibilitaria que o ouvinte reconhecesse quando está diante da extrapolação ou desacato de uma máxima, mas a interpretação da metáfora propriamente dita,

deve valer-se de características de nossa capacidade geral de raciocinar analogicamente. Se tivéssemos uma descrição dessa capacidade cognitiva muito geral, poderíamos esperar aplicá-la diretamente à interpretação das expressões linguísticas usadas metaforicamente. (LEVINSON, 2007, p. 199-200).

Levinson sugere buscar em teorias psicológicas da linguagem formas de compreender como as metáforas nascem da nossa capacidade de pensar analogicamente. De fato, um caminho bastante recorrente para explicar como acontece a interpretação de uma metáfora é recorrer a uma teoria essencialmente psicológica ou cognitiva da metáfora. Uma teoria psicológica ou cognitiva da metáfora assume que a pragmática enquanto tal não possui a competência suficiente para explicar uma capacidade cognitiva que estaria presente não apenas na linguagem mas no modo como nos relacionamentos com o mundo, a saber, a nossa capacidade em geral de fazer analogias, mapear a realidade e transpor esses mapas para outros domínios de realidade. O fenômeno das metáforas, segundo essa perspectiva, estaria no atravessamento do domínio da pragmática por essas capacidades que estão para além das bordas da linguagem natural.

Sperber & Wilson (1995), seguem justamente este caminho ao defenderem que metáforas são explorações de dimensões gerais da linguagem que visam a maximização da sua eficiência cognitiva. Ou seja, a questão pragmática, em última análise, se resolveria em um nível cognitivo mais profundo. Uma frase metafórica ou literal, para estes autores, é resultado do imperativo da maximização da relevância cognitiva de um dado enunciado. “Maximizar a relevância” significa oferecer mais consequências e efeitos cognitivos, ou, em outras palavras, permite inferir um maior número de informações aumentando a eficiência da troca linguística. Nesse sentido, para Sperber & Wilson, uma frase é interpretada metaforicamente apenas quando seus efeitos cognitivos são maiores do que se ela fosse interpretada literalmente. De fato, em um contexto em que estamos nos referindo a algum amigo ou pessoa próxima, uma frase do tipo “Sam é um gorila” oferece mais efeitos cognitivos e é “cognitivamente mais eficiente” apenas se for interpretada não-literalmente. De outro modo ela seria irrelevante. Primeiro, em não permitir ampliar as informações cognitivas disponíveis por nada informar naquele contexto e, em segundo lugar, porque não permite qualquer coordenação a nível pragmático entre os falantes. Importante destacar que essa operação cognitiva, segundo os autores, não é consciente. O código e suas interpretações são usados automaticamente a fim de maximizar sua relevância.

Sperber & Wilson advogam, ademais, que a relevância não apenas é uma entre quatro máximas pragmáticas de cooperação, mas se configura como um dos modos como lidamos com nosso próprio ambiente circundante a nível cognitivo. Algo é relevante quanto se presta a maximizar informações que são inferidas a partir do meio. Assim, esperar que as trocas linguísticas sejam relevantes não seria apenas uma questão

pragmática para garantir a comunicação, mas, antes disso, uma questão cognitiva a fim de multiplicar os efeitos do meio sobre nós e com isso multiplicar nossas próprias respostas a ele. A metáfora aparece, nesse contexto, como expressão da tendência cognitiva de otimização da relevância. A interpretação de um proferimento qualquer pode ser mais relevante se não corresponder ao seu sentido literal. O sentido literal de uma sentença está colado com a sua forma lógica ou com a forma proposicional de um proferimento. Um proferimento seria interpretado metaforicamente quando a forma proposicional da frase é menos relevante cognitivamente e comunicativamente do que interpretações paralelas. Nesse sentido, “metáfora é uma variedade de tropos relacionados (por exemplo, hipérbole, metonímia, sinédoque) são simplesmente explorações de dimensões perfeitamente gerais do uso da linguagem” (SPERBER & WILSON, 1995, p. 237).

Lakoff & Johnson (1999), ampliando a discussão do papel cognitivo da metáfora, também assumem que o processamento linguístico não envolve apenas faculdades cognitivas conscientes. Há três achados fundamentais das ciências cognitivas que, segundo estes autores, não apenas mudam o modo como tratamos a linguagem e as metáforas, mas que justamente questionam o formalismo e o quadro semântica-pragmática do qual falávamos anteriormente. São eles: a mente é encarnada, o pensamento é, em sua maior parte, inconsciente, e os conceitos abstratos são amplamente metafóricos. Todos os três pressupostos encontram, segundo Lakoff & Johnson, respaldo em teorias empíricas e não contradizem os dados das ciências cognitivas. Afirmar que a mente é encarnada implica assumir que a razão não é universal. Pelo menos não no sentido transcendental do termo. Na medida em que nossa mente é encarnada, o significado dos termos do código linguístico, são para estes autores, dependentes dessa ancoragem e, portanto, não podem ser universais no sentido kantiano. O segundo ponto diz respeito à “inconsciência da consciência”. Na medida em que o pensamento é entendido como uma instância da nossa relação cognitiva com o próprio meio, nem todas as conexões e inferências significativas que dirigem o uso do código linguístico são conscientes. Ou seja, quando afirmamos qualquer coisa por meio de um frase, nossa mente estaria realizando incontáveis relações significativas que vão muito além da proposição expressa pela semântica da frase. Quando afirmo, por exemplo,

(VIII) O palestrante foi aplaudido calorosamente.

o significado do termo “calorosamente” não é apenas dado pelo que convencionalmente se decidiu atribuir a tal termo, mas a toda uma gama

de vivências que cada um de nós teve relacionado a esse termo, incluindo aí a mais básica de todas segundo esses autores, a vivência do próprio calor que sentimos na nossa pele quando em um dia quente ou quando em contato com o corpo de nossa mãe.

Esse ponto nos leva ao último achado das ciências cognitivas na visão de Lakoff & Johnson. A maioria dos nossos conceitos abstratos não são meramente definidos formalmente ou instituídos arbitrariamente. Eles são generalizações, ampliações, esquematizações e deslocamentos de conceitos mais elementares ligados diretamente à nossa motricidade e sensibilidade. Dito de outro modo, eles seriam metáforas de conceitos ligados às vivências mais diretas com o nosso meio. Assim, quando afirmamos que “Sam é um gorila”, por exemplo, remeteríamos inconscientemente a todo um conjunto de representações que estão, em última instância, sustentadas no próprio animal “gorila” a que temos acesso via motricidade e sensibilidade. O mesmo valeria para as outras metáforas, desde a comparação do chefe a um leão rugindo ou da Julieta ao sol. Prova de que realmente nossa mente é encarnada e que os conceitos abstratos surgem por processos cognitivos metafóricos inconscientes seria a presença de certas metáforas nas várias culturas humanas estudadas pelos autores e seu pares. Assim, por exemplo, é universal até onde estudado, a relação da noção de vida com viagem, afeto com calor, tempo com movimento, categorias como contêineres, conhecimento com visão, propósitos com destinos físicos, etc. Assim, nossa competência em interpretar uma metáfora, seria dada, segundo Lakoff & Johnson, porque dispomos dessas mesmas estruturas cognitivas (metáforas conceituais) e, portanto, metáforas linguísticas não teriam qualquer especificidade frente a outros usos da linguagem em que conceitos abstratos são utilizados.

Entretanto, se por um lado não podemos prescindir da ancoragem cognitiva da linguagem, há, por outro lado, algumas especificidades do próprio código que parecem não poder se resumir à nossa atividade cognitiva. Dehaene (2009) é bastante feliz em demonstrar que cognitivamente cometemos erros que apenas são corrigidos pelos aparatos formais que criamos, justamente linguagem e matemática. Novaes (2013) defende que a função do código linguístico é justamente ampliar as nossas capacidades cognitivas que, de outro modo, estariam restritas apenas àquilo que a evolução nos proporcionou. Menary (2007), por fim, afirma que sem o código linguístico nossas capacidades cognitivas seriam bastante limitadas e isso que chamamos de pensamento, apesar de fundado em competências cognitivas como aquelas propostas por Lakoff & Johnson, é dependente do código linguístico que criamos.

No que diz respeito às próprias metáforas, Lakoff & Johnson não conseguem demonstrar que as metáforas linguísticas possam e devam ser explicadas apenas recorrendo às metáforas conceituais que ensinam sua produção e interpretação. Não que não dependamos das metáforas conceituais para produzir e interpretar uma metáfora linguística, mas parece que a especificidade da metáfora linguística não pode ser resumida a das metáforas conceituais. Eles mesmos admitem que a linguagem é apenas a superfície de processos cognitivos e não sua contraparte ou espelho. Esses dados nos deixam seguros para questionar qual é, então, a preponderância do código linguístico para a produção e interpretação de metáforas. E ao relacionar o fenômeno das metáforas com o próprio código linguístico, realocamos o fenômeno das metáforas dentro do quadro da semântica contemporânea, em especial no debate entre contextualismo e minimalismo semânticos.

Wearing (2013) apresenta críticas à solução pragmática que seguem em direção semelhante. A solução pragmática, segundo Wearing, é insuficiente por alguns motivos que, no final das contas, retomam aquilo que os próprios Sperber & Wilson já indicaram: a interpretação metafórica só é relevante quando a interpretação literal não o é. Em outras palavras, se a metáfora não corresponde ao significado literal dado pelo código, ela está bastante colada nele, tanto pragmaticamente quanto cognitivamente.

O primeiro indício dessa proximidade diz respeito à expressividade direta das frases ditas metafóricas, o que, desde um ponto de vista estritamente pragmático, deveria ser propriedade apenas de proferimentos literais. Quando se afirma que

(I) Julieta é o sol.

o ouvinte pode dizer “sim, ela é o sol” ou “não, ela não é o sol”. Alguém pode, inclusive, concordar ou negar a afirmação dizendo que Romeu disse metaforicamente que Julieta é o sol. Em uma implicatura, conforme vimos, a afirmação ou negação não são tão felizes. Relembremos o caso em que alguém, para confirmar que não há mais leite na geladeira, responde:

(48) Precisamos fazer compras.

Diante dessa frase não podemos dizer “sim, está certo” ou “não, não precisamos” se temos em mente que a questão não é ter ou não de fazer compras, mas sim se existe ainda ou não leite na geladeira. Em uma implicatura não está em questão a aferição do valor de verdade da frase usada. O que está em questão é precisamente o uso da frase para além do

seu conteúdo semântico. Em uma metáfora, entretanto, podemos concordar ou discordar do que está sendo dito sem com isso causar alguma quebra no próprio lance linguístico:

(VII) A economia vai ladeira abaixo.

Podemos concordar o negar: “sim, realmente a situação está feia”; “não, isso é só uma metáfora”.

(VII) As planuras atacamenhas tinham uma atmosfera marciana.

Afirmativamente: “Realmente!”. Negativamente: “De modo algum! Você ainda não viu a Patagônia.”

(III) Os bosques estão sorrindo.

“Sim, eles sorriem”; “Não, isso era apenas na nossa infância”

O segundo ponto indicado por Wearing põe em dificuldade a explicação clássica de frases ditas metafóricas como se fossem implicaturas pois, ao contrário das implicaturas e assim como as frases ditas literais, as metáforas respeitam “*the scope of logical and propositional attitude operators*” (2013, p. 494). Em outras palavras, podemos empregar frases metafóricas em orações coordenadas ou subordinadas mantendo o significado ou valor de verdade do que foi dito, o que não acontece em implicaturas típicas. Por exemplo, podemos afirmar:

(55) Romeu disse que Julieta é o sol.

(56) A economia vai ladeira abaixo mas a equipe econômica tem um plano.

(57) Aquelas planuras tinham uma atmosfera marciana e todos as admiravam com veneração.

(58) Os bosques sorriem mas tramam traquinagens em seu silêncio.

Notemos que as frases (55), (56), (57) e (58), que coordenam períodos respectivamente com as frases (I), (VII), (II) e (III), são semanticamente bem construídas e não mudam o significado ou alteram o valor de verdade das frases metafóricas coordenadas. Entretanto, implicaturas não se comportam tão bem quando submetidas a este tipo teste. Os períodos coordenados ou subordinados logo abaixo não parecem funcionar comunicativamente dada a implicatura esperada de que não há mais leite na geladeira. Relembremos o diálogo:

(47) Tem leite na geladeira?

(48) Precisamos fazer compras.

Agora façamos coordenações e subordinações com a frase que deve comunicar a intenção de que não há mais leite na geladeira:

(47) Tem leite na geladeira?

(59) Precisamos fazer compras pois mamãe vem nos visitar.

(47) Tem leite na geladeira?

(60) Romeu disse que precisamos fazer compras.

(47) Tem leite na geladeira?

(61) Precisamos fazer compras, mas não hoje.

Como se pode notar, a implicatura “não há mais leite na geladeira” se perde ao coordenarmos a frase original, coisa que não acontece com frases ditas metafóricas. Isso indica que a explicação pragmática do funcionamento das metáforas é insuficiente pois ela não leva em conta o papel do código linguístico na produção e interpretação de uma frase dita metafórica. Não que metáforas não sejam usadas para comunicar intenções diferentes do que foi semanticamente expresso ou gerar implicaturas conversacionais. Acontece que essas implicaturas e intenções comunicadas parecem depender semanticamente das metáforas e não serem justamente a explicação de como o fenômeno das metáforas funciona linguisticamente.

O terceiro ponto a que Wearing remete ao que tange à explicação padrão da pragmática acerca do fenômeno diz respeito ao processamento cognitivo que frases ditas literais e metafóricas mobilizam. Se a interpretação de uma frase dita metafórica é aberta e tão dependente do contexto quanto uma implicatura, então, em tese, nossa resposta neurológica a uma metáfora deveria ser mais lenta do que aquela que acontece quando se trata de frases ditas literais. Entretanto, segundo Wearing,

certain empirical facts about the comprehension of metaphor are difficult to reconcile with the Gricean account. Studies measuring reaction times have challenged two apparent consequences of the Gricean account: that metaphorical interpretation takes longer than literal interpretation, and that it is optional (i.e., occurring only when the literal interpretation is anomalous). Further, recent evidence measuring event-related brain potentials (ERPs) shows that there are no significant differences in the locations of neural activity during

comprehension of metaphorical and literal items. This is consistent with the hypothesis that both sorts of interpretation engage similar brain processes. Of particular interest were differences with respect to the amount of activity measured, suggesting that the interpretation of metaphor requires greater effort. These differences were measured across three degrees of “literality”, and were shown to increase gradually as interpretations became increasingly non-literal. This result suggests that there is a continuum, rather than a sharp line, between metaphorical and literal comprehension, linked to the effort rather than the type of processing required. (2013, p. 494).

Segundo o quadro semântica-pragmática, frases ditas metafóricas deveriam, supostamente, apresentar atividade neural diferente de frases ditas literais. Essa implicação se funda na suposição de que lidamos de forma diferente com aspectos semânticos e pragmáticos da linguagem. Assim, se aspectos semânticos e pragmáticos da linguagem se fundam em faculdades cognitivas diferentes, é de se esperar que elas funcionassem cognitivamente de forma diferente. Entretanto, a análise de Potenciais Cerebrais de Eventos Relacionados (PER ou EPR em inglês) não sustenta essa hipótese. Ao contrário do que se esperava, não há diferença significativa nas medidas de PERs quando os indivíduos-teste estão diante de metáforas e frases literais. As principais diferenças residem entre frases semanticamente anômalas e normais e não entre frases metafóricas e literais. E, por último, a interpretação de frases metafóricas e literais revelou grau de esforço de interpretação que sugerem um *continuum* entre frases ditas literais e frases ditas metafóricas. Os resultados desses experimentos usando análise de PERs é apenas condizente com uma tese sobre a linguagem que não supõe competências diferentes que explicariam a interpretação de uma frase dita literal frente a outra dita metafórica.

Como podemos perceber, a pragmática, não pode, sozinha, dar conta da explicitação do fenômeno das metáforas. Além de se distanciar de uma possível explicação da contribuição do código linguístico para a produção e interpretação de metáforas, a pragmática acaba por recorrer a teorias psicológicas que, apesar de fundamentais para a compreensão de vários aspectos da linguagem, deixam em aberto a mesma relação entre código e metáfora. É certo que não podemos negligenciar as descobertas cognitivas no que tange ao funcionamento da própria linguagem. As

próprias teorias de Lakoff & Johnson sugerem fortemente um pano de fundo cognitivo para o fenômeno em questão. Entretanto, não são capazes de explicar o lapso entre fenômenos conceituais/cognitivos e fenômenos linguísticos. Frente a estas questões, a solução mais promissora volta a ser a de aspecto eminentemente semântico. Não mais uma semântica formalista como a que servia de contraparte à tese pragmática, mas uma semântica que leva em consideração os aspectos cognitivos da língua procurando acomodá-los dentro de uma teoria que se debruce sobre as especificidades do próprio código linguístico. Nesse panorama, o fenômeno das metáforas que põe em relevo os aspectos pragmáticos e cognitivos da língua aparece como caso paradigmático. Apesar de sua proximidade com os aspectos pragmáticos e cognitivos, se a explicação da metáfora logra êxito dentro de uma teoria fundamentalmente semântica, é de se esperar que outros fenômenos linguísticos menos controversos também o consigam.

## 5 Minimalismo e contextualismo semânticos

Semântica e pragmática e, colado a esta, o cognitivismo, apresentam soluções diferentes quando questionados acerca da determinação semântica na interpretação de frases ditas metafóricas. Como vimos, para a pragmática, o sentido metafórico de uma frase é extraído com base principalmente nas implicaturas conversacionais: o ouvinte deve interpretar uma dada frase de maneira diferente do seu significado literal para que o princípio cooperativo seja mantido. Para o cognitivismo, o significado metafórico de uma frase é, de partida, uma possibilidade cognitiva pois a capacidade de lidar com significados de palavras e frases não é diferente daquela de lidar cognitivamente com o mundo em que os conceitos são o tempo todo extrapolados de um domínio de experiência a outro. Por fim, a semântica apresenta uma forma de lidar com o fenômeno das metáforas, em que pese não propriamente o princípio cooperativo ou os princípios cognitivos a que está sujeita a língua. Para a semântica, seja na sua aposta minimalista ou na sua aposta contextualista, deve ser possível tratar o fenômeno das metáforas como uma questão propriamente da nossa competência semântica que deve ser, em alguma medida, destacável das – ou sobreposta às – nossas competências cooperativas e cognitivas que são muito mais amplas e não se restringem apenas ao nosso comportamento linguístico. A semântica, nesse sentido, advoga que deve existir uma competência semântica e um comportamento próprio ao lidar com a linguagem que é diferente do modo como interagimos pragmaticamente com outros humanos ou do modo como interagimos cognitivamente com o meio.

Se há, por um lado, fortes indícios acerca da especificidade da competência semântica na interpretação de uma frase dita metafórica, por outro lado há desacordo acerca do melhor tratamento semântico à questão. Minimalismo semântico e contextualismo vão apresentar modelos explicativos diferentes e de certa forma antagônicos. No que tange ao tratamento do fenômeno das metáforas, contextualistas e minimalistas são os dois polos que mais se sobressaem no tratamento da questão. Dentro do quadro semântica-pragmática, a metáfora é tratada apenas como uma questão de contexto, como implicatura contextual. No quadro minimalismo-contextualismo, o fenômeno pode ser tratado ainda como uma questão pragmática e, nesse sentido, como um problema paralelo à semântica ou como uma questão fundamentalmente semântica que é o que mais nos interessa aqui. Dois modos de tratamento se destacam

quanto ao tratamento propriamente semântico à questão. O primeiro consiste em tratar a interpretação das metáforas como um caso entre outros dentro da pluralidade dos atos de fala dentro da proposta minimalista. O segundo consiste em tratar a metáfora como um caso de flexibilidade semântica a que estão sujeitas todas as frases dentro do quadro do contextualismo.

Há três pontos principais a serem distinguidos e que nos levam ao fenômeno das metáforas propriamente dito. Enquanto tais, estas teorias são antagônicas: de um lado temos o contextualismo que maximiza o papel do contexto na determinação do significado e valor de verdade de uma frase e de outro temos o minimalismo que minimiza este papel. No que tange à filiação ao quadro semântica-pragmática, também há diferenças. O minimalismo semântico é mais simpático à divisão clássica entre forma da linguagem e seus efeitos contextuais. O contextualismo, por sua vez, incorpora as críticas ao quadro semântica-pragmática e oferece como resposta não a diminuição das ambições de uma teoria semântica mas justamente a sua maximização. Por fim, no que tange diretamente ao tratamento das metáforas, a dificuldade de tratar metáforas como meras implicaturas pragmáticas, leva a semântica novamente a requisitar que o fenômeno caia sob seu escopo.

Dentro do quadro minimalismo-contextualismo semântico, como veremos, metáforas são identificadas com usos não literais da língua e usos literais da língua são identificados com o significado codificado diretamente por uma frase. Frases sintática e semanticamente bem formadas expressam em si proposições segundo o minimalismo, tese esta negada pelo contextualismo. Para o contextualismo, uma proposição depende sempre de dados contextuais que não apenas saturam entradas semânticas da frase prévias ao contexto, mas enriquecem ou afrouxam o significado de qualquer item lexical da frase, segundo a expressão mais radical do contextualismo. Desde um ponto de vista minimalista, metáforas fazem parte da infinidade de atos de fala que são performados pelos falantes. Estes atos de fala metafóricos podem ampliar ou mesmo serem paralelos aos significados literais das frases, a depender da amplitude da tese minimalista em questão. Desde um ponto de vista contextualista, metáforas são exemplos de como qualquer termo de uma frase pode ter seu significado flexibilizado conforme os ditames do contexto de proferimento.

## 5.1 Competência semântica e contexto

A discussão semântica entre minimalistas e contextualistas diz respeito ao papel do contexto na determinação do significado e do valor de verdade de uma frase. Há duas principais estratégias para entender o papel do contexto na linguagem: uma pós-semântica e outra pré-semântica. Como o nome indica, a primeira estratégia assume que o contexto só entra após dispositivos estritamente semânticos entregarem o significado de uma frase com base nos seus constituintes lexicais ou solicitar a saturação de indexicais e demonstrativos. A segunda, propõe que dados do contexto já são levados em conta na própria determinação dos significados lexicais e, portanto, não haveria um momento não contextual puro ou uma semântica pura que pudesse determinar os significados do léxico. Os minimalistas adotam, radicalmente falando, a primeira estratégia e os contextualistas, a segunda.

Além disso, minimalistas e contextualistas também se diferenciam na resposta que dão ao quadro-semântica pragmática. Este quadro faz uma ponderação entre a proposta griceana de geração de implicaturas com base no contexto e a proposta kaplaniana de viés semântico de saturação contextual dos indexicais. Por assumir esse papel bem delimitado da semântica, os minimalistas são mais simpáticos à divisão padrão de papéis entre semântica e pragmática e, nesse sentido, fazem parte, crítica Recanati (2010), desse quadro dominante, designação que mantém a coerência com aquilo que este autor chama de quadro semântica-pragmática.

Acerca do papel dos dispositivos pragmáticos clássicos, ambos os lados aceitam aspectos da teoria griceana. Para minimalistas, a pluralidade dos atos de fala, na linguagem de Cappelen e Lepore (2005) supõe os usos práticos da língua que extrapolam as proposições semanticamente expressas. Para os contextualistas, a intenção dos falantes está presente inclusive na determinação dos significados do que é dito. A diferença fundamental, portanto, diz respeito ao papel dos dispositivos semânticos clássicos, ou seja, como explicar fenômenos segundo o viés kaplaniano dos indexicais. Cappelen e Lepore defendem que a fronteira entre sua teoria e uma teoria contextualista reside no aceite irrestrito de que todo o léxico pode ter saturado com dados do contexto. Para estes autores, há um espectro de teorias que vão desde o minimalismo ao contextualismo radical em que está em questão a quantidade e tipos de dispositivos semânticos supostos e propostos que marcam a presença do

contexto em um proferimento. O minimalismo, para estes, aceita apenas alguns indexicais.

Para Borg (2013), mesmo assumindo o minimalismo, a questão não é tanto o aceite ou não de mais ou menos itens lexicais que poderiam ser saturados mas, o que separaria minimalistas como ela e contextualistas, seria a explicação satisfatória do mecanismo de saturação das sentenças. Para esta autora, qualquer item lexical não saturado deve ser marcado gramaticalmente ou logicamente na sentença. Já do lado do contextualismo, Recanati defende o livre enriquecimento que vai bastante além da saturação dos indexicais de cunho kaplaniano. Para Recanati, o aceite de que processos pragmáticos ajudam a atribuir as condições de verdade de um proferimento é o que separa contextualistas e minimalistas.

No que tange, então, ao suposto papel do contexto dentro de uma teoria geral da significação, o minimalismo assume que os processos pragmáticos de interpretação de uma frase tomam como saída os processos semânticos para oferecer a interpretação contextual de um proferimento qualquer. Isso significaria que para interpretar um proferimento, o ouvinte primeiramente deveria ser capaz de decodificar semanticamente a frase para, em seguida, avaliar até que ponto ela segue ou subverte as máximas conversacionais. Mas a principal característica dessa defesa é que, nas palavras de Recanati, “pragmatic processes do not interfere with the process of semantic composition which outputs the truth-conditions” (2007, p. 1-2). A aferição do valor de verdade continua sendo uma atribuição da semântica sem interferência de processos pragmáticos da língua. Estes últimos apenas discorreriam sobre os usos e condições de felicidade. Há, seguindo esta linha de raciocínio, uma competência estritamente semântica que nos permitiria operar com itens lexicais. Esta competência não se confundiria com a capacidade de os seres humanos serem capazes de cooperar e coordenar suas ações com base na expectativa das intenções de seus interlocutores que seria uma competência pragmática, mais ampla, inclusive, que a parte da pragmática linguística.

O contextualismo, por outro lado, como indica Recanati, defende que processos pragmáticos e, portanto, contextuais, dirigem de partida a atribuição dos significados de qualquer frase. Em outras palavras, para que qualquer frase possa fazer sentido, já há, segundo Recanati, razões pragmáticas que contribuem para a determinação do significado dos itens lexicais de uma frase e, portanto, do seu valor de verdade. Esse seria o motivo pelo qual o termo “silencioso” em (13) variaria já dependendo do próprio contexto de proferimento e não a partir do significado primeiro ou literal do termo.

(13) É silencioso aqui.

De um ponto de vista minimalista, deveria ser possível determinar o significado do termo “silencioso” nesta sentença sem levar em consideração o seu contexto de proferimento. O contexto de proferimento saturaria o indexical “aqui”, mas haveria, de partida, uma proposição expressa que é independente das possíveis interpretações. Já, segundo o contextualismo, não seria possível saber qual foi a proposição semanticamente expressa sem levar em consideração dados do contexto que já determinam o significado dos termos que aparecem na frase. Borg vai na mesma direção e afirma que

contextualists want to claim that pragmatic effects are endemic throughout the literal truth-evaluable content expressed by sentences. Depending on the way in which we understand various technical terms, we might say that the contextualist is committed to rich pragmatic effects throughout what is said by a sentence, or throughout the proposition expressed, or throughout semantic content (BORG, 2013, p. 430)

Segundo Borg, o contextualismo defende que o valor de verdade do conteúdo expresso por uma sentença e o seu próprio significado literal são afetados por efeitos pragmáticos. Essa influência pode ser de três tipos, segundo Borg. Contextualistas podem afirmar que o contexto afeta o que é dito por uma frase, ou que o contexto afeta a própria proposição expressa ou ainda que o contexto afeta o conteúdo semântico. Seja qual for o termo técnico empregado, para o contextualismo, o próprio significado da sentença e não simplesmente o seu uso, é determinado por efeitos pragmáticos.

Assim, a aferição do valor de verdade de um proferimento e do seu significado não dependeria necessariamente de duas competências diferentes, uma pragmática e outra semântica. Como é de se esperar, apesar de os indexicais e demonstrativos mostrarem claramente que há necessidade de contexto para avaliar significado e valor de verdade de proferimentos, eles não são em si a questão pois não demandam necessariamente um tratamento específico como defendem minimalistas. Isso acontece pois não é a saturação que preenche uma lacuna semântica, mas são processos pragmáticos livres que enriqueceriam o significado de qualquer frase. Desse modo, compreendemos porque, para o contextualismo, semântica e pragmática, uma ligada mais diretamente ao

código e outra ligada ao uso, seriam como que dois lados da mesma competência semântica dos falantes.

## **5.2 O debate entre minimalismo e contextualismo**

A discussão entre contextualismo e minimalismo semânticos não diz respeito tanto à elaboração final de uma teoria semântica mas, antes, à disputa acerca da preponderância do contexto na delimitação do significado de palavras e frases. Não está em jogo se significados são ou não determinados pelo contexto, mas como acontece essa determinação, na medida em que ambos sustentam que há algum tipo de influência do contexto na terminação do conteúdo de uma frase. Contextualistas radicais, como são nomeados pelos minimalistas, advogam que não há qualquer palavra ou frase que possa ser tratada independentemente de um contexto de tal modo que o contexto é decisivo para a aferição quer do conteúdo quanto do valor de verdade de qualquer frase. Minimalistas, por outro lado, defendem que existem apenas um número limitado de expressões que requerem dados contextuais para determinar seus significados. Os mais radicais defendem, inclusive, que este número é limitado a alguns demonstrativos e indexicais necessariamente marcados nas próprias frases. Entre contextualistas e minimalistas mais radicais há quem defenda um contextualismo moderado ou mesmo um minimalismo que admita indexicais ocultos nas próprias frases. Nesta seção trataremos dessas duas teses procurando deixar claro quais são suas principais diferenças. Essa caracterização é importante para tratar das possíveis soluções à questão da interpretação de uma metáfora para o minimalismo e para o contextualismo.

O minimalismo, na medida em que advoga que as palavras e frases podem ser tratadas paralelamente ao contexto de proferimento, está mais alinhado ao quadro semântica-pragmática por sustentar que semântica e pragmática constituem campos de investigação diversos, embora complementares. O contexto, nessa perspectiva, influencia o significado total da frase apenas quando os dados contextuais já são requeridos pela própria semântica da frase, independentemente da ação em curso. Se existe um caminho que permite a interpretação de uma frase, esse caminho supõe, em alguma medida, duas etapas ou instâncias de interpretação. A primeira oferece o significado dos termos e frases e suas condições de verdade e a segunda oferece os dados contextuais que saturam a frase e sua posterior aplicação contextual.

Cappelen e Lepore definem o minimalismo elencando três pontos principais. A primeira delas diz respeito às expressões propriamente contextuais:

The most salient feature of Semantic Minimalism is that it recognizes few context sensitive expressions, and, hence, acknowledges a very limited effect of the context of utterance on the semantic content of an utterance. The only context sensitive expressions are the very obvious ones listed above plus or minus a bit (2005, p. 2).

As expressões sensíveis óbvias a que os autores se referem são ao comumente designadas de Conjunto Básico de Expressões Sensíveis ao Contexto (*Basic Set of Context Sensitive Expressions*): pronomes pessoais em seus casos e número, pronomes demonstrativos em seus casos e número, os advérbios de lugar (“aqui”, “lá”, ...) e tempo (“hoje”, “ontem”, “amanhã”) e os adjetivos “atual” e “presente” e outros do gênero. Segundo o minimalismo, apenas estas e algumas outras poucas palavras (como inimigo, amigo, estrangeiro, doméstico, etc.) possuem o gatilho para capturar o contexto em que foram proferidas. Em outras palavras, apenas estes termos não possuiriam seu significado plenamente determinado antes de serem saturadas pelo contexto de proferimento. Além disso, estas palavras são, para o minimalismo, a única influência da ação em curso na determinação da proposição semanticamente expressa por uma frase.

O segundo ponto diz respeito à determinação gramatical do contexto em uma frase:

It follows that all semantic context sensitivity is grammatically (i.e., syntactically or morphemically) triggered (2005, p. 2).

Se apenas o conjunto básico é saturado pelo contexto, não seria adequado supor que há indexicais ocultos que possam ser saturados. Não existindo indexicais ocultos, apenas marcas sintáticas ou morfológicas podem ser contextuais. Se em uma frase, nada há em sua estrutura gramatical que remeta ao contexto, para o minimalismo, a sentença semanticamente expressa não é dependente do contexto.

O terceiro ponto restringe o escopo da influência do contexto em uma frase:

Beyond fixing the semantic value of these obviously context sensitive expressions, the

context of utterance has no effect on the proposition semantically expressed. In this sense, the semantic content of a sentence S is the proposition that all utterances of S express (when we adjust for or keep stable the semantic values of the obvious context sensitive expressions in S) (2005, p. 2).

A proposição semanticamente expressa é uma decorrência do significado dos termos empregados e da saturação das expressões sensíveis ao contexto e *nada mais*. Não há, segundo o minimalismo, outra forma de entrada de dados contextuais que não seja via expressões do Conjunto Básico. O conteúdo semântico de uma frase bem formada qualquer é a proposição expressa diretamente por tal frase.

A tese minimalista, na medida em que se fixa na noção de proposição semanticamente expressa, é, a princípio, bastante simples. Segundo Cappelen e Lepore, a proposição semanticamente expressa por um proferimento é dada apenas pelo significado literal das palavras e de sua composição em frases, respeitando a saturação dos indexicais quando houver. Assim, qualquer proferimento de

(62) Rudolf é uma rena

expressa a proposição de que Rudolf é uma rena e é apenas verdade caso Rudolf seja realmente uma rena. O proferimento

(63) Rudolf tem um nariz vermelho

é verdadeiro se Rudolf possuir um nariz vermelho e expressa a proposição que Rudolf possui um nariz vermelho. Da mesma forma, a frase

(64) Rudolf não sabe que pinguins comem peixe

expressa a proposição segundo a qual Rudolf não sabe que pinguins comem peixe e é verdadeira apenas no caso de realmente Rudolf não saber que pinguins comem peixe.

Dada uma frase qualquer, o conteúdo semântico expresso por essa frase não deve depender de qualquer outro tipo de interpretação que não seja diretamente semântica. Isso não significa que essa frase não possa ser usada para outros fins que não os presentes diretamente na letra da frase. A proposta do minimalismo é que a proposição semanticamente expressa é uma decorrência apenas do significado das palavras e sua composição. É extremamente importante prestar a atenção na própria letra de Cappelen e Lepore. Eles não afirmam que a *proposição* expressa, por exemplo, por (62) seja o pensamento ou o juízo de que Rudolf seja uma rena. A defesa

é que a *proposição expressa* por um proferimento qualquer deve poder ser determinado semanticamente, ou ter seu significado determinado, sem para isso seja necessário recorrer a dados contextuais outros que os capturados pelos indexicais. A *proposição expressa* é o significado explícito de uma ocorrência de uma frase em uma língua natural. Com isso, os autores defendem que o minimalismo “need not take a stand on whether semantic content is a proposition, or truth conditions, or what have you” (2005, p. 3).

A contraparte necessária do minimalismo semântico é o que Cappelen e Lepore chamam de *Pluralismo dos atos de fala* (*Speech Act Pluralism*) que é definido da seguinte forma:

No one thing is said (or asserted, or claimed, or...) by any utterance: rather, indefinitely many propositions are said, asserted, claimed, stated. What is said (asserted, claimed, etc.) depends on a wide range of facts other than the proposition semantically expressed. It depends on a potentially indefinite number of features of the context of utterance and of the context of those who report on (or think about) what was said by the utterance (2005, p. 4).

Segundo esta tese, não há identidade entre *o que é dito* por um proferimento em um contexto, entendendo isso como uma ideia ou juízo, e a *proposição semanticamente expressa* correspondente. Uma *proposição semanticamente expressa* pode ser usada em uma grande pluralidade de atos de fala ou para expressar, potencialmente, infinitas ideias sem que o conteúdo semanticamente expresso pela *proposição* seja alterado. O que é dito por meio de uma frase não é idêntico à *proposição semanticamente expressa*, nem pode ser deduzido a partir dela. Para estes autores, é possível dizer algo totalmente diferente do que foi semanticamente expresso sem que isso implique algum tipo de subversão da semântica da *proposição expressa*. Este seria o caso, por exemplo, das metáforas e ironias em que o que é dito, o conteúdo de um pensamento ou ideia não corresponde à *proposição semanticamente expressa*. Essa afirmação só faz sentido porque, segundo o minimalismo, há um hiato entre a *proposição semanticamente expressa*, objeto de uma teoria semântica propriamente dita, e o conteúdo ou pensamento decorrente da ação em curso no momento em que essa *proposição* é usada.

Já o contextualismo defende, por outro lado, que não existe tal hiato entre o que é dito em um dado contexto e a *proposição semanticamente expressa*. Justamente por isso, segundo Recanati, a tese

contextualista não pode se furtar de tratar o papel do contexto na determinação da própria proposição expressa ou do conteúdo semântico de uma frase, configurando-se, portanto, como uma crítica à tese minimalista que postula a existência de alguma parte do léxico cujo sentido seja semanticamente independente do contexto.

Há, entretanto, duas posições principais dentro do contextualismo já indicadas por Cappelen & Lepore (2005) e aceites tanto por Recanati (2010) quanto por Borg (2013). Segundo a classificação dos primeiros, seria possível dividir os contextualistas em contextualistas radicais (que afirmam que qualquer expressão da linguagem é sensível ao contexto) e contextualistas moderados (que assumem que nem todas as expressões da língua são sensíveis ao contexto mas esse conjunto é mais amplo do que os itens do Conjunto Básico de indexicais e demonstrativos como propõe o minimalismo). O mais comum entre os autores contextualistas, entretanto, é defender uma posição um pouco mais moderada. Segundo Recanati, para o contextualismo,

In the case of indexicals, the propositional contribution made by an expression depends upon the context and is not fully determined by the (context-independent) meaning which the expression (type) possesses in virtue of the semantic rules of the language. Contextualism is the philosophical position which generalizes that feature to 'ordinary' expressions. It holds that, in general (i.e. not only in the special case of indexicals), the propositional contribution of an expression not fully determined by the invariant meaning conventionally associated with the expression type but depends upon the context. (RECANATI, 2010, p. 17).

Além disso, para Recanati, “truth-conditional content may be affected not only by saturation (as when an indexical is assigned a contextual value) but also by free pragmatic processes” (RECANATI, 2011, p. 5). Por processos pragmáticos livres Recanati entende a modulação do significado de palavras com origem em dados pragmáticos e contextuais. Ao contrário do minimalismo que assume que os efeitos pragmáticos são fracos, na terminologia de King & Stanley (2005), pois aparecem apenas como saturação de indexicais, o contextualismo assume que efeitos pragmáticos são fortes podendo afetar virtualmente qualquer palavra que compõe uma frase.

Assim, segundo Recanati, a frase:

(65) Há um leão no meio da pizza

pode ter diversos significados. Dentre eles, o termo “leão” pode significar a estátua de um leão e, portanto, “leão” não teria um significado literal. Esse tipo de influência pragmática, segundo Recanati, não pode ser explicado recorrendo a explicação minimalista pois exigiria a presença de um gatilho gramatical (explícito ou, em último caso, oculto) para que a palavra “leão” fosse saturada de alguma forma, o que não ocorre segundo este autor. Para que o conteúdo semântico e o valor de verdade dessa frase sejam aferidos seria necessário que o termo “leão” pudesse ser *modulado* de modo a afetar tanto o conteúdo quanto o valor de verdade da frase. Por assumir isso, Recanati defende que o minimalismo está equivocado ao não assumir a possibilidade de enriquecimento livre de frases como um efeito pragmático forte.

Assim, frente ao minimalismo semântico que assume que as condições de verdade de uma frase são estritamente semânticas, Recanati defende o que ele chama de *pragmática vericondicional (Truth-Conditional Pragmatics)*. Essa tese é possível uma vez que questiona a divisão clássica entre semântica e pragmática no sentido de postular que condições de verdade não são apenas atribuição da semântica em sentido estrito, ou da letra de uma frase, mas que a ação em curso influi não apenas ao modo das implicaturas griceanas, mas também ao determinar o conteúdo e, portanto, as próprias condições de verdade de uma frase. Assim, se para o minimalismo os efeitos pragmáticos continuam determinando apenas o uso das frases em seus respectivos contextos, não influenciando na determinação do conteúdo semântico e valor de verdade das frases, para o contextualismo, os efeitos pragmáticos são enxertados no seio da sua teoria semântica de tal modo a questionar a prerrogativa da semântica em sentido estrito na determinação desses conteúdos.

Há quatro pontos que são recorrentemente levantados como crítica contextualista ao minimalismo semântico. Vejamos brevemente a seguir.

### 5.2.1 Mudança de contexto

Segundo o minimalismo, apenas um número pequeno de termos são sensíveis ao contexto, mais especificamente, o que é denominado por Cappelen & Lepore (2005) de Conjunto Básico. Entretanto, há vários contraexemplos que desmontam, segundo o contextualismo, essa tese na medida em que outras palavras demonstram sensibilidade ao contexto. Tomemos, por exemplo a frase (13):

(13) É silencioso aqui.

Segundo a tese do minimalismo, apenas o termo “aqui” seria sensível ao contexto e o efeito pragmático sobre ele é fraco, ou seja, ao modo da saturação já que o gatilho contextual se encontra na própria frase. Entretanto, segundo o contextualismo, ao mudar o contexto de proferimento, o significado de outros termos também é alterado, como é caso de “ser silencioso”. Ao mudar o contexto de proferimento, “ser silencioso” pode significar coisas bastante diferentes, como quando estamos em uma biblioteca e quando estamos em meio aos sons de uma floresta. Borg (2013) traz outro exemplo. Imaginemos que Jill possui cinco anos e possua 1,5m de altura. Em um contexto em que se leve em conta apenas a idade de Jill, a frase (66) é verdadeira.

(66) Jill é alto.

Entretanto, ao mudar para um contexto em que estejamos falando de jogadores de basquete, a proposição semanticamente expressa é falsa pois, nesse contexto, Jill não é de fato alto. Isso é relevante pois “a change in truth value for the proposition literally expressed by the utterance of a sentence, without any change in the relevant facts (i.e., Jill does not grow or shrink between contexts), entails that the sentence is in some way context-sensitive” (BORG, 2013, p. 430). Ora, como a frase (66) não possui qualquer termo do Conjunto Básico, significa que sua sensibilidade ao contexto só pode ser dada via os próprios termos que devem sofrer efeitos contextuais.

## 5.2.2 Incompletude

Segundo o minimalismo, uma frase semanticamente bem formada expressa uma proposição (BORG, 2004). Entretanto, afirma o contextualismo, há frases que mesmo bem formadas carecem de completude e, por isso, não faria sentido dizer que elas expressam de fato proposições. Por exemplo:

(67) Jill está pronto.

O que significaria esta frase? Se não considerarmos o contexto de proferimento, segundo o contextualismo, esta frase está incompleta pois quem está pronto deve estar pronto para algo, ou depois de ter feito algo, etc. A crítica contextualista, segundo Borg, é que “some sentences on their own fail to express complete propositions so there is no ‘minimal proposition’ for these sentences to express” (2013, p. 431).

### 5.2.3 Inadequação

Além disso, há frases, afirma o contextualismo, que são completas por expressar uma proposição completa mas que sempre supõem um enriquecimento quando são usadas. Ela seriam inadequadas se não fossem enriquecidas. Por exemplo, as frases:

- (68) Não tem nada pra comer.
- (69) Ainda não tomei o café da manhã.

apesar de serem completas e expressarem uma proposição, elas sempre expressam algo enriquecido pelo contexto. No caso de (68) a proposição expressa, segundo o contextualismo, é de que não haveria nada para comer *em casa* e (69), de que ainda não teria tomado o café *hoje*. Se frases não apenas podem mas justamente devem dizer algo além do que é literalmente expresso nelas, significa, segundo o contextualismo, que as palavras e frases seriam literalmente inadequadas e estariam, de partida, sujeitas a enriquecimento semântico livre e não apenas à saturação de termos do Conjunto Básico.

### 5.2.4 Indeterminação

Segundo Borg, “one might argue that, at the level of thought, content is indeterminate unless one specifies a context of thinking. If this is right, then there could be no source for the determinacy of linguistic content outside a context of use” (2013, p. 431). Uma forma de compreender o conteúdo de uma frase é dizer que ela expressa um pensamento. Entretanto, não há pensamento descontextualizado e, portanto, não poderia haver conteúdo descontextualizado. O conteúdo de uma frase é indeterminado a menos que se especifique o contexto de pensamento. Por conseguinte, sem contexto, não faria sentido falar em significado de uma frase da linguagem natural. Assim, para compreender o pensamento da frase (13), seria necessário recorrer ao contexto em que a frase é expressa.

- (13) É silencioso aqui.

O pensamento expresso pela frase só seria passível de interpretação após ser contextualizado. Ora, como a preocupação do minimalismo é a defesa de uma semântica mínima em que o contexto pode ser abstraído após a saturação dos indexicais, nada restaria para ser tratado pelos minimalistas desde o ponto de vista contextualista.

### 5.2.5 Proposições semanticamente expressas *versus* expressão semântica de proposições

Frente a estes pontos, o minimalismo reafirma sua solução: o papel da semântica não é tratar de proposições ou pensamentos ou do que é feito com frases. A semântica, segundo o minimalismo, deve tratar de proposições semanticamente expressas e não de proposições em si, seja o que for que isso signifique. Os pontos 5.2.1, 5.2.2, 5.2.3 e 5.2.4 revelam, portanto, uma diferença importante entre contextualismo e minimalismo semânticos. Para o contextualismo não há diferença entre a proposição expressa por uma frase e a proposição *semanticamente* expressa por esta frase. Essa diferença entre proposição semanticamente expressa e proposição enquanto ideia ou pensamento é fundamental para o minimalismo. Assim, a frase (13), desde um ponto de vista minimalista, deve ter seu significado determinado em face da proposição semanticamente expressa e é fundamentalmente isso que importa. Expressamente, a frase (13) afirma que no local em que está o falante é silencioso. O significado expresso pela frase é dado após a interpretação dos termos que compõem a frase respeitando a saturação de possíveis indexicais. Desse modo, mudar o contexto não implica qualquer alteração da proposição semanticamente expressa.

Pela mesma razão, são irrelevantes os exemplos contextualistas que apresentam frases cuja proposição correspondente é sempre mais significativa dada a incompletude ou inadequação da proposição semanticamente expressa. Apesar de serem usadas em contextos diferentes e poderem expressar ideias e pensamentos diversos, para o minimalismo, a proposição expressa pela frase não precisa ser ela mesma contextualizada para que expresse uma proposição. O único requisito é que ela seja bem formada gramaticalmente.

Por fim, a indeterminação também não é um problema para o minimalismo. Para o contextualismo, uma frase expressa uma proposição e corresponde, *grosso modo*, a um pensamento, podemos dizer que existe uma relação entre a proposição expressa em uma frase e o próprio pensamento. Assim, afirmar que é silencioso aqui não é apenas uma proposição expressa mas expressa uma proposição que corresponde a um pensamento. Para o minimalismo, por outro lado, o conteúdo ou pensamento que uma frase expressa pode ser diferente da proposição semanticamente expressa. A proposição semanticamente expressa depende tão somente do significado morfológico ou lexical dos termos da frase. Existe de partida um comprometimento do minimalismo com a tese

de que as palavras e frases possam codificar significados diretamente, independentemente de qualquer interpretação contextual, ponto negado pelo contextualismo.

Borg chama essa pressuposição do minimalismo de proposicionalismo. Segundo ela, frases bem formadas gramaticalmente por si só expressam proposições. Ou, em outras palavras, por proposicionalismo se entende que toda sentença livre de indexicais expressa uma proposição, tese não endossada pelo contextualismo. Para Borg,

Contextualists follow the latter school of thought and argue that in a wide range of cases there are good reasons for thinking that no proposition is expressed prior to rich contextual input. The minimalist follows the former school of thought and rejects the contextualists arguments, claiming instead that there are no good reasons to deny propositionality to the contents expressed by (indexical free) sentences, independent of any contextual input. (2013, p. 436).

Como podemos notar, o proposicionalismo aparece como um ponto divergente fundamental e determinante na disputa entre minimalistas e contextualistas. Enquanto os primeiros assumem que uma frase bem formada é suficiente para garantir a expressão de uma proposição, para os segundos, só podemos considerar uma proposição o *output* semântico da sentença após o seu enriquecimento pragmático. A opção metodológica do minimalismo em se ater às proposições expressas em vez de tratar de proposições enquanto ideias ou conteúdos semânticos comunicados é compreensível. Essa opção evita ter de assumir uma metafísica da proposição. Ela se atém ao que está dado semanticamente na frase escrita ou falada e não às supostas ideias que uma dada frase suscita. O contextualismo, por outro lado, defende que se há alguma noção relevante de proposição ela diz respeito ao conteúdo efetivamente comunicado e não ao meramente codificado em sinais linguísticos.

Poderíamos dizer, então, que a disputa entre minimalistas e contextualistas é meramente uma questão conceitual? Desde um ponto de vista metodológico, minimalistas e contextualistas delimitam o objeto de estudo de modo diferente. Os primeiros tratam de proposições semanticamente expressas e, nesse sentido, proposições são muito mais próximas às próprias frases da língua natural. Contextualistas tratam de proposições comunicadas ou de conteúdos e, nesse sentido, proposições são muito próximas à ideia clássica de proposição como um pensamento,

estado mental ou coordenação de uma ação via linguagem. Entretanto, a questão não pode se resolver apenas conceitualmente. Apesar de aparentemente podermos delimitar a questão metodologicamente afirmando apenas que contextualismo e minimalismo usam noções diferentes de proposição, a questão é mais profunda, pois ambos sugerem que apenas proposições permitem a avaliação das condições de verdade substanciadas em uma frase. Para minimalistas, de modo geral, as proposições semanticamente expressas já apresentam elas mesmas conteúdos que podem ser vericondicionalmente avaliados. Para os contextualistas, nenhuma sentença pode ser avaliada sem levar em conta o contexto de proferimento e, portanto, não haveria propriamente uma proposição expressa em uma frase sem contexto. Assim, a divisão entre minimalistas e contextualistas implica aceitar ou não que sentenças da língua natural possuem elas mesmas conteúdos vericondicionais genuínos ou se somente sentenças expressadas em um contexto específico é que possuem tais conteúdos.

Segundo Borg, um ponto positivo para o minimalismo é que o proposicionalismo evita um problema dado que “we don’t possess an independent, objective account of exactly what propositions there are in the word, or how to individuate or otherwise characterize these propositions” (2013, p. 438). Assumir que proposições estariam dadas em outro lugar que não a própria sentença expressa poderia representar algum tipo de aceite de entidades suspeitas. Assim, aceitar o proposicionalismo tem duas vantagens. A primeira delas diz respeito à possibilidade de correção e revisão de mal entendidos na própria expressão de uma frase. A troca linguística sempre pode ser revisitada e é um dos pressupostos da língua a correção e a precisão diante de um mal entendido. Segundo Borg, “minimal propositions are (and are known to be) the content any competent language user is guaranteed to be able to recover merely through exposure to the sentence uttered” (2013, p. 441-2). O segundo ponto diz respeito à possibilidade e importância de avaliar logicamente argumentos. Segundo Borg, “to assess an argument as deductively valid it seems required that the premises and conclusion of the argument all express complete, truth-evaluable propositions” (2013, p. 438). Lembrando que uma das funções da linguagem parece ser ampliar nossas capacidades cognitivas, não é nenhum pouco absurdo tratar frases diretamente como proposições a fim de, sobre a sua própria materialidade invariável consoante o contexto, tratar sua validade e condições de verdade.

Todavia, Borg defende, ao contrário de Cappelen & Lepore, que a proposição mínima expressa em uma frase não precisa fazer parte do

conteúdo do ato de fala. Para Cappelen & Lepore, o conteúdo proposicional mínimo de uma frase necessariamente faz parte do conteúdo de um ato de fala de tal modo que tanto o ouvinte quanto o falante estariam conscientes dele na troca comunicativa. Para Borg, por outro lado, a proposição mínima de uma sentença é uma possibilidade semântica, uma decorrência da nossa capacidade de interpretar semanticamente uma frase. Uma frase qualquer pode performar virtualmente infinitos atos de fala sem que os falantes estejam conscientes do significado mínimo da sentença. Assim, quando alguém expressa, por exemplo a frase:

(VII) A economia vai ladeira abaixo.

para Borg, não é necessário que a proposição mínima faça parte do conteúdo expresso pelo ato de fala. Em outras palavras, os falantes não precisam estar conscientes do significado mínimo de “ir de ladeira abaixo”. Para Cappelen & Lepore, por outro lado, em qualquer ato de fala, os falantes estariam conscientes do significado mínimo de tal predicação.

No que tange à explicação de como frases ditas metafóricas dependem do significado literal dos termos que compõe a frase, as consequências são imediatas. A vantagem da tese de Borg é que não supõe que os falantes estejam conscientes da proposição mínima semanticamente expressa. Como vimos, esta é a principal crítica cognitivista quando a questão é vincular o sentido metafórico de uma frase ao seu sentido literal. Segundo o cognitivismo, a velocidade de resposta a um proferimento metafórico e a um literal são as mesmas o que enseja a consequência que os falantes não descodificam primeiro o sentido literal ou significado mínimo de uma sentença para, em seguida, atribuir um sentido metafórico ao proferimento. Entretanto, isso só é um problema quando se assume que a proposição mínima semanticamente expressa deve de algum modo estar presente conscientemente à mente do falante. Se se assume que o significado mínimo de uma sentença é uma possibilidade semântica e não uma condição de interpretação de uma sentença, a crítica se dissolve. Entretanto, outra questão deve ser posta: se a proposição semanticamente expressa não compõe o ato de fala, qual é seu papel na troca linguística?

Borg (2013) sugere que seu papel é evitar o erro ou possibilitar a correção e coordenação da ação quando ela falha. Seria apenas essa a função da proposição semanticamente expressa? Essa postura não acabaria por restringir o papel da semântica ao estudo de propriedades da língua que pouco ou nada são usadas já que as trocas linguísticas prescindem do significado literal da sentença para garantirem a

coordenação e comunicação entre os falantes? De fato, essa solução parece esvaziar a própria noção de significado literal de uma frase. Por outro lado, tal solução não se compromete com a tese mais forte que empiricamente, aparentemente, não se sustenta. Ao mesmo tempo, mantém a função de garantir sempre aos interlocutores a possibilidade de retorno ao ponto da ação em curso no qual ela se descoordenou linguisticamente. Além disso, libera a própria semântica do papel quer cognitivo de garantir a significação linguística, quer pragmático de garantir a cooperação entre os falantes. Significação em sentido amplo e cooperação, segundo essa tese, podem prescindir dos significados linguísticos codificados e, inclusive, suplantá-los. O léxico e os dispositivos estritamente linguísticos do código linguístico funcionariam em situações específicas como na leitura de um texto com contexto reduzido ou na função de clarificar proposições garantindo mais eficácia cognitiva e pragmática. Se isso explica ou não a suposta dependência de uma frase dita metafórica do seu significado literal é uma questão ainda aberta.

Além das propostas minimalistas de Cappelen & Lepore, que defendem que a proposição semanticamente expressa deva compor o ato de fala, e de Borg, que defende que este requisito não é necessário, temos a proposta de Bach (2006) que é um pouco mais radical. Bach sugere um minimalismo em que não seja necessário supor que sentenças semanticamente expressas realmente expressem proposições avaliáveis em suas condições de verdade. Essa posição, entretanto, implica radicalizar a própria posição minimalista. Para Bach, sentenças bem formadas são apenas radicais proposicionais. Ou seja, uma sentença bem formada possui as instruções de avaliação vericondicional de um conteúdo, mas ainda não pode ser tratada como uma proposição plena ou semanticamente determinada. Sua posição pode ser assim resumida:

Like Contextualism it rejects Propositionalism, the conservative dogma that every indexical-free declarative sentence expresses a proposition. Unlike Contextualism, it does not invoke context to fill semantic gaps and, indeed, denies that filling those gaps is a semantic matter. Like Cappelen and Lepore's brand of Semantic Minimalism, it rejects the very idea of pragmatic intrusion into semantic content. However, in rejecting Propositionalism, it is more radical, indeed, more minimalist than their version of Semantic Minimalism. It does not imagine that sentences that intuitively seem not to

express propositions at least express "minimal propositions." Radical Semantic Minimalism, or simply Radicalism, says that the sentences in question are semantically incomplete - their semantic contents are not propositions but merely "propositional radical". (BACH, 2006, p. 435)

A proposta de Bach se assemelha ao contextualismo ao rejeitar o proposicionalismo e com isso afirmar que uma frase bem formada não oferece por si só uma proposição. Para ele, semanticamente teríamos não proposições, mas radicais proposicionais. Esses radicais dependem do contexto para entregar uma proposição completa mas não estão radicalmente sujeitos ao contexto na determinação de seu conteúdo. Conforme veremos, a proposta de Stern para explicar a dependência das metáforas em relação ao significado mínimo de uma sentença segue por um rumo semelhante. Ele não assume explicitamente essa versão radical do minimalismo que nega o proposicionalismo mas indica que o significado literal de uma frase apenas dirige seus usos, fazendo com que a frase num todo esteja muito mais sujeita à influência do contexto do que a versão mais dura do minimalismo de Cappelen & Lepore.

Apesar das diferenças quanto aos parâmetros que permitem estabelecer as fronteiras entre minimalismo e contextualismo, Cappelen & Lepore, Borg e Bach assumem que frases bem formadas expressam por si só proposições (ou radicais proposicionais). De outro lado, Recanati (2010) afirma que só a semântica da frase não é suficiente para expressar uma proposição. Recanati afirma ser simpático a um contextualismo radical segundo o qual qualquer termo em uma frase e a própria frase devem ser enriquecidas com dados contextuais para ter tanto seu significado quanto seu valor de verdade atribuídos (Cf.: 2010, p. 17). Apesar disso, o autor defende um contextualismo moderado segundo o qual significados e valor de verdade de uma frase podem (e não necessariamente devem) serem afetados ou dirigidos por processos pragmáticos. De qualquer forma, tanto na sua versão radical ou moderada, o contextualismo, segundo este autor, afirma que processos pragmáticos influenciam quer a proposição expressa quanto o seu valor de verdade.

O que vemos, portanto, no modo como minimalismo e contextualismo semânticos tratam a questão da significatividade linguística são diferentes. Enquanto minimalistas assumem que frases entregam proposições que podem, em si mesmas, serem significativas e avaliáveis em seu valor de verdade, o contextualismo defende que só é possível falar em significados ou valores de verdade quando estas frases são enriquecidas por processos pragmáticos. Isso significa que

contextualismo e minimalismo estariam tratando de problemas diferentes? De fato, a questão pode ser tratada dessa forma na medida em que poderíamos dizer que o minimalismo não trata do que é dito ou do pensamento que uma frase expressa enquanto o contextualismo teria essa pretensão. Enquanto o contextualismo pretende mostrar como se atribui contextualmente conteúdo e valor de verdade a uma frase, o minimalismo se preocupa em mostrar que uma frase possui por si mesma um conteúdo e um valor de verdade que são independentes dos atos de fala em que essas frases aparecem. Apesar de fundamental, essa distinção de objeto não pode encobrir uma pressuposição fundamental tanto do contextualismo quanto do minimalismo conforme os entendemos aqui. Para o contextualismo, não faz sentido falar quer em proposição quanto em valores de verdade de frases descontextualizadas. Toda frase possui um contexto de enunciação que lhe modula significado e valor de verdade. Não é possível, segundo o contextualismo avaliar o valor de verdade de uma frase sem levar em consideração seu contexto de enunciação. Para o minimalismo, por outro lado, uma frase bem formada expressa necessariamente uma proposição sem que isso necessariamente signifique que seu conteúdo tenha que estar na mente do falante durante um ato de fala.

Desse modo, minimalismo e contextualismo se diferenciam em duas teses fundamentais. A primeira delas é fundamentalmente uma tese linguística e diz respeito ao modo como aspectos contextuais influenciam o significado do que é expresso por uma frase. Para minimalistas o caminho de produção de conteúdo significativo é semanticamente dependente. São disparadores semânticos que selecionam informações contextuais relevantes para saturar indexicais e demonstrativos presentes em uma frase. Propostas como a de Perry (2000) são uma tentativa de manter essa tese ao propor que variáveis ocultas possuem a função lógica de captura de dados do contexto mesmo quando não há dispositivos explícitos que impliquem saturação. Para contextualistas o caminho de produção de conteúdo significativo é pragmaticamente dependente. O contexto de proferimento não é importante apenas para determinar a intenção dos falantes e para a produção de acarretamentos como as implicaturas, mas é também fundamental para enriquecer ou afrouxar o significado standard dos termos empregados em uma frase.

A segunda diferença entre minimalismo e contextualismo aparece quando questionamos o que ambos sustentam ser o conteúdo de uma frase. Enquanto para minimalistas só é possível falar de conteúdo semanticamente expresso, para contextualistas é fundamental tratar do conteúdo como pensamento intencionado em uma frase. Para os

primeiros, é irrelevante o que fazemos com uma frase dentro de um ato de fala ou quais ideias uma frase codifica paralelamente ao que foi semanticamente expresso. O que é dito por uma frase é o que é semanticamente expresso. Para os segundos, o significado dos termos já está posto sempre em um contexto de proferimento e não pode ser apartado dele. Apenas em um contexto de proferimento é que palavras podem significar e frases podem oferecer condições de avaliação do valor de verdade de uma afirmação. O que é tido por uma frase num viés contextualista é o conteúdo interpretado de uma frase.

No que tange ao fenômeno das metáforas, a questão que se põe é: existe alguma coisa como um conteúdo metafórico? Isso significa recolocar a questão se existem ou não significados metafóricos. Dentro do quadro minimalista standard, metáforas dizem respeito aos atos de fala que podem ser performados por proposições semanticamente expressas e, portanto, não há, propriamente falando, significados metafóricos semanticamente expressos. Dentro do quadro contextualista metáforas aparecem como possibilidades de interpretações contextuais nada diferentes das frases ditas literais e, propriamente falando, não caberia afirmar que o conteúdo de uma metáfora é diferente do conteúdo de uma frase literal. Há, entretanto, a tentativa de tratar o fenômeno dentro de teses contextualistas ou minimalistas menos radicais. Para estes, frases ditas metafóricas mantêm sua especificidade frente a frases ditas literais embora seu mecanismo de funcionamento não seja diferente do funcionamento de outras frases. Vejamos aqui como se configuram cada um destes casos.

### **5.3 O fenômeno das metáforas como casos de pluralismo dos atos de fala**

O minimalismo semântico é defensor do proposicionalismo: frases bem formadas expressam proposições. Proposições não são entidades abstratas ou mentais, elas são o conteúdo semântico expresso por uma frase. O que é semanticamente expresso depende dos significados literais das palavras utilizadas e de sua composição, segundo as regras do código linguístico, em frases. Uma frase depende do seu contexto de proferimento apenas para a saturação dos indexicais e demonstrativos. Para avaliar em que medida o significado de frases ditas metafóricas corresponde ou não a proposições semanticamente expressas, basta, então, verificar se elas são sensíveis ao contexto de proferimento. Se a metáfora pode ser determinada a partir dos significado codificado pelos

termos utilizados, então, diríamos, que a ela é determinada semanticamente. Caso contrário, se o significado da metáfora não pode ser determinado a partir deles, diríamos que ela é não determinada semanticamente. Para decidir se uma frase é ou não sensível ao contexto, Cappelen & Lepore (2005) elaboram três testes baseados principalmente na intuição linguística dos falantes. O objetivo desta seção é explicitar os testes de sensibilidade de contexto propostos por estes autores a fim de verificar se frases ditas metafóricas passam ou não neles e, com isso, estabelecer o tratamento que o fenômeno tem no quadro canônico do minimalismo semântico. Ao final da seção pretendemos ter claro a dependência que o fenômeno das metáforas tem em relação ao significado literal das frases para o minimalismo semântico.

### 5.3.1 Os testes de sensibilidade contextual

O primeiro teste de sensibilidade leva em conta que frases que são sensíveis ao contexto não podem ser reproduzidas em outra ação em curso sem ter seu significado alterado. Cappelen & Lepore chamam esse teste de “relato indireto descitacional<sup>27</sup> intercontextual” (*Inter-Contextual Disquotational Indirect Report*). O teste consiste em tomar uma frase  $u$  e fazer uma citação indireta ou reportar a frase como se dita por outra pessoa. Se  $u$  não tiver seu significado alterado, a frase passou no teste e não é sensível ao contexto. Definindo de forma precisa:

Take an utterance  $u$  of a sentence  $S$  by speaker  $A$  in context  $C$ . An Inter-Contextual Disquotational Indirect Report of  $u$  is an utterance  $u'$  in a context  $C'$  (where  $C' \neq C$ ) of ‘ $A$  said that  $S$ .’ (CAPPELEN & LEPORE, 2005, p. 88).

Por outro lado, se a frase reportada tem seu significado alterado, ela é sensível ao contexto. Neste caso, Cappelen & Lepore afirmam que

---

<sup>27</sup> Não encontramos melhor alternativa que recorrer ao neologismo “descitacional”. O termo remete morfológicamente à propriedade de uma expressão ou frase que deixou de ser citada diretamente para ser citada indiretamente. Em vez de reportar a frase de João afirmando que <João disse: “é silencioso aqui”>, o fazemos descitando-a: <João disse que é silencioso aqui>. Diríamos que a frase foi “descitada” (*dis-quotes*) pois lhe foi dada uma nova estrutura que prescinde das aspas (*quotes*). Os trabalhos no Brasil ainda não sedimentaram uma tradução para o termo, embora o mais comum seja recorrer justamente ao neologismo.

a frase bloqueou o relato indireto descitacional intercontextual. Como é de se esperar, os termos do Conjunto Básico (*Basic set*) bloqueiam citações indiretas. Suponhamos, por exemplo, que João, que está em sua casa no sítio, diga para Maria a frase (13) por telefone:

(13) É silencioso aqui.

Como podemos perceber, nela há o termo “aqui” do Conjunto Básico. Maria, entretanto, cita indiretamente a afirmação de João, no caso (13), para Nair que está ao seu lado fazendo um bolo na batedeira, dizendo:

(70) João disse que é silencioso aqui.

Como se pode perceber, a citação indireta torna a afirmação (13) falsa. Neste caso, a frase não passa no teste de sensibilidade de contexto e, portanto, nela deve haver ao menos um termo sensível ao contexto, mais precisamente o demonstrativo “aqui”. Agora suponhamos que, no decorrer de um diálogo, João no contexto C, se referindo ao seu filho Airton que é bastante bagunceiro e nada afeito aos estudos, afirme *u* para Maria:

(71) Airton é uma criança.

Nair, por sua vez, questiona o que Maria e João falam ao telefone e Maria, sem contextualizar a conversa, reporta a sua frase no contexto C’ dizendo para Nair que

(72) João disse que Airton é uma criança.

Apesar de *u* e *u*’ estarem sendo expressas em contextos diferentes com diferentes características salientes, a afirmação de João continua com as mesmas condições semânticas de verdade e a os significados dos termos empregados ainda continuam sendo os mesmos. Esta frase passa no teste de sensibilidade de contexto pois *u* e *u*’ possuem o mesmo significado e as duas são verdadeiras.

É importante ter em mente que, apesar de a frase “Airton é uma criança” ser a mesma desde um ponto de vista semântico ou expressar semanticamente a mesma proposição, elas podem performar, em cada caso, diferentes atos de fala na medida em que podem expressar diferentes intenções e acarretar diferentes implicaturas. No caso, o contexto de (71) denota, por exemplo, a intenção de João de ponderar as travessuras de Airton dado que ele é apenas uma criança. Já a frase aninhada “Airton é uma criança” em (72) remete ao *background* compartilhado pelos familiares em questão. As implicaturas ou intenções segundas funcionam,

como era de se esperar, paralelamente à proposição semanticamente expressa pela frase. Para o minimalismo, apesar de performarem atos de fala contextualmente diferentes, a proposição semanticamente expressa é a mesma: possui as mesmas condições de avaliação de verdade e o mesmo significado dos termos.

Este teste serve para mostrar que, ao contrário do que defendem os contextualistas radicais<sup>28</sup> o valor semântico e o significado de uma frase seriam imunes a variações contextuais. O primeiro teste consegue, inclusive, dar conta de frases amplamente usadas pelos contextualistas para defender sua tese. Uma destas construções aparece na frase:

(73) Airton está pronto.

Consideremos um primeiro contexto C em que João esteja se referindo ao fato de seu filho já ter concluído com sucesso as tarefas diárias e afirma (73). Consideremos, além de C, um contexto C' em que João esteja se referindo ao fato de seu filho Airton já ter se vestido adequadamente para ser levado à escola e, neste contexto, ele afirma (73). Para os contextualistas, a expressão “estar pronto” significa coisas diferentes em cada contexto. Entretanto, ao aplicar o primeiro teste de sensibilidade de contexto de estrutura “A disse que *u*” temos em C e C' respectivamente:

(74) João disse que Airton está pronto.

(75) João disse que Airton está pronto.

Poderíamos, ainda incluir nosso próprio contexto de proferimento C'' e afirmar:

(76) Em ambos C e C', João disse que Airton está pronto.

Intuitivamente, segundo Cappelen & Lepore, todas as três afirmações são verdadeiras. Além disso, (76) mostra que (74) e (75) são ambas verdadeiras desde o ponto de vista de quem agora escreve estas linhas. Assim, apesar de todos estes contextos de proferimento possuírem características contextualmente salientes diferentes, a proposição semanticamente expressa é a mesma e, portanto, ela é contextualmente indiferente. A proposição semanticamente expressa em cada caso é a mesma e possui as mesmas condições de verdade.

---

<sup>28</sup> Segundo Cappelen & Lepore (2005), a tese contextualista moderada colapsa no contextualismo radical, isto porque o tipo de evidência que suporta posições contextualistas moderadas é o mesmo que suporta o contextualismo radical.

Este ponto é assaz importante pois desde um ponto de vista contextualista em cada um dos contextos em que (73) é proferida, uma nova proposição estaria sendo expressa. Isto aconteceria pois em cada caso elas dependeriam de características do contexto para expressar uma proposição completa somente acessível dentro do próprio contexto de proferimento. Como explicar, entretanto, seguindo o raciocínio dos contextualistas, que o autor destas linhas pode descrever acuradamente e literalmente o que foi dito em cada um destes contextos estando em outro contexto? Para o contextualismo, acusam Cappelen & Lepore, isso não seria possível pois implicaria que, desde o presente contexto que enseja a frase (76), “we have no reason to think that these features match the contextual features relevant in the original utterance” (CAPPELEN & LEPORE, 2005, p. 91). Justamente por isso, “contextualism cannot account for this most fundamental feature of linguistic communication” (CAPPELEN & LEPORE, 2005, p. 91).

Além disso, afirmam Cappelen & Lepore, se as proposições expressas pelas duas instâncias de (73) reportadas por (74) e (75) expressem proposições diferentes, (76) deveria ser absurdo. Entretanto, não é o que se percebe. Tendemos a aceitar que em ambos os contextos, João disse de fato que Airton esteja pronto, ou seja, a proposição semanticamente expressa é, desde um ponto de vista intuitivo, a mesma.

O segundo teste de sensibilidade ao contexto consiste em verificar se uma dada expressão pode ser aplicada coletivamente a mais de um indivíduo ou ocasião. Se a expressão pode ser aplicada sem que seja alterado seu valor semântico, a expressão não é sensível ao contexto. Se há alteração, ela o é. Nas palavras de Cappelen & Lepore:

if a singular term N is context *insensitive* and there’s a range of true utterances of the form ‘N is F’ and ‘N is G,’ then we, for example, in this context, can truly utter ‘N is F and G.’ If, however, N is context sensitive, we shouldn’t be able to do this. (2005, p. 100)

Tomemos, como sugere os autores, o termo “amanhã” em dois contextos diferentes:

- (77) Amanhã João vai embora. (Proferida dia 9 de julho de 2016.)
- (78) Amanhã Maria vai embora. (Proferida dia 3 de julho de 2016.)

O fato de (77) e (78) serem verdadeiras ao seu tempo, não implica, que o coletivo delas, “Amanhã João e Maria vão embora” seja verdadeiro. Sendo assim, o termo “amanhã” é sensível ao contexto. Como é de se esperar, apenas as expressões do Conjunto Básico não passam no segundo teste de sensibilidade de contexto. Por exemplo, a expressão “pesar 14 Kg”, que segundo o ponto de vista contextualista teria seu significado atrelado a parâmetros do contexto (afinal, ter 14Kg na Terra é diferente de ter 14Kg na Lua), deveria bloquear a expressão coletiva. Mas isso não acontece. Vejamos:

- (79) Airton pesa 14 kg. (Em um contexto C de gravidade terrestre)
- (80) João pesa 14 kg. (Em um contexto C' em que João é astronauta e está na superfície lunar)
- (81) Ambos, Airton e João pesam 14 kg.

Como se vê, a frase (81) é semanticamente adequada por expressar a verdade de que tanto João quanto Airton pesam 14 kg. Outra forma de aplicar o teste para afirmar que a expressão “pesar 14 kg” é indiferente ao contexto é a possibilidade de reproduzir seu valor semântico mesmo quando em elipse ou anaforicamente. Ou seja, a frase (82) também reproduz com perfeição o significado das frases (79) e (80):

- (82) Airton pesa 14 kg e João também.

Segundo Cappelen & Lepore, o contextualismo postula que estas expressões deveriam ser sensíveis ao contexto. É certo que (79) e (80) quando tomadas em seu contexto podem expressar intenções diversas e acarretar diversas implicaturas. Com os devidos dados contextuais, elas podem servir, inclusive, para dizer o contrário do que está sendo afirmado. Alguém sabendo, por exemplo, qual é a gravidade da Lua, poderá concluir que *apesar* de João e Airton possuírem 14 kg, eles não possuem a mesma massa. Mas as implicaturas, pressuposições e intenções, desde este ponto de vista, não dizem respeito à proposição semanticamente expressa. Dizem, respeito à ação em curso em cada caso. Desde um ponto de vista minimalista, entretanto, é possível explicar a verdade de (81) e (82) decorrente da verdade das duas proposições anteriores, dado que o significado de pesar 14 kg não é, segundo o minimalismo, sensível ao contexto. O contextualismo falha justamente em explicar esse tipo de inferência que podemos fazer levando apenas o código linguístico em conta.

Por último, o terceiro teste de sensibilidade consiste em imaginar se existem casos de expressões iguais ( $u, u', u'' \dots$ ) com valores de verdade

diferentes, aplicando, basicamente a fórmula “há (ou pode haver) proferimentos falsos de uma frase ‘S’ embora S” (Cf. CAPPELEN & LEPORE, 2005, p. 105). Se existirem tais proferimentos, então a frase S não passou no teste e, portanto, há nela expressões sensíveis ao contexto. Tomemos por exemplo, a frase

(83) Eu estou com fome.

Aplicando a fórmula do teste, a seguinte afirmação deve ser o caso para que a frase seja sensível ao contexto: há proferimentos falsos de “eu estou com fome” embora eu esteja com fome. Dado que, neste momento em que escrevo estas linhas estou há horas da última refeição, eu realmente estou com fome. Mas há pessoas que acabaram de jantar e elas podem dizer exatamente a mesma frase. Portanto, embora eu esteja com fome, há proferimentos de “eu estou com fome” que são falsos: basta que sejam ditos por outras pessoas que não estejam com fome. A frase é sensível ao contexto pois há proferimentos falsos de “S” mesmo que S.

Apesar de trivial, o teste permite decidir se há ou não expressões que são sensíveis ao contexto em uma frase específica. Vejamos novamente outro exemplo,

(64) Rudolf não sabe que pinguins comem peixe.

Aplicando o teste, teríamos que verificar se a seguinte afirmação é realmente o caso: há proferimentos falsos de “Rudolf não sabe que pinguins comem peixe”, embora Rudolf não saiba que pinguins comem peixe. Como se percebe, essa afirmação não é o caso, pois se Rudolf não sabe que pinguins comem peixe é impossível que existam proferimentos falsos que afirmem que ele não o saiba. Ou, invertendo os termos do teste, se é verdadeiro que Rudolf não sabe que pinguins comem peixe, então qualquer proferimento no qual se afirme o contrário, mesmo que em contextos diferentes, será falso, pois ou Rudolf sabe ou não sabe que pinguins comem peixe. A frase (64) passa no teste e, portanto, não é sensível ao contexto.

Agora vejamos um caso em que, para contextualistas, segundo Cappelen & Lepore, a frase deveria passar no teste de sensibilidade e ser, portanto, insensível ao contexto:

(66) Jill é alto.

De fato, na medida em que Jill é o maior de sua turma, todos seus colegas concordam que Jill é realmente alto. Por outro lado, na escolha do time de vôlei para a gincana da escola ele não foi escolhido pois, para fazer parte do time, ele precisaria ser ainda mais alto. Segundo o teste, a

seguinte afirmação deve ser o caso para que a frase seja sensível ao contexto: há proferimentos falsos de “Jill é alto” mesmo que Jill seja alto. Apesar de Jill ser alto em um contexto e não em outro, isso não implica que ele possa ser alto e não alto. Ora, se afirmamos que Jill é alto não é possível dizer que Jill não seja alto. Assim, a afirmação não é o caso e, portanto, essa frase passa no teste de sensibilidade e não possui, segundo Cappelen e Lepore, termos sensíveis ao contexto.

Desde um ponto de vista contextualista, alguém poderia argumentar que esse não é bem o caso dado que na realidade Jill é alto conforme o contexto e, portanto, “ser alto” deve ser uma expressão sensível ao contexto. O que significaria dizer, alguém poderia questionar, que Jill é alto senão comparado a algum tipo de referência? O teste de sensibilidade de Cappelen & Lepore, entretanto, procura mostrar que o significado da frase é completo e determinado, mesmo que contextualmente “ser alto” possa servir para comunicar diversos conteúdos e acarretar várias implicaturas. A prova de que o conteúdo semanticamente expresso por (66) é o mesmo apesar do contexto é justamente o fato de, segundo o terceiro teste, o valor de verdade da frase estar diretamente vinculado ao significado literal da sentença e não a algum termo que deve ter seu significado preenchido com informações contextuais.

A determinação de significado e valor de verdade dessas frases é de tal forma vinculada ao significado literal da frase que para capturar a variação contextual teríamos que alterar o próprio teste da seguinte forma: existem frases falsas de “Jill é alto” mesmo que Jill seja alto *conforme o contexto*. Mas aí não estaríamos diante da mesma frase e, de fato, se assumimos que “Jill é alto conforme o contexto”, já assumimos também que nem sempre Jill é alto e portanto assumimos, de partida, que há frases falsas de “Jill é alto”. Por outro lado, caso aplicássemos o teste a toda a nova frase, diríamos, então, que há proferimentos falsos de “Jill é alto conforme o contexto”, mesmo que Jill seja alto conforme o contexto. E neste caso estamos novamente diante de uma frase que não é sensível ao contexto: se aceitamos que Jill é alto conforme o contexto, portanto não há como ser falsa a frase “Jill é alto conforme o contexto”. Novamente os contextualistas estão em situação difícil de explicar como semanticamente esta frase é sensível ao contexto de proferimento.

Uma crítica que poderíamos fazer em relação aos testes de sensibilidade de Cappelen & Lepore consiste em alegar que as frases que passam nos testes de sensibilidade, e que, portanto, seriam insensíveis ao contexto de proferimento, podem significar na realidade coisas diferentes do que a proposição literalmente expressa. Poderíamos questionar,

portanto, qual é a relevância da análise minimalista se ela não explicita o aspecto comunicativo da linguagem. Para o contextualismo radical, o aspecto comunicativo da linguagem acaba implicando que sempre temos que levar em conta o contexto de proferimento e que, portanto, qualquer frase depende de dados contextuais para expressar uma proposição. Desde um ponto de vista minimalista, podemos rebater esse ponto afirmando, por sua vez, que a competência semântica não é um aspecto meramente secundário da interação linguística entre os falantes como se as propriedades do próprio código linguístico pudessem ser ignoradas na expressão de um conteúdo. Se elas não são secundárias, cabe ao semanticista explorar e explicitar as propriedades do código e de como ele expressa, por si, independente do contexto de uso e das competências cognitivas do falante, conteúdos proposicionais. Para dar conta, entretanto, da multiplicidade de usos para os quais o código pode ser aplicado, o minimalismo deve assumir uma outra tese como contraparte: a tese da pluralidade dos atos de fala. Segundo esta tese, proposições semanticamente expressas podem ser usadas para expressar uma pluralidade de sentidos diferentes a depender da intenção dos falantes e das influências da ação em curso.

Estes testes, além de constituírem meio de prova para determinar a sensibilidade contextual de termos e expressões, procuram oferecer um meio de testar a nossa própria intuição linguística. Eles servem para mostrar que apenas um pequeno conjunto de expressões seriam genuinamente sensíveis ao contexto. Isso não implica que tais frases não possam servir para expressar pensamentos diferentes das semanticamente expressas. Mas o fato de proposições poderem ser expressas além ou à parte da semântica da frase não implica, para os minimalistas, que tal frase deva ser sensível ao contexto ou que apenas após a flexibilização e desambiguação contextual é que poderíamos falar em proposições genuínas. O minimalismo semântico defende que, após fixado o significado dos termos e das regras do código linguístico, uma frase, após ter seus indexicais saturados, expressa por si mesma uma proposição.

A possibilidade de expressar conteúdos, mesmo que parcialmente, à parte do contexto de proferimento acontece inclusive em frases que são, para os próprios minimalistas, sensíveis ao contexto. Em outras palavras, se apenas contextualmente poderíamos alcançar os conteúdos proposicionais mobilizados pelas palavras e frases, nenhum tipo de conteúdo poderia ser extraído de frases descontextualizadas e frases com indexicais explícitos seriam ainda mais problemáticas. Mas, para Cappelen & Lepore, isso não acontece. Somos capazes de inferir conteúdos parciais de frases descontextualizadas recorrendo apenas à

nossa intuição semântica. Isso explica os conteúdos abaixo extraídos da frase:

(84) Ela é francesa.

O ouvinte poderia dizer “eu não sei a quem se está referindo, pois não sei quem seja ela”. Ou ainda, ele poderia fazer uma investigação e tentar descobrir quem é ela para poder julgar se ela é ou não francesa. O ouvinte poderia fazer uma citação direta: “foi dito: ‘ela é francesa’”. E, por fim, ele ainda poderia dizer algo como: “Alguém se referiu a / demonstrou alguém que é francesa”. Apesar de não termos proposições completas ou com valor de verdade avaliável, há significados e índices que possibilitam a inferência de certos conteúdos. Se o conteúdo semântico de uma frase fosse totalmente determinado a partir do contexto, contextualistas deveriam explicar porque somos capazes de extrair informações de qualquer frase descontextualizada<sup>29</sup>.

### 5.3.2 Aplicando os testes de sensibilidade a frases ditas metafóricas

Nesse quadro, ou bem uma frase dita metafórica deve ser determinada pela proposição semanticamente expressa ou deve funcionar como um ato de fala. Se aquilo que chamamos de significado metafórico corresponder à proposição semanticamente expressa, então metáforas podem ser tratadas como fenômeno estritamente semântico. Se o significado de uma metáfora, ou aquilo que é comunicado por ela, não corresponder à proposição semanticamente expressa, então o fenômeno deve ser tratado como um caso da pluralidade de atos de fala. Vejamos, então, como se comportam algumas metáforas quando aplicado o teste sobre a elas.

---

<sup>29</sup> Para contextualistas moderados, que não defendem que todas as expressões são sensíveis ao contexto, essa questão levantada pelo minimalismo não é um problema. Eles defendem que são os termos de uma frase *podem* ser flexibilizados e não que *necessariamente devem* sê-lo. Entretanto, respectivamente para Cappelen e Lepore (2005) e para Recanati (2013), posições contextualistas moderadas ou colapsam no contextualismo radical ou são compatíveis com posições minimalistas. Contextualistas moderados acabam, por fim, assumindo que frases podem ser significativas em alguns casos mesmo que descontextualizadas (posição minimalista) ou que, em última análise, o contexto sempre determina o significado de uma frase (posição contextualista radical).

(IV) João está morto de fome.

Segundo o primeiro teste, para determinar que a frase (IV) é sensível ao contexto, a sua citação indireta (*u'*) em um contexto *C'* deve implicar uma falsidade. Neste caso, imaginemos um contexto em que a catacrese é usada no seu sentido mais comum. João está com muita fome e Maria afirma (IV) acerca de João. Nadir cita indiretamente Maria e afirma:

(85) Maria disse que João está morto de fome.

Se aceitamos que a frase (IV) é verdadeira, a frase (85) o é da mesma forma.

Se realizamos o segundo teste de sensibilidade, a saber, alteramos o sujeito da frase e analisamos se a expressão “estar morto de fome” pode ser aplicada coletivamente a outros sujeitos e se a verdade da afirmação coletiva decorre da verdade de cada afirmação particular. Assim:

(IV) João está morto de fome.

(86) Maria está morta de fome.

(87) João e Maria estão mortos de fome.

(88) João está morto de fome e Maria também.

Como se percebe, mesmo mudando o contexto de proferimento, o significado das frases se mantém e o valor de verdade pode ser aplicado coletivamente a mais de um sujeito. Partamos para o terceiro teste que procura determinar se há algum contexto *C'* e que o proferimento pode ser falso. A questão do terceiro teste é: há proferimentos falsos de “João está morto de fome” mesmo que João esteja morto de fome? Em qualquer contexto em que se afirme que João está morto de fome, será verdade que ele está morto de fome, portanto não há proferimentos falsos da frase (IV).

Agora vamos aplicar o terceiro teste de sensibilidade de contexto que prega utilizar a fórmula “Existe um proferimento falso de ‘S’ mesmo que S”, assim:

(89) Existe um proferimento falso de “João está morto de fome” mesmo que João esteja morto de fome.

Como se percebe, se aceitamos que (IV) é verdadeira, não podemos aceitar que (89) o seja. Se afirmamos que João não está morto de fome não podemos dizer que seria possível afirmar que João não está morto de fome.

Como se pode perceber, quando aplicamos os testes de sensibilidade de contexto a frases tidas como metafóricas, elas passam no

teste de sensibilidade, ou seja, segundo o aparato conceitual de Cappelen & Lepore, estas frases não são sensíveis ao contexto. Entretanto, essa constatação não permite afirmar se estamos ou não diante de frases metafóricas, pois não estabelece, a princípio, a diferença entre significado literal e metafórico. Isso não significa dizer, por outro lado, que estas frases não possam servir para expressar intenções secundárias dos falantes ou acarretar implicaturas. A frase “João está morto de fome.”, segundo o minimalismo semântico expressa semanticamente exatamente a proposição de que João está morto de fome. Vários atos de fala podem ser performados a partir dessa frase. Alguém pode usar a frase para expressar em um contexto C o significado de que o João, deitado no chão de olhos vidrados, acabou de morrer de fome ou que o João, em um contexto C’, depois de duas horas pedalando está com muita fome. Mas a proposição semanticamente expressa é e sempre será a mesma, isto é, que João está morto de fome.

O mesmo acontece com as outras frases ditas metafóricas. Vejamos mais dois exemplos. Em um contexto C, Romeu afirma ao ver Julieta aparecer na janela.

(I) Julieta é o sol.

Aplicando os testes de sensibilidade temos:

- (90) Romeu disse que Julieta é o sol. (Primeiro teste: afirmação feita por Daniel em 2016 em um contexto C’)
- (91) Alexandre é o sol.  
Julieta e Alexandre são o sol. (Segundo teste: em um contexto C’’ em que eu esteja me referindo a Alexandre, o Grande.)
- (92) Existe um proferimento falso de “Julieta é o sol” embora Julieta seja o sol. (Terceiro teste)

Conforme podemos perceber, a frase (I) passa em todos dos testes de sensibilidade. O valor de verdade de (I) e (90) são os mesmos; se é verdade que Alexandre é o sol e que Julieta é o sol, então é verdade que Julieta e Alexandre sejam o sol; e não existe uma frase falsa de Julieta é o sol se aceitamos que Julieta seja o sol.

Em um contexto C, João afirma acerca das flores do jardim:

(III) Os bosques estão sorrindo.

Aplicando os testes de sensibilidade, temos:

- (93) João disse que os bosques estão sorrindo. (Primeiro teste: em um contexto C' em que a fala de João é reportada ao seu filho Airton)
- (94) As baratas estão sorrindo.  
Os bosques e as baratas estão sorrindo. (Segundo teste: em um contexto C' em que eu tenha deixado minha pia cheia de louça).
- (95) Existe um proferimento falso de “Os bosques estão sorrindo” embora os bosques estejam sorrindo. (Terceiro teste)

Da mesma forma que o a frase anterior, a frase (III) passa em todos dos testes de sensibilidade. Ela suporta uma citação indireta sem alterar o valor de verdade da frase aninhada; ele pode ser aplicada coletivamente sem alterar o valor de verdade; e não há um proferimento falso de “Os bosques estão sorrindo” se os bosques estiverem sorrindo.

Com isso não se afirma que uma frase dita metafórica pode ou não ser usada para performar outros atos de fala e expressar diferentes conteúdos ou pensamentos. Os testes permitem avaliar se o conteúdo semanticamente expresso por uma dada frase é o mesmo de outra semanticamente igual ou, em outras palavras, se as referidas frases são sensíveis ao contexto em que elas aparecem. Também não se afirma que o significado da frase é literal ou metafórico pois o possível conteúdo do que é expresso não é diretamente avaliado. Melhor dizendo: apenas o conteúdo semântico das frases é avaliado e não a pluralidade de pensamentos que podem ser comunicados por meio do que é semanticamente expresso. Nesse quadro, o conteúdo comunicado por uma frase dita metafórica não é determinado contextualmente mais do que o é qualquer outro proferimento, ou seja, qualquer frase pode performar uma infinidade de atos de fala. Para o minimalismo, há “a sharp distinction between communicated content and semantic content” (CAPPELEN & LEPORE, 2005, p. 113). O conteúdo semântico de uma frase não corresponde, necessariamente, ao conteúdo comunicado por um ato de fala. Deste ponto de vista, o minimalismo semântico, tal como proposto por Cappelen & Lepore não pode nos ajudar, de partida, a distinguir se uma frase deve ser interpretada como uma metáfora ou não. Desse modo, o minimalismo semântico exclui de sua alçada mais uma distinção cara à noção de significação, isto é, a noção de significado literal.

Entretanto, se assumimos que a proposição semanticamente expressa corresponde, *grosso modo*, ao significado literal que geralmente

se atribui a uma frase, então podemos questionar qual é o vínculo que existe entre a proposição literal semanticamente expressa e o conteúdo comunicado que, entre outras possibilidades, pode ser também uma metáfora. Esse passo pode parecer arbitrário depois do que foi exposto. Entretanto, há um bom motivo para avançarmos nessa direção. Cappelen & Lepore e Borg questionam qual é o vínculo entre a proposição semanticamente expressa e o conteúdo comunicado em um ato de fala e defendem que o conteúdo de um ato de fala não corresponde, sem mais, à proposição semanticamente expressa. Haveria, portanto, um conteúdo semanticamente expresso a que o conteúdo comunicado poderia ou não corresponder, total ou parcialmente. Assim, apesar de não tratar diretamente do significado literal de uma frase, não há melhor candidato e não há outro candidato, desde um ponto de vista minimalista, para este do que a sentença semanticamente expressa. Se há qualquer conteúdo semântico expresso por uma frase bem formada, então ele só pode ser o conteúdo literal de uma frase.

Na medida em que uma frase dita metafórica, via de regra, não corresponde ao conteúdo semanticamente expresso pela frase, não poderia a relação entre o conteúdo semanticamente expresso e os possíveis atos de fala em que uma frase aparece esclarecer a relação entre significado literal e metafórico? De fato, segundo a versão de Cappelen & Lepore, a proposição expressa necessariamente deve fazer parte do que é dito em um ato de fala, isto é, do conteúdo comunicado. Assim, a diferença entre o conteúdo semanticamente expresso (identificado com o significado literal) e um possível ato de fala (incluindo aí metáforas) não deve ser absoluta pois, como afirmamos, a proposição semanticamente expressa deve, de algum modo, compor o conteúdo comunicado pela frase em um ato de fala. Deste ponto de vista, a metáfora não seria totalmente determinada semanticamente pela frase mas também não poderia ser totalmente alheia ao seu significado literal. A questão é, então, sobre a natureza desse vínculo. O conteúdo semanticamente expresso estaria latente dado que, consciente ou inconscientemente, interpretaríamos primeiramente a frase literal para, em seguida, utilizá-la em um ato de fala. Cappelen e Lepore não esclarecem a natureza desse vínculo. A saída deles é pela tangente: isso não seria papel da semântica, mas da ontologia ou da psicologia.

Eis, entretanto, que a psicologia, ou melhor, os estudos cognitivistas podem lançar alguma luz sobre o assunto. O modelo pragmático, conforme indicamos anteriormente, também pressupõe passos interpretativos. Primeiramente, interpretaríamos a frase em seu significado literal para, em seguida, dada ou não sua adequação à ação em

curso, acarretar as implicaturas. Todavia, segundo Wearing (2013), cognitivamente há fortes indícios que não há dois estágios de interpretação em uma metáfora, como se primeiramente o ouvinte compreendesse o significado literal para, em seguida, aferir um sentido metafórico para uma expressão. Em outras palavras, os ouvintes, diante de uma metáfora, inferem o sentido da expressão e coordenam sua ação diretamente sem primeiro passar pela decodificação do significado literal da frase dita metafórica.

Todavia, se a metáfora tem um funcionamento semelhante aos outros atos de fala ou, conforme a própria Wearing, deve ser tratada no quadro contextualista como um caso de flexibilidade semântica, então deveríamos exigir o mesmo em relação a qualquer ato de fala ou de emprego contextualmente flexível de uma expressão. Assim, não parece sensato defender que qualquer ato de fala (metafórico ou não) implique primeiramente a decodificação semântica consciente da frase semanticamente expressa para, em seguida, significar algo diferente consoante a ação em curso. Consideremos, por exemplo, que estejamos tratando das diferenças e características das crianças da primeira série do ensino fundamental e eu afirme:

(66) Jill é alto.

O meu intuito é performar a ato de fala segundo o qual meu interlocutor infira que, apesar de Jill possuir menos de um metro e meio de altura, ele é alto para a idade dele. Parece sensato admitir que o meu interlocutor poderá concordar ou discordar do conteúdo comunicado por mim sem que para isso tenha que primeiro compreender o conteúdo semanticamente expresso pela sentença para, em seguida, aplicá-lo contextualmente. Apesar de ser sensato, não podemos dizer que isso é verdadeiro pois esse tipo de questão pode ser decidido empiricamente. E a literatura indicada por Wearing sugere que o conteúdo comunicado por uma frase é compreendido diretamente sem estágios de interpretação.

Apesar de isso só poder ser decidido empiricamente, a velocidade de resposta medida via PERs não deve ser tratada como ponto final. O que tais respostas significam? Não é possível considerar que uma frase metafórica (ou o conteúdo comunicado por um ato de fala) seja tão rapidamente interpretado quanto uma frase literal (ou uma proposição semanticamente expressa) sem que com isso abdicuemos de tais diferenciações? Se for este o caso, o que tais diferenciações poderiam significar na realidade? De fato, segundo Borg (2013), a participação da proposição semanticamente expressa na composição do ato de fala não seria uma condição necessária para interpretar um proferimento

contextualmente. Isso explicaria porque, no caso de (66), os falantes não precisarem supostamente lançar mão de estágios de interpretação para aferir o conteúdo do ato de fala contextualmente localizável.

Ainda, desde o viés cognitivo, Lakoff & Johnson também destacam a complexidade dos processos cognitivos, o que justificaria nosso parcial aceite da defesa de Borg.

The cognitive unconscious is vast and intricately structured. It includes not only all our automatic cognitive operations, but also all our implicit knowledge. All of our knowledge and beliefs are framed in terms of a conceptual system that resides mostly in the cognitive unconscious. (1999, p. 13)

Diante do papel que estes autores atribuem ao inconsciente cognitivo, é importante questionar até que ponto a linearidade que atribuímos ao processamento linguístico é realmente uma boa chave de leitura para tratar da dependência do ato de fala, metafórico ou não, do significado literal da proposição semanticamente expressa. Cognitivamente não podemos assumir que os conteúdos cognitivos são processados linearmente. Sob a superfície das nossas trocas linguísticas acontece uma multiplicidade de fenômenos significativos que influenciam e determinam o que compreendemos e o modo como lidamos com o próprio código linguístico. No que tange à relação entre proposições semanticamente expressas e os atos de fala performado por elas, assumir essa premissa cognitivista implica não tomar por certo que embutido em um ato de fala deva estar presente conscientemente a proposição semanticamente expressa. O aporte que a proposição semanticamente expressa traz para o ato de fala não deve ser pensado como uma contribuição da qual o falante deva estar consciente.

Feitas estas ponderações, retornemos ao que podemos extrair do minimalismo de Cappelen & Lepore como explicação do fenômeno das metáforas. Esta versão do minimalismo semântico aponta a direção segundo a qual metáforas deveriam ser tratadas como fenômenos de atos de fala e não como propriedade semântica do próprio código linguístico. Conforme vimos, metáforas passam no teste de sensibilidade de contexto nos moldes propostos por Cappelen & Lepore e, portanto, a variação do conteúdo comunicado por uma metáfora, não poderia ser uma propriedade semântica destas frases. Assim, uma frase pode comunicar uma multiplicidade de conteúdos diferentes, entre eles o conteúdo que geralmente se compreenderia como metafórico. Nesse aspecto, o minimalismo semântico, coroa a tese davidsoniana segundo a qual

metáforas significam propriamente o que as palavras que a compõem significam e nada mais que isso.

O minimalismo acaba por radicar o fenômeno das metáforas no âmbito dos atos de fala por defender uma noção de significatividade e de semântica em que o que estaria em jogo seria a proposição semanticamente expressa pela frase e não precisamente a proposição compreendida em sentido mais clássico como representação, ideia ou conteúdo comunicado por uma frase qualquer. A ligação entre o conteúdo comunicado por uma metáfora e a proposição semanticamente expressa seria um problema para a ciência e para a metafísica. De fato, parece bastante plausível não esperar do estudo das propriedades semânticas das palavras e frases respostas 1) de como nossa mente usa o código linguístico a fim de expressar ideias, o que seria papel das ciências cognitivas, pois dependeria, entre outras coisas, da investigação empírica acerca de como essas ideias e 2) ao que exatamente chamamos de proposições, ideias ou conteúdos semântico no sentido mais clássico, que seria papel da metafísica.

Não temos como negar, portanto, que o minimalismo semântico faz uma delimitação relativamente precisa do seu campo de investigação (proposições semanticamente *expressas*) e apresenta soluções plausíveis acerca da sensibilidade contextual do código linguístico. Tendo delimitado o escopo de investigação e seu pressuposto básico, outras questões podem ser delegadas pelo minimalismo a outros ramos de estudo. Justamente por isso, o modo como atos de fala são performados pelas proposições semanticamente expressas estaria a cargo da pragmática e o modo como codificamos nossas representações e as expressamos verbalmente em proposições seria função das ciências cognitivas.

Entretanto, ao relegar a outras disciplinas tais questões, o minimalismo semântico deixa de tratar e, principalmente, de questionar alguns pressupostos básicos de sua posição. Entre eles a própria noção de proposição que é reduzida à noção de proposição semanticamente expressa. A noção de proposição semanticamente expressa é suficiente para dar conta da noção de proposição enquanto conteúdo semântico de um ato de fala? Essa redução da noção de proposição não leva a uma abordagem artificial da própria função do código linguístico? No que tange ao tratamento do fenômeno das metáforas e do que *fazemos* com o código linguístico, o minimalismo semântico não deixa de justamente tirar as conclusões mais interessantes justamente por afirmar que não é da sua alçada tratar tais fenômenos?

#### 5.4 A crítica contextualista à solução minimalista ao fenômeno das metáforas

Conforme vimos, para o minimalismo, metáforas não são determinadas semanticamente. Com isso não se afirma que elas não sofram influências do conteúdo semanticamente expresso por uma frase, mas que o seu significado não pode ser determinado totalmente a partir da semântica da frase literal. Uma frase dita metafórica, para o minimalismo, funciona como metáfora apenas dentro de um contexto de proferimento que assim exige e extrai desse próprio contexto seu significado. Por outro lado, o contextualismo se apresenta como tese alternativa ao minimalismo semântico. Ao contrário deste, que defende que a presença do contexto é mínima na determinação do conteúdo semântico de uma frase, para o contextualismo, o contexto de proferimento de uma frase determina, por meios de mecanismos de afrouxamento e enriquecimento semânticos e de conceitos *ad hoc* muito mais termos e itens linguísticos do que os admitidos pelo minimalismo. Se para tratar o fenômeno das metáforas dentro do quadro do minimalismo semântico é necessário mostrar de que lado caem as frases ditas metafóricas, a saber, se refletem conteúdos semanticamente expressos ou se performam atos de fala, para o contextualismo a questão é mostrar se os mecanismos contextuais de flexibilidade semântica dão conta de explicar como acontece a produção e interpretação de qualquer frase e, conseqüentemente, de frases metafóricas.

Reimer (2009) usa justamente frases ditas metafóricas para questionar, de uma vez só, estes dois pontos do minimalismo semântico de Cappelen & Lepore. Reimer defende que: 1) não apenas frases metafóricas são sensíveis ao contexto (aplicando os próprios testes de sensibilidade contextual dos minimalistas), mas que, 2) justamente por isso, é necessário conceder que não apenas os itens do Conjunto Básico introduzem informações contextuais na determinação semântica de uma frase, ou seja, o contextualismo teria razão.

Segundo o minimalismo, recordemos, apenas termos do Conjunto Básico são sensíveis ao contexto. Justamente por isso, frases metafóricas somente podem expressar conteúdos diferentes dos semanticamente expressos na medida em que dizem respeito a atos de fala. Para o minimalismo, nas palavras de Reimer,

only those expressions *standardly* treated as context-sensitive (i.e., indexicals and demonstratives) are in fact context-sensitive. [...]

Thus, while a sentence used metaphorically might well result in a metaphorical *assertion*, its only genuinely *semantic content* is its “minimal” content, a compositionally determined content arrived at by treating only a very narrow class of linguistic expressions as context-sensitive. (2009, p. 243)

O argumento de Reimer consiste em mostrar que frases ditas metafóricas são *semanticamente* sensíveis ao contexto e que, portanto, um dos principais pressupostos do minimalismo não se mantém. Para fazer isso, Reimer utiliza justamente o primeiro teste elaborado por Cappelen & Lepore que serve para verificar a existência ou não de expressões sensíveis ao contexto e o aplica a situações em que supostamente há frases usadas em sentido metafórico. Se Cappelen & Lepore estivessem certos, frases metafóricas, após a saturação dos termos do Conjunto Básico, não passariam no teste pois não são sensíveis. Se elas passarem no teste, significa que a sensibilidade ao contexto está de algum modo presente semanticamente na frase o que põe em xeque a tese minimalista. Notemos que a preocupação de Reimer não é necessariamente oferecer uma explicação acerca do funcionamento das metáforas. Essa explicação é dada recorrendo à noção de flexibilidade semântica que ainda será melhor trabalhada abaixo. O objetivo de Reimer, mais precisamente, é

reverses that of C&L. I will consider what initially appear to be the *least* promising cases for contextualism, namely, utterances involving live metaphor. In cases of live metaphor, it seems almost obvious that what the speaker says, what her words directly express, is not what the metaphor means. What the speaker says, in such cases, is a matter of ordinary literal content rather than constructed metaphorical content. Or so it appears. However, I will argue that C&L’s first test for context-sensitivity does nothing to undermine a contextualist account of such cases. It does nothing to undermine the view that live metaphors directly express their context-sensitive metaphorical contents. And if the test doesn’t undermine a contextualist account of the *least* promising cases for such an account, it’s arguably not going to undermine a contextualist account of the *most* promising cases for such an account. (2009, p. 244)

Na medida, entretanto, que o que buscamos aqui é saber até que ponto uma metáfora é determinada semanticamente, o debate entre minimalismo e contextualismo em que metáforas são usadas para decidir entre uma e outra tese deverá ajudar a esclarecer até que ponto e em que sentido uma metáfora é determinada semanticamente.

Retomemos como exemplo a frase de Shakespeare e a aplicação do primeiro teste de sensibilidade:

- (I) Julieta é o sol.  
 (90) Romeu disse que Julieta é o sol. (Primeiro teste: afirmação feita por Daniel em 2016 em um contexto C')

Segundo o teste de sensibilidade de contexto elaborado por Cappelen & Lepore, a frase aninhada não possui termos sensíveis ao contexto na medida em que seu valor de verdade não é alterado pela citação indireta feita por outro falante. Segundo Reimer, a aplicação desse teste envolve dois pontos. O primeiro deles diz respeito à própria noção de contexto em que acontece o proferimento. Segundo o teste, esse contexto deve ser diferente. De fato, o contexto em que Romeu afirma que Julieta é o sol é diferente daquele em que eu afirmo que Romeu disse que Julieta é o sol. Entretanto, Reimer questiona se tais contextos são *relevantemente* diferentes. Segundo a autora, um contexto é *relevantemente* diferente apenas se ele apresenta características relevantes diferentes para a interpretação da própria frase<sup>30</sup>. A aparente tautologia da definição expressa uma questão fundamental: não são contextualmente relevantes para uma frase características que não fazem parte da fixação dos significados de uma expressão.

Assim, o fato de mais de um século separar o proferimento de Romeu e a minha referência a ele, bem como hoje ser um dia chuvoso em Florianópolis e ele estar em um belo amanhecer aos pés da sacada de Julieta não tornam os contextos *relevantemente* diferentes. É certo que Cappelen & Lepore definem como características contextualmente relevantes “perceptual inputs, accompanying activities, previous conversational context, purpose of conversation, nature of audience, and assumptions shared by conversational participants” (2005, p. 93). Entretanto, para Reimer, essas características apenas são relevantes se elas são de fato exploradas pelos falantes ao emitirem seu proferimento. Assim, o mero fato de mudar os propósitos da conversação, a natureza da

---

<sup>30</sup> “The relevant features of a given context include only those features actually exploited by the speaker in her effort to be understood as intended” (REIMER, 2009, p. 246).

plateia, os pressupostos assumidos, o tempo e o lugar de proferimento ou a ação em curso que está sendo realizada não implica automaticamente mudar o contexto de proferimento.

O segundo ponto diz respeito à própria aplicação do teste e ao resultado obtido. Segundo Cappelen & Lepore, a frase metafórica (I) e a frase aninhada na citação indireta (90) são verdadeiras. E deveriam ser verdadeiras caso a frase fosse citada por outras pessoas. Entretanto, aplicando o teste em contextos relevantemente diferentes, a autora encontra resultados que a tese minimalista de Cappelen & Lepore não pode explicar e, por outro lado, são compatíveis com a solução contextualista do fenômeno. Suponhamos, portanto, o seguinte contexto conforme o proposto por Reimer. João está ensaiando para apresentação de uma peça do grupo de teatro. Ele é o Romeu que entra no Jardim de Capuleto e compara Julieta ao sol e o sol à pálida lua que morre de inveja da luz do astro maior. João (Romeu) irrompe na sala em que estão seus colegas e declara em voz alta:

(I) Julieta é o sol.

Daiana, Everton e Franciele ouvem a frase de João. Daiana sorri pois sabe que João está ensaiando uma nova peça para o seu curso e conhece o texto de Shakespeare. Ela interpreta corretamente a frase como metafórica. Everton sabe que João participa de um grupo de teatro mas a principal referência quando pensa em seu amigo são os momentos que gastam em um novo game de exploração espacial. Eles possuem um gosto estranho que consiste em nomear suas descobertas astronômicas com nomes de mulheres. Everton interpreta a frase literalmente pensando em uma nova descoberta feita por seu colega. Franciele é nova na casa e já percebeu que João é um rapaz excêntrico. Ela entende que João está contente com algo ou algum feito.

Mais tarde, Gregório, que não estava presente no momento artístico de João, embora conheça muito bem João, estabelece as seguintes trocas com seus colegas:

- (96) (Gregório) – Você viu como João está empolgado?  
 (Daiana) – Realmente. Hoje mesmo ele entrou contente na sala declamando Shakespeare. Ele disse pra quem queria ouvir que Julieta é o sol!
- (97) (Gregório) – Como está o progresso daquele novo game que você e João estão jogando?  
 (Everton) – Está muito divertido. João resolveu nomear a

estrela do novo sistema solar descoberto de Julieta. Entrou na sala dizendo que Julieta é o sol!

(98) (Gregório) – O que você está achando de seus novos colegas, Franci?

(Franciele) – Estou gostando. Só o João que é meio excêntrico. Entrou na sala hoje e disse que Julieta é o sol!

Os exemplos (96), (97) e (98) apresentam três citações indiretas da frase proferida por João. Todas elas cumprem o requisito do primeiro teste de sensibilidade ao contexto elaborado por Cappelen & Lepore. Entretanto ao contrário do teste aplicado por estes, agora a frase aninhada em cada uma das citações possui algumas especificidades. As citações feitas por Daiana e por Everton, apesar de estarem em contextos diferentes, não estão em contextos relevantemente diferentes. Isto é, nem Daiana nem Everton exploram características contextuais relevantes para expressar algum tipo de conteúdo diferente daquele que João usa na frase. No caso da interpretação metafórica de Daiana, o conteúdo é algo como “Julieta é tão bela que desperta inveja a todos ao seu redor”. Na interpretação literal de Everton o conteúdo de “Julieta é sol” corresponde à nomeação do sol do sistema planetário de Julieta. Assim, mesmo que tanto as citações de Daiana quanto de Everton tenham o mesmo valor de verdade, como prevê o minimalismo, as razões são, segundo Reimer, diferentes. Em casos como estes, não teria como ser diferentes, pois os falantes não exploraram qualquer característica contextual relevantemente diferente para expressar qualquer conteúdo. Não houve mudança de contexto.

No caso da citação de Franciele, a situação é diferente. Franciele não pretende capturar qualquer característica do contexto. Na medida em que a frase dita por João e os dados contextuais por ela conhecidos não lhe são suficientes para avaliar o valor de verdade da frase, a citação feita por Franciele não é indireta. A afirmação dela seria a mesma caso ela tivesse dito:

(99) (Franciele) – Estou gostando. Só o João que é meio excêntrico. Entrou na sala hoje e disse: “Julieta é o sol!”.

Conforme vimos quando analisamos o primeiro teste de sensibilidade de contexto de Cappelen & Lepore, o teste só consegue revelar termos sensíveis ao contexto quando são citações indiretas pois guardariam o significado literal dos termos ao mesmo tempo em que forçariam a consideração de outros dados contextuais. Assim, o que Franciele está fazendo ao afirmar que “João disse que Julieta é o sol” não

é reportar, segundo a tese de Reimer, o conteúdo da frase dita por João, mas tão somente as palavras empregadas por ele. Nesse caso, a citação da frase aninhada também é verdadeira, embora não porque apresente termos sensíveis ao contexto como quer a tese minimalista. Mas justamente o contrário: o falante não teve a intenção (no caso por desconhecimento) de fazer referência a qualquer dado contextualmente relevante à frase proferida.

É certo que se poderia objetar que alguma coisa foi perdida ou que na realidade os falantes não estão se entendendo direito ou, pelo menos, não em todos os diálogos. Mas um lance no jogo linguístico que produz mal entendidos ou é infeliz, para usar um termo caro à pragmática, não é negação da conversa, mas justamente possibilidade de qualquer jogo linguístico. Para Reimer, a questão é, dado que existe uma frase sendo dita por João, qual é a influência que o contexto de proferimento tem sobre tal frase. Para Reimer, a frase pode ser compreendida a partir de diferentes contextos relevantemente diferentes, correspondentes às interpretações de Daiana (96) e Everton (97) e, inclusive, a partir de um contexto diferente mas com diferença nula, correspondente à interpretação de Franciele (98), que não explora qualquer diferença contextual para a interpretação da frase de João. Eles, de fato, estão conversando e estão coordenando suas ações usando o código linguístico, explorando, cada qual, características contextuais diferentes ou nulas. A possibilidade de mal entendido existe. Mas isso não é uma prerrogativa de frases sensíveis ao contexto. Isso é uma possibilidade anterior, inclusive, à disputa minimalismo *versus* contextualismo e serve quer a um quanto a outro para justificar a possibilidade da comunicação e adequação contextual de qualquer proferimento. O ponto defendido por Reimer, entretanto, é que, quando as características do contexto são exploradas de maneira relevante, a frase tem seu significado alterado e, potencialmente, também seu valor de verdade, ao contrário do que pressupunham Cappelen & Lepore. Apenas o proferimento de Franciele (98) retorna o mesmo significado, mas isso se deve ao fato que, assim como em uma citação direta, o contexto não é explorado de maneira relevante.

Para aplicar o teste corretamente é necessário, portanto, que a frase seja dita em um contexto relevantemente diferente. Para isso, “one tries to construct cases of disquotational speech reports where the reporter uses the content sentence to communicate a content other than that communicated by the agent of the original utterance” (REIMER, 2009, p. 249). Para Reimer, não basta, conforme indicamos, apenas alterar aspectos do contexto que não são relevantes para o conteúdo do que foi expresso. Ela sugere duas situações em que isso ocorreria. O primeiro

caso consiste na citação infeliz da frase expressa por João feita por Emerson à pergunta de Gregório em (97). A segunda situação consiste em ampliar o exemplo procurando explorar aspectos contextualmente relevantes da seguinte forma.

Suponhamos que, naquele mesmo dia, João e Everton voltam ao game e acabam nomeando uma nova estrela de Julieta, o que causa graça em Gregório. Daiana nada sabe, mas ouve novamente João falar em voz alta do interior do quarto que Julieta é o sol. Daiana repete a Gregório o que já havia falado anteriormente agora em um novo contexto:

(100) Realmente João está empolgado com Shakespeare. Ele acabou de repetir que Julieta é o sol!

Emerson em (97) tem a intenção que sua citação seja interpretada literalmente, embora ela tenha sido utilizada metaforicamente por João. Em (100) Daiana tem a intenção que sua frase seja interpretada metaforicamente, embora João a tenha utilizado literalmente. O contexto em que a citação da frase de João é feito é relevantemente diferente daquele da própria frase de João. Isso porque ambos os falantes realmente exploram características contextuais para oferecer sua interpretação da frase de João de que Julieta é o sol.

Reimer destaca dois pontos importantes nesse tipo de exemplo. Esses exemplos realmente empregam citações indiretas da frase de João. Ao contrário da citação feita por Franciele, é de se supor que tanto Everton quanto Daiana estivessem dispostos a parafrasear o que afirmaram. Ou seja, a intenção de manter a conversa e continuar cooperando na troca linguística estão mantidas. Franciele apenas repetiu o que ouviu e não seria capaz de apresentar uma paráfrase. Everton diria que João, nesse primeiro momento, disse que a nova estrela descoberta no game se chamaria Julieta. Daiana, no momento seguinte, diria que João, interpretando Shakespeare, afirmava que Julieta é sol. Entretanto, o conteúdo interpretado tanto por Everton no primeiro momento, quanto por Daiana, no segundo, são falsos e isso leva ao segundo ponto indicado por Reimer.

As citações indiretas feitas por Everton em (97) e por Daiana em (100) são falsas. No primeiro momento João não nomeou qualquer estrela como Julieta. No segundo momento, Julieta não é o sol porque põe inveja na lua, mas porque é o nome de uma nova estrela de um novo sistema solar. O minimalismo pode aceitar que as citações de Everton e de Daiana são realmente infelizes desde um ponto de vista pragmático. Entretanto, estritamente falando, elas deveriam ser, segundo o minimalismo, verdadeiras. Para sustentar isso, um minimalista recorre à intuição que

subjaz o próprio teste de sensibilidade contextual. Tanto Everton quanto Daiana afirmaram que João disse que Julieta é o sol e por isso eles afirmaram a mesma frase e portanto, ambas devem necessariamente ter o mesmo valor de verdade. Entretanto, segundo Reimer, se o teste for analisado dessa forma, Everton e Daiana não estariam fazendo citações indiretas. Estariam fazendo citações diretas que não são sensíveis ao contexto por definição. Eles estariam, assim como Franciele, apenas dizendo o que João disse sem qualquer referência ao contexto de proferimento. Por isso que, se Everton e Daiana estão intencionando qualquer tipo de significado em suas citações e não meramente reproduzindo uma frase, então suas citações são falsas, embora soem como verdadeiras. Nas palavras de Reimer, “because the false disquotational reports are homonymous with true quotational reports, the interpreter might charitably (though incorrectly) interpret them as true” (2009, p. 250)

Uma outra crítica que se poderia dirigir à reformulação de Reimer e ao próprio teste de sensibilidade de Cappelen & Lepore consiste em afirmar que estas conclusões só se seguem desde uma perspectiva metalinguística que não estaria disponível na cena real, na própria ação em curso. Entretanto, para Cappelen & Lepore e, por extensão, para Reimer que amplia o teste, a questão é testar até que ponto o código linguístico é flexível para se adaptar a outro contexto. Enquanto experiência de pensamento, estes autores não estão preocupados com a realidade efetiva do contexto, mas justamente com a *possibilidade* de avaliar outra frase em um contexto diferente. As considerações, por isso, são sempre metalinguísticas, isto é, são sempre exteriores às possíveis ações em curso. Para o minimalismo, essa atitude metalinguística é justamente garantida porque a proposição expressa em uma frase pode ser a mesma que outra frase semelhante em outro contexto de proferimento. A isso o contextualismo tem suas críticas, a saber, que não é possível jamais analisar uma frase fora de contexto. Mas os minimalistas estão dispostos a conceder isso. O teste, mesmo que se erga desde um ponto de vista metalinguístico, pode ser visto apenas como outro contexto de proferimento, a saber, o contexto daquele que escreve estas linhas, aqui no Rio Vermelho, nesta noite ventosa. Dito explicitamente: o ponto de vista metalinguístico pode ser encarado como outro contexto e é, a partir deste contexto, que as frases são avaliadas e citadas, possibilidade esta aceita tanto pelo minimalismo quanto pelo contextualismo.

Para concluir, retomamos a argumentação de Reimer. Assim, ao contrário do que prevê a tese minimalista de Cappelen & Lepore a frase “Julieta é o sol” é, segundo a tese contextualista, sensível ao contexto

(quer entendamos esse teste como outro contexto ou como um ponto de vista metalinguístico). Reimer chega esse tipo de resultado empregando justamente o primeiro teste de sensibilidade de contexto proposto pelos autores minimalistas. Essa conclusão possui duas implicações. A primeira diz respeito ao debate entre contextualistas e minimalistas e a segunda diz respeito ao próprio tratamento dispensado ao fenômeno das metáforas. Ao aplicar o primeiro teste de sensibilidade de contexto a um proferimento metafórico, Reimer mostra que não basta alterar o contexto de proferimento. É necessário que essa alteração leve em conta características exploradas pelos falantes de forma relevante na interpretação da frase em questão. Se isso for feito, o resultado é mais consistente com a tese contextualista que prega que, no limite, qualquer expressão é sensível ao contexto de proferimento. No que tange ao fenômeno das metáforas, Reimer, ao utilizar o próprio aparato minimalista, mostra que elas são sensíveis ao contexto de proferimento.

Isto resolve a questão das metáforas ou explica porque a metáfora “Julietta é o sol” é compreendida ou interpretada como uma metáfora? Ou ainda, torna explícita a determinação semântica da metáfora? Não diretamente. Entretanto, Reimer, ao problematizar os testes de sensibilidade de Cappelen & Lepore, acaba por enfraquecer a tese minimalista e, por extensão, a tese de que metáforas, quando compreendidas como frases não literais ou cujo significado difere da proposição semanticamente expressa, diriam apenas respeito ao uso e não à própria semântica da frase. Não é possível, entretanto, alguma resposta minimalista menos radical que a criticada por Stern? O fato de frases metafóricas não passarem no teste de sensibilidade de contexto é motivo suficiente para negar de todo o minimalismo semântico? Stern defende justamente que esse não é o caso. Ele postula a possibilidade de tratar o fenômeno a partir de algumas alterações no quadro minimalista que possam acolher expressões contextualmente dependentes como as presentes em frases ditas metafóricas, sem que isso implique em aceitar algum tipo de contextualismo radical.

### **5.5 Se significado literal, por que não significado metafórico?**

Esta talvez seja a principal questão que dirige a investigação de Stern (2000; 2009) sobre as metáforas no quadro do minimalismo semântico. Tradicionalmente, como vimos, o tratamento das metáforas recorre não ao significado estrito da frase, mas ao papel do contexto e à nossa capacidade cognitiva de pensar analogicamente para explicar a

relação entre o significado literal de um termo ou frase e um possível significado metafórico. Conforme vimos na seção 4.1.2, segundo o quadro semântica-pragmática, não seria sequer muito adequado tratar uma metáfora como uma questão “de significado” (estritamente semântica) já que ela não seria uma decorrência dos significados codificados diretamente pelos signos linguísticos. Na contramão dessa solução, Stern questiona “se significados literais, porque não significados metafóricos?” (2000, p. 39). Dito de outra forma: por que não podemos dizer que frases metafóricas também possuam significados, exatamente do mesmo jeito que o afirmamos em relação a frases literais sem recorrer a interlúdios como significado do falante ou comunicativo?

Notemos que a estratégia do autor é, em fortes tintas, o oposto da estratégia contextualista. Para as autoras contextualistas tratadas, a questão é não exigir das metáforas mais do que exigimos de frases literais sensíveis ao contexto. Metáforas seriam, assim, casos de enriquecimento pragmático livre presente também em frases literais. Para Stern, a questão é não exigir das frases literais menos do que exigimos das metáforas, isto é, assim como as segundas, não exigir de frases literais serem alheias semanticamente à ação em curso. Notemos que, apesar de partirem de lugares diferentes, o resultado é semelhante: a interpretação de frases metafóricas não exigiria tratar os significados literais do código linguístico como algo alheio ao contexto. Metáforas e frases literais, na proposta de Stern, seriam passíveis do mesmo tratamento semântico segundo o qual, de partida, qualquer frase pode ser tratada contextualmente sem recorrer, necessariamente, quer a indexicais quer a enriquecimentos pragmáticos livres.

A proposta de Stern dá um passo importante dentro do próprio minimalismo semântico a quem ele se filia. Para dar conta das metáforas ele sustenta a necessidade de adotarmos uma alteração na própria noção de significação e, portanto, de significado mínimo de uma frase em direção à proposta por Bach (1994). Para Bach, lembremos, uma proposição mínima é aquela que oferece um esqueleto semântico para expressar uma proposição completa que é, via de regra, dependente do contexto. Stern, mesmo não abdicando da noção de proposição mínima no sentido minimalista canônico, como o faz Bach, postula que o valor de verdade de uma frase só pode ser aferido após a saturação de um operador contextual que pode ou não levar à interpretação metafórica. Por isso, a possibilidade de responder afirmativamente à possibilidade de tratamento semântico do fenômeno das metáforas depende de que assumamos que o significado de uma frase apenas “*constrains* the possible truth-conditional factors for its utterances” (2000, p. 64) Segundo Cappelen & Lepore,

recordemos, metáforas, ambiguidade, elipses sintáticas, polissemia e vagueza são recursos que o minimalismo semântico não pode tratar adequadamente. Segundo os autores minimalistas,

Since our goal is to show that certain kinds of intuitions can be triggered for an arbitrary English sentence, for these intuitions to have the relevant significance (i.e., to provide evidence of semantic context sensitivity), it is crucial that they are not triggered by irrelevant factors. If, for example, the intuition that sentences containing *e* change truth conditions across contexts of utterance can be explained by *e*'s being ambiguous, polysemous, used metaphorically (in one case but not the other), etc., then our examples would be irrelevant. (CAPPELEN & LEPORE, 2005, p. 42)

Casos que envolvem esses tipos de uso da linguagem não seriam relevantes justamente porque não são fundados na arbitrariedade do significado de uma frase mas em fatores alheios a ela. A resposta padrão, portanto, é afirmar que esses casos decorrem da ação em curso, mas especificamente da extrapolação do significado das próprias frases. Recorrer a eles, não seria portanto útil segundo o minimalismo padrão. Concordamos parcialmente com Cappelen & Lepore no que tange à restrição de casos a que poderíamos aplicar a interpretação minimalista. Há casos nitidamente alheios à semântica da frase, como já discutimos ao tratar dos malapropismos na seção 2.4.

Entretanto, o fenômeno das metáforas não parece ser totalmente alheio à semântica da frase. Stern destaca justamente esse ponto. Metáforas aparecem, na maioria das vezes, supor algum tipo de possibilidade de recuperação ou retorno ao significado literal. Se isso é verdade, então tal relação deve poder ser esclarecida. E a solução de Stern é propor uma noção de significado que não determina de antemão referência e valor de verdade de uma sentença, mas restringe possíveis aplicações. Se significados literais podem existir desse modo, por que não também significados metafóricos? Para responder isso, Stern faz uma exegese da noção de significação de Davidson, justamente para quem a noção de metáfora no texto de 1978 não diz respeito à significação linguística, mas ao seu uso; e, em seguida, postula um operador contextual (*Mthat*) aplicável a qualquer frase bem formada.

### 5.5.1 Primeiros e segundos significados

Conforme vimos na seção 4.1.2, a noção de significado literal para Davidson diz respeito ao significado *a priori* das palavras em oposição ao que se pode fazer com elas contextualmente. Se metáforas dizem respeito ao que se faz com as palavras e não ao significado primeiro delas, então, conclui o filósofo, significados metafóricos não existem. Por outro lado, segundo sugestão do próprio filósofo, parece haver algum tipo de diferença entre o uso metafórico de uma frase e usos totalmente alheios ao seu significado como num malapropismo. Aliado a essa possível contradição, Stern traz a própria teoria da significação davidsoniana que subordina a teoria da linguagem à teoria do uso linguístico. Como é possível aliar uma concepção de significação linguística como significado independente do contexto com uma concepção de linguagem vinculada ao uso?

Davidson em *A nice derangement of epitaphs* afirma acerca da noção de significado literal:

Here is a preliminary stab at characterizing what I have been calling literal meaning. The term is too incrustated with philosophical and other extras to do much work, so let me call what I am interested in first meaning. The concept applies to words and sentences as uttered by a particular speaker on a particular occasion. But if the occasion, the speaker, and the audience are “normal” or “standard” (in a sense not to be further explained here), then the first meaning of an utterance will be what should be found by consulting a dictionary based on actual usage (such as Webster's Third), Roughly speaking, first meaning comes first in the order of interpretation. (1986, p. 434-5).

Em se tratando de significação, o termo “literal” para tratar de um tipo de significação específica atribuída a termos e frases é demasiado inflado. Davidson prefere chamá-lo de primeiro significado. A noção de primeiro significado é importante pois corresponde não a uma noção abstrata de significado mas tão somente ao primeiro significado disponível aos falantes em uma sequência de intenções ou, nas palavras de Stern, “in terms of their means-ends relations to each other” (2000, p. 41). Assim, quando afirmo, por exemplo, que

(1) O gato está sobre o tapete.

estou afirmando para meu interlocutor que o gato está sobre o tapete, com a primeira intenção de mostrar que o gato está sobre o tapete apesar de contextualmente sabermos, ele e eu, as segundas intenções que isso acarreta, isto é, que, por exemplo, isso é um problema já que o gato é um destruidor de tapetes. A primeira intenção da série é, na interpretação de Stern acerca da teoria de Davidson, o significado primeiro do proferimento. Esta primeira intenção é a que aparece como início da série de várias intenções. Mas o significado literal, se compreendido como significado primeiro dessa frase, é justamente a primeira intenção do falante, sustentada pelo uso diacrônico da língua, ao emitir o proferimento. Outro exemplo:

(15) A minha irmã é um anjo.

Neste caso, posso estar fazendo, possivelmente, uma comparação entre minha irmã e um anjo, para afirmar o caráter calmo de sua personalidade, para demonstrar ao interlocutor que será muito simples cuidar dela e que, por fim, ele deve aceitar a minha proposta de ser babá dela enquanto eu estiver fora. Na ordem de interpretações, a predicação “ser um anjo” é o primeiro significado e os seguintes são secundários. Em toda ordem, entretanto, há a presença das intenções comunicativas dos falantes. Notemos que todas as intenções secundárias das frases podem ser explicadas, desde a teoria griceana, como implicaturas conversacionais geradas a partir do significado literal da frase. Mas ao contrário da teoria griceana, tratar significados como intenções primárias e secundárias possibilita tratá-los dentro de uma teoria geral da comunicação que subordina todas as significações à ação em curso.

Essa explicação fica mais clara quando se tem em vista o tipo de teoria linguística proposta por Davidson. Nas palavras de Stern,

Following Davidson, a theory of language is at bottom a theory of linguistic use, that is, a theory of utterances to be explained as a species of rational acts ultimately performed for the purpose of communication. Communication succeeds when a speaker S's utterance is interpreted as he intends, that is, when the hearer or, as Davidson prefers, interpreter I understands S's utterance just as S intended it to be understood. In that case, Davidson argues, we can shift the explicit object of our theorizing away from S to I's knowledge that enables him to interpret S. Furthermore, since we often communicate with utterances of

ungrammatical as well as grammatical strings, Davidson assumes that a theory of interpretation must account for them all, including (as we discover in NDE) malapropisms, slips of the tongue, and half-finished sentence fragments. Finally, because communication occurs when I understands what S intends to say, a theory of interpretation should be “adequate” to the requirements of shared (linguistic) understanding. (STERN, 2000, p. 39-40)

Se Stern está correto, a teoria da significação linguística de moldes davidsonianos está ligada diretamente a uma teoria do uso linguístico, compreendendo este como o modo como ações racionais são comunicadas e como falantes e ouvintes são capazes de compreender as intenções uns dos outros. Com essa compreensão de significação linguística, Davidson também afasta a noção de linguagem como muitas vezes é compreendida, a saber, como um sistema de aprendizado de convenções e regularidades plenamente compartilhadas pelos falantes e com isso evita o problema de assumir algum tipo de metafísica de proposições.

Stern não vê nisso, entretanto, uma negação do minimalismo semântico enquanto tese que defende uma influência mínima do contexto sobre a determinação do significado de uma frase. Para ele, é possível extrair da diferença entre primeiro significado e intenções secundárias proposta por Davidson uma explicitação do próprio minimalismo. O que Davidson chama de primeiro significado, Stern vê boas razões para chamar de significado literal. Isso porque o que Davidson chama de primeiro significado pode ser identificado com o significado *a priori* das palavras em relação ao que se pode fazer com elas, exatamente a definição de significado literal dado no texto de 1979, após ter seu significado fixado pelo uso. De fato, é bastante sensato assumir que o significado das palavras nasce ou é instituído de alguma forma e é apreendido pelos falantes dentro do próprio jogo linguístico. Stern chama estes dados contextuais de *pré-semânticos*, pois “it registers the fact that our assignments of meanings or interpretations to sounds or inscriptions (including words as purely syntactic entities) depends on various features of the context” (2000, p. 42) para fixar seus primeiros significados.

Assim, por exemplo, ao ouvir a frase

(13) É silencioso aqui.

a expressão “ser silencioso” teve seu significado contextualmente pré-semanticamente fixado enquanto que a expressão “aqui” deve ter seu significado pós-semanticamente fixado pois depende especificamente do contexto de proferimento. Enquanto que a expressão “ser silencioso” é invariável segundo o contexto pós-semântico, a expressão “aqui” vai ter seu significado variando conforme tal contexto e as intenções secundárias dos falantes. Tratado dessa forma, a tese pode parecer supor que o falante já sabe de antemão quando um termo é pré- ou pós-semanticamente contextualmente dependente. O processo de interpretação, entretanto, é um pouco mais completo pois, segundo Stern,

on Davidson's picture of interpretation, this task is more general and more radical. On every occasion of utterance, the interpreter is faced with this task, and not only with the assignment of one among an alternative number of types within a language but with the assignment of a “language”, or a theory of first meaning, as a whole. (2000, p. 42)

Isso não significa que o falante sempre começa do zero ao ouvir uma nova palavra. Ele já carrega sua própria teoria da fala, seu próprio idioleto. Esses conjunto de padrões e significados já dominados são o tempo todo submetidos a testes de erros e acertos e aprimorados ou modificados. Tomemos por exemplo, segundo o dicionários fonético de português do Brasil, o som /n'ɔs/<sup>31</sup> que aparece na pronúncia do pronome reto da primeira pessoa do plural (“nós”), do fruto da noqueira (“noz”) e no plural de “nó” (nós). O ouvinte terá que decidir com base em dados do contexto de proferimento, qual é o significado de /n'ɔs/ em cada caso, virtualmente nunca sabendo todos os possíveis significados instituídos para este som pois na língua natural o universo das significações não é fechado. Os dados do contexto envolvem desde o contexto mais imediato da fala até o conjunto de crenças e intenções do interlocutor. Assim, tanto ao ouvir os fonemas /n'ɔs/ no interior de uma frase como também ao ouvir qualquer palavra nova ou usada de um jeito novo, o ouvinte terá que partir e contar com vários dados contextuais para atribuir o significado de um termo. Assim, o contexto de proferimento é fundamental como entrada pré-semântica sempre quando se está diante de uma nova palavra ou de um novo uso.

---

<sup>31</sup> Disponível em <<http://portaldalinguaportuguesa.org/index.php?action=fonetica&act=list&region=spx&search>> Acesso em 01/07/2016

Essa entrada contextual pré-semântica garante que as significações linguísticas, mesmo subordinadas a uma teoria da comunicação em que pesem pressuposições, crenças e intenções dos falantes, sejam elas destacáveis semanticamente de outro nível significativo que é o pós-semântico. Para Stern “having assigned an utterance a first meaning, that utterance may then be used for an indefinite number of extralinguistic ulterior purposes or intentions: to warn, promise, deceive, or threaten” (2000, p. 43). Esses propósitos extralinguísticos também são contextuais, mas não no mesmo sentido que as entradas pré-semânticas dos primeiros significados. Enquanto os dados contextuais servem de entrada pré-semântica para fixar o primeiro significado de um termo, após o termo já estar fixado em seu primeiro significado, este se mantém indiferentemente a seus usos locais posteriores.

A proposta, então, é compreender o primeiro significado como pré-semanticamente dependente do contexto e pós-semanticamente independente do contexto. Note que o segundo termo da conjunção é geralmente a definição de significado literal. Essa proposta permite lançar alguma luz sobre o problema da mudança de contexto de que são acusados os minimalistas. Como destacam Cappelen & Lepore (2005), toda frase possui um contexto de proferimento e, portanto, afirmar que uma palavra ou frase é contextualmente dependente é uma obviedade. O problema, então, é mais específico: dizer que termos com significados fixados e usos já estabelecidos dependem pós-semanticamente sempre de dados contextuais para determinar seus significados. Segundo a proposta de Stern, baseada na noção de primeiro significado de Davidson, é possível afirmar desde um ponto de vista pós-semântico que os significados literais de uma frase são autônomos em relação a seus propósitos e usos. E, por esta mesma razão, “first meaning is an interesting candidate for literal meaning: that is, the meaning of words, words regardless of their use” (STERN, 2000, p. 43).

Se o primeiro significado é o candidato direto de significado literal, seriam os segundos significados ou intenções derivadas relativos ao significado metafórico? Ora, esta é, sob outros termos, a solução pragmática que tratamos anteriormente. Afirmar que o significado de uma metáfora se assenta nas intenções secundárias disparadas pela intenção primeira expressa no significado literal da frase é justamente o modo de explicação de uma implicatura. A solução, para Stern, consiste em assumir que entre a dependência contextual pré-semântica e pós-semântica há outro tipo de dependência contextual: a dependência contextual semântica. Esse tipo de dependência acontece, para Stern, justamente nos indexicais e demonstrativos. Tomemos por exemplo,

novamente, o pronome “nós”. Sua dependência do contexto não é meramente pós-semântica pois não há um intenção extralinguística ou algo performado pela frase ao molde de intenções secundárias ou implicaturas. Quando falamos “nós”, estamos nos referindo a algo que é invariável apesar do contexto, a saber, o fato linguístico de se aplicar ao grupo a que pertence o indivíduo que fala em um contexto C. Por outro lado, sua dependência do contexto também não é totalmente pré-semântica pois sua referência e o valor de verdade da frase em que aparece são condicionados por dados que variam conforme este contexto.

Segundo Stern, para que uma teoria da significação como a de Davidson funcione, é necessário admitir justamente esse terceiro tipo de dependência contextual. Ela dá conta daqueles casos em que significados não são totalmente determinados pré-semanticamente, como acontece por exemplo com os nomes próprios, ou não são totalmente determinados pós-semanticamente, como no caso nas implicaturas. Termos que são contextualmente semanticamente dependentes contém em si a regra que permite capturar o que é regular e sistemático nas diferentes ocasiões em que o termo aparece sem que com isso se determine à par do contexto de uso o seu significado.

Ora, se isso faz sentido, propõe Stern, poderíamos encontrar aí um modo de explicação de como metáforas poderiam depender do significado literal da frase em que elas aparecem. Conseguindo mostrar que tal explicação do funcionamento das metáforas é adequado, teríamos aí a justificativa para assumir a existência de significados metafóricos tratáveis justamente dentro de uma teoria semântica estrita. Do mesmo modo como o significado de um indexical é contextual embora semanticamente dependente, o significado de uma frase metafórica também o seria. Isso explica porque uma metáfora depende do significado literal da frase sem que isso meramente reproduza seu significado. Ao mesmo tempo permite tratar o fenômeno sem transformá-lo em um caso de surgimento de um novo significado literal (caso em que seria o primeiro significado ou de dependência contextual pré-semântica) ou relegar o fenômeno ao âmbito das implicaturas e atos de fala (caso em que seria o segundo significado ou de dependência contextual pós-semântica).

Se o fenômeno das metáforas é contextualmente dependente (embora não determinado em sua totalidade), isso significa que, assim, como os indexicais, o significado de uma metáfora não é determinado semanticamente pelo código linguístico nem tampouco é indeterminado por ele. No primeiro caso, teríamos um primeiro significado ou um novo significado literal. No segundo teríamos um significado segundo ou uma

implicatura conversacional. Metáforas seriam, então, subdeterminadas semanticamente pelo código na medida em que são contextualmente dependentes embora dirigidas semanticamente.

### 5.5.2 Indexicais, demonstrativos e o operador metafórico

Antes falávamos que Stern explicita a tese segundo a qual a influência do contexto sobre os termos da linguagem se daria de duas formas. Ou pré-semanticamente ao determinar o seu primeiro significado ou pós-semanticamente ao determinar seus segundos significados. Assim, Stern não nega que o contexto de proferimento fixa os significados de termos. O que o autor garante é que, após fixado o primeiro significado do termo, esse significado pode ser destacado do contexto de proferimento. Justamente por isso, as expressões ditas literais da língua seriam determinadas contextualmente apenas pré-semanticamente e as implicaturas e acarretamentos seriam determinadas pelo contexto pós-semanticamente. Enquanto as primeiras seriam insensíveis ao contexto de proferimento já que seu significado já teria sido fixado, as segundas não seriam causadas diretamente pela semântica da frase.

Entretanto, afirma Stern, a literatura desde Kaplan aceita um outro tipo de dependência contextual. É o caso do Conjunto Básico (indexicais e demonstrativos) que não têm sua referência fixada pré-semanticamente como acontece com os outros termos da língua, mas tampouco é um mero acarretamento pragmático gerado contextualmente. Ora, esse esquema de significação em que expressões da língua dependem do contexto para terem seu conteúdo preenchido não seria exclusividade das expressões do Conjunto Básico, mas de todas as expressões ditas não literais. Nesta seção discutiremos como o esquema de Kaplan é compreendido e estendido por Stern para tentar dar conta do fenômeno das metáforas.

A proposta de Stern visa responder duas questões acerca do uso metafórico da linguagem. A primeira diz respeito à questão se o que realmente varia segundo o contexto é o conteúdo e as condições de verdade de uma dada frase ou não. A segunda questiona se o conteúdo e as condições de verdade podem ser geradas por meio de processos pragmáticos de afrouxamento ou enriquecimento semânticos ou se toda influência contextual deve ser dirigida semanticamente. Como se pode perceber, sua proposta vai ao cerne do debate entre minimalismo e contextualismo semânticos. Segundo Stern, “Minimalists and Contextualists agree on the explanatory issue that what accounts for the *intuitive* content is pragmatic but disagree over whether that content is

truth-conditions or pragmatic speech content” (2009, p. 247). Segundo o minimalismo, apesar de cada ato de fala performar seu conteúdo e valor de verdade em um contexto, o próprio conteúdo e condições de verdade de uma frase semanticamente expressa não variam, salvo quando há indexicais e demonstrativos a serem saturados contextualmente. Já segundo o contextualismo, são os próprios conteúdo e condições de verdade que variam segundo princípios extralinguísticos. A proposta de Stern, assim como os contextualistas, é defender que conteúdo e valores de verdade variam conforme o contexto mas, ao contrário destes e de acordo com o minimalismo, ele explica tal variação “in terms of underlying semantic structure in accordance with the principles of compositional semantics” (STERN, 2009, p. 247). A proposta de Stern é, portanto, fazer um curto circuito entre minimalismo semântico e contextualismo no qual a existência do fenômeno das metáforas é tanto prova quanto possibilidade de solução da disputa entre essas duas correntes. No que tange à questão aqui perseguida, a proposta de Stern advoga em nome da subdeterminação semântica da metáfora.

O primeiro passo a ser dado por Stern é refutar a solução minimalista standard ao fenômeno oferecida segundo os moldes de Cappelen & Lepore. Assim como Reimer, Stern defende que metáforas também passam (ao menos) no primeiro teste de sensibilidade de contexto elaborado pelos autores. Ou, nas palavras de Stern, metáforas, assim como demonstrativos e indexicais bloqueiam citações indiretas, o que seria característica apenas de frases com elementos do Conjunto Básico. Para isso, é importante, assim como Reimer, questionar o que é um contexto relevantemente diferente para aplicação do teste. Para Stern, “a difference that makes a difference in context for purposes of metaphor are various sets of presuppositions both related to the literal vehicle and to the other linguistic elements in the context of the metaphor” (2009, p. 278). Para que alterações contextuais sejam relevantes, não bastaria verificar o contexto semântico estrito, isto é, o que está explicitamente marcado na frase como dependente do contexto. Stern advoga que um contexto diferente implica levar em conta pressuposições e outros elementos linguísticos do contexto de uma frase. Consideremos a frase (VI) em um contexto no qual Raquel esteja se referindo aos afazeres que Rafael se furtou de fazer. Raquel costuma dizer, em um contexto C, que

(VI) Rafael é um jundiá.

Segundo o teste de Cappelen & Lepore, bastaria fazer uma citação indireta e verificar se o valor de verdade da sentença aninhada se mantém. Aplicando o teste de sensibilidade de contexto, teríamos:

(101) A Raquel disse que o Rafael é um jundiá.

Intuitivamente, a frase (VI) e a sua citação em (101) possuem o mesmo valor de verdade, isto é, Rafael é um jundiá somente se Rafael é um jundiá. O fato de sermos nós quem o afirmamos ou ser a Raquel que o faz não mudaria o fato de Rafael ser ou não um jundiá e mais, seria indiferente se “ser um jundiá” significa ser um peixe ou ser alguém “liso” que se furta de seus afazeres. Mas seria este mesmo o caso?

Imaginemos que Paulo, amigo de Rafael e Raquel, compartilha com estes a pressuposição de que jundiás são peixes que devido à ausência de escamas e presença de muco são muito lisos e, portanto, escapam da mão quando tentamos agarrá-los. As condições de verdade da frase (VI) seriam, então, um pouco diferentes pois teríamos que levar em conta um contexto de proferimento relevante, isto é, indicar o que significa, no caso, para este grupo de pessoas a afirmação de Rafael ser um jundiá: <Rafael, ser liso que escapa pois é difícil de ser agarrado>. Assim, a frase (101) quando dita por Paulo, o amigo que compartilha as mesmas pressuposições tem um tal conteúdo e gera, inclusive, a implicatura “Rafael deixou novamente de fazer o que devia”.

Agora imaginemos um contexto C’, relevantemente diferente, no qual os parentes do amigo em comum, Paulo, há muito pescam jundiás e têm a pressuposição que jundiás, apesar de escaparem fácil, são peixes que precisam de condições especiais para serem fígados: a água precisa estar turva ou precisar ser à noite. Paulo liga para seus pais que também conheceram Rafael e Raquel enquanto estes apenas namoravam. Entre outras coisas, Paulo reporta indiretamente à sua mãe a frase de Raquel e ela animadamente reporta para o Pai de Paulo a frase (101). No relato da mãe de Paulo ao seu pai, as condições de verdade da frase aninhada são algo do gênero <Rafael, ser que é fígado com a tática certa>. Além de o conteúdo da frase ser outro, as implicaturas também o serão. Neste caso, os pais de Paulo podem chegar à conclusão de que enfim Raquel conseguiu casar com o Rafael pois, como um jundiá, basta as condições adequadas para fígado o referido peixe.

Duas interpretações têm, assim, condições de verdade diferentes que são sensíveis ao contexto e expressam conteúdos diferentes, selecionando pressuposições diferentes também conforme o contexto. Dado que conteúdos diferentes são também expressos por meio de uma mesma frase, ela também pode gerar implicaturas diferentes. Nestes aspectos, Stern, num quadro mais próximo ao minimalismo, e Reimer, no quadro contextualista, estão de acordo: conteúdo e condições de verdade de uma metáfora são sensíveis ao contexto. Entretanto, Stern postula,

diferentemente da solução contextualista de Reimer, que esse processo é semanticamente dirigido ou, mais precisamente, semanticamente restringido. O intérprete, diante de uma metáfora, está diante de um conjunto de possibilidades abertas pelo léxico selecionáveis contextualmente. Dito de modo simples: não é qualquer interpretação que vale ou funciona para uma metáfora assim como não é qualquer interpretação que vale ou funciona para os indexicais “eu” ou “nós” por exemplo. A solução estaria no modelo proposto por Kaplan para tratar dos indexicais e demonstrativos.

A principal novidade apresentada por Kaplan (1989) consiste na afirmação de que indexicais são termos diretamente referenciais. Isso implica que um indexical não varia segundo os mundos possíveis, funcionando como um designador rígido. Se ele não varia segundo mundos possíveis, sua variação deve se dar em função de outro aspecto, a saber, a mudança relevante de contexto de proferimento. Kaplan precisa tratar os indexicais como designadores rígidos e não como descrições definidas pois, ao contrário destas, dado um contexto de proferimento, a referência do indexical, assim como a de um designador rígido, é sempre a mesma. Tomemos o seguinte exemplo:

(83) Eu estou com fome.

O indexical “eu” deve designar o sujeito da frase de forma direta e em qualquer ocasião para que seja garantida a sua referência. Sendo eu, Daniel, que faço essa afirmação, o indexical “eu” designa sempre “Daniel” e não outro sujeito. Além disso, a referência desse indexical, quando pronunciado por mim, será sempre a mesma em qualquer mundo possível. Justamente por isso, “eu” deve dizer diretamente sua referência. Entretanto, quando dito por outra pessoa, a mesma frase (83), inclusive num mesmo mundo possível, captura outra referência. No esquema kaplaniano, capturar rigidamente outra referência no mesmo mundo possível é sinal de que a frase foi dita em um contexto de proferimento relevantemente diferente. Neste caso, a diferença de contexto consiste justamente na mudança de quem profere a frase.

Assim, para dar conta de como certas palavras, no caso, os indexicais, Kaplan lança mão de uma diferenciação mais fina do que a variação de mundos possíveis que é justamente a noção de contexto. Um indexical, nesse sentido, não funciona apenas como uma função que captura uma referência. A teoria clássica, com raízes em Frege e Kripke trata os termos da linguagem natural dessa forma, mas isso não dá conta, segundo Kaplan, justamente dos indexicais que, parecem não ter como resultado de uma função significativa apenas o conteúdo significativo da

frase. Além do conteúdo designado pela função indexical, “Daniel” no caso da frase (83), há outra função ainda anterior, chamada por Kaplan de *caráter* que, traduzindo, seria a regra que afirma que “o termo ‘eu’ se refere ao sujeito que profere a frase conforme o contexto”. Na frase (83), o caráter da frase é dado pela função que toma como *input* o que varia conforme o contexto, isto é, o sujeito do proferimento, e dá, por sua vez, o conteúdo. Se o conteúdo da frase é algo do gênero <Daniel, estar com fome, agora>, o caráter, corresponde à regra convencionalmente estabelecida de que o termo ‘eu’ se refere ao falante ou àquele que escreve. Segundo Kaplan,

The rule ‘*I* refers to the speaker or writer’ is a meaning rule of the second kind. The phrase ‘the speaker or writer’ is not supposed to be a complete description, nor it is supposed to refer to the speaker or writer of the word ‘*I*’. (There are many such). It refers to the speaker or writer of the relevant *occurrence* of the word ‘*I*’, that is, the agent of the context. (1989, p. 505)

O caráter não determina, então, o conteúdo referencial propriamente dito. Mesmo assim, por dirigir a seleção desse conteúdo, ele faz parte da competência semântica do falante e, no caso dos indexicais, é parte essencial do que chamamos significado. Entretanto, o significado de um termo indexical em uma frase é sempre contextual, o que implica que cada ocorrência daquele indexical possui seu próprio significado que é invariável, e é, por isso, entendido por Kaplan como um designador rígido. O conteúdo do indexical, nesse sentido, não é uma representação ou um conceito, mas o próprio referente.

O mesmo vale para os demonstrativos em que, além da regra de saturação, necessitam de um complemento não linguístico para assegurar a fixação da sua referência. É o caso, por exemplo, do termo “aquelas” na frase:

(102) Aquelas planuras atacamenhas tinham uma atmosfera marciana.

Para saber a que planuras o falante está se referindo, o termo “aquelas” deve vir acompanhado de algum ato não linguístico, como um apontamento que faz com que a expressão agenciada pelo demonstrativo seja diretamente referencial e rigidamente dependente do contexto. Assim, uma expressão qualquer que pode ser aplicada a vários contextos diferentes acaba se tornando um designador rígido e se referindo sempre

à mesma entidade, no caso, àquelas planuras atacamenhas que eu me referia ao apontar a foto e a nenhuma outras. Assim, de forma semelhante aos indexicais, os demonstrativos designam diretamente seu referente de forma rígida em um contexto. Entretanto, ao contrário destes, os demonstrativos operam sobre a própria linguagem. Quando aponto para a paisagem e digo “aquelas planuras”, o termo ‘planura’ que designa vários tipos de entidades passa a ser dependente do meu contexto de proferimento ou, em outras palavras, passa a ser sensível ao contexto. Para tratar desse casos, Kaplan sugere a introdução do operador *Dthat* que seria responsável por tornar um termo contextualmente dependente do gesto demonstrativo. Nas palavras de Stern,

[...] Kaplan introduces a special demonstrative symbol ‘Dthat’, which is “completed” by a (nonrigid) definite description  $\Phi$ . ‘Dthat’ has two effects. First, it takes a singular term  $\Phi$ , whose content is a complex of descriptive conditions, and yields the directly referential dthat-description  $Dthat[\Phi]$  whose content is its individual referent. Second, it takes a singular term  $\Phi$  whose character (assuming it contains no indexicals) is constant and yields the dthat-description whose character is nonconstant determining different contents (= direct referents) in different contexts. (STERN, 2000, p. 100)

A regra do caráter de descrições que envolvem o operador *Dthat* e que garantem conteúdos vinculados ao contexto é formulada da seguinte maneira:

For every context  $c$  and for every definite description  $\Phi$ , an occurrence of ‘Dthat[ $\Phi$ ’ in  $c$  directly refers to the unique individual (if there is one) denoted by  $\Phi$  in the circumstance of  $c$ , and to no one otherwise. (STERN, 2000, p. 100)

Assim, a frase (102) poderia ser analisada formalmente da seguinte maneira:

- (103) [Dthat]*Aquelas* planuras atacamenhas [que estou apontando na foto que aparece na tela do meu PC] tinham uma atmosfera marciana.

Em que a descrição definida “planuras atacamenhas”, no contexto em que mostro fotos a convidados, pela presença do operador *Dthat*

[*aquelas*], não se refere mais a qualquer objeto que caia sob a descrição “planuras atacamenhas” mas apenas às planuras que eu estou me referindo diretamente naquele contexto. Rigidamente, a expressão designa, via o demonstrativo “aquelas” marcado pelo operador *Dthat*, as planuras atacamenhas às quais aponto na fotografia. Justamente por isso, ao contrário dos indexicais, um demonstrativo é uma expressão incompleta. Ele requer a complementação por um ato não linguístico, como o apontamento a que planuras que estou me referindo. Um demonstrativo apenas está completo quando acompanhado da indicação de sua referência.

Todavia, o fato de um demonstrativo necessitar de um ato não linguístico como um apontamento não implica que a dependência contextual de uma frase contendo um operador *Dthat* seja dada por tal apontamento. Stern, seguindo Kaplan, indica que há casos em que termos demonstrativos dispensam o ato demonstrativo que fixa sua extensão. Por exemplo,

[...] there are nondemonstrative uses of the word “that” that lack demonstrations – for example, “there was that book by Kant on pure reason” – but for a use of “that” to count as demonstrative I shall assume, following Kaplan, that it is necessary that (a tokening of) it be completed by an extralinguistic demonstration. (STERN, 2000, p. 77)

Para manter a coerência com sua proposta, talvez fosse mais preciso afirmar que, em vez de usos não demonstrativos, termos demonstrativos, em certos momentos, prescindem de um ato extra linguístico para estarem completos. Isso porque um demonstrativo apenas precisa desse ato extralinguístico quando linguisticamente a referência não está assinalada. As anáforas, por exemplo, funcionam recuperando a extensão de um termo sem recorrer a um ato extralinguístico. A maioria dos demonstrativos, de fato, não são seguidos de um ato extralinguístico justamente porque funcionam anaforicamente ou já possuem sua referência contextual determinada. Quando, no início desse parágrafo, usamos demonstrativamente o termo “desses” para nos referirmos aos próprios demonstrativos, não precisamos, como se pode perceber, qualquer ato para indicar a referência desse termo. Anaforicamente recuperamos a referência. Isso mostra que um demonstrativo pode funcionar anaforicamente ou ter sua referência subentendida contextualmente e recuperar a referência do termo não a partir da

demonstração explícita. Nestes casos, ele funciona exatamente como um híbrido entre indexical e demonstrativo incompleto.

O esquema proposto por Kaplan implica, segundo Stern, que

When a speaker learns the rule (*Dthat*), what he learns is not the character of a single expression (type) in the language – as he does when he learns, say, (I) for ‘I’. What he learns is a schematic rule whose instances are the result of substituting particular definite descriptions in the language for the metalinguistic variable  $\Phi$ . That is, he learns a rule that enables him to interpret any well-formed definite description demonstratively; he acquires a skill of interpretation rather than an individual piece of vocabulary. Although we’ll see in a moment some specific difficulties that attend this idea, this aspect of ‘*Dthat*’ is also what lies behind the claim that it is an operator on the description rather than a well-formed term in its own right. (STERN, 2000, p. 100-1)

A introdução do operador formal *Dthat* para tratar frases em que aparecem demonstrativos abre a possibilidade de tratar de forma contextual expressões que, de outra forma, seriam tratadas como descrições ou apenas como peças do vocabulário apreendido pelo falante. Cognitivamente, se essa tese se mantém, implica assumir que junto com a apreensão do conteúdo de um termo ou expressão qualquer, o falante também apreende a regra que possibilita que tal termo ou expressão seja relativizado a um contexto específico. Justamente por isso, para Kaplan não apenas os indexicais e os demonstrativos possuem duas funções de atribuição de significado, a que dá o caráter e outra que dá o conteúdo. Todos os termos da linguagem os possuiriam. A diferença é que, para Kaplan, todos os termos da língua possuiriam essa dupla de funções que garantiriam a significação, mas apenas nos indexicais e nos demonstrativos o caráter não estaria assinalando de antemão o seu conteúdo. Segundo Stern, para Kaplan,

All expressions in the language, it should be emphasized, are assigned characters, but only those expressions that are context-sensitive have nonconstant characters: characters that determine different contents in different contexts. Eternal expressions have constant characters: They

determine the same content in every context.  
(2000, p. 82)

Ora, afirmar que todas as expressões da língua possuem duas funções de atribuição de significado está a um passo da solução de Stern ao fenômeno das metáforas. O primeiro passo consiste em demonstrar que metáforas são sensíveis ao contexto como os indexicais e os demonstrativos. O segundo passo consistia em defender que há operadores que fazem com que as expressões de uma frase tenham seus conteúdos saturados com dados do contexto. O terceiro e último passo será defender que há um operador que faz com que qualquer expressão possa ser saturada contextualmente com informações que alteram seu significado. Esta é a aposta de Stern e a este operador, Stern nomeia de *Mthat*. Este operador faz com que uma expressão qualquer de uma frase se torne semanticamente sensível ao contexto e, portanto, insere o fenômeno das metáforas no escopo da própria semântica.

Relembremos que, para Stern, ao defender a diferença entre primeiro significado e segundos significados, o significado de qualquer termo ou expressão depende do contexto *ao menos* pré-semanticamente. Em outras palavras, é contextualmente que o primeiro significado de um termo é fixado e, a partir daí, passa a ser possível destacá-lo do seu contexto original. Pós-semanticamente um termo também depende do contexto na medida em que pode gerar toda uma gama de implicaturas. Metáforas, assim como demonstrativos e indexicais, figurariam como semanticamente dependentes do contexto porque há, segundo Stern, um dispositivo semântico que determina tal dependência.

Segundo Stern,

‘Mthat’ is a lexical operator (i.e., a term forming operator on terms) at the level of logical form which, when prefixed to a (literal) expression  $\Phi$ , yields a context-sensitive expression ‘Mthat[ $\Phi$ ]’ whose tokens in each context  $c$  express a set of properties presupposed in  $c$  to be  $m$ (etaphorically)-associated with the expression  $\Phi$ , such that the proposition  $\dots\{[Mthat[\Phi]](c)\dots$  [is either true or false at a circumstance]. (2009, p. 289)

Assim, a frase (VI), além da leitura literal, teria outras interpretações possíveis que poderiam ser representadas da seguinte forma:

(104) Rafael *Mthat* [é um jundiá]

Da mesma forma que o operador *Dthat* proposto por Kaplan, *Mthat* faria com que a expressão que cai sob seu escopo tivesse que ser saturada consoante informações relevantes do contexto de proferimento. Justamente por isso, “ser um jundiá” na frase (104) teria suas funções significativas (caráter e conteúdo) relativizados ao contexto de proferimento. O predicado, então, não se refere mais ao seu significado literal, mas às características contextualmente relevantes de Rafael naquele contexto compartilhadas pelos falantes em questão. Rigidamente a expressão designa, via o operador metafórico *Mthat*, características do sujeito sem que isso leve à suposição que Rafael é literalmente um jundiá. Assim, da mesma forma que os indexicais, o caráter da expressão “ser um jundiá” não necessita de um ato extralinguístico como um apontamento; e da mesma forma que os demonstrativos, qualquer descrição definida, propriedade ou nome próprio pode cair sob o escopo do operador *Mthat* e passar a necessitar da captura de características do contexto. Justamente por isso, não apenas o predicado pode ser relativizado ao contexto via o operador metafórico. As seguinte formas, no que tange à frase (VI) também são possíveis:

- (105) *Mthat* [Rafael] é um jundiá  
*Mthat* [Rafael] *Mthat* [é um jundiá]  
*Mthat* [Rafael é um jundiá]  
 Rafael é um jundiá

Notemos que a existência do operador não se compromete com o mecanismo extralinguístico que torna a leitura metafórica possível ou necessária. De fato, perceber semelhanças ou atribuir sentido a alguma palavra ou evento não é necessariamente um ato linguístico. O tempo todo estamos estabelecendo relações de sentido com o meio em que estamos. O cognitivismo de Lakoff & Johnson (1999) tem sucesso em mostrar justamente isso. A questão que não fica clara para estes autores cognitivistas e que é tratada de forma mais adequada por Stern diz justamente respeito à especificidade da linguagem frente a isso. Dito de outra forma, o fenômeno das metáforas supõe capacidades cognitivas e pragmáticas, como a percepção de semelhanças e o estabelecimento de ações coordenadas, todavia, o mecanismo propriamente linguístico que aparece em uma metáfora não se identifica diretamente quer com essa percepção de semelhanças quer com a necessidade de coordenação. O tratamento de Stern, nesse sentido, oferece uma caracterização diretamente linguística ao fenômeno das metáforas. Justamente por isso, há muito o que se falar sobre a regra que rege *Mthat*, mas, segundo o autor,

in brief, the set of properties presupposed to be associated with  $\Phi$  can be associated in a variety of ways, either as stereotypical or normal properties, through exemplification or a similarity relation, or in more idiosyncratic ways. From the perspective of the semantics, all that is significant is that they are presupposed, abstracting away from their psychological sources. However, the presuppositions are individuated by the expression  $\Phi$ , not by its content or referent (even though the properties in question may be properties of  $\Phi$ 's). (2009, p. 289)

Excluindo do tratamento semântico aquilo que não depende da competência semântica do falante, Stern pretende pôr em relevo justamente a especificidade semântica do fenômeno. O fenômeno das metáforas, nesse sentido, não diz respeito simplesmente à nossa capacidade de ver semelhanças ou de nossos conceitos funcionarem estereotipicamente ou qualquer outra explicação cognitiva ou pragmática que recorra a capacidades necessárias mas não eminentemente linguística. Obviamente que esta tese é justamente o motivo de disputa entre as posições cognitivistas, pragmáticas e semânticas acerca da linguagem. Assumi-la, portanto, implica poder dar conta de fenômenos eminentemente linguísticos sem recorrer a capacidades que são extralinguísticas. A introdução do operador *Mthat*, que marca semanticamente a dependência contextual do conteúdo semanticamente expresso, é, nesse sentido, uma estratégia para dar conta do fenômeno dentro do escopo da semântica sem se pronunciar acerca das competências que subjazem ao fenômeno mas que não se restringem a ele.

Ora, o operador *Mthat* possibilita exatamente o tratamento semântico do fenômeno. Segundo Stern,

As we mentioned earlier, a primary motivation for positing the additional abstract structure of metaphorical expressions is in order to capture constraints on which intentions speakers can succeed in expressing in metaphorical contents of their utterances. In particular, the meaning, or character, of the metaphorical expression. 'Mthat[ $\Phi$ ]' enables us to distinguish the generation of the content of the metaphor in, or relative to, its context of utterance (or interpretation) from the evaluation of the truth of the (content of the)

metaphor at, or relative to, a circumstance or world. Equally important, the meaning constrains the interaction between the context and its circumstance of evaluation. Metaphorical expressions are the linguistic vehicles whose meanings embody these constraints. (2009, p. 290)

O operador *Mthat* marca um acontecimento semântico no interior da frase. Ele marca, nas palavras do autor, “the fact that the metaphorical expression (or the metaphorical interpretation of the vehicle) is context-sensitive (to its metaphorical parameter), but it also constrains the range of possible interpretations that can be contextually generated” (2013, p. 290). Entretanto, poderíamos questionar até que ponto a solução de Stern não é apenas um artifício formal. Ao contrário dos indexicais e dos demonstrativos e até mesmo dos índices ocultos de Perry (2000), nada há na frase que indique que ela deva ser interpretada metaforicamente ou literalmente. A menos que *todas* as expressões possuam o operador *Mthat* a marcar sua possível dependência do contexto. Ora, este seria realmente o caso. Segundo Stern,

For each string S, let the grammar “generate” a set of logical forms that correspond to every possible combination of terminal nodes filled by lexical items containing all the (grammatically) possible *Mthat* expressions in the string. (Among these logical forms is the (metaphorically) bare one that contains no metaphorical expressions. You can think of that as the literal logical form of the string.) In saying that one’s grammar, or I-language, generates this “metaphor set” of logical forms, what we mean is that the speaker knows as part of his linguistic competence all the (combinations of grammatically) possible metaphorical expressions—expressions that grammatically admit metaphorical interpretations—that might occur as part of his utterances (2009, p. 292)

Segundo Stern, o operador metafórico *Mthat* lexicaliza todas as possíveis interpretações de qualquer expressão. Em outras palavras, o operador *Mthat* gera todas as possíveis interpretações sensíveis ao contexto, entre elas aquela não sensível, isto é, a expressão literal do que é dito. Assim, o operador *Mthat* permite tratar frases em que está em jogo apenas os primeiro significado das palavras que compõem a frase, o significado literal, em que o índice do operador é nulo ou com zero

informações a serem saturadas contextualmente, ou frases que está em jogo também o primeiro significado, mas nas quais o operador não é nulo e, portanto, há determinação contextual do significado das palavras que compõem a frase.

Por outro lado, apesar de Stern falar que o falante *sabe* todas as possíveis expressões metafóricas que podem ser geradas a partir de uma frase, seria mais correto e coerente com sua proposta afirmar que o falante é capaz de lidar ou tratar todas as possíveis interpretações que podem ser geradas, seja a partir do operador *Mthat* com índice nulo, seja a partir do operador *Mthat* selecionando características contextuais e que fará com o que o falante necessite de informações contextuais para determinar o significado da frase em questão. O operador *Mthat* marca, portanto, a competência semântica que é necessária ao falante para interpretar corretamente a frase, seja a partir do significado estabelecido ou a partir de informações contextuais.

Outra ponto importante na proposta de Stern que não pode ser esquecido diz respeito ao tipo de significado que o operador *Mthat* gera. Se o significado literal representado pelo índice nulo do operador diz respeito ao significado gerado a partir dos primeiros significados dos termos da frase, os possíveis significados metafóricos não correspondem simplesmente ao significados segundos como as implicaturas. Os significados metafóricos são restringidos e dirigidos pelos significados primeiros dos termos. Segundo Stern, portanto, não estaríamos nem diante de uma mera implicatura nem, tampouco, diante de um novo significado ou um malapropismo. O significado primeiro da frase restringe a gama de interpretações possíveis que o operador *Mthat* gera. Uma frase metafórica não é, portanto, indeterminada nem determinada desde um ponto de vista semântico. Ela é precisamente subdeterminada.

Duas principais críticas podem ser tecidas em relação à proposta de Stern ao tratamento semântico do fenômeno das metáforas. A primeira diz respeito à complexidade de sua teoria. Desde um ponto de vista contextualista, é possível chegar a resultados e consequências semelhantes apenas lançando mão das noções de enriquecimento e afrouxamento semânticos. A proposta de Stern seria, segundo o contextualismo, apenas um constructo artificial para processos de enriquecimento pragmático (RECANATI, 2010). Entretanto, Stern faz notar que mesmo para Recanati há uma forma lógica que subjaz a produção e interpretação das frases. Para Stern, a existência desse forma lógica é justamente a possibilidade de defender que as frases da linguagem não estão entregues a um contextualismo absoluto mas, ao contrário, há determinações semânticas e estritamente linguísticas que se

diferenciam de processos pragmáticos que regem nossas trocas linguísticas. Se isso é verdade, então não há nenhum tipo de impedimento em postular a existência de um operador que permitiria tratar a produção e interpretação de qualquer frase, seja ela literal ou metafórica. Nas palavras de Stern, Recanati

[...] agrees that there is a “bare” logical form for each uttered sentence or string, i.e., a level of syntactic representation that is (1) determined by sentence grammar and (2) directly feeds into semantic interpretation. In the case of metaphor, the bare logical form would be, say, the logical form underlying that contains no abstract ‘Mthat’ operators. Where our theories differ, according to Recanati, is only in that where he posits a modulated semantic interpretation, or truth-condition, that results from applying free pragmatic processes (and extra-linguistic information) to the bare logical form, I posit multiple logical forms—all in the language system – that contain “covert optionals” like ‘Mthat’ that are semantically saturated (like indexicals). Recanati’s modulated, pragmatically determined interpretations or truth-conditions are either syntactically or meta-linguistically (but not syntactically) represented – but in either case they belong to the conceptual system, either exclusively or in addition to the language system. “Mthat” is covert because it is not phonetically realized; hence, the two logical forms underlying (2009, p. 293)

A segunda crítica diz respeito ao suposto esforço cognitivo que o processamento de frases metafóricas geraria. Segundo Wearing (2013), o grau de atividade cognitiva relacionada com a interpretação de frases não está ligada ao grau de metaforicidade mas à complexidade sintática e semântica da própria frase, metafórica ou não. Frases metafóricas são interpretadas tão rapidamente quanto frases literais. A ausência de diferenças cognitivas relevantes na interpretação metafórica seria indício que é irrelevante para nós se uma frase é uma metáfora ou não e que, portanto, qualquer diferença defendida entre frases ditas literais e metafóricas seria artificial. Segundo Stern,

As for the objection that the proposed account increases “the linguistic work that must be performed in order to interpret any utterance,” the

issue of processing time and cognitive effort relative to utterance complexity is, as a matter of empirical fact, a complex one to which there is no simple answer. There have been no studies that suggest that number of possible interpretations per se increases processing time and effort; given a large set of possible interpretations for an utterance, it may also not be necessary to go through all of them to arrive at the most reasonable one(s) in context. We might even adopt the Relevance-theoretic proposal that the presumption of optimal relevance serves as a useful heuristic for the task of identification of an utterance as a metaphor, even if we do not employ it in the task of metaphorical interpretation itself. (2013, p. 295)

A mera sugestão de que tanto frases ditas metafóricas quanto literais demandam o mesmo trabalho cognitivo não implica que metáforas não digam respeito a nossa competência semântica. Embora sugestivos, tais estudos não conseguem vincular diretamente o esforço cognitivo com a própria interpretação das frases e seria, portanto, temerário assumir tais resultados como conclusivos no que tange à nossa capacidade de lidar com frases relativizadas ao contexto via o operador metafórico. Aliás, como veremos, frases simples, mesmo metafóricas, demandam mesmo processamento cognitivo medido via PERs que frases literais. A questão é mais diretamente ligada à complexidade da frase do que à metafóricidade. Além disso, Stern não é categórico em afirmar que o que ele chama de competência semântica deva ser identificada com uma competência cognitiva e deixa aberta a possibilidade de pensar sua proposta apenas como heurística e não como realmente descrevendo uma competência real envolvendo a interpretação de metáforas.

Esse passo atrás indicado por Stern diante das críticas cognitivistas parece esvaziar um pouco sua proposta. O debate entre contextualismo e minimalismo semântico não procura apenas estabelecer qual é a teoria que melhor formaliza a influência do contexto em uma frase. A questão possui também um viés ontológico na medida em que procura estabelecer a melhor teoria que descreve como os falantes de uma língua lidam com as informações contextuais e como tais informações compõem ou não o próprio significado de termos e expressões. Não parece sensato e muito menos coerente com o próprio texto do autor aceitar que a explicação do mecanismo de funcionamento das metáforas recorrendo ao operador metafórico *Mthat* seja apenas uma proposta de formalização para um

fenômeno que, na realidade, poderia se comportar de modo diverso. O passo atrás dado por Stern revela, por outro lado, um compromisso metodológico em não desqualificar os dados oferecidos pela pesquisa empírica, mesmo que não conclusivos, quando as questões também envolvem esse tipo de consideração.

A proposta de Stern, por fim, mostra que é possível tratar o fenômeno das metáforas dentro do quadro do minimalismo semântico realizando uma alteração no próprio quadro standard de Cappelen & Lepore. A mudança diz respeito à ampliação do Conjunto Básico de expressões sensíveis ao contexto de modo a acomodar um operador contextual que pode fazer com que qualquer expressão, assim como os demonstrativos o fazem nas expressões em que aparecem, se tornem sensíveis ao contexto. Com isso, Stern mantém a principal tese minimalista que defende que toda determinação significativa é dirigida semanticamente. Como consequência há, por outro lado, um afrouxamento da própria noção de significado literal na medida em que qualquer frase, antes de lhe ser atribuído um significado, deve sofrer, em certa medida, uma desambiguação. Isso seria, no limite, assumir que o significado de um termo ou expressão depende de uma interpretação que leva em conta determinações contextuais a fim de decodificar seu significado, ou liberando ou não sua interpretação literal. Até que ponto a tese de Stern não tem como consequência a transformação da noção de literalidade em artifício linguístico que somente é usado em ocasiões bastante específicas como um discurso acadêmico ou científico ou mesmo quando se quer dirimir mal entendidos?

## **5.6 A metáfora como expressão direta de um conteúdo**

Se metáforas, assim como as expressões do Conjunto Básico não passam no teste de sensibilidade de Cappelen & Lepore isso significaria, desde o ponto de vista do debate entre minimalismo e contextualismo, que elas são sensíveis ao contexto. Mas isso por si só não responde como acontece a sensibilidade semântica de frases ditas metafóricas. Para a explicação contextualista dominante, existe um equívoco no tratamento clássico do fenômeno no que diz respeito ao papel que teria o significado literal de uma expressão metafórica. De modo geral, seguindo a tradição pragmática e o paradigma do quadro semântica-pragmática, vários teóricos da metáfora assumem em maior ou menor grau, que o significado metafórico de uma expressão deve ser em alguma medida dependente do significado literal dos termos empregados. Para o paradigma formalista,

seguido mais de perto, inclusive, pelo minimalismo semântico, essa afirmação não tem maiores problemas. Entretanto, quando o diálogo é estabelecido com as ciências cognitivas e críticas à divisão canônica entre semântica e pragmática são tecidas, é necessário estabelecer outro tipo de dependência ou relação entre o significado literal e o metafórico de uma frase. Nesse pano de fundo, a sugestão de Bezuidenhout (2001) encontra lastro.

Nas palavras da autora,

According to one widely held view of metaphor, metaphors are cases in which the speaker (literally) says one thing but means something else instead. I wish to challenge this idea. I will argue that when one utters a sentence in some context intending it to be understood metaphorically, one directly expresses a proposition, which can potentially be evaluated as either true or false. This proposition is what is said by the utterance of the sentence in that context. We do not convey metaphorical meanings indirectly by directly saying something else. One consequence is that, contrary to what Searle suggests, we do not arrive at the metaphorical meaning that the speaker intended via a literal interpretation of the sentence the speaker utters. (2001, p. 156)

A proposta de Bezuidenhout é, portanto, tratar o fenômeno das metáforas como expressão direta da própria intenção do falante, tão direta quando o pode ser qualquer frase dita literal. Em outras palavras, para Bezuidenhout, não há necessidade de se supor que metáforas sejam casos de expressões indiretas de proposições, como se costumava assumir no quadro semântica-pragmática. Por meio de uma expressão metafórica, o falante expressaria um conteúdo que poderia ser avaliado em seu valor de verdade sem recorrer necessariamente aos significados literalmente codificados pela letra da frase.

A produção e interpretação de metáforas seriam, então, casos de enriquecimento pragmático livre. Para o contextualismo, como já indicamos, a influência do contexto de proferimento não é apenas uma questão de saturação de expressões do Conjunto Básico. Qualquer palavra ou expressão seria passível de afrouxamento ou enriquecimento sem que, para isso, fosse necessário existir um *slot* ou índice na frase que determinasse tal captura de informações. Assim, da mesma forma que um falante poderia compreender uma frase em sentido frouxo ou enriquecido,

ele também seria capaz de afrouxar ou enriquecer uma expressão qualquer para produzir ou interpretar uma metáfora.

Retomemos o exemplo (13). Imaginemos que um amigo e eu nos encontremos em uma casa no sítio fechada desde o inverno. Ao entrar na casa e abrir as primeiras janelas e venezianas para o sol entrar, iluminando a mobília agora coberta por uma camada de pó fino que insistiu em atravessar pelas frestas, digo ao meu amigo:

(13) É silencioso aqui.

O termo “silencioso” é definido, estritamente falando, como ausência total de sons ou ruídos. Entretanto, nem eu nem meu amigo esperamos que, nesse contexto, este termo signifique a ausência total de sons. Pássaros cantam do lado de fora, tábuas rangem quando andamos pela casa, o vento uiva quando atravessa a casa. Mesmo assim, a frase é avaliada por meu amigo como verdadeira pois, naquele contexto, ser silencioso funciona como um conceito *ad hoc* que é passível de enriquecimento ou afrouxamento livre e significa ausência do barulho da cidade ou ausência de barulho que “quebre o clima” daquele lugar isolado. Para Bezuidenhout,

This *ad hoc* concept is a constituent of the proposition I express by my utterance [...]. It is the concept I intend my hearer to recover by a pragmatic process of loosening. The hearer must use the semantically encoded content of the word ‘silent’ as one clue, along with other assumptions that are mutually manifest to speaker and hearer in the context, in order to understand what-is-said. (2001, p. 167)

Notemos que a autora utiliza o termo “proposição” para indicar o conteúdo expresso e comunicado pela frase. Para o contextualismo não há diferença entre o conteúdo semanticamente expresso por uma frase e o conteúdo comunicado quando este último é decorrente de enriquecimento pragmático. Mas essa premissa só se sustenta porque, segundo o contextualismo, uma frase pode conter (ou até mesmo exigir que palavras sejam tratadas como) conceitos *ad hoc*. Importante destacar que um conceito *ad hoc* não é um dos diversos significados menos usuais de um termo. Ou seja, não estaríamos diante de uma inovação ou ampliação semântica propriamente dita. Desse modo, o sentido com que usei o termo “silencioso” pode nunca ter sido usado antes nem, tampouco, chegar algum dia a ser dicionarizado. Para a autora,

The concept *silent* is not one of the lexicalized meanings of the English word ‘silent’, and there is no other word in English whose lexical meaning corresponds to this concept. We could decide to introduce a new term into our language whose meaning corresponded to this concept. But there is not much point in doing this, as it is easy enough to express the *ad hoc* concept simply by using the lexicalized concept as a springboard and relying on context to fine tune one’s meaning. Moreover, if we introduce a term for *silent*, then why not for all the other possible *ad hoc* concepts that can be conveyed by [“It is silent here”](13) by suitably altering the context? Since there are indefinitely many such concepts, this would be an exercise in futility. (2001, p. 167)

Segundo a proposta de Bezuidenhout, na produção e interpretação de uma metáfora os mesmos dispositivos semânticos e pragmáticos seriam mobilizados. O significado de cada uma das frases metafóricas abaixo seria decorrente de processos de enriquecimento pragmático livre em que os termos “sol” e “sorrir” funcionariam como conceitos *ad hoc*. Desse modo, apesar de não dicionarizados, ser “sol” e “sorrir” manteriam algumas notas características dessas noções e não manteriam outras, sendo que o contexto de proferimento seria o responsável por indicar o escopo e o alcance do significado destes termos quando aparecessem em uma frase dita metafórica. Assim, a frase,

(I) Julieta é o sol.

quando dita por Romeu ao se referir à Julieta, que ofusca as estrelas da noite como o sol ao amanhecer, conjuntamente com os outros dados contextuais que incluem o amor de Romeu por ela, a posição da Julieta na sacada, etc., tem o termo “sol” afrouxado em seu significado referencial, mantendo algumas características e transmitindo ao leitor a proposição de que, para Romeu, Julieta é o sol. Notemos que o significado do termo “sol” nessa frase e nesse contexto não é nem precisa ser dicionarizado para que possamos dizer que ele expressa diretamente uma proposição. Dado que, segundo a tese do enriquecimento pragmático livre, o conceito enriquecido ou afrouxado não está para outro conceito, a solução de Bezuidenhout elimina o problema da dificuldade de paráfrase de uma metáfora. A frase “Julieta é o sol” expressa diretamente a proposição “Julieta é o sol”. O significado que essa frase suscita quando

usada metaforicamente pode ser explicado da mesma forma que explicamos o significado de “silencioso” na frase (13).

O mesmo acontece com a frase

(III) Os bosques estão sorrindo.

Ela poderá ser interpretada metaforicamente na medida em que, no mínimo, o verbo “sorrir” seja um conceito *ad hoc*. Enquanto conceito *ad hoc*, o significado do termo pode ser enriquecido ou afrouxado a depender do contexto, permitindo que a frase expresse diretamente a proposição de que o bosque está sorrindo sem que com isso tenhamos que assumir que literalmente o bosque esteja sorrindo do mesmo modo que pessoas sorriem.

Entretanto, um conceito *ad hoc* deve ser sempre interpretado à luz do contexto de proferimento. Será o contexto de proferimento que indicará quais as determinações semânticas de “sorrir” que serão ou não aplicadas e quais serão ou não enriquecidas, no caso de, por exemplo, a frase “os bosques estão sorrindo” ser afirmada por alguém que finalmente pode sair de férias e visitar uma região que há muito ansiava visitar. Assim, se assumimos a tese contextualista, a resposta de Bezuidenhout consegue dar conta do fenômeno das metáforas dentro de um quadro semântico e não relegar simplesmente aos atos de fala a explicação do fenômeno. Uma metáfora, nesse sentido, não é um ato de fala indireto. Assim como frases ditas literais, frases ditas metafóricas expressam diretamente proposições e por isso devem ser tratadas dentro do quadro da semântica. Frases ditas metafóricas são determinadas semanticamente e não meros acarretamentos pragmáticos.

Essa resposta à questão da determinação semântica das metáforas só é possível, é importante que reafirmemos, pois a noção de proposição empregada por Bezuidenhout não é e nem poderia ser aquela do minimalismo, ou seja, a autora não está falando meramente da proposição semanticamente expressa como aquela simplesmente codificada pela frase. Para o contextualismo, de partida processos de enriquecimento e afrouxamento semânticos são aplicados às palavras e frases de tal modo que seria artificial sustentar a cisão entre proposições semanticamente expressas, ou conteúdo expresso, e proposições como representações ou pensamento, ou conteúdo comunicado. Isso implica que, para o contextualismo, o significado atribuído a uma palavra, quando em uma frase dita metafórica, não é uma questão apenas de seleção de significados já lexicalizados, fixados anteriormente, ao contexto de proferimento, nem é uma questão apenas de acarretamento pragmático, fixado posteriormente ao conteúdo semanticamente expresso. Em outras

palavras, o significado de uma palavra, esteja ela em uma expressão metafórica ou não, não é determinado nem *a priori* nem *a posteriori*. Para o contextualismo, a noção de enriquecimento e afrouxamento semânticos devem ser entendidos radicalmente: são processos pragmáticos que determinam, criativamente, o próprio significado do termo em questão. Não são processos semânticos que meramente desambiguariam significados pré-estabelecidos ou acarretam implicaturas.

Bezuidenhout chama a atenção para o primeiro aspecto pois é ele que permite tratar o fenômeno das metáforas como expressão direta de um conteúdo e, portanto, como aquilo que é expresso diretamente por uma frase, coisa que só poderia ser feita, segundo o minimalismo, por frases não sensíveis ao contexto ou com índices saturados. Segundo a filósofa:

The metaphorical interpretation that I have imagined involves pragmatically determined aspects of content, and the hearer cannot retrieve it simply by a process of sense selection. Some sort of sense creation must be involved. (Gerrig uses the terms ‘sense selection’ and ‘sense creation’ to describe the difference between cases in which context is used to select between two or more lexicalized meanings of an expression and cases in which context must be used to arrive at a novel—a “nonce” or one-off—interpretation of a phrase.). This process of sense creation is basically a pragmatic one, even though, as we will see, it is semantically constrained. But although the intended metaphorical interpretation of ‘He is a butcher’ is pragmatic in nature, it is not accessed by first considering and rejecting the literal (2001, p. 161)

A diferenciação de dois tipos de determinação contextual de um proferimento metafórico é esclarecedora. Desde um ponto de vista minimalista, uma metáfora, quando muito, pode ser uma questão de seleção de significados já codificados lexicalmente em uma expressão. Assim, por exemplo, chamar alguém de açougueiro poderia, desde um ponto de vista minimalista, ser ambíguo e o contexto de proferimento faria a desambiguação entre ser açougueiro como profissão ou ser açougueiro como médico que resolve tudo cirurgicamente. Estritamente falando, essa solução recorreria à ambiguidade para explicar metáforas, estratégia contestada há muito pela literatura. Justamente por isso, o

tratamento padrão do minimalismo é tratar a questão como ato de fala e não como uma questão propriamente semântica. Por outro lado, se em uma metáfora o que está em jogo não é uma desambiguação semântica ou seleção de significados, mas o afrouxamento e enriquecimento do significado padrão, então o que existe aí é explicitamente um processo de criação de significados. Metáforas seriam, assim, casos em que termos da linguagem ordinária são enriquecidos ou afrouxados semanticamente, mas seriam casos em que a própria frase diretamente expressa seu conteúdo, diferentemente de outros fenômenos linguísticos como ironias ou outros atos de fala dependentes das implicaturas conversacionais.

A comparação da metáfora com ironias ou atos de fala indiretos é fundamental. Para Searle, já no texto clássico de 1978 (SEARLE, 2013), metáforas e ironias seriam fenômenos parecidos pois em ambos o significado que o falante pretende é diferente do significado literal da frase usada. Entretanto, essa explicação do fenômeno das metáforas explica metáforas como atos de fala indiretos. Para a autora, por outro lado, metáforas não podem ser compreendidas sequer usando o mesmo esquema de ironias. Ela chama a atenção para o fato de ironias e atos de fala indiretos poderem se sustentar em metáforas mas metáforas não poderem ser acarretadas de atos de fala indiretos ou ironias. A metáfora (XIII) é exemplo disso. A frase “o leão rugiu” tem como implicatura que o humor do chefe não está bom e, portanto, supõe uma interpretação metafórica que toma o humor do chefe como sendo o rugido de um leão. Nesse caso, um ato de fala indireto se ampara em uma metáfora que é, portanto, semanticamente direta comparada à implicatura. O mesmo ocorreria em uma ironia. Uma ironia poderia se sustentar em uma metáfora mas não o contrário. Imaginemos a seguinte situação. João acabara de comer quase toda a comida que tínhamos previsto para nosso encontro. Satisfeito, deitado no sofá, ele nos observa apático. Ao que alguém questiona se alguém mais ainda está com fome. A minha resposta, irônica, é a metáfora (morta):

(IV) João está morto de fome.

O que caracteriza a ironia é o fato de, por ela, se querer afirmar justamente o contrário do que se está dizendo. Neste caso, quero dizer que João não está morto de fome. Mas isso não explica, acarreta ou elimina a metáfora. Dito de outra forma, a frase metafórica é usada para expressar uma ironia e a própria explicação da ironia nem explica nem dilui a metáfora. A ironia da frase é posterior à própria metáfora. Assim como preciso supor a interpretação metafórica para, a partir dela, acarretar a implicatura, em uma ironia metafórica, preciso supor a interpretação

metafórica para compreender a própria ironia. Por outro lado, uma frase irônica não consegue desencadear uma interpretação metafórica. Posso querer dizer, metaforicamente, que meus gatos são demônios por meio de uma ironia do tipo:

(106) Sim, meus bichanos são muito calminhos.

Mas dessa frase não é possível acarretar a interpretação metafórica que eles são demônios. Poderia afirmar, por outro lado, ironicamente que eles são anjinhos com o intuito de dar a entender, dada a ironia que comunica, via de regra, o contrário do dito, que eles são demônios. Mas para levar a essa interpretação, que nem mesmo assim é garantida, eu lanço mão novamente de uma metáfora:

(107) Meus bichanos são anjinhos.

Ou seja, novamente a expressão “ser um anjinho” deve ser interpretada metaforicamente para que a própria ironia tenha sucesso. Justamente por isso, para a autora:

Metaphorical interpretations have a kind of directness that is not shared by other pragmatically derived interpretations, such as cases of irony and indirect speech acts. Metaphors must be (initially) launched from utterances, although of course once one is launched into metaphorical space, one can extend or elaborate on the metaphor (Bezuidenhout, 2001, p. 164)

Ao contrário do que se espera de um conteúdo acarretado por uma implicatura ou mesmo por uma ironia, uma metáfora tem, segundo Bezuidenhout, o mesmo tipo de expressividade direta que as frases ditas literais possuem. Assim, recorrer a atos de fala indiretos para explicar a metáfora, não seria uma boa estratégia. Para explicar como as metáforas são interpretadas e, no nosso caso, qual é a relação que elas possuem com o significado literal dos termos empregados na frase, seria necessário entender como as próprias frases literais funcionam e como o significado literal de uma frase é expresso. A resposta já sabemos na medida em que, para a autora, a explicação de como o código linguístico serve para expressar significados é uma explicação contextualista. Metáforas assim como frases ditas literais, justamente por expressar diretamente seu conteúdo, são passíveis de enriquecimento pragmático livre.

Mais explicitamente, assinala Bezuidenhout:

I call my conception of what is said a contextualist conception, because it allows that some aspects of what is said may be entirely pragmatically determined. That is, there may be no syntactic or semantic rule that generates these aspects of what is said. Instead, the speaker intends the hearer to use the syntactic and semantic clues provided, along with non-linguistic information available in their mutual cognitive environment, in order to recover what is said. *The syntactic and semantic clues by themselves will underdetermine what is said.* (2001, p. 164-5) (grifo nosso)

O contextualismo de Bezuidenhout não implica que qualquer aspecto do que é dito deva ser determinado pragmaticamente. Ainda há um algum tipo de especificidade do próprio código linguístico que pode ser mobilizado para interpretação de uma frase. Entretanto, o significado de um termo é apenas subdeterminado pelo código. Se por um lado não é claro qual é a especificidade do código linguístico frente às outras informações (pragmáticas e cognitivas) mobilizadas durante a ação em curso, por outro lado, para a autora, o código enquanto tal não aparece como um mero produto ou superfície de processos que poderiam ser colapsados em outros supostamente mais fundamentais. Em outras palavras, o jogo de trocas linguísticas que acontece entre os falantes de uma língua supõe não apenas que os falantes se coordenem em nível pragmático e cognitivo mas que ambos usem e respeitem minimamente a gramática do código linguístico. Assim, se, por um lado, metáforas são produto de flexibilidade semântica, mais precisamente de enriquecimento pragmático livre, por outro lado, esse enriquecimento supõe em algum medida um código linguístico, suas regras e léxico, que podem ser recuperados ou usados justamente para produzir o efeito metafórico.

Uma objeção ao modelo contextualista proposto de Bezuidenhout pode surgir por meio da teoria minimalista de Bach (1999). Segundo Bach, reformulando o minimalismo semântico *standard*, as proposições codificadas em uma frase não corresponderiam às proposições semanticamente expressas como defendem Cappelen & Lepore e, por isso, metáforas não corresponderiam ao que é expresso diretamente por estas proposições. Uma frase seria apenas um esqueleto ou uma proposição mínima que dependeria da interpretação contextual para ser chamada de proposição. Nesse sentido, Bach não faz coro à tese minimalista de que frases por si só expressam proposições. Proposições seriam, portanto,

ideias ou o próprio conteúdo expresso por uma frase e interpretado por um falante. Nesse sentido, Bach resguarda a noção de proposição como aquela da tradição como uma ideia ou pensamento expresso por uma frase para um dado falante. Ainda segundo Bach, estas proposições mínimas seriam cognitivamente disponíveis, isto é, segundo o autor, psicologicamente proposições mínimas funcionariam como determinações sintático-semânticas indispensáveis para a interpretação de qualquer frase. Se Bach, estiver correto, então, para criticar a tese da expressividade direta das metáforas bastaria identificar estas proposições mínimas com o sentido literal de uma frase. Neste quadro, ao contrário das expressões psicologicamente primárias, frases ditas metafóricas não gozariam de expressividade direta pois dependeriam de enriquecimentos pragmáticos livres.

Entretanto, há alguns equívocos nesta tese, segundo Bezuidenhout. Segundo a autora,

Bach's identification of what is said with a minimal proposition is psychologically implausible both from the point of view of language production (the speaker's point of view) and from the point of view of language comprehension (the hearer's point of view). If this is so, it is not as easy to dismiss psychological evidence as irrelevant to philosophical concerns. Regarding the former point, merely to claim that minimal propositions are dispositionally available to the processing system does not set Bach's view apart from the contextualist view. Contextualists can accept the claim that minimal propositions are dispositionally available. (2001, p. 67)

A identificação entre proposições mínimas e frases ditas literais não corresponde àquilo que falantes e ouvintes compreendem diretamente como o conteúdo de uma frase. Mais precisamente, mesmo que Bach estiver correto acerca da existência de proposições mínimas enquanto esqueletos sintático-semânticos, aquilo que os falantes compreendem como o conteúdo de uma frase, apesar de talvez depender de proposições mínimas, não se identifica com elas. Uma proposição mínima não expressa um conteúdo. Ela funcionaria apenas como um conjunto de determinações que regeriam a produção e interpretação de um conteúdo. Justamente por isso, teses contextualistas como a de Bezuidenhout não negam a existência de determinações sintático-semânticas como as que propõe Bach. À parte disso, teses contextualistas sustentam que o

conteúdo semântico de uma frase é dependente do contexto, mesmo que seja restringido por estruturas como proposições mínimas. Desse modo, para Bezuidenhout, “unless Bach can make some empirical predictions about the psychological role of minimal propositions that differ from the predictions made by contextualists”, no que tange à produção e interpretação do que é dito por um falante ao usar uma frase, a defesa da existência de proposições mínimas “will be empirically empty” (2001, p. 67).

Metáforas assim como expressões literais são, para Bezuidenhout, casos em que o próprio conteúdo semântico de uma frase é expresso diretamente, ao contrário do que prega o minimalismo. Reimer já havia demonstrado que os próprios testes de sensibilidade de Cappelen & Lepore, quando contextos relevantemente diferentes são levados em consideração, levam à conclusão de que metáforas, apesar de não possuírem itens do Conjunto Básico, variam conforme o contexto. Não estava claro, entretanto, se isso se aplicaria a todas as frases sem itens do Conjunto Básico ou somente a frases metafóricas. Bezuidenhout, seguindo uma estratégia um pouco diferente, retira definitivamente a discussão acerca do funcionamento de frases ditas metafóricas do âmbito dos meros atos de fala. Entretanto, a filósofa não nega algum tipo de determinação do código linguístico na interpretação de frases ditas metafóricas. Ou seja, apesar de contextualista e defensora de efeitos pragmáticos fortes, a tese de Bezuidenhout não faz parte do contextualismo radical. Ao não subordinar radicalmente a produção e interpretação de qualquer frase a determinações da ação em curso, a autora mantém a necessidade do código linguístico como uma estrutura que leva, necessariamente à subdeterminação semântica das metáforas. Seria a proposta de Stern, que trata a questão assumindo alguns pressupostos minimalistas, o que falta para completar ou aperfeiçoar a solução de Bezuidenhout?

### **5.7 O fenômeno das metáforas como casos de flexibilidade semântica: entre minimalismo e contextualismo**

Por último, convém tratar da proposta de Wearing que, apesar de contextualista, acredita na possibilidade de alguns fenômenos contextuais serem dirigidos semanticamente ao modo do minimalismo e, portanto, compatíveis com a solução de Stern acerca das metáforas. Nesta seção veremos a proposta de Wearing, suas valiosas análises sobre o fenômeno

e como, emblematicamente para o nosso texto, a solução do fenômeno que colapsa minimalismo e contextualismo não é satisfatória.

Wearing, dentre os autores estudados, seja talvez aquela que mais deixa clara a crítica ao quadro semântica-pragmática padrão de explicação das metáforas. Segundo a filósofa, tal modelo explicativo não se sustenta, pois parte de uma distinção artificial entre estes dois ramos de investigação. Da mesma forma que Bezuidenhout e Reimer, Wearing, no artigo *Metaphor and whats is said* (2013), defende que o conteúdo comunicativo de uma metáfora faz parte do reino do que é dito por uma frase e não do que é simplesmente implicado ou performado por um ato de fala como quer o minimalismo. A fim de defender sua posição, ela parte da crítica já exposta anteriormente sobre a resposta clássica griceana que defendera que uma metáfora não pode ser resolvida simplesmente recorrendo aos mecanismos pragmáticos da língua. Metáforas seriam casos de flexibilidade semântica que não poderiam ser tratados nem exclusivamente como casos de enriquecimento pragmático forte nem exclusivamente como casos de saturação como propõe a solução minimalista de Stern. A solução de Wearing figura, portanto, como uma tentativa de conciliação entre as teses minimalistas e contextualistas. Entretanto, ao postular a pluralidade explicativa do fenômeno, Wearing acaba deixando aberta a questão de disputa entre contextualistas e minimalistas, o que, como veremos, não pode ser negligenciado sem devidas considerações.

Segundo Wearing, a explicação mais satisfatória para compreender o fenômeno das metáforas passa por não assumir a distinção clássica entre semântica e pragmática. Por semântica, a autora entende “our knowledge of the standing meaning of expressions, i.e., whatever is constant in meaning across all uses of an expression” (2013, p. 492). Já por pragmática, ela compreende o *background* compartilhado entre os falantes que não é especificamente linguístico. Ela compreende semântica e pragmática como competências distintas em que à primeira pertencem os fenômenos estritamente linguísticos, dirigidos pelos significados convencionais dos termos e de suas regras de composição, e à segunda pertence tudo aquilo que fazemos com a linguagem que não se acomoda na semântica assim pensada. Essa distinção também subscreve a distinção clássica entre o que é dito por uma frase, o seu conteúdo semântico, e o que é comunicado por ela, as suas implicações pragmáticas. O primeiro passo, nesse panorama assim desenhado pela autora, é abandonar tais distinções pois são insuficientes para explicar o fenômeno linguístico e, por conseguinte, o próprio fenômeno das metáforas. Nas palavras da autora:

However, the correct solution is not simply to force these distinctions apart; instead, it involves abandoning the idea that metaphor must be either a matter of semantics or a matter of pragmatics. The chief source of difficulties turns out to be the assumption that metaphor must fall entirely on one side or the other of both distinctions: that it is either a semantic phenomenon or a pragmatic one, and that it is either what is said or what is otherwise communicated. As we will see, metaphor cuts across (or at least potentially cuts across) the semantics-pragmatics distinction in an important way at the same time as constituting what is said. (2013, p. 493)

Segundo Wearing, para explicar o fenômeno das metáforas é importante, portanto, tornar claro o que se quer dizer quando se defende ou se nega a ideia de que uma metáfora *diga* algo ou, mais precisamente, tenha um conteúdo. O quadro semântica-pragmática erra, segundo a autora, porque trata a noção de conteúdo semântico de maneira distinta quando diz respeito a frases literais ou metafóricas. Para Wearing:

this difficulty is the result of an error in our thinking about what metaphorical content is. Specifically, the notion of “content” is not being treated uniformly across metaphorical and literal cases. In literal cases, the content of an utterance is understood to be the proposition it expresses in a given context. As such, this content is distinguished from its presuppositions and what we might call its “implications”. (2013, p. 503)

O questionamento de Wearing vai na direção da análise de Davidson justamente ao questionar as expectativas que normalmente se tem em relação ao fenômeno das metáforas. Do fato de que uma frase dita metafórica pode gerar muitas interpretações, se conclui que a pluralidade de interpretações é uma exclusividade desse tipo de frases, o que não seria verdade. Qualquer frase pode gerar uma pluralidade de interpretações, seja desde um ponto de vista contextualista ou minimalista, ou de implicaturas, desde um ponto de vista mais pragmático. Ou seja, não é exclusividade das metáforas esse tipo de fenômeno. Entretanto, tanto minimalistas quando contextualistas não exigem que frases ditas literais realmente expressem ou tenham por seu conteúdo semântico todas as possíveis interpretações, atos de fala indiretos e acarretamentos. Por que

deveríamos, então, tratar das metáforas exigindo que todas as suas possíveis paráfrases estivessem de algum modo dadas por seu conteúdo semântico? Se uma frase literal pode significar várias coisas, por que não liberamos também a metáfora para isso em vez de exigir algum tipo de explicação diferenciada do fenômeno?

Para o contextualismo, o conteúdo de uma frase literal corresponde à proposição contextualmente determinada pela frase. Ao contrário do minimalismo que tem como objeto de consideração a proposição semanticamente expressa, o contextualismo mantém a noção mais ampla de proposição como sendo o conteúdo comunicado pela frase ou a própria intenção do falante. É certo que não é claro ou unânime o entendimento de como frases comunicam conteúdos e intenções, mas isso não põe em xeque a tese principal de que elas realmente o fazem. Usamos frases para expressar justamente nossas intenções, fazer afirmações sobre a realidade e nos comunicar. Por que não podemos ter menos expectativas do que seja o conteúdo de uma metáfora se com isso podemos oferecer uma explicação melhor do que pode uma metáfora?

A proposta de Wearing consiste em deflacionar a noção de conteúdo de frases ditas metafóricas e deixar de exigir que qualquer conteúdo expresso ou possível paráfrase sejam tratados como conteúdos de tal frase. Ora, se deixamos de exigir isso da metáfora e apenas exigimos dela o que exigimos de frases ditas literais, a saber, como o conteúdo de uma frase pode mudar ou não segundo o seu contexto de proferimento, acabamos dando um tratamento bastante diferente à questão daquele tradicionalmente dado. A questão passa a ser como uma frase, seja ela metafórica ou literal, pode expressar diferentes conteúdos. A resposta a essa questão pode ser dada desde um ponto de vista minimalista recorrendo, segundo a autora, à existência de variáveis ocultas que garantem a captura de informações contextuais; ou pode ser dada desde um ponto de vista contextualista recorrendo a mecanismos de enriquecimentos livres. Ambos os casos garantem, segundo o Wearing, a flexibilidade semântica presente tanto em frases ditas literais quando em frases ditas metafóricas.

Diante da proposta de Wearing, o que se pode dizer, então, acerca do fenômeno das metáforas? O primeiro aspecto importante é que a interpretação tanto de metáforas quanto de frases ditas literais dependem de conhecimento linguístico e de “conhecimento do mundo”. Cf.: WEARING, 2013, p. 505). Retomemos o exemplo:

(13) É silencioso aqui.

Para gerar a interpretação adequada dessa frase em um contexto C, o ouvinte deve saber lidar com o código linguístico, incluindo aí a delimitação da referência do demonstrativo “aqui”. Por outro lado, segundo Wearing, ele deverá ainda saber (ou supor) questões importantes acerca do que significa no contexto C algo ser silencioso. Para relembrar, vamos recontextualizar o exemplo já dado algumas vezes: enquanto escrevo estas linhas, nesta tarde chuvosa, essa frase é verdadeira apesar de minha sala não ser silenciosa como o era a sala em que fora gravada a música que preenche o meu ambiente. Segundo Wearing, esse tipo de informação é necessária para que o ouvinte seja capaz de determinar o próprio significado do termo “silencioso” que não poderia ser determinado apenas recorrendo a um dos significados do termo. O conhecimento do mundo entra tanto no caso do demonstrativo “aqui”, via saturação, quando do termo silencioso, via enriquecimento pragmático livre:

It is worth being clear about the way in which this world-knowledge enters into the process of interpretation. As neither case is a matter of simple ambiguity, the role of context is not to select the correct interpretation from among a range of already determined possibilities. Similarly, the role of context is not to step in after an interpretation has been determined (say, to derive an implicature). Instead, information from the context comes into play in order to fix the interpretation of the uttered sentence. (WEARING, 2013, p. 506)

Alguém poderia questionar em que isso ajuda propriamente a explicar como fazemos uso de aspectos contextuais a fim de fixar interpretações de metáforas. A resposta de Wearing a este respeito é apenas negativa: não sabemos, mas também não sabemos como fazemos uso de aspectos contextuais para fixar interpretações de frases ditas literais. Segundo a autora, esse trabalho está fora do escopo das preocupações e possibilidades da própria semântica. Interessante notar que essa resposta vai ao encontro da resposta minimalista que aloca o fenômeno das metáforas no escopo da pluralidade dos atos de fala. Assim como para o minimalismo é necessária uma teoria psicológica para explicar como lidamos cognitivamente com conhecimento linguístico e do mundo, para Wearing também não é a semântica contextualista que pode explicar como coletamos dados contextuais e linguísticos a fim de fixar o significado de uma frase. A diferença está, portanto, em que, quando tratamos de flexibilidade semântica, seja de ordem minimalista

ou contextualista, questões de como o ouvinte chega à interpretação mais adequada geralmente são ignoradas, ao passo que, quando tratamos de metáforas, essas questões são postas.

Por último, tanto metáforas quanto outras frases nas quais se revela certa flexibilidade semântica (via saturação ou via enriquecimento pragmático livre) possuem, segundo Wearing, a mesma estrutura no que tange à fixação dos significados de um termo. Em outras palavras, tanto o mecanismo de flexibilidade semântica genérica quanto o de metáforas implicam a estrutura conceitual de um “algo que conta como um X”. Assim, quando afirmamos (13) ou

(I) Julieta é o sol.

há termos que “contam como X”. No primeiro caso, cabe ao ouvinte entender que “ser silencioso” possui certas propriedades e não outras aplicadas a outros contextos de proferimento e que “ser silenciosos conta como X” naquele contexto dado enriquecimentos pragmáticos livres. No segundo caso, cabe ao ouvinte entender que “ser o sol” possui certas propriedades e não outras aplicadas a outros contextos de proferimento e que “ser o sol conta como X” naquele outro contexto. Assim, “in both cases, it is the precise interpretation of the term in question that must be fixed, and the same characterization describes what the correct interpretation in a context is” (WEARING, 2013, p. 506). Ao invés de se fixar nas diferenças que existem no que tange à interpretação de metáforas e frases literais, Wearing propõe focar no que é requerido para fixar ambas as interpretações. Assim, ela sugere aceitar que para interpretar frases ditas literais é necessário assumir mais do que geralmente se assume, isto é, sugere que a flexibilidade semântica é decorrência não apenas de saturação de indexicais e demonstrativos mas também de processos de livre enriquecimento, o que filia sua proposta ao quadro do contextualismo semântico. Por outro lado, ela sugere aceitar que para interpretar frases ditas metafóricas é necessário assumir menos do que geralmente se assume, isto é, sugere que o conteúdo comunicado por uma metáfora não precisa ser decorrência de outros processos que não os processos utilizados na interpretação de frases literais.

Isso não significa que não existam diferenças entre elas, mas que não precisamos supor diferenças no modo como acontece a interpretação desses fenômenos linguísticos. Segundo a autora,

It seems clear, however, that the sorts of things that need to be ignored in metaphorical cases are generally going to be more substantial, or perhaps

more extreme, than in loose uses. Ignoring that the sun is usually a massive celestial body is not on a par with ignoring small bumps in a table's surface. So the differences between metaphorical and literal interpretations will enter with respect to the extremity or wildness of what is ignored or presupposed. But this difference may not hold across the board – from some perspectives, it is not trivial to ignore the earth's curvature in order to count the Midwest as flat. In the main, however, metaphorical cases are more likely to fall at the extremes. They will be more unusual, possibly more insightful, and perhaps also more aesthetic. (WEARING, 2013, p. 508)

A conclusão de Wearing, portanto, é que as diferenças entre frases ditas literais e metafóricas não diz respeito a questões semânticas ou pragmáticas da própria língua. Ou, mais precisamente, não diz respeito a algum tipo de competência exclusiva exigida para interpretar frases ditas metafóricas. As diferenças entre metáforas e frases literais são muito mais da ordem do uso e do tipo de discurso empregado e dos objetivos que se desejam alcançar e dos efeitos que se quer proporcionar do que diretamente relativos a questões semânticas. Entretanto, isso não significa negar o fenômeno das metáforas em nome de uma suposta literalidade absoluta da língua. A própria noção de literalidade, seguindo o raciocínio de Wearing precisa ser revisto para abrigar a própria noção de flexibilidade semântica, que englobaria mecanismos aceitos pelos minimalistas como a saturação de demonstrativos, indexicais e, inclusive, a possibilidade de variáveis ocultas, e mecanismos estritamente contextuais como os de enriquecimento pragmático livre.

Apesar da riqueza dessas conclusões, Wearing acaba ficando naquele meio termo entre minimalismo e contextualismo criticado por Cappelen & Lepore e não desejado por Recanati. É plausível que metáforas possam e devam ser analisadas de forma plural já que é possível que mecanismos diferentes estejam funcionando em frases metafóricas diferentes. Todavia, a ordem na qual é feito o aporte de dados contextuais que comporão o significado de uma frase é diferente para minimalistas e contextualistas, mesmo em se tratando de minimalistas e contextualistas menos radicais, como Stern e Bezuidenhout. Se todos os dados atribuídos ao contexto em uma frase são saturados porque há algum tipo de dispositivo semântico que os dirige, então a solução de Stern é a mais adequada. Se há dados atribuídos ao contexto que enriquecem um

conceito sem que isso seja dirigido semanticamente, então a solução de Bezuidenhout é mais explicativa.

A noção de metáfora mantém, entretanto, uma função teórica no que tange à exploração dos mecanismos da própria língua a questionar a posição standard e requerer tanto explicações semânticas, quanto pragmáticas e cognitivas para explicar a totalidade do fenômeno linguístico. No que diz respeito estritamente ao poder da semântica, se por semântica se entende apenas o papel do código linguístico na determinação dos significados, a tese de Wearing corrobora a tese da subdeterminação semântica da metáfora. Além do código linguístico, é fundamental o aporte contextual para a fixação da interpretação mais adequada para uma metáfora. Além disso, supõe a pluralidade do fenômeno, isto é, há casos em que a interpretação deve ser dirigida semanticamente, como no caso em que há saturação de demonstrativos e indexicais; mas há casos em que a interpretação é dirigida pragmaticamente, como no caso em que há enriquecimentos ou afrouxamento semânticos. Além disso, advoga que não há estritamente uma linha que separa o fenômeno das metáforas de outros fenômenos linguísticos. A metáfora aparece, assim, como um dos aspectos com que a língua pode ser tratada, ao lado de frases ditas literais, ironias, etc. que supõem, todas, a possibilidade de flexibilidade semântica.

## **5.8 A subdeterminação semântica da metáfora (2)**

Desenhamos um quadro em que o fenômeno das metáforas figura como um fenômeno subdeterminado semanticamente. Entretanto, isso foi apenas demonstrado negativamente, ou seja, indicando que a solução pragmática e cognitiva são insuficientes por não mostrarem o vínculo entre o código linguístico – do qual sustentamos que depende a metáfora – e as competências pragmáticas ou cognitivas envolvidas na produção e interpretação do código. Por outro lado, a semântica conforme defendem minimalistas e contextualistas oferece uma explicação que permite a vinculação do significado dado no código linguístico e aquele atribuído a uma frase metafórica, mas não se pronuncia diretamente acerca das competências que parecem ser necessárias à produção e interpretação das metáforas, principalmente no que diz respeito ao que nos leva a perceber (o uso desse verbo não é gratuito) as informações contextuais relevantes que são selecionadas ou não a partir do que é informado pelo código. Nessa seção procuraremos dar uma resposta mais positiva à questão. De modo algum iremos esgotar a resposta pois, como veremos, precisamos

de dados oferecidos pelas ciências aplicadas para corroborar o que defendemos acerca do mecanismo de como metáforas são subdeterminadas semanticamente.

Relembremos que para o quadro semântica-pragmática padrão, que postula uma divisão bem comportada entre o que é expresso semanticamente no código e o que é acarretado segundo a ação em curso, a interpretação metafórica de uma frase é um acarretamento pragmático e indeterminado semanticamente. O intérprete, diante da impossibilidade de interpretar o significado do código linguístico, procura uma maneira de a informação fornecida pelo interlocutor não romper a ação em curso. Esse seria o caso, como vimos, da frase “o leão rugiu” interpretada metaforicamente como dizendo respeito ao humor do chefe quando no diálogo:

- (XIII) A – Em que estado de espírito você encontrou o chefe?  
 B – O leão rugiu.

Assim, o significado metafórico da frase não decorre, segundo o quadro padrão, do próprio código linguístico. A ação em curso oferece elementos para o intérprete acarretar o significado sem que esse significado esteja pressuposto pelo significado literal da frase usada metaforicamente. A determinação semântica da metáfora é nula na solução pragmática já que a mesma frase pode ser interpretada em outro contexto de modo totalmente diverso sem qualquer tipo de relação com o significado literal da frase, como acontece, ademais, com as outras implicaturas conversacionais.

Entretanto, o tratamento pragmático da metáfora não parece atacar o cerne da questão. Em primeiro lugar, ele não explica a relação que intuitivamente há entre o significado metafórico e o significado literal de uma frase. A frase “o leão rugiu” poderia suportar qualquer tipo de implicatura, mas não poderia suportar qualquer tipo de interpretação metafórica. Responder que “o leão rugiu” pode acarretar que não devo incomodar o chefe hoje ou que devo ser mais simpático que o normal, mas não pode significar que o chefe está calmo como um cordeiro. Em outras palavras, não é qualquer interpretação que vale quando estamos diante de um proferimento metafórico. Uma frase qualquer pode gerar qualquer tipo de implicatura. Uma metáfora, por outro lado, apesar das muitas possibilidades, enseja apenas um certo número de interpretações que parecem depender de algum modo do significado literal, o que também não ocorre, necessariamente, com uma implicatura padrão. Justamente por isso, uma metáfora pode ser cancelada apenas em nome do significado literal da frase e não em nome de outras determinações

contextuais como acontece com as implicaturas. Se metáforas fossem indeterminadas semanticamente como o são as implicaturas, o mecanismo de funcionamento de ambas deveria ser semelhante.

Aliado aos problemas de tratar a metáfora como fenômeno pragmático, há alguns dados que as ciências cognitivas acrescentam à questão. O próprio pragmatismo defende que, para além da pragmática, seria necessário explicar as competências psicológicas que nos permitem pensar analogicamente e nos levam a perceber as semelhanças que são sugeridas nas metáforas. Nesse sentido, recordemos que Lakoff e Johnson sustentam que nós pensamos metaforicamente desde sempre, ou seja, é uma propriedade cognitiva do humano a operação de conceitos por extrapolação de domínios mais colados à experiência em direção a domínios mais abstratos e isto não seria simplesmente uma questão derivada das nossas competências pragmáticas e semânticas ao operar com o código linguístico. Em outras palavras, se queremos entender o mecanismo da metáfora, sustentam estes autores, devemos levar em conta o que o próprio cognitivismo tem a dizer acerca da produção e interpretação de frases ditas metafóricas. Procurar respaldo em ciências empíricas, aliás, vai ao encontro da mudança de paradigma que Ezcurdia & Stainton sustentam estar na base da discussão atual entre as fronteiras da semântica e da pragmática. Todavia, colapsar todas as possibilidades do código linguístico em competências cognitivas só seria plausível se pudéssemos prescindir da fala ou da escrita para produzir e interpretar metáforas. Mas não é isso o que ocorre. O fato de sentirmos aconchego perto de uma fogueira não é uma metáfora embora a frase abaixo possa ser compreendida como uma:

(VIII) O palestrante foi aplaudido calorosamente.

A favor do nosso argumento sobre a impossibilidade de reduzir todas as questões semânticas ao cognitivismo, temos a afirmação de Lakoff de que “a philosophy of experiential realism requires a cognitive semantic” (1987, p. 269). Dito de modo mais direto, as próprias ciências cognitivas implicam a possibilidade de uma semântica cognitivista que parta dos pressupostos e não simplesmente se restrinja ao cognitivismo. Nesta mesma direção, Novaes, ao defender uma noção prototípica e quase fenomênica de linguagem muito próxima àquela que temos quando recorremos à noção de código linguístico, defende um papel para a linguagem não como mera contraparte de processos cognitivos mas como artefato que amplia tais competências. A consequência extraída para a nossa tese é direta: apesar de não existirem metáforas sem a capacidade de lidar com o código linguístico, incluindo aí o aporte das metáforas

cognitivas e toda gama de fenômenos que nos permitem reconhecer e projetar semelhanças e analogias, uma metáfora não pode prescindir do código. Ela se desenvolve sobre o código e supõe, de algum modo, a possibilidade de retorno ao que é dito literalmente pela frase mesmo quando esta é interpretada metaforicamente. Isso só pode ser aprofundado, portanto, a partir de teorias que procurem tratar a metáfora como um fenômeno dependente do código e, portanto, detentora de algum tipo de determinação semântica.

O clássico quadro semântica-pragmática, portanto, é falho a nosso ver, pois não consegue explicar como um fenômeno que funciona sobre o código linguístico deveria ser resolvido fora dele. Não que isso devesse ser encarado como um impedimento *a priori*, como se, pelo fato de a metáfora supor em alguma medida o código, ela devesse ser explicada a partir do código. Entretanto, a resposta pragmática, apesar de ainda ser a mais comum no senso comum filosófico, apenas relega à psicologia, nas palavras de Levinson, a competência de explicar como acarretamos algo como um significado metafórico que é apenas semelhante a uma implicatura padrão. As ciências aplicadas, aliás, acabam por trazer mais um problema à solução pragmática, dado que, conforme Wearing mostra, não há diferenças cognitivas relevantes entre a interpretação de uma frase metafórica e outra literal. Assim, as possíveis soluções pragmáticas do quadro semântica-pragmática não permitem explicar o tipo de vínculo que o fenômeno das metáforas possui em relação ao código e às ciências cognitivas, que deveriam poder responder enfim a questão, segundo o próprio pragmatismo, não são capazes de fazê-lo – pelo menos não enquanto não sedimentarem uma resposta adequada quanto à relação entre nossas competências cognitivas e o próprio código linguístico.

Por outro lado, a solução semântica atual também não permite dar a resposta positiva que procuramos. A disputa entre minimalismo e contextualismo, como vimos, diz respeito, conforme defende Borg, principalmente à possibilidade de informações contextuais poderem ou não compor a semântica da frase de modo diverso daquelas aceitas pelos mecanismos de saturação indexical desenvolvido por Kaplan. O fenômeno das metáforas aparece no contexto de discussão entre minimalismo e contextualismo ora como fenômeno que supostamente provaria que o contextualismo tem razão, ora como fenômeno que supostamente comprovaria que o minimalismo tem razão. À primeira vista, para o minimalismo padrão de Cappelen & Lepore, frases metafóricas, por não corresponderem à proposição semanticamente expressa, são parte dos atos de fala, isto é, da pluralidade de usos em que podemos empregar as frases de uma língua sem que com isso mudemos a

proposição semanticamente expressa. Seriam casos, como no quadro semântica-pragmática, de indeterminação semântica da metáfora. Para o minimalismo, a frase

(I) Julieta é o sol.

significa exatamente que Julieta é o sol, seja ela usada em um ato de fala no qual ela é interpretada metaforicamente ou em outro no qual ela é interpretada literalmente. Mas qual é a relação entre o significado mínimo da frase e a possível interpretação metafórica? Para Borg, o significado de um ato de fala não precisaria incluir o significado da proposição semanticamente expressa. Isto é, no caso de uma metáfora, se compreendida como algo decorrente do uso e não do significado codificado na frase, esta não precisaria incluir em seu significado o significado literal da proposição semanticamente expressa. Entretanto, isso não é plausível pelos mesmos motivos pelos quais uma metáfora não pode ser um ato de fala indireto e que constituem precisamente o problema da solução pragmática. Metáforas, como dissemos, supõem de alguma forma a retomada do significado literal. Cappelen & Lepore, por outro lado, advogam, justamente que qualquer ato de fala inclui necessariamente o significado da proposição semanticamente expressa em seu escopo. Essa solução possibilitaria explicar o fenômeno das metáforas se não restasse um problema, criticado até mesmo por minimalistas como Borg e Stern, a saber, o vínculo entre a proposição semanticamente expressa e o ato de fala em que ela é empregada, se é necessário, deve ser de algum modo explicitado. Mas esta tarefa é relegada por Cappelen & Lepore à metafísica e à psicologia. Apesar de oferecer uma resposta apenas parcial ao fenômeno por nós estudado, o minimalismo padrão de Cappelen & Lepore dá um passo além do dado pelo quadro semântica-pragmática padrão. Desde um ponto de vista minimalista a explicação cognitiva desejada não diz respeito à nossa capacidade genérica de pensar analogicamente, mas a uma competência mais restrita e fenomenicamente mais clara e que leva em consideração a própria existência do código linguístico. O fenômeno das metáforas põe a descoberto a necessidade de tratar o vínculo entre nossas competências pragmáticas/cognitivas e o próprio código linguístico. Mas seria isso o máximo que poderíamos dizer sobre o fenômeno das metáforas a partir da semântica?

Stern, usando o quadro minimalista, dá outro passo dentro da própria semântica e apresenta, a nosso ver, a solução metodologicamente mais satisfatória por tentar tratar a questão da determinação das metáforas dentro da própria semântica explicitamente como um caso de

subdeterminação semântica. A introdução do operador metafórico *Mthat* faz com que toda frase possa ter seus constituintes relativizados semanticamente ao contexto de proferimento (mecanismo presente nas metáforas) ou relativizados a contexto nenhum (caso em que estaríamos diante de uma frase literal). A solução é elegante pois não atribui sem mais à metafísica ou à psicologia a função de explicar como uma frase pode ser relativizada ao contexto de proferimento. Assim, Stern também não cai simplesmente nos problemas indicados pela crítica à solução pragmática. Desde a perspectiva de Stern, podemos afirmar que metáforas são casos de subdeterminação semântica. Elas fazem parte do escopo em que frases possuem alguns ou todos os termos relativizados ao contexto de proferimento. Desse modo, a frase

(I) Julieta é o sol.

possui, segundo Stern, sob sua forma gramatical, operadores que agem sobre o léxico e fazem com que o próprio léxico tenha a função mista de um demonstrativo/indexical. Justamente por isso, “o sol” nesta frase deixa de funcionar como um nome próprio e passa a depender do contexto para completar sua referência. Por outro lado, ao contrário de um demonstrativo, o operador *Mthat* não precisa de um ato extralinguístico como um apontamento, funcionando, portanto, como um indexical. O resultado é que, no limite, qualquer termo da linguagem pode ser relativizado ao seu contexto de uso, pois o operador *Mthat* está virtualmente presente em qualquer expressão da língua.

Como pudemos notar, a solução de Stern é bastante próxima à do contextualismo num aspecto: mesmo partindo de pressupostos diferentes, se aproximam quanto ao resultado final que permite tratar o fenômeno das metáforas como casos de subdeterminação semântica. Stern trata por meio de um operador o que o contextualismo trata por meio a noção de enriquecimento pragmático livre. Para o contextualismo, na versão de Bezuidenhout, os termos que compõem as frases de uma língua estão sujeitos desde o princípio a mecanismos pragmáticos fortes de tal modo que qualquer palavra pode funcionar como um conceito *ad hoc*. O que caracteriza um conceito *ad hoc* é a dependência que este conceito tem de certas determinações contextuais para que o interlocutor amplie ou restrinja o significado do termo em uma ação em curso específica. Assim, na frase

(III) Os bosques estão sorrindo.

o termo “sorrindo”, enquanto conceito *ad hoc*, indica que o ouvinte deve seguir o significado literal apenas como uma pista, recorrendo a dados

contextuais que levem ao afrouxamento do que é semanticamente codificado. Assim, a frase não significa que os bosques estão literalmente sorrindo, mas sim que eles estão sorrindo dado que, por exemplo, o vento nas folhas das árvores transmite alegria. Para o contextualismo, sequer a paráfrase é necessária, ou ao menos é tão necessária quanto a paráfrase de qualquer frase literal: serve apenas de explicação para algo que talvez não tenha sido completamente compreendido. Na medida em que uma frase metafórica expressa diretamente seu conteúdo, como o faz também uma frase literal, uma metáfora significa exatamente o que uma frase, contextualmente interpretada, significa. Outra vantagem do contextualismo de Bezuidenhout é que ele elimina, além da necessidade da paráfrase, também a necessidade de supor que o significado contextual e metafórico de “sorrindo” esteja sendo inserido no campo semântico desse termo. O significado metafórico de “sorrindo” acontece apenas naquele contexto de proferimento e permanece dependente do significado diacrônico já estabelecido do termo.

Apesar de a proposta de Stern garantir a possibilidade de tratamento formal à questão, a solução de Bezuidenhout é, então, mais adequada no geral (e não apenas metodologicamente) pois é a mais econômica. Ela não supõe a necessidade de introdução de operadores ocultos para flexibilizar as palavras de uma frase. Se os termos de uma frase podem sofrer, via de regra, enriquecimentos pragmáticos fortes, por que recorrer a existência de operadores ocultos virtualmente presentes ante qualquer expressão da língua e fonte de controvérsia na própria literatura?

De um jeito ou de outro, tanto a solução minimalista de Stern quanto a contextualista de Bezuidenhout apostam na flexibilidade semântica para explicar a relação entre o significado de uma metáfora e aquele atribuído ao código linguístico em uma frase com sentido. Se aceitamos a tese de Bezuidenhout e compreendemos o fenômeno como um caso de flexibilidade semântica por conceitos *ad hoc*, uma metáfora é apenas subdeterminada semanticamente. É certo que o tipo de flexibilidade semântica defendida por Bezuidenhout, quando comparada à suposta por Stern, possui pressupostos diferentes. Mas a solução de ambos se aproxima por desembocar na tese da subdeterminação semântica da metáfora.<sup>32</sup>

---

<sup>32</sup> É importante reiterar que isso não resolve o fato de as teorias contextualistas e minimalistas serem teoricamente incompatíveis na medida em que, ou é a semântica da frase que dirige o aporte de informações contextuais na composição final do significado de uma frase, ou é o contexto que dirige e coordena o significado de uma frase desde o princípio. Justamente por isso,

Como poderíamos dar, então, uma resposta positiva sobre a subdeterminação semântica das metáforas? Acreditamos que isso é possível se assumimos que o código linguístico nos dá, enquanto banco ou reservatório de significados, conceitos que são flexibilizados segundo o contexto de proferimento, contexto esse que diz respeito tanto a informações pragmáticas quanto a informações cognitivas mas que não anulam o que foi dado pelo código. Nesse caso, o fenômeno das metáfora é definido como aquele acontecimento no qual o código nos dá conceitos que são flexibilizados em suas notas características ou em suas pistas para garantir a continuidade da ação em curso. De modo geral, portanto, o aparato teórico do contextualismo é suficiente para justificar esse aspecto da nossa tese. Assim, os conceitos dados via código linguístico funcionariam como pistas que devem ser seguidas quando a interpretação de um termo em um contexto. Para defender essa tese, precisamos assumir e ampliar partes de teses que apresentamos no nosso trabalho.

Retomemos a noção de conceito do cognitivismo de Lakoff & Johnson. Para estes autores, conceitos são incorporados ou corporificados e funcionam como protótipos (1999, 1980). Para Lakoff, a origem de qualquer conceito é a percepção e motricidade e os conceitos mais abstratos derivam deles por processos metafóricos, metonímicos, efeitos prototípicos e de categorias radiais (LAKOFF, 1987). Se isso é verdade, então um indivíduo sempre deve ter tido alguma experiência elementar (sensória ou motora) para que ele seja apto a apreender um dado conceito. Se uma experiência é negada a algum indivíduo ou grupo (por alguma limitação biológica, geográfica ou cultural) então estes indivíduos deveriam ser incapazes de compreender o conceito em questão mesmo quando apresentados ao termo que dá tal conceito. Mas isso não acontece de todo. Por que?

Nesse ponto temos que dar a atenção à relação entre os conceitos cognitivos e o código linguístico que Lakoff & Johnson na qual não se aprofundam. Em primeiro lugar, ao contrário do que estes autores deixam a entender, metáforas que se desenrolam sobre o código linguístico não são a mesma coisa que metáforas cognitivas ou, nas palavras dos autores, conceituais. Prova disso é que qualquer palavra que expresse um conceito tido como literal em português supõe uma gama de abstrações (entre elas as modelações metafóricas) que o transformaria em metáfora. Mas não dizemos que a palavra “objeto” seja metafórica na frase

---

fazer um curto-circuito entre estas duas posições teóricas, como o propõe em algum grau Wearing, apesar de dar conta da pluralidade do fenômeno, acaba resolvendo um problema ao mesmo tempo que torna a teoria inconsistente.

(108) Os objetos caem.

Se a explicação das metáforas conceituais de Lakoff & Johnson fosse a mesma para explicar e identificar as metáforas que se desenrolam sobre o código linguístico, então a palavra “objeto” nesse contexto, que é altamente abstrata, deveria ser chamada de metafórica (ou metonímica ou derivada por outros efeitos prototípicos e radiais). A menos que definamos toda a nossa linguagem e todos os conceitos dados via código linguístico como metafóricos, negando qualquer relevância teórica à noção de metáfora, temos que admitir que uma coisa são as metáforas conceituais destes autores e outra é o que temos chamado de fenômeno das metáforas. Neste fenômeno está em jogo, como defendemos até aqui, o significado mais comum e, por isso, literal oferecido pelo código frente àqueles usos não sedimentados e criativos da língua que chamamos de metáfora.

Assim, independentemente de nossos conceitos abstratos serem derivados por processos cognitivos (dentre eles as modelações metafóricas), o fato é que qualquer conceito dado via código linguístico funciona não como um conjunto de propriedades que são ou não aplicadas em sua totalidade a um acontecimento ou objeto, mas como um conjunto com limites difusos, com propriedades que podem ser ou não aplicadas a um acontecimento ou objeto contextualmente identificado. Assim, a tese de que nossos conceitos funcionam como protótipos aos moldes das teorias tratadas e aplicadas sobre a própria noção de metáfora na seção 2.5 preenche essa lacuna. Apesar de os conceitos dependerem de experiências elementares para serem compreendidos, os conceitos abstratos são sempre prototípicos: neles há notas características ou propriedades apenas parcialmente compartilhadas com outros conceitos assemelhados, derivados ou mais elementares.

O que propomos, ampliando ou procurando deixar mais explícito do que o faz a tese cognitivista, é que metáforas que se desenrolam sobre o código linguístico nos dão, elas mesmas, conceitos e são as suas notas prototípicas que são flexibilizadas consoante as características relevantes do contexto da ação em curso. Notemos que não estamos meramente colapsando o significado de uma metáfora e o acesso a ele em competências pragmáticas e cognitivas. A fala e a escrita dão um conceito conhecido, a depender das necessidades pragmáticas da ação em curso, mas esse conceito é flexibilizado a ponto de algumas, mas não todas as suas notas características, serem tomadas como mais adequadas naquele contexto. Nesse sentido, o significado de uma metáfora é apenas subdeterminado semanticamente. Ele depende tanto da ação em curso quanto das notas características que compõem um conceito que, em

última análise, remetem a toda uma gama de experiências cognitivas. Mas o significado da metáfora também depende do próprio conceito dado via escrita ou fala. Sem esse primeiro estímulo, sem o aporte conceitual dado pela linguagem que atravessa e amplia a ação em curso, ação esta que não é só um balbuciar que precisa ser interpretado pragmática ou cognitivamente, uma metáfora não é possível.

Observemos a frase:

(I) Julieta é o sol.

Suponhamos que estejamos aplicando o predicado ‘ser o sol’ a Julieta como o fez Romeu. Neste caso, o código linguístico estaria dando de antemão ao ouvinte o conceito de “sol”. O significado da palavra sol não é extraído simplesmente do contexto de proferimento. Ele é trazido para o seio da ação via um ato semântico: a palavra “sol” enquanto tal dá o conceito “sol” e suas notas características dominadas pelos falantes em questão. Entretanto, afirmamos que ela funciona, nesse caso, metaforicamente. Isso significa que o ouvinte não aplica todas as notas do conceito “sol” dado via código linguístico a Julieta. A começar, por exemplo, pelo próprio gênero do sol que não é aplicado a Julieta. A coordenação pragmática pode ser importante na necessidade de flexibilização da palavra sol nesse contexto a ponto de o conceito não dever ser aplicado integralmente. Mas o significado metafórico que surge da atribuição de sol a Julieta não provém de determinações estritamente contextuais como acontece em uma implicatura. O conceito dado via código linguístico permanece oferecendo pistas interpretativas que se mantêm ativas sob a interpretação metafórica.

O mesmo acontece com a frase

(II) As planuras atacamenhas tinham uma atmosfera marciana.

Neste caso estamos atribuindo certas propriedades que supomos possuir uma atmosfera marciana ao deserto chileno. Com isso não estamos meramente extraindo do contexto de proferimento as determinações conceituais que nos permitiriam compreender o significado metafórico de “atmosfera marciana”. As próprias palavras utilizadas, o conceito ou os conceitos que elas nos dão fornecem pistas interpretativas que permitem coordenar a ação em curso mantendo a relevância do ato de fala de tal modo que podemos, com relativo grau de certeza, afirmar que estamos nos compreendendo. O fato de usarmos os termos “atmosfera marciana” não é gratuito. Aquele que produz a metáfora flexibiliza o significado dos termos utilizados sabendo que seu ouvinte também é capaz de fazê-lo. O fato de o falante ter sido

compreendido indica que o ato de fala teve sucesso. O falante sabe que o ouvinte não precisa extrair todas as informações necessárias do contexto de proferimento para dar prosseguimento à ação em curso pois algumas pistas já foram oferecidas pelas próprias palavras empregadas. Notemos que o mecanismo de funcionamento da metáfora é radicalmente diferente da implicatura. Em uma implicatura o significado dos termos utilizados também pode ser flexibilizado como acontece na metáfora. Mas a própria implicatura é exterior ao significado dado pelos termos, sendo eles flexibilizados ou não, metafóricos ou não. O fato de algum dos participantes da troca linguística acarretar que, por exemplo, não vale à pena ir ao Atacama é um dado totalmente contextual que não pode ser determinado pelo uso dessas palavras na metáfora. Por outro lado, as interpretações metafóricas de que as planuras atacamenhas são sujeitas a tempestades de areia ou que é desolador estar aí são uma decorrência direta do significado flexibilizado dos termos “atmosfera marciana” e de como falantes do português minimamente competentes entendem estes termos.

O mesmo acontece com a frase

(III) Os bosques estão sorrindo.

É certo que não podemos aceitar a literalidade dessa frase a menos que estivéssemos no contexto de uma fábula. Para fazer sentido, dizemos que “estar sorrindo” significa outra coisa, como por exemplo, o farfalhar do vento nas folhas das árvores que transmite alegria. Mas isso não é uma implicatura. A interpretação dessa frase mantém algumas notas características de “estar sorrindo” que podem ser aplicadas aos bosques e que impedem a aplicação de outras. Assim, o código linguístico dá o conceito que apenas subdetermina o significado pretendido quando do proferimento e interpretação metafóricos. Não estamos diante nem de um caso de indeterminação (quando o significado literal entregue pelo código linguístico é irrelevante), mas, tampouco, estamos diante de um caso de determinação semântica total em que o significado entregue pelo código deve ser aplicado integralmente na interpretação da frase em questão.

Cognitivamente também não precisamos nos comprometer com a ideia de que o significado das expressões “sol”, “atmosfera marciana” e “sorrindo” precisem encontrar o mesmo lastro sensorio-motor em todos os partícipes da ação em curso. Só disporíamos, em tese, desse mesmo lastro significado para conceitos que são colados diretamente à sensibilidade. Mas questionamos se há algum conceito que aparece na fala e na escrita que pode ser, de fato, diretamente e exclusivamente ligado a alguma experiência elementar. Até mesmo possíveis conceitos

universais como aqueles apresentados por Wiersbicka (1996) só podem ser universais enquanto conceitos e não enquanto palavras de uma língua. Isto é, mesmo que uma palavra dê nome para um conceito universal, a palavra enquanto tal, aquela que aparece em um ato de fala real, em uma metáfora por exemplo, está sujeita a toda sorte de influências diacrônicas e efeitos prototípicos, radiais e de modelação metafórica e metonímica que levam a crer que jamais tal palavra é interpretada exclusivamente com as notas características do conceito universal. Dito de outro modo, qualquer palavra, mesmo aquela que supostamente denota uma experiência elementar, pelo simples fato de fazer parte do código linguístico, dá sempre um conceito abstrato que deve ou não ser interpretado na totalidade de suas notas características ou ser ou não flexibilizado consoante a ação em curso.

O que dirige essa flexibilidade a nível semântico pode ser tanto um operador que exige a captura de informações contextuais extra semânticas (a fim de complementar ou anular notas características dadas pelo termo) ou tanto pode ser uma propriedade intrínseca da língua (segundo a qual as palavras são passíveis de enriquecimentos pragmáticos fortes). No primeiro caso estamos diante da solução de Stern. O operador *Mthat* virtualmente presente ante qualquer palavra ou expressão da língua faz com que sejamos sempre obrigados a procurar, no momento do ato de fala, informações contextuais que relativizem ou não as palavras que caem sob seu escopo àquela situação em particular. O conceito é dado pelo significado literal ou primeiro de uma palavra que funciona apenas prototipicamente e que, por isso, na medida em que ele está sujeito à saturação dirigida pelo operador *Mthat*, funciona como um conjunto de determinações que devem ou não ser complementadas com informações contextuais.

O mesmo vale para os conceitos *ad hoc* de Bezuidenhout. Os termos de uma língua informam aos falantes conceitos prototípicos cujas notas características podem ser aplicadas em sua totalidade, caso este em que estaríamos diante de uma frase dita literal, ou podem ser apenas parcialmente aplicados, caso em que estaríamos diante de uma frase dita metafórica. Neste caso, algum termo da frase funciona como um conceito *ad hoc* passível de enriquecimento pragmático forte, isto é, suas notas características podem ser enriquecidas ou afrouxadas, servindo o conceito informado pelo termo apenas como uma pista a indicar os possíveis limites de aplicação no conceito agora contextualmente dependente.

Em ambos os casos estamos defendendo que a interpretação de uma frase está sempre sujeita a algum grau de determinação estritamente semântica (independente do contexto do proferimento). Mas essa

determinação não é completa pois sempre há a possibilidade ou de enriquecimento pragmático ou de saturação indexical. Isso não valeria apenas para frases ditas metafóricas. Todas as frases da língua estão sujeitas a este tipo de influência contextual. O que diferencia uma metáfora de outros fenômenos linguísticos é o modo como acontece esse tipo de determinação contextual. Em uma frase dita literal essa determinação contextual é nula ou, mais precisamente, não suposta pelos atores da ação em curso como necessária para a interpretação do significado de uma frase. O significado primeiro ou literal é suficiente para garantir o sucesso do ato de fala. Por outro lado, um acarretamento pragmático como uma implicatura supõe a extrapolação radical do significado dado pelo código linguístico e os atores contam com a competência de seu interlocutor em extrair esses dados contextuais que estão além de qualquer determinação estritamente semântica. Em uma metáfora há uma dependência parcial do código ao modo da subdeterminação. Há um limite para o tipo de informação contextual que pode ser anexada ou excluída do que foi dado pelo código.

Essa explicação que recorre aparentemente a certos estágios interpretativos pode sugerir que primeiro decodificamos o significado literal das palavras atingindo conceitos prototípicos para, em seguida, a depender da avaliação do que é relevante contextualmente para uma interpretação, realmente atribuir um significado ao que foi dito. Os indícios empíricos, entretanto, apontam que não pensamos em estágios. A velocidade de interpretação de uma frase está muito mais ligada à complexidade da mesma, como aponta Wearing, do que à diferença entre frases literais e não literais. Para nós isso não é um problema. Aliás, corrobora a nossa solução. Não supomos que existam mecanismos ontologicamente diferentes que diferenciam interpretações metafóricas de interpretações literais. Qualquer expressão pode funcionar como um conceito *ad hoc* (se seguimos o caminho de Bezuidenhout) ou qualquer expressão cai sob o escopo do operador *Mthat* (se assumimos a solução de Stern). A diferença entre uma frase literal e metafórica diz respeito à necessidade ou não de assumirmos informações extrasemânticas àquelas dadas pelo código linguístico que, de partida, sempre conta com essa possibilidade. Justamente por isso, não faz sentido exigir algum esforço cognitivo a mais na interpretação de uma frase metafórica. Cognitivamente, palavras dão pistas conceituais prototípicas que podem ou não ser relativizadas a contextos de proferimento. Se não são relativizadas temos frases literais. Se são, temos frases metafóricas.

Essa solução que damos ao fenômeno das metáforas também contribui para tomar posição frente a disputa entre minimalistas e

contextualistas. Segundo Cappelen & Lepore (2005) a disputa entre minimalistas e contextualistas está relacionada com extensão de informações extra-semânticas que são necessárias para compreender um frase em um dado contexto. Para estes autores, qualquer solução que não sustente que há um núcleo duro em uma frase qualquer cujo significado independe do contexto de proferimento acaba escorregando para o contextualismo radical que sustenta, em última análise, que o significado de qualquer expressão da língua é dependente e determinado pelo contexto. Frente a isso, Cappelen & Lepore defendem que apenas dispositivos de saturação indicados pelo Conjunto Básico de expressões sensíveis ao contexto são, de fato, dependentes do contexto para terem seus significados preenchidos. Todavia, a não ser que cindamos radicalmente, o que de fato eles o fazem, o significado semanticamente expresso e aquele que surge em um ato de fala, essa solução não explica o funcionamento de frases ditas metafóricas. Elas mostram que o contexto de proferimento pode ser requerido em alguns casos e que a possibilidade de flexibilidade semântica de qualquer expressão parece ser necessária se quisermos defender que há algum tipo de relação entre as palavras e frases que utilizamos quando falamos e escrevemos e aquilo que comunicamos. Isso por outro lado não implica que qualquer interpretação valha já que metáforas são em algum grau determinadas semanticamente, mesmo que subdeterminadas.

Fazendo coro a Borg (2013) e Stern (2009), defendemos que o critério que melhor ajuda a tratar dos limites e influências que dados contextuais possuem na interpretação do significado de uma frase, metafórica ou não, é o critério que trata dos mecanismos que são exigidos quando da interpretação de algum proferimento. Se a interpretação é dirigida semanticamente, estamos mais próximos a uma solução minimalista ou mesmo *literalista* como sustenta Stern. Se a interpretação é dirigida apenas pelo contexto de proferimento, estamos sujeitos a um contextualismo. Desse ponto de vista, a delimitação do fenômeno e análise de teorias que tratam das metáforas nos fazem crer que o simples proferimento de uma frase leva para o interior da ação em curso elementos significativos que são estritamente semânticos e que independem quer da ação em curso ou mesmo da radical fundação em aspectos cognitivos. O aporte de conceitos que acontece quando do proferimento de uma frase deve ser virtualmente independente em algum nível do próprio contexto de proferimento. Isso não exclui a possibilidade de flexibilidade semântica e nem implica que ela só seja requerida quando há alguma lacuna interpretativa. A solução de Stern e Bezuidenhout acerca do fenômeno das metáforas mostra que a flexibilização semântica é uma

propriedade semântica. Há em qualquer frase a possibilidade de aporte de elementos contextuais desde que eles sejam requeridos ou possibilitados pelos conceitos informados pelo código linguístico.

Depois que uma frase é proferida, a ação pode seguir seu curso e os significados segundos e implicaturas geradas podem ser virtualmente infinitos. Ouvir que os bosques estão sorrindo, por exemplo, pode levar às mais diversas reações a depender da ação que já estava se desenrolando e dos agentes em questão. Pode ser um convite a olhar mais de perto o que se passa ou a suspeitar da normalidade cognitiva do nosso interlocutor. Mas a frase quando proferida no interior da ação faz um aporte semântico. Ela leva para o interior da ação em curso conceitos que são dados via código linguístico. A metáfora acontece quando a frase é interpretada de modo flexível seguindo as pistas dadas pelos conceitos. Ela não é uma decorrência estrita da ação em curso nem das experiências sensório motoras dos partícipes. Mesmo supondo estas competências, ela depende do conceito codificado na língua usada pois é subdeterminada semanticamente.



## 6 Conclusão

Nosso texto procurou estabelecer se é possível ou não tratar do fenômeno das metáforas suprimindo seu vínculo com o código linguístico. A resposta é negativa. O fenômeno desde o princípio se mostra fortemente vinculado aos mecanismos e materialidade da própria linguagem. Resumi-los a faculdades exclusivamente pragmáticas ou cognitivas não é possível. Por outro lado, se o fenômeno supõe o vínculo que chamamos de subdeterminação semântica, por outro lado, o vínculo entre o código linguístico e as nossas capacidades de coordenação pragmática e cognitiva precisariam ser melhor explicitadas para dar o passo seguinte da investigação. Isso demandaria uma nova pesquisa que abdicaria das respostas padrão sobre a linguagem seja como mera superfície de processos cognitivos ou como capacidade inata da nossa espécie e que iria na direção de um tratamento da linguagem como artefato cognitivo como postula, por exemplo, Novaes. Sobre isso pudemos apenas tecer indicações. Mostramos que as respostas pragmáticas que recorrem a faculdades cognitivas não conseguem excluir o papel do código linguístico na produção e interpretação de metáforas e que a resposta mais satisfatória acerca da questão ainda é a oferecida no seio da disputa entre contextualismo e minimalismo semântico. A metáfora figura aí como fenômeno linguístico subdeterminado semanticamente.

É certo que esta questão poderia ser abordada a partir de outros ângulos. Focamos basicamente em um deles, isto é, naquele nascido entre a tensão entre semântica e pragmática, procurando cotejar e usar os dados do cognitivismo que pudessem corroborar ou refutar estes dois principais vieses. Usando fortes tintas, quando falávamos em solução semântica estávamos nos referindo às respostas que procuram vincular a produção e interpretação de metáforas à necessidade de um código, fundamentalmente a escrita e fala. Por outro lado, por solução pragmática entendíamos a tentativa de fundamentar a existência de frases ditas metafóricas não em propriedades do próprio código linguístico, mas em características da ação em curso sobre as quais, supostamente, acontece ou pode ser remetida qualquer escrita ou fala. De um lado há, portanto, a solução que vincula o fenômeno das metáforas diretamente à existência do código e de outro a solução que nega tal vínculo. De um lado, a solução que prevê algum tipo de determinação semântica, de outro, a solução que aposta na indeterminação semântica da metáfora. Acreditamos que o melhor conceito para tratar a questão consiste justamente naquele relativo

à primeira solução, isto é, no que sustenta algum tipo de determinação, mais precisamente, no da subdeterminação semântica das metáforas.

Mas tratar do tipo de determinação semântica do fenômeno das metáforas tendo como ponto de apoio o possível vínculo da metáfora com o código linguístico não é tarefa simples. Em primeiro lugar, devido à necessidade de fixação de alguns conceitos que de modo algum são unânimes na literatura. O primeiro diz respeito ao próprio conceito de metáfora. Optamos por chamar de *fenômeno das metáforas* e não simplesmente de *metáforas* pois o que se percebe na literatura é uma forte tendência a chamar qualquer situação não literal de metafórica. A tropologia apresenta delimitações claras acerca do fenômeno que são apenas muito vagamente seguidas pelos teóricos mobilizados para responder a questão. É certo que não seguir uma delimitação precisa acerca do fenômeno frente a outras figuras de linguagem como catacreses, metonímias, ironias, etc. não é apenas um desleixo dos autores. Há uma intuição bastante arraigada – e que está justamente na base do interesse acerca do fenômeno – que é a crença de que certas palavras e frases, em certos contextos, parecem não seguir estritamente as determinações semânticas do código escrito ou falado. Se tais determinações semânticas são compreendidas, como de fato o são, como sendo o significado literal da palavra ou frase, então o que escapa a tais determinações recebe genericamente o nome de metáfora. Assim, de modo geral, explicitamente ou não, os teóricos assumem a intuição básica sobre o fenômeno que vem desde Aristóteles, que entende a metáfora como mãe de todas as figuras.

Também tivemos que fazer um recorte radical na própria noção de linguagem. Entre os autores tratados, apenas Bezuidenhout (2001) usa explicitamente a noção de *código linguístico* para se referir àquela parte da linguagem ligada diretamente à linguagem verbal, principalmente escrita e fala. Optamos, seguindo a terminologia de Bezuidenhout, por nos ater à parte do fenômeno que pareceu melhor capturar o que temos em mente quando investigamos as determinações semânticas da metáforas. Notemos que desde um ponto de vista amplo sobre a linguagem, é óbvio que a metáfora diz respeito à linguagem simplesmente porque ela acontece na fala e na escrita. O que tratamos, entretanto, foi mais específico, a saber, qual é a necessidade da relação da metáfora com aquilo que da linguagem aparece, isto é, principalmente fala e escrita, e aquilo que supomos serem os significados estabelecidos pelo código linguístico. Assim, a questão adquire seu principal contorno: é necessário postular algum tipo de relação entre o significado que uma metáfora possui e aquele que está dado no código? Qual é o nível de determinação semântica da metáfora?

Quanto às hipóteses que levantamos no início desse texto, já podemos respondê-las com mais segurança. A primeira delas dizia respeito à possibilidade ou não de resumir a linguagem a outros aspectos mais fundamentais, como os pragmáticos e os cognitivos. A solução semântico-pragmática padrão sustentava que, ao menos, uma parte dos conteúdos comunicados quando estamos usando a linguagem seria uma decorrência pragmática. Este seria o caso das metáforas que estariam integralmente do lado dos conteúdo comunicados e não, necessariamente, codificados pela linguagem. Entretanto, conforme demonstramos, metáforas funcionam de forma diferente das implicaturas. Uma implicatura parece depender da interpretação metafórica de uma frase e não o contrário e, por isso, os mecanismos de acarretamento pragmáticos não podem ser o fundamento da metáfora. Há um resquício do que está dado no código que parece ser recuperável e é a única forma de cancelar uma interpretação metafórica. Se até mesmo uma metáfora se mostra vinculada ao significado literal dado no código linguístico, mesmo que de forma subdeterminada, por que deveríamos assumir que a linguagem pudesse ser resumida a aspectos estritamente pragmáticos?

Algo semelhante podemos indicar em relação às determinações cognitivas da linguagem. É certo que significados se passam na nossa mente e são dependentes dela. Quiçá não possam sequer ser universais como o paradigma mais formal pretende. Entretanto, a relação entre a linguagem e nosso aparato cognitivo não parece ser de inclusão, como se a linguagem fosse uma parte dele. Antes, parece que a relação é de ampliação. A linguagem funciona ampliando nossas capacidades cognitivas. Uma metáfora, nesse sentido, funciona como uma operação que não pode prescindir do código linguístico instituído e, dado que é subdeterminada por ele, nele se ampara e amplia nossas capacidades cognitivas: metáforas fazem ver semelhanças onde antes não havia. Assim, não prescindimos das nossas competências cognitivas na interpretação de frases, mas não assumimos, ingenuamente, que a instituição do código, sua disponibilidade, recuperabilidade, materialidade e outras propriedades seriam irrelevantes. A existência de frases ditas metafóricas mostra justamente o contrário: reflete que podemos usar o código a fim de ir além, de marcar semelhanças outras dos que as que foram dadas na nossa sensibilidade e motricidade. A relação entre metáforas e nosso aparelho cognitivo sugere novamente a determinação parcial ou, melhor, a subdeterminação semântica da metáfora.

A segunda hipótese dizia respeito às teorias mais adequadas para tratar o fenômeno das metáforas. Dada a sua subdeterminação semântica,

somos forçados a crer que teorias que não garantem algum tipo de especificidade do código linguístico frente a outras competências não conseguem dar conta do fenômeno adequadamente. Não podemos prescindir de dados pragmáticos e cognitivos. O contextualismo aparece justamente como tentativa de dar uma resposta ao fenômeno sem negar esses outros dois campos de investigação. Mas ele só pode fazer isso quando assume para si, enquanto teoria semântica, a função de explicitar como o significado de uma metáfora deve ser subdeterminado semanticamente.

A terceira hipótese defendia no fenômeno das metáforas a presença de algum tipo de especificidade frente a outros fenômenos linguísticos. Quando comparada aos fenômenos pragmáticos das implicaturas ou com as metáforas cognitivas, metáforas não têm como prescindir do código. Há uma especificidade do fenômeno que o atrela diretamente à linguagem verbal. Entretanto, quando tratada desde o interior de uma teoria semântica, como vimos, o fenômeno das metáforas supõe mecanismos presentes em outros tipos de acontecimentos linguísticos. Seja por meio da saturação contextual regida por um operador oculto semelhante ao dos indexicais e demonstrativos, conforme sugere Stern, ou seja por meio de processos de enriquecimentos e afrouxamentos semânticos gerando um tipo de conceito *ad hoc*, como defende Bezuidenhout, metáforas não parecem ser *um fenômeno específico* da língua cujos mecanismos seriam exclusividade delas. Metáforas merecem esse nome mais por seu vínculo com a noção de literalidade e por uma tradição que resolveu fazer uma separação entre significados mais ou menos literais e, por isso, menos ou mais metafóricos, do que por terem algum traço ontológico radicalmente distinto de quaisquer outros mecanismos semânticos da língua.

Metáforas seriam, assim, desde um ponto de visto linguístico, o nome de um fenômeno prototípico em que está em jogo a relação com a noção de significado literal. A noção de metáfora emerge quase naturalmente quando postulamos que o código linguístico deve remeter a significados mais ou menos estáveis. Mas uma coisa é nomear um dado fenômeno dentro da linguagem e afirmar seu estatuto prototípico e outra é questionar o que esse fenômeno nos ajuda a entender da própria linguagem. Justamente por adotarmos principalmente o segundo viés é que não esvaziamos a nossa discussão ao postular o estatuto não ontológico do fenômeno. Dito de forma diferente, apesar de o que chamamos de metáforas não ser um fenômeno exclusivo e bem delimitado dentro da linguagem, isso não diminui a sua função teórica. Apenas nega a ele algum tipo de estatuto ontológico radicalmente distinto de outros mecanismos relativos ao código linguístico. A noção de

metáfora mantém, justamente por isso, uma função heurística por possibilitar relacionar e tratar toda uma gama de fenômenos, inclusive permitindo ampliar e repensar a própria noção de linguagem e sua interconexão com os aspectos pragmáticos e cognitivos. Mas isso sempre tendo em vista a subdeterminação semântica da metáfora que não nega outras determinações, mas impede de negligenciar o vínculo do fenômeno com o próprio código linguístico.

Assim, delimitamos o fenômeno procurando estabelecer a necessidade do vínculo entre o significado de frases ditas metafóricas e o código linguístico. Defendemos que a melhor forma de tratar a questão é o da subdeterminação semântica da metáfora. O resultado nos permite atacar outras questões que sempre atravessam qualquer estudo que se dedique ao fenômeno. A primeira delas é acerca de qual é o papel da metáfora. Ora, desde um ponto de vista linguístico, como acabamos de afirmar, uma metáfora serve para comunicar e expressar um conteúdo assim como qualquer frase dita literal. Mas se com essa pergunta estamos questionando algo acerca do funcionamento da própria linguagem, então estamos diante da questão sobre o papel teórico da noção e a questão é sobre o papel da metáfora quando temos em vista a própria significatividade linguística. A questão versa, então, sobre o problema de como lidamos com novos significados.

Nesse sentido, o fenômeno das metáforas não nega que a fixação de novos significados via nomeação e predicação não deva recorrer a processos cognitivos ou pragmáticos. A metáfora revela precisamente que os processos de referir e inferir não são apenas dirigidos semanticamente mas dependem de competências extra-semânticas. Mas esse é o caminho mais comum e que geralmente é trilhado quando do estudo do fenômeno. As metáforas, tanto para o pragmatismo quanto para o cognitivismo, sempre serviram para mostrar que nosso pensamento e linguagem não funcionam de modo tão comportado quanto uma teoria semântica pretendia que o fosse. Entretanto, nosso estudo sugere que, dada a subdeterminação semântica da metáfora, ao mesmo tempo em que uma metáfora supõe o aporte de informações contextuais de nível pragmático e cognitivo, não é possível excluir os traços semânticos dados pelo próprio código linguístico. O fenômeno das metáforas sugere que o nomear e o predicar são também analógicos e não arbitrários, sujeitos a determinações pragmáticas e cognitivas, mas o significado estabelecido pelos termos mobilizados na produção e na interpretação de uma metáfora não pode ser negligenciado. Para o sucesso de teorias pragmáticas e cognitivistas, elas deveriam mostrar justamente como o caso emblemático das metáforas, ao mesmo tempo em que requer dados contextuais e

cognitivos, também necessita dos traços semânticos oferecidos pelo código estabelecido. A defesa da subdeterminação semântica da metáfora convida justamente que essas disciplinas se dediquem a explicar como nossas competências cognitivas e pragmáticas são afetadas e afetam o código linguístico.

Por fim, uma última questão decorrente da anterior deve ser levantada: afinal, qual é o papel do código linguístico na (sub)determinação semântica na metáfora? Notemos que concluímos que o melhor conceito para tratar da relação entre metáfora e código linguístico é o da subdeterminação semântica. Entretanto, apenas sugerimos como acontece essa subdeterminação. Conseguimos indicar *negativamente* que é aparentemente impossível excluir o aporte do significado literal e convencional dado pelo código linguístico na produção e interpretação de uma metáfora. Indicamos que, justamente por isso, restam incompletas as soluções que excluem o código da determinação do significado metafórico como se ele fosse apenas uma questão pragmática ou cognitiva. Desde um ponto de vista semântico, tanto a introdução do operador *Mthat* quanto a teoria dos conceitos *ad hoc* apenas permitem chegar a essa conclusão.

Mas desde um ponto de vista cognitivo sugerimos dar um passo além. Trabalhos recentes, com destaque para Novaes, procuram estabelecer os ganhos cognitivos que a adoção de um código pela nossa espécie, incluindo aí os próprios formalismos, pode nos proporcionar. Tal perspectiva mostra que é possível compreender o código linguístico como uma instância ancorada nas nossas competências cognitivas sem que ele se confunda com elas como acontece no tratamento mais padrão desenvolvido por Sperber & Wilson e por Lakoff & Johnson. Acreditamos, assim, que as ciências cognitivas poderão aprofundar a explicação do fenômeno das metáforas como um caso de subdeterminação semântica. Defendemos, por isso, que o código linguístico subdetermina o significado atribuído a uma metáfora pois ele oferece pistas interpretativas na forma de conceitos que dirigem a interpretação metafórica. As palavras que aparecem em uma ato de fala, na medida em que funcionam elas também como protótipos, oferecem ao intérprete notas características que podem ser selecionadas, enriquecidas ou afrouxadas conforme a necessidade da ação em curso, de modo a guiar a interpretação metafórica. Mas elas não podem ser meramente subvertidas ou extrapoladas como acontece em um acarretamento pragmático.

Mas para que isso seja mais profundamente elaborado dependemos de que surjam teorias cognitivistas que deem conta de construir uma teoria mais unânime acerca da relação entre nossas capacidades

cognitivas e o próprio código linguístico. Dependemos desses passos para ir nessa direção e ampliar a nossa resposta de maneira empiricamente adequada e mostrar como metáforas são subdeterminadas semanticamente. Por ora, as soluções minimalista e contextualista apresentadas nos parecem ser as que chegam mais longe no estabelecimento da necessidade do vínculo entre metáforas e código linguístico. Mesmo que elas não nos permitam estabelecer precisamente qual é o vínculo do código com as nossas competências pragmáticas e, principalmente, com nossas competências cognitivas, elas nos permitem concluir que o melhor conceito para tratar da questão é o da subdeterminação semântica do fenômeno.



## REFERÊNCIAS

ARISTÓTELES. **Poética**. Tradução de Eudoro de Souza. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

ARISTÓTELES. **Retórica**. Tradução de Manuel Alexandre Junior, Paulo Farmhouse Alberto e Abel do Nascimento Pena. Lisboa: Imprensa Nacional, 2005.

AUSTIN, J. L. **Philosophical papers**. Oxford: Oxford University Press, 1961.

BACH, K. The excluded middle: semantic minimalism without minimal propositions. **Philosophy and Phenomenological Research**, vol. 73, no. 2, p. 435-442, 2006.

BACH, K. The semantics-pragmatics distinction: What it is and why it matters. In: TURNER, K. (ed.). **The semantics/pragmatics interface from different points of view**. Oxford: Elsevier, 1999, p. 65 - 84.

BEARDSLEY, M. C. The metaphorical twist. In: **Philosophy and phenomenological research**. vol 22, n. 3, 1962, p. 293-307.

BEZUIDENHOUT, A. Metaphor and what is said: A defense of a direct expression view of metaphor. **Midwest Studies in Philosophy**, 25, p. 156-186, 2001.

BLACK, M. **Models and Metaphors**. Ithaca: Cornell University Press, 1962.

BORER, H. **Structuring sense**: vol. III: Taking form. Oxford: Oxford University Press, 2013.

BORG, E. **Minimal semantics**. Oxford: Oxford University Press, 2004.

BORG, E. Minimalism versus contextualism in semantics. In: EZCURDIA, M. STANTON, R. J. **The semantics-pragmatics boundary in philosophy**. Peterborough: Broadview press, 2013, p. 429-447.

BOYD, R. N. **Kinds, Complexity and Multiple Realization:** Comments on Millikan's "Historical Kinds and the Special Sciences". *Philosophical Studies*, 95, p. 67-98, 1999.

BRAIDA, C. R. Estrutura predicativa e significatividade. **Revista de Filosofia Aurora**, vol. 26, n. 39, p. 533-561, 2014.

BRAIDA, C. R. Os desvios da questão ontológica. **Problemata: Revista Internacional de Filosofia**. vol. 04. n. 01, p. 43-64, 2013.

CAPPELEN, H. LEPORE, E. **Insensitive semantics:** a defense of semantic minimalism and speech act pluralism. Malden/Oxford: Blackwell Publishing, 2005.

CASTILHO, A. T. **Nova gramática do português brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2010.

CHIERCHIA, G. **Semântica**. Campinas: Unicamp, 2008.

COHEN, T. Metaphor and the Cultivation of Intimacy: **Critical Inquiry:** Special Issue on Metaphor, vol. 5, no. 1, Autumn, p. 3-12, 1978.

CORBALLIS, M. C. **From mouth to hand:** Gesture, speech, and the evolution of right-handedness *Behavioral and Brain Sciences*, 26, p. 199-260, 2003.

DAVIDSON, D. A nice derangement of epitaphs. In.: Lepore, E. **Truth and Interpretation: Perspectives on the Philosophy of Donald Davidson**. Oxford: Basil Blackwell Ltd, 1986.

DAVIDSON, D., What metaphors mean. In. **Critical Inquiry:** Special Issue on Metaphor, vol. 5, no. 1, Autumn, p. 31-47, 1978

DEHAENE, S. **Reading in the Brain:** The Science and Evolution of a Human Invention. New York: Viking, 2009.

DOR, D. **The instruction of imagination:** language as a social communication technology. New York, Oxford University Press, 2015.

DUTRA, L. H. A. **Filosofia da linguagem, Introdução crítica à semântica filosófica**. Florianópolis: Ed da UFSC, 2014.

ECO, U. **Metáfora e semiose**. In \_\_\_\_ **Semiótica e filosofia da Linguagem**. Lisboa: Instituto Piaget, 2001.

EZCURDIA, M. STANTON, R. J. Introduction. In. \_\_\_\_ **The semantics-pragmatics boundary in philosophy**. Peterborough: Broadview press, 2013, p. XIII-XXXIV

EZCURDIA, M. STANTON, R. J. **The semantics-pragmatics boundary in philosophy**. Peterborough: Broadview press, 2013.

FINGER, I. **Metáfora e significação**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996.

FITCH, W. T. The Evolution of language: a comparative review. **Biology and Philosophy**, 20: p. 193-230, 2005.

GIELOW, I. Fisiologismo extremo marca reação ao PMDB. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 2016. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/03/1755596-fisiologismo-extremo-marca-reacao-ao-pmdb.shtml>. Acesso em 30.03.2016.

GOODMAN, N. **Languages of art**. Indianapolis: Cambridge, 1976.

GRICE, H. P. Logic and conversation. In. \_\_\_\_ **The semantics-pragmatics boundary in philosophy**. Peterborough: Broadview press, 2013, p. 47-59.

HACKING, I.: On Boyd, **Philosophical Studies**, 61, p. 109-126, 1991.

HAUSER, M., N. CHOMSKY, and W. T. FITCH. The Language Faculty: What is it, Who has it, and How did it Evolve?. **Science** 298, p. 1569-79, 2002.

HENLE, P. Metaphor. In: \_\_\_\_ (ed). **Language, Thought, and Culture**. Ann Arbor, University of Michigan Press, 1958.

JACKENDOFF, R. **Foundations of Language: Brain, Meaning, Grammar, Evolution**. Oxford: Oxford University Press, 2002.

KAPLAN, D. Demonstratives: an essay on the semantics, logic, metaphysics, and epistemology of demonstratives and other indexicals. In: ALMOG, J.; PERRY, J.; WETTSTEIN, H. (Ed.). **Themes from Kaplan**. New York: Oxford University Press, 1989. p. 481-563.

KATZ, J. J.; FODOR, J. A. The Structure of a Semantic Theory. In: **Language**, vol. 39. n. 2, 1963, p. 170-210.

KING, J.; STANLEY, J. Semantic, pragmatics, and the role of semantic content. In. SZABÓ, Z. (ed.) **Semantics versus pragmatics**. Oxford: Glarendon Press, 2005.

KRÄMER, S. Writing, notational iconicity, calculus: on writing as a cultural technique. **Modern Languages Notes**, 118(3), p. 518–37, 2003.

LAKOFF, G. **Women, fire, and dangerous things**: what categories reveal about the mind. Chicago: The University of Chicago Press, 1987.

LAKOFF, G. & JOHNSON, M. **Metaphors we live by**. Chicago: The University of Chicago, 1980.

LAKOFF, G. & JOHNSON, M. **Philosophy in the flesh**. New York: Basic Books, 1999.

LEVINSON, S. **Pragmatics**. Cambridge, Cambridge University Press, 1983.

LEVINSON, S. **Pragmática**. Tradução Luiz Carlos Borges e Aníbal Mari. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

LOPES, E. **Fundamentos da linguística contemporânea**. 14. ed. São Paulo: Cultrix, 1995.

LINELL, P. **The written language bias in linguistics**: its nature, origins and transformations. London: Routledge, p. 2005.

LUNTLEY, M. **Contemporary philosophy of thought truth world content**. Oxford: Blackwell Publishers, 1999.

MARCUSCHI, L. A. A propósito da metáfora. **Revista de Estudos da Linguagem**, vol. 9, n. 1, p. 71-89, 2000.

MARTINICH, A. P. A theory for metaphor. **Journal of Literary Semantics**, vol. 4, p. 35-56, 1984.

MENARY, R. Writing as Thinking. **Language Sciences**, 29, p. 621-632, 2007.

MILLER, G. A. Images and models, similes and metaphors. ORTONY, A. (org). **Metaphor, and thought**. 2. ed. Cambridge, Cambridge University Press, 1993.

NOVAES, C. D. **Formal languages in logic**: a philosophical and cognitive analysis. Cambridge, Cambridge University Press, 2013.

ORTONY, A. (org). **Metaphor and thought**. 2. ed. Cambridge, Cambridge University Press, 1993.

PERINI-SANTOS, E. Contextualismo. **Compêndio em linha de problemas de filosofia analítica**. p. 1-28, 2014.

PERRY, J. **The problem of essential indexical and other essays**. Stanford: CSLI Publications, 2000.

PESSOA, F. **Poesia: Alberto Caiero**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

PORTA, M. A. G. A polêmica em torno ao psicologismo de Bolzano a Heidegger. **Síntese – Rev. de Filosofia**. v. 31 n. 99, 107-131, 2004.

PORTAL DA LINGUA PORTUGUESA, **Dicionário fonético**. <  
<http://portaldalinguaportuguesa.org/index.php?action=fonetica&act=list&region=spx&search>> Acesso em 01/07/2016.

PREDELLI, S. **Contexts**. Oxford: Oxford University Press, 2005.

PUNTEL, L. B. **Estrutura e ser**: um quadro referencial teórico para uma filosofia sistemática. Tradução Nélio Schneider. São Leopoldo: Unisinos, 2008.

PUTNAM, H. The Meaning of “Meaning”. In \_\_\_\_\_. **Language, Mind and Knowledge**. Minneapolis: Minnesota University Press, 1975.

RAKOVA, M. **The extent of the literal**: metaphor, polysemy and theories of concepts. Palgrave Macmillan: New York, 2003.

RECANATI, F. **Truth-Conditional Pragmatics**. Oxford: Oxford University Press, 2010.

REIMER, M. The direct expression of metaphorical content. In: STAINTON R. J. VIGER, C. (eds.). **Compositionality, context and semantic values**, Springer Science+Business Media B.V, p. 237-253, 2009.

RICOEUR, P. **A metáfora viva**. 2.ed. Tradução de Dion Davi Macedo. São Paulo: Loyola, 2005

RORTY, R. Unfamiliar noises I: Hesse and Davidson on metaphor. In: **Proceedings of the Aristotelian Society**, volume 61, 1987. p. 283-296.

ROSCH, E. MERVIS, C. Family resemblances: studies in the internal structure of categories. In: **Cognitive Psychology** 7, 1975, p. 573-605.

SCHIOCHETT, D. A metáfora e o postulado da referência: apontamentos entre Heidegger e Ricoeur. In: CARVALHO, M; FIGUEIREDO, V. (orgs). **Filosofia contemporânea: fenomenologia**. São Paulo: ANPOF, 2013.

SEARLE, J. Metaphor. In. EZCURDIA, M. STAINTON, R. J. **The semantics-pragmatics boundary in philosophy**. Peterborough: Broadview press, 2013, p. 466-491.

SPERBER, D. & WILSON, D. Introduction: pragmatics. In: WILSON, D., SPERBER, D. (orgs) **Meaning and relevance**. Cambridge: University Press, 2012.

SPERBER, D. & WILSON, D. **Relevance**: communication and cognition. 2. ed. Oxford: Blackwell, 1995.

STEIN, S. I. A. Sense in the midst of life, laws and norms. In. ARAUDI C.; CARMO, J. S.; CHAGAS, F. C. (org). **Naturalism: contemporary perspectives**. Pelotas: NEPFIL online, 2013.

STERN, J. **Metaphor and minimalism**. Springer, Science+business Media B.V, p. 273-298, 2009.

STERN, J. **Metaphor in Context**. Cambridge, The MIT Press, 2000.

TOMASELLO, M. **Constructing a language**: a usage-based theory of language acquisition. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2003.

WEARING, C. Metaphor and what is said. In. EZCURDIA, M. STANTON, R. J. **The semantics-pragmatics boundary in philosophy**. Peterborough: Broadview press, 2013, p. 492-510.

WHITE, R. M. **The structure of metaphor**: the way the language of metaphor works. Oxford: Blackwell, 1996

WIERSBICKA, A. **Semantics: primes and universals**. New York: Oxford, 1996.

WILSON, D., SPERBER, D. (orgs) **Meaning and relevance**. Cambridge: University Press, 2012.

WITTGEINSTEIN, L. **Investigações filosóficas**. São Paulo: Nova Cultural, 1991.